cba

# COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

CNPJ 61.409.892/0003-35

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi marcado pelos avanços na estratégia de crescimento da Companhia, como a conclusão da aquisição de 80% do capital social da Alux e m janeiro e posteriormente de 20% do capital remanescente em novembro, reforçando o posicionamento da CBA no mercado de reciclagem e a produção de alumínio com uma pegada de carbono cada vez menor. Outro avanço foi o religamento da Sala Forno 3 no 3T22, refletindo no aumento de capacidade de produção de alumínio líquido em 26 mil toneladas por ano. Ainda sobre a estratégia da CBA, que visa manter o foco no core business do negócio de alumínio, foi concluída em julho a transação de compra e venda da refinaria de níquel de São Miguel Paulista com a empresa australiana Jervois Global Limited. A Companhia segue estudando alternativas para seus outros ativos de Níquel. Após um ano da sua oferta inicial de ações (IPO), a CBA também teve avanços no mercado de capitais, como o aumento do free-float para 32,1% após a conclusão da oferta secundária de ações (follow-on) em maio de 2022, com a alienação de 47.600.000 ações da controladora Votorantim S.A., com o objetivo de melhorar a liquidez da ação da Companhia, que teve um volume médio diário negociado (ADTV) de ações de R$50,1 milhões em 2022 vs. um ADTV médio de R$31,9 milhões em 2021. Esse avanço foi sem dúvida um impulsionador para a entrada da ação (CBAV3) no índice IBrX100 da B3 em setembro, posicionando-se entre os 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade no mercado de ações brasileiro. Graças aos resultados do exercício de 2022, a CBA também passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 em 2023 (ISE), ocupando a 6ª posição de uma carteira composta por ações de 69 empresas com os melhores desempenhos em sustentabilidade empresarial. A Companhia também passou a integrar os demais índices de Sustentabilidade da B3, como o Índice de Carbono Eficiente (ICO2) que demonstra o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como está preparada para uma economia de baixo carbono e o Índice GPTW (IGPTW) que indica que a CBA está entre as empresas com os melhores ambientes para se trabalhar, certificada pela Great Place To Work. Outro importante resultado foi a conquista da nota "A", a nota mais alta, pela liderança em transparência corporativa e desempenho sobre Mudanças Climáticas pelo CDP, posicionando a CBA em um seleto grupo de empresas que lideram ações de proteção do meio ambiente e efeitos climáticos. Ainda nesta agenda, em agosto, a CBA e a Reservas Votorantim anunciaram a primeira emissão de créditos de carbono através do Programa REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal) no Cerrado brasileiro. A iniciativa é alavancar a conservação da floresta em pé e o fomento para o mercado de carbono no Brasil, motivo pelo qual a CBA foi novamente selecionada para apresentar este projeto no painel "Contribuições da Indústria de Alumínio para uma Economia de Baixo Carbono" da 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27). Ainda nas frentes ESG, no quesito Governança, foi anunciado ao mercado em novembro a mudança na estrutura organizacional da Companhia, que passa a vigorar após Assembleia Geral Ordinária em abril de 2023, na qual o atual CFO e Diretor de Relações com Investidores, Luciano Alves, assumirá a posição de CEO, sucedendo ao Ricardo Carvalho, que será indicado para integrar o Conselho de Administração da Companhia. Ao mesmo tempo, Camila Abel, atual Gerente Geral de Finanças, assumirá a posição de CFO e Diretora de Relações com Investidores. Por fim, mas não menos importante, o ano de 2022 foi desafiador para mercado de alumínio, marcado por pressões inflacionárias, altas de juros, desaceleração da economia chinesa pelas medidas de Covid-zero, conflitos entre Rússia e Ucrânia, entre outros fatores, que resultaram em volatilidade dos fundamentos do mercado de alumínio e dos preços e prêmios internacionais. Ainda assim a CBA encerrou o ano com volume de alumínio vendido praticamente estável em relação ao ano de 2021, atingiu uma receita líquida consolidada de R$8,8 bilhões vs. R$8,4 bilhões no ano anterior, e apesar da inflação de custos ao longo do ano, que refletiu no custo consolidado de R$7,2 bilhões em 2022 vs. R$6,8 bilhões em 2021, a Companhia atingiu lucro líquido recorde no ano de 2022 de R$957 milhões e EBITDA ajustado também recorde no ano de 2022, de R$1,6 bilhão e margem EBITDA de 18%. Com isso, mesmo em períodos adversos a CBA segue mostrando-se resiliente, avançando em sua estratégia e evoluindo cada vez mais nas frentes ESG, seguindo assim em 2023, com foco nos resultados e no crescimento da Companhia, com grande capacidade de execução e protagonista na construção de uma sociedade melhor, com o propósito, sempre em prática, de oferecer soluções em alumínio que transformam vidas.

**A Administração**

### VISÃO GERAL DA COMPANHIA

#### Alumínio

A Companhia Brasileira de Alumínio, CBA, controlada pela Votorantim S.A., é atualmente a única Companhia integrada de alumínio do Brasil, atuando desde a mineração de bauxita até a produção de um portfólio completo de produtos primários e transformados de alumínio, desempenhando também atividades de reciclagem. A integração vertical, com autossuficiência de bauxita, alumina e energia, possibilita flexibilidade operacional à CBA para se ajustar às dinâmicas do mercado, garantindo posição no 1º quartil da curva de custos global da indústria. A principal planta da CBA está localizada em Alumínio (SP), responsável por 79% das vendas de alumínio da Companhia em 2022, com capacidade de 800 mil toneladas de refino de alumina; 430 mil toneladas de alumínio primário após projetos de expansão; 440 mil toneladas de fundição; 115 mil toneladas por ano de folhas e chapas; 55 mil toneladas de extrudados e 162 mil toneladas por ano de reciclagem. A fábrica de Itapissuma (PE), CBA Itapissuma, possui capacidade de produção de folhas e chapas de 50 mil toneladas por ano, que representaram aproximadamente 11% das vendas de alumínio da Companhia no ano de 2022. A unidade está localizada próxima ao porto de Suape. A estratégia da Companhia é concentrar as exportações de produtos transformados nesse site e atender o mercado local a partir do site de Alumínio (SP). A Metalex, localizada em Araçariguama (SP), é responsável pela reciclagem de sucata de alumínio para a produção de tarugos, representando aproximadamente 6% das vendas de alumínio da Companhia no ano de 2022, com uma capacidade de produção anual de 90 mil toneladas de tarugo. A Alux do Brasil, localizada em Nova Odessa (SP), possui capacidade de 46 mil toneladas por ano para a produção de ligas secundárias. A aquisição da Alux em 2022 reforça a estratégia da CBA em aumentar a relevância no mercado de alumínio reciclado. As vendas da Alux desde sua integração em fevereiro, representaram 4% das vendas de alumínio da CBA no ano de 2022. O portfólio de produtos da Companhia é amplo, com destaque para: • Produtos primários: lingote, alumínio líquido e produtos fundidos de valor agregado, como tarugo, vergalhão e lingote liga. • Produtos transformados: folhas, chapas e extrudados, todos produtos de valor agregado. A Companhia ainda produz placas e bobinas casters, consumidos internamente para a produção de folhas e chapas. A Companhia desenvolve também produtos de c o-engenharia e soluções em parceria com seus clientes, de acordo com suas necessidades. Os principais mercados de atuação da Companhia são: Transportes, Construção Civil, Embalagens, Energia, Bens de Consumo, entre outros.

#### Energia

A Companhia possui usinas hidrelétricas próprias e participa em consórcios, suprindo o seu consumo de energia elétrica para a produção de alumínio líquido, o que garante alta competitividade em custos (o custo de energia representa, na média da indústria, aproximadamente 33% do custo total de produção do alumínio líquido, enquanto para a CBA, representa aproximadamente 20% do custo de produção de alumínio líquido) além de garantir melhor previsibilidade, segurança de fornecimentos e possibilita a produção de um alumínio de baixo carbono. Até 2022 o portfólio da CBA continuou sendo 100% hidrelétrico, contando com 23 usinas, em 6 Estados brasileiros, sendo 17 de operação própria e 6 via consórcios, totalizando 1,4GW, dividida entre 77% proveniente de empreendimentos interligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e o restante conectados diretamente na CBA, de capacidade instalada 100% renovável, já ajustada pela participação da Companhia nos ativos e com fator de capacidade médio de 53%. A partir de 2023, parte do suprimento de energia utilizado pela CBA virá dos parques eólicos Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro que passarão a abastecer não só a fábrica de Alumínio (SP), mas também a unidade de Itapissuma (PE), com capacidade instalada de 171,6MW, representando 11% da necessidade de energia elétrica da CBA, e equivalentes a 74,4MW médios de energia assegurada. O consumo de energia elétrica para produção de alumínio na CBA é alocado no negócio de alumínio. Toda a operação de venda de excedente de energia elétrica é alocada no negócio de energia, além dos resultados dos consórcios. A energia elétrica da CBA, até fevereiro de 2022, era comercializada por intermédio da Votener - Votorantim Comercializadora de Energia (atual Auren Comercializadora). Desde fevereiro de 2022, a gestão dos ativos de energia e a comercialização de energia têm sido realizadas pela própria CBA.

### PERFORMANCE NOS MERCADOS DE ATUAÇÃO

#### Alumínio | Visão Geral do Mercado Global

O ano de 2022 foi marcado por diversos desdobramentos significativos, de natureza política e macroeconômica, como pressões inflacionárias e alta de juros, desaceleração da economia chinesa pelas medidas de Covid-zero, conflitos entre Rússia e Ucrânia, entre outros fatores, que resultaram em volatilidade dos fundamentos do mercado de alumínio e dos preços e prêmios internacionais. No início do ano, a LME do alumínio foi impulsionada pela recuperação da demanda e, principalmente, pelos temores de banimento do metal russo, alcançando quase US$4.000/t. Como o banimento não ocorreu e as preocupações com o crescimento global se fortaleceram no segundo semestre, a LME iniciou uma trajetória de queda, chegando próximo de US$2.100/t. Na média do ano, a LME foi de US$2.703/t, um crescimento de 9% vs. 2021. Os prêmios regionais também aumentaram, reflexo de um mercado físico apertado e alta dos custos logísticos. Nos Estados Unidos, o prêmio Midwest (Duty Unpaid) encerrou 2022 com média de US$361/t, valorização de 14%; e o prêmio médio europeu Rotterdam (Duty Unpaid) foi de US$377/t, aumento de 71% no período. Em 2022, a demanda por alumínio seguiu impulsionada por segmentos importantes, como construção, transportes e energia renovável, principalmente no primeiro semestre de 2022. A indústria da construção civil, especialmente em países emergentes, registrou um aumento na demanda, refletindo principalmente o aumento dos gastos com infraestrutura pelos governos. A indústria automotiva também impulsionou a demanda, com a busca de redução de peso pelos fabricantes de automóveis para melhorar a eficiência de combustível e reduzir as emissões. De acordo com a consultoria CRU, houve crescimento de 3,7% na produção global de veículos em 2022, além do avanço contínuo da penetração de veículos elétricos, principalmente na China. Além disso, o setor de energia renovável vem sendo um destaque no consumo de alumínio, na utilização em painéis solares e infraestrutura para a eletrificação. Do lado da oferta, um dos fatores mais críticos foi o aumento dos preços de energia elétrica, principalmente na Europa, em decorrência dos conflitos na região. Com isso, as margens dos smelters foram fortemente pressionadas, resultando em fechamentos de capacidade de alumínio primário. A crise energética na China também impactou a produção no país, resultando em fechamentos em regiões como Yunnan, mas ainda assim com crescimento da oferta no ano em províncias menos afetadas pelas restrições de energia. Segundo a consultoria CRU, apesar do crescimento da oferta e da demanda em 2022, o maior consumo refletiu em um déficit de 240kt no mercado global de alumínio. Com isso, o mercado de alumínio primário completou 7 dos últimos 10 anos em déficit e, por consequência, os estoques totais chegaram à marca de 48 dias de consumo, o nível mais baixo desde 2007. Por fim, o custo médio de produção de alumínio global teve significativo aumento de 24%, passando de US$1.744/t em 2021 para US$2.163/t em 2022 (CRU Business Cost), em função da alta generalizada dos insumos, principalmente alumina, produtos de carbono e energia. Apesar da pressão inflacionária, a CBA manteve-se posicionada no 1º quartil da curva de custos, favorecida pela sua integração vertical.

#### Alumínio | Visão Geral do Mercado Brasileiro

Em 2022, a demanda no mercado brasileiro apresentou um leve arrefecimento, refletindo as pressões inflacionárias, alta das taxas de juros e diluição dos auxílios emergenciais. A redução ocorreu principalmente no segmento de bens de consumo, com queda na demanda de extrudados e, principalmente, chapas, os quais são aplicados na produção de panelas, eletrodomésticos, bicicletas, escadas, guarda-sol, cadeira de praia, entre outros. Vale pontuar que a demanda de 2021 foi historicamente alta, impulsionada pelos programas de transferência de renda, portanto, observou-se uma correção dos níveis de consumo ao longo de 2022. O mercado de embalagens, exceto latas, por sua vez, registrou um crescimento, com destaque para embalagens flexíveis (ex: embalagens de café, sachês de molho, bombons, sachês de sucos) e assépticas (ex: caixas de leite, sucos, iogurtes). Com isso, o consumo de folhas de alumínio foi beneficiado, reforçando a resiliência do setor e o aumento da preferência do alumínio na produção de embalagens, devido às suas características físicas e sustentáveis, como a reciclabilidade. A demanda do setor de construção civil apresentou aumento em 2022, puxado pelas obras de acabamento dos imóveis lançados e vendidos nos anos anteriores. A etapa final da construção é quando ocorre o consumo de alumínio, no acabamento de interiores, janelas e esquadrias. Por outro lado, houve retração do consumo do setor de reformas residenciais, devido ao fim dos auxílios emergenciais e aumento da inflação. Em transportes, o consumo registrou crescimento em 2022, puxado pela alta na produção de ônibus, devido à normalização da circulação de pessoas pós-pandemia, e pela retomada da produção de leves, que foi favorecida pela melhora da cadeia de suprimentos, como o arrefecimento da crise dos chips semicondutores. Em implementos, houve uma queda do consumo de alumínio em função do aumento das taxas de financiamento, menor demanda de entregas de e-commerce e menor crescimento do agronegócio em relação a 2021. Os prêmios no Brasil acompanharam o movimento de alta dos prêmios internacionais, influenciada pela demanda resiliente e aumento dos custos logísticos. O prêmio DDP SE US$/t (Platts), por exemplo, passou de uma média de US$355/t em 2021 para US$424/t em 2022, apresentando um crescimento de 19%.

#### Energia | Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro

O ano de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis dos reservatórios do SIN (Sistema Interligado Nacional). A partir do último trimestre de 2021 foi observada rápida melhora na afluência e dos volumes dos reservatórios. Durante todo o 2022, o consumo do SIN abaixo do esperado, a continuidade da precipitação e a contribuição da geração solar e eólica no atendimento ao SIN, contribuíram para que os níveis dos reservatórios alcançassem os maiores volumes dos últimos 10 anos. O reservatório do Sudeste/Centro-Oeste finalizou o ano com 53% da sua capacidade máxima, valor superior aos 26% verificados no final de 2021. Dada a abundância de recursos, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) não ultrapassou o valor de R$76,90/MWh (agosto/22), permanecendo no piso regulatório desde outubro/22. Também como reflexo da sobra de recursos, houve baixa cobrança de Encargos de Serviço do Sistema (ESS) e o fator de deslocamento hidrelétrico (GSF- Generation Scaling Factor) fechou 2022 em 85%, 8 pontos percentuais superior ao resultado apresentado em 2021.

### PERFORMANCE OPERACIONAL E FINANCEIRA

| R$ milhões | 2022 | 2021 | 2022 vs. 2021 |
|---|---|---|---|
| **Volume de Vendas Alumínio (mil toneladas)** | 474 | 485 | -2% |
| Primários | 235 | 252 | -7% |
| Transformados | 131 | 147 | -10% |
| Reciclagem | 108 | 86 | 25% |
| **Receita líquida** | 8.825 | 8.423 | 5% |
| **Alumínio** | 8.557 | 8.018 | 7% |
| Primários | 3.969 | 3.749 | 6% |
| Transformados | 3.140 | 2.959 | 6% |
| Reciclagem | 982 | 509 | 93% |
| Outros | 1.233 | 1.984 | -38% |
| Hedge Estratégico | (139) | (845) | -84% |
| Eliminações | (627) | (338) | 86% |
| **Energia** | 634 | 727 | -13% |
| **Eliminações de Energia²** | (388) | (348) | 12% |
| **Níquel** | 21 | 26 | -21% |
| **Custo dos produtos vendidos** | (7.175) | (6.799) | 6% |
| **Despesas operacionais** | (454) | (380) | 19% |
| Com vendas | (49) | (42) | 17% |
| Gerais e administrativas | (405) | (338) | 20% |
| **Outras (receitas) despesas operacionais** | (49) | 98 | – |
| **Depreciação, amortização e exaustão** | 540 | 496 | 9% |
| **Outras adições e itens excepcionais** | (58) | (300) | -81% |
| **EBITDA ajustado¹** | 1.627 | 1.538 | 6% |
| **Margem EBITDA** | **18%** | **18%** | – |

¹ Os ajustes referem-se ao resultado nas participações societárias e eventos não recorrentes no resultado, incluindo a Marcação a Mercado (MtM) dos contratos futuros de energia.

² Eliminação das vendas de energia para o negócio de alumínio e da participação dos consórcios de energia, também consideradas no CPV acima.

#### Volume de Vendas de Alumínio

O volume total de alumínio vendido pela CBA totalizou 474 mil toneladas em 2022, registrando uma leve queda de 2% em relação a 2021. O arrefecimento da demanda no mercado doméstico, principalmente nos setores de bens de consumo e autoconstrução, atrelado ao maior nível dos estoques na cadeia foram fatores que contribuíram para a queda. O segmento de primários registrou vendas de 235 mil toneladas, uma redução de 7% em comparação ao ano anterior. A retração das reformas residenciais e pior desempenho do mercado de latas de alumínio foram fatores críticos que contribuíram para o menor volume vendido. Por outro lado, vale destacar que apesar da queda de volume, houve aumento do prêmio médio de primários e a CBA conseguiu aumentar seu market share no mercado de lingote P1020 e vergalhão. No segmento de transformados, o volume vendido foi de 131 mil toneladas, cerca de 10% menor que em 2021. Houve queda nas vendas de chapas e extrudados, principalmente, para os setores de bens de consumo e construção civil. Por outro lado, as vendas de folhas para embalagens apresentaram aumento, com destaque para o segmento core de embalagens flexíveis. Assim como em primários, o prêmio médio de transformados também aumentou em relação a 2021, beneficiando a rentabilidade do negócio. Em relação ao segmento de reciclagem, as vendas cresceram 25% em relação ao ano anterior, totalizando 108 mil toneladas. Em 2022, houve a integração total dos volumes da Alux do Brasil, permitindo a entrada em um novo mercado de ligas secundárias. Um dos principais segmentos atendidos pela Alux do Brasil é o automotivo, que registrou crescimento em 2022 após alívio da crise de chips semicondutores.

#### Receita Líquida

A receita líquida consolidada da CBA atingiu R$8,8 bilhões em 2022, um aumento de 5% em relação a 2021, em função do aumento de R$539 milhões da receita líquida do negócio de alumínio, saindo de R$8,0 bilhões em 2021 para R$8,6 bilhões em 2022. O aumento de 7% na receita líquida do negócio de alumínio em 2022, em relação a 2021, foi em função da alta de 11% no preço médio do alumínio na LME nos anos comparados (US$2.707/tonelada em 2022 vs. US$ 2.437/tonelada em 2021), além do menor efeito negativo do hedge estratégico de R$139 milhões em 2022 (vs. R$845 milhões em 2021), dado que este hedge estratégico deixou de ser executado pela Companhia em junho de 2021 e teve contratos de derivativos vigentes até maio de 2022. Vale destacar que a receita líquida do negócio de alumínio seria ainda maior em 2022, se não fosse pela redução de R$752 milhões na receita de outros segmentos, devido à queda de 82% do volume vendido da operação de trading de lingote (estratégia de compra de lingote para revenda). Ainda no negócio de alumínio, o destaque foi para o segmento de reciclagem que atingiu receita líquida de R$982 milhões no ano de 2022 vs. R$509 milhões em 2021, relevante aumento em função da integração da Alux desde fevereiro de 2022, que contribuiu no ano com uma receita de R$364 milhões. Já no negócio de energia, a receita líquida teve queda de 13%, atingindo R$634 milhões em 2022, comparado a R$727 milhões em 2021, em função do menor volume de contratos de venda de energia nos períodos comparados, em razão do término de contratos bilaterais.

#### Custo dos Produtos Vendidos

O custo consolidado dos produtos vendidos da CBA foi de R$7,2 bilhões em 2022, um aumento de 6% em relação a 2021, influenciado principalmente pelo aumento de R$241 milhões no custo do negócio de energia, impactado pela inflação de 10% no custo médio dos contratos de energia. O custo do negócio de alumínio também teve aumento de R$170 milhões em 2022 vs. 2021, em função da inflação de insumos na indústria. O aumento no custo médio de produção do alumínio líquido foi de 29% nos anos comparados, tendo sido influenciado pelo aumento do custo de produção de alumina (+37%), principalmente pelo aumento dos preços dos principais insumos para produção, como soda (+82%) e gás (+63%), além do aumento do custo de produção de pasta anódica (+60%), em função do aumento do preço de piche (+37%) e coque (+61%).

#### Balanço Energético

A geração própria de energia de 654MWh em 2022 foi 5% superior à geração de 620MWh observada em 2021, em virtude da melhora da afluência verificada no ano. Por outro lado, o volume excedente dos contratos de venda de energia em 2022 (171MWh) foi 34% inferior ao volume de 2021 (259MWh) em razão do término de contratos bilaterais de energia. O custo médio dos contratos de R$332/MWh em 2022, teve aumento de 15% em relação ao custo médio dos contratos de R$288/MWh do ano anterior, devido à alta inflação utilizada na correção dos contratos de longo prazo.

#### EBITDA Ajustado

Em 2022 a CBA atingiu recorde de EBITDA consolidado ajustado de R$1,6 bilhão e margem EBITDA ajustada foi de 18% no ano, um crescimento de 6% e estabilidade respectivamente, em relação ao ano de 2021. O crescimento é justificado, principalmente, pelo maior preço médio de alumínio praticado no período (+11%) em decorrência do aumento da LME, que foi suficiente para compensar a queda de volume vendido em primários, transformados e outros segmentos. Além disso, com relação aos ajustes do EBITDA, houve uma melhora de R$269 milhões nos contratos futuros de energia referente, substancialmente, à mudança de premissa realizada a partir de junho de 2021, com a mensuração de valor justo de contratos futuros de energia através da marcação a mercado por todo o período do contrato.

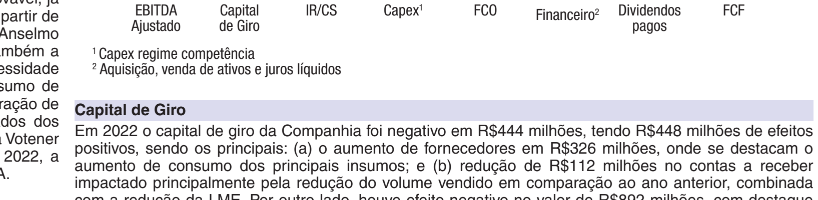
#### Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2022 teve uma melhora de 100% em relação ao ano de 2021, encerrando o ano com um resultado negativo em R$2 milhões vs. um resultado negativo em R$497 milhões no ano anterior. Dentre os principais efeitos estão: (i) melhora de R$265 milhões na marcação a mercado dos instrumentos derivativos da dívida com o BNDES e dos contratos de energia eólica; (ii) aumento de R$160 milhões na receita de aplicações financeiras, em função do aumento do CDI e maior saldo de caixa no período, (iii) variação cambial positiva em R$120 milhões decorrente da valorização do real em 2022 (dez/22: 5,22 vs. dez/21: 5,58) comparado à desvalorização do real em 2021 (dez/22: 5,58 vs. dez/21: 5,20) com impacto direto no saldo dos financiamentos em moeda estrangeira. Em contrapartida, tivemos um aumento de 11% nos juros de empréstimos, decorrente principalmente do aumento das taxas de juros da dívida e um aumento de R$34 milhões referente a atualizações monetárias no período.

#### Lucro/Prejuízo Líquido

A Companhia obteve lucro líquido histórico de R$957 milhões em 2022 vs. R$838 milhões em 2021, um aumento de 15% principalmente pela melhora do resultado financeiro, efeito parcialmente compensado pela variação negativa no imposto de renda e contribuição social de R$174 milhões.

#### Fluxo de Caixa Livre



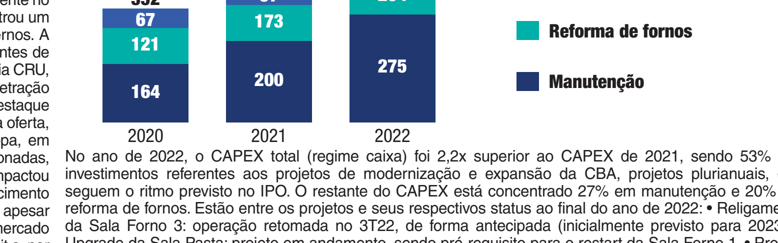

¹ Capex regime competência

² Aquisição, venda de ativos e juros líquidos

#### Capital de Giro

Em 2022 o capital de giro da Companhia foi negativo em R$444 milhões, tendo R$448 milhões de efeitos positivos, sendo os principais: (a) o aumento de fornecedores em R$326 milhões, onde se destacam o aumento de consumo dos principais insumos; e (b) redução de R$112 milhões no contas a receber impactado principalmente pela redução do volume vendido em comparação ao ano anterior, combinada com a redução da LME. Por outro lado, houve efeito negativo no valor de R$892 milhões, com destaque para: (a) a redução de saldo de risco sacado a pagar de R$348 milhões, pela descontinuidade da operação de trading de lingote; (b) aumento no saldo de estoques em R$306 milhões por conta do aumento do preço dos principais insumos, além de maior volume de estoque de caster e lingote para transformação; (c) impacto negativo no fluxo de caixa direto do hedge estratégico de R$84 milhões; e (d) impacto de R$109 milhões decorrente do aumento dos impostos sobre o lucro tributável que foi superior ao aumento de créditos de ICMS a recuperar.

#### Investimentos (CAPEX)




No ano de 2022, o CAPEX total (regime caixa) foi 2,2x superior ao CAPEX de 2021, sendo 53% dos investimentos referentes aos projetos de modernização e expansão da CBA, projetos plurianuais, que seguem o ritmo previsto no IPO. O restante do CAPEX está concentrado 27% em manutenção e 20% em reforma de fornos. Estão entre os projetos e seus respectivos status ao final do ano de 2022: • Religamento da Sala Forno 3: operação retomada no 3T22, de forma antecipada (inicialmente previsto para 2023). • Upgrade da Sala Pasta: projeto em andamento, sendo pré-requisito para o restart da Sala Forno 1. • Projeto de disposição de resíduos a seco: em montagem eletromecânica, com start-up previsto para 2024. • Produção adicional de alumínio a partir da reciclagem: √ ReAl: em implantação com startup previsto para 2º semestre de 2023. √ Aumento de reciclagem Metalex: em implantação com startup previsto para 2º semestre de 2023.

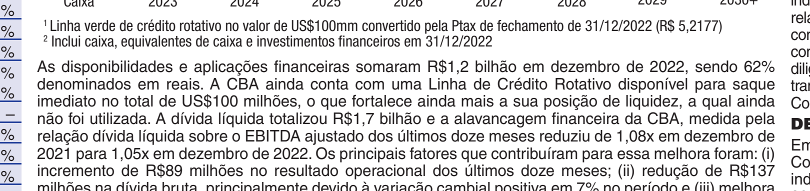
#### Endividamento e Liquidez

| Composição da dívida (RS Milhões) | dez/22 | set/22 | dez/21 |
|---|---|---|---|
| Circulante | 108 | 126 | 69 |
| Não circulante | 2.861 | 2.917 | 3.037 |
| **Dívida bruta** | **2.969** | **3.044** | **3.106** |
| (–) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras | 1.189 | 1.634 | 1.787 |
| (+) Instrumentos financeiros derivativos | -104 | -94 | 301 |
| (+) Arrendamentos | 32 | 31 | 45 |
| **Dívida líquida** | **1.707** | **1.346** | **1.665** |
| **EBITDA Ajustado - Últimos 12 meses** | **1.626** | **2.017** | **1.537** |
| **Divida líquida/EBITDA Ajustado** | **1,05x** | **0,67x** | **1,08x** |
| **Custo médio USD (%a.a.)*** | **5,07%** | **5,19%** | **4,4%** |
| **Prazo médio (anos)** | **4,06** | **4,3** | **4,3** |

*Considera posição após swap.

Em dezembro de 2022, a dívida bruta da CBA era de R$3 bilhões, 4% menor quando comparada a dezembro de 2021 (R$3,1 bilhões), principalmente em função da valorização do real de R$5,58 para R$5,22 ao fim do período. Em agosto e setembro de 2022, a Companhia firmou três contratos de empréstimos através de linhas de financiamento à exportação no total de US$96,5milhões. As operações têm custo médio de SOFR + 3,03% a.a. e prazo médio de 5,6 anos, com vencimento final em agosto e setembro de 2027 e setembro de 2029. Alinhado ao compromisso da CBA com sustentabilidade, os empréstimos são caracterizados como Sustainability-Linked Loans, cujo custo está condicionado a metas anuais de redução na emissão de gases de efeito estufa na produção de alumínio primário. A depender do atingimento ou não das metas estabelecidas, pode haver um incremento ou decréscimo no custo desses empréstimos. O indicador de performance contou com uma avaliação externa (Second Party Opinion) da Sustainalytics e está previsto ser auditado e reportado por especialista, anualmente, através do Relatório de Títulos Verdes. Em novembro de 2022, a Companhia firmou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para financiamento de projetos de inovação e pesquisa e desenvolvimento com viés ESG no montante de R$109 milhões. O empréstimo possui prazo total de 10 anos com carência de 3 anos. Em dezembro de 2022, foi realizada a primeira liberação no montante de R$36 milhões. A liberação das demais parcelas é condicionada à comprovação dos gastos e ocorrerá conforme o cronograma de desembolso dos projetos financiados. Em dezembro de 2022, a Companhia firmou dois contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento dos projetos de modernização da tecnologia das salas fornos na CBA e implantação de uma nova linha de tratamento de sucatas na Metalex no montante total agregado de R$611 milhões. O financiamento foi enquadrado em linhas de meio ambiente, levando a condições financeiras mais atrativas e prazos de 12 e 20 anos. A liberação dos recursos é realizada mediante comprovação dos gastos, a qual ocorrerá ao longo da execução dos projetos. Até 31 de dezembro de 2022, ainda não havia ocorrido nenhuma liberação. Em setembro de 2022, a Companhia efetuou o resgate da totalidade do saldo em aberto dos bonds no montante de US$78,5 milhões, reduzindo a concentração de vencimentos em 2024 e otimizando o perfil da dívida. Em junho de 2022, a Companhia já havia efetuado a recompra no mercado secundário e o cancelamento parcial dos bonds no montante de US$11 milhões. Somando as duas operações, o montante de principal pago no período foi equivalente a R$462 milhões. Estes bonds possuíam garantia da Votorantim S.A. Após a execução das operações mencionadas acima, a Companhia alongou ainda mais seu perfil de endividamento, resultando num prazo médio de 4 anos, sem concentração de vencimentos relevante até 2025, conforme gráfico abaixo:

#### Cronograma de Amortização da Dívida (R$ milhões)




¹ Linha verde de crédito rotativo no valor de US$100mm convertido pela Ptax de fechamento de 31/12/2022 (R$ 5,2177)

² Inclui caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros em 31/12/2022

As disponibilidades e aplicações financeiras somaram R$1,2 bilhão em dezembro de 2022, sendo 62% denominados em reais. A CBA ainda conta com uma Linha de Crédito Rotativo disponível para saque imediato no total de US$100 milhões, o que fortalece ainda mais a sua posição de liquidez, a qual ainda não foi utilizada. A dívida líquida totalizou R$1,7 bilhão e a alavancagem financeira da CBA, medida pela relação dívida líquida sobre o EBITDA ajustado dos últimos doze meses reduziu de 1,08x em dezembro de 2021 para 1,05x em dezembro de 2022. Os principais fatores que contribuíram para essa melhora foram: (i) incremento de R$89 milhões no resultado operacional dos últimos doze meses; (ii) redução de R$137 milhões na dívida bruta, principalmente devido à variação cambial positiva em 7% no período e (iii) melhora de R$405 milhões na marcação a mercado dos instrumentos derivativos, sendo R$214,6 milhões reflexo do vencimento das vendas a termo de alumínio e dólar americano (hedge estratégico da receita) que deixou de ser executado pela Companhia em 2021 e R$191 milhões referente a variação da marcação a mercado dos swaps vigentes no período (dívida com o BNDES e contratos de energia eólica). Em contrapartida, a posição de caixa reduziu R$598 milhões no período.

### MERCADO DE CAPITAIS

#### CBAV3

A CBA está listada, sob o ticker CBAV3, no Novo Mercado da B3, o mais alto padrão de governança, já fazendo parte de todos os Índices a seguir: • IBRX 100 (Índice Brasil 100); • IBRA (Índice Brasil Amplo); • ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial); • ICO2 (Índice Carbono Eficiente); • IGPTW (Índice GPTW); • IMAT (Índice de Materiais Básicos); • SMLL (Índice Small Cap); • IGCX (Índice de Governança Corporativa Diferenciada); • IGNM (Índice de Governança Novo Mercado); • IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade); • ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado). A CBAV3 teve sua precificação no IPO, em 14 de julho de 2021, no valor de R$11,20 e encerrou o ano, em 31 de dezembro de 2022, cotada a R$11,55, uma valorização de 3,1% comparado a uma desvalorização do Ibovespa ("IBOV") de 14,5% no mesmo período. O volume médio diário negociado (ADTV) da CBAV3 em 2022 foi de R$50,1 milhões.

#### Composição Acionária

Em maio de 2022 a Companhia concluiu sua oferta secundária de ações (follow-on), mediante a alienação de 47.600.000 ações. Com a oferta, a Companhia passou a ter um free-float de 32,1%, enquanto a controladora Votorantim S.A. detém, direta e indiretamente, 67,9% das ações. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era representado por 595.833.333 ações ordinárias com o valor de mercado de R$6,9 bilhões.

### ESG

#### Ambiental

A CBA possui uma das menores emissões de CO2 da indústria. Em 2022, a Companhia deu sequência aos projetos estruturantes que irão permitir uma redução ainda maior das suas emissões. Entre eles destaca-se a antecipação da repartida da Sala Forno 3, já aplicando a nova tecnologia de alimentação das cubas em grande parte dos fornos, que ocasiona uma redução de 20% nas emissões de gases de efeito estufa em relação à tecnologia convencional. Na etapa de refinaria, após implementar em 2020 uma caldeira biomassa em substituição ao consumo de gás natural e óleo, a empresa passou a ter a menor emissão de carbono do mundo nessa etapa, segundo dados da consultoria CRU. Devido a esse resultado, a CBA recebeu o Prêmio ECO Amcham Brasil 2022, na modalidade Práticas de Sustentabilidade, Categoria Processos para Grandes Empresas, com este projeto. Para a etapa de eletrólise, a CBA emite abaixo de 4t CO2e/t alumínio líquido, a posicionando como produtora de alumínio de baixo carbono. Com isso, lançou o selo Alennium, que permite a todos os fabricantes que usam produtos da CBA de baixo carbono e com 100% de energia elétrica renovável e rastreável possam garantir a rastreabilidade de um alumínio produzido de forma sustentável. Atestando o compromisso de ir além de sua estratégia de descarbonização, em 2022 a CBA obteve a aprovação das metas de redução de emissões de carbono pelo Science Based Targets (SBTi), sendo a primeira produtora do metal primário no mundo a ter seu compromisso validado pelo movimento. Liderado por organizações como CDP, Pacto Global das Nações Unidas, WRI e WWF, tem o objetivo de alinhar a atuação das empresas ao Acordo de Paris e limitar o aumento médio da temperatura global a menos de 2°C. Outro importante resultado foi a conquista da nota "A" pela liderança em transparência corporativa e desempenho sobre Mudanças Climáticas pelo CDP. A Companhia recebe nota de categoria de liderança no CDP (A-) desde sua primeira participação em 2020, e pela primeira vez recebe a nota mais alta, ingressando na "A" List. O rating foi uma conquista histórica para o setor de alumínio global e posiciona a CBA em um grupo seleto de empresas-líderes pelo clima. Já no questionário de Resiliência Hídrica, em sua primeira participação, a Companhia recebeu a nota B, sendo a maior classificação do setor de alumínio no questionário. Ainda nesta agenda, a CBA e a Reservas Votorantim anunciaram a emissão de créditos de carbono através do Programa REDD+ Cerrado, o primeiro projeto de certificação de créditos de carbono REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal) no Cerrado brasileiro. Foram definidos 11,5 mil hectares com capacidade de emissões médias anuais de 50 mil créditos de carbono. Na primeira emissão, foram gerados 316 mil créditos de carbono, referentes ao período de 2017 a 2021. A iniciativa é alavanca para a conservação da floresta em pé e fomento para o mercado de carbono no Brasil e por este motivo a CBA foi novamente selecionada para apresentar este projeto no painel "Contribuições da Indústria de Alumínio para uma Economia de Baixo Carbono" da 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27). Reforçando ainda mais a atuação em mudanças climáticas, a CBA aderiu a importantes iniciativas em 2022, entre elas o Movimento Ambição Net Zero, uma iniciativa da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, e o programa First Movers Coalition, uma parceria inovadora entre o Fórum Econômico Mundial e os Estados Unidos, em prol da descarbonização da indústria. Ambos possuem o objetivo de engajar as empresas no desafio de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, colaborar para a sustentabilidade e integrar o ODS 13 (Ação Climática) em suas estratégias de negócio. No tema biodiversidade, destaca-se o avanço do Projeto Reflora, que tem como principais objetivos a recuperação de ecossistemas e o incremento da biodiversidade brasileira. Em parceria com o Instituto Votorantim e Reservas Votorantim, em 2022 ocorreu o plantio de 21.150 mudas e a restauração de 12,7 hectares na Zona da Mata Mineira em 32 municípios. Também foram inscritos 311 hectares de novos proprietários para atuação em 2023. Em gestão de recursos hídricos, a CBA está empenhada em reduzir o uso de água em todas as etapas de produção e para isso tem avançado na elaboração de um roadmap para resiliência hídrica. Além disso, também está em fase FEL3 o novo projeto de Circuito Fechado. O indicador de consumo de água nova foi de 6,28 m³/t, redução de 7,1% em relação a 2021. No que tange a segurança de barragens, a CBA realizou todos os simulados previstos. O Simulado de Barragem é uma etapa fundamental da implantação do Plano de Ação de Emergência, nos quais a população é treinada, são testadas as rotas de fuga, os pontos de encontro, as sirenes e identificação de pontos de melhoria.

#### Social

Diversidade, equidade e inclusão são pautas transversais de sustentação na cultura da CBA. Em 2022, a Companhia implementou ações estruturantes em diversas frentes, como a estruturação de uma agenda de longo prazo para o programa CBA Mais Diversa, a realização do Censo de diversidade e de eventos oficiais com objetivo de capacitação e engajamento dos empregados e empregadas da CBA. Outra iniciativa que cabe destacar nesta frente são os cursos técnicos gratuitos para capacitação de mulheres, realizado pela CBA em parceria com o SENAI, visando o ingresso e atuação delas na indústria. Em 2022, o programa contou com a participação de 168 mulheres em três localidades diferentes: Alumínio (SP), Itapissuma (PE) e Niquelândia (GO). Em saúde e segurança, valor inegociável para a CBA, a taxa de frequência de acidentes foi de 2,26 (base 1.000.000 horas-homem trabalhadas; empregados próprios e terceiros) frente a 1,68 em 2021. A CBA trabalha constantemente para conscientizar seus empregados com a realização de campanhas de segurança voltadas à percepção de riscos, prevenção de quedas e movimentação de cargas suspensas. Em relação aos projetos sociais, a companhia continua com diversas atuações conectadas diretamente ao core business. Os principais destaques são: • Parceria pela Valorização da Educação (PVE): com o objetivo de melhorar a qualidade da educação nas redes municipais de ensino, o programa apoiou no desafio de minimizar a defasagem de aprendizagem proveniente do isolamento social durante a pandemia de Covid-19. Em 2022, foram mais de 40 mil alunos beneficiados e 370 gestores da Secretaria e diretores escolares envolvidos nas atividades desenvolvidas em 14 municípios. • Projeto ReDes: com o objetivo de apoiar a estruturação de negócios inclusivos e estimular o aumento da geração de renda, em 2022 conclui-se o ciclo de fortalecimento de duas organizações no município de Niquelândia/GO. Com a produção e comercialização de produtos derivados da cana-de-açúcar e da mandioca, os empreendimentos geraram uma receita total de R$ 798 mil, beneficiando 63 famílias. • Apoio à Gestão Pública (AGP): desde 2020, o tema da saúde foi priorizado para o suporte no enfrentamento da pandemia aos municípios. Em 2022, foram beneficiados 13 municípios e os esforços foram direcionados à atenção básica e o Previne Brasil, modelo de financiamento e repasse federal de recursos para os municípios. • Votorantim pela Infância e Adolescência (VIA): com o objetivo de fortalecer as políticas de prevenção e atendimento da Rede de Proteção Social (RPS) e contribuir para a segurança e a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes, em 2022, o programa foi realizado em Alumínio (SP), Chavantes (SP), Barro Alto (GO), Niquelândia (GO) e Muriaé (MG). • Agentes da Cidadania: com o objetivo de estimular a cidadania e a participação de jovens na política e no desenvolvimento social de suas comunidades, em 2022, foram realizadas oficinas formativas a 30 jovens, de 16 a 29 anos, de 8 localidades em São Paulo e Minas Gerais, que desenvolveram projetos alinhados às demandas de suas cidades, aplicando e compartilhando os conhecimentos adquiridos. • Cadeia de Reciclagem e Sucata: em 2022 foram desenvolvidos estudos sobre a cadeia de sucata no Brasil que suportaram a construção da estratégia social para atuação na cadeia de reciclagem de embalagens flexíveis e cartonadas e um plano de investimento social para atuação na cadeia de sucata.

#### Governança

Em 2022, a estrutura de governança corporativa da CBA foi reforçada com a criação de um Comitê de Finanças na CBA, composto por 3 membros, sendo um independente e todos com conhecimento comprovado na área. O Comitê é responsável por assessorar o Conselho de Administração nos assuntos financeiros. Nos programas ligados à Estratégia ESG 2030, a CBA obteve avanços significativos. No Programa Suprimentos Sustentável, 100% dos fornecedores estratégicos passaram por uma avaliação ESG para identificação do seu nível de maturidade no tema, processo estendido também para os demais fornecedores da base. Ligada ao Programa de Ética e Transparência da Estratégia ESG, a CBA tornou-se uma das Empresas Embaixadoras do Movimento Transparência 100%, iniciativa ligada à Rede Brasil do Pacto Global. O Movimento tem como objetivo encorajar e capacitar as empresas para irem além das obrigações legais, fortalecendo mecanismos de transparência e integridade, para torná-las mais resilientes e exemplos de sucesso. Para promover ainda mais transparência a esse processo, em novembro de 2022, a CBA lançou uma página em seu site dedicada à sua evolução no Movimento, que contará com atualizações semestrais. O ano também foi marcado por importantes reconhecimentos. Entre eles estão o destaque do prêmio Melhores do ESG 2022 na categoria Mineração, Metalurgia e Siderurgia da revista EXAME, reforçando o compromisso da Companhia com a geração de impactos positivos reais para todos os públicos e para o setor. Além das iniciativas já citadas, a Companhia também fez a sua adesão ao Programa Liderança com ImPacto, do Pacto Global da ONU no Brasil, que tem como objetivo atrair, engajar, sensibilizar e empoderar os líderes empresariais para acelerar a entrega dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), até 2030. Com isso, o CEO da CBA, Ricardo Carvalho ganha a missão de ser o porta-voz do ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação, que tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Em relação ao Great Place to Work (GPTW), a CBA recebe novamente a certificação, estando entre as 50 melhores na categoria grandes empresas para se trabalhar na indústria nacional. O reconhecimento foi concedido pela edição Brasil 2022 da GPTW, consultoria global que apoia organizações a obter melhores resultados por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação. Alinhada à estratégia ESG, a Companhia tem acessado fontes de financiamento verdes para viabilizar seus investimentos em projetos sustentáveis, principalmente em tecnologias que reduzam a emissão de gases do efeito estufa. Conforme mencionado no capítulo de Endividamento, em 2022 a CBA captou US$96,5 milhões através da Sustainability-Linked Loans para financiamento de suas exportações. Essas operações têm seu custo atrelado ao cumprimento de metas de sustentabilidade. Além disso, a companhia também acessou linhas incentivadas de meio ambiente junto a bancos de fomento nacionais como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

### PESSOAS

A aspiração da CBA é ser uma empresa diversa, equânime e inclusiva, com um ambiente aberto e seguro, no qual as oportunidades estão ao alcance de todas as pessoas. É isso que orienta a Companhia nos seus programas e iniciativas relativos à valorização de seus 6.639 profissionais e a todos e todas que compõem as comunidades das áreas em que está presente. Esse tema também está inserido na Estratégia ESG 2030 da Companhia, com o programa "Diversidade, equidade e inclusão" que, em 2022, ganhou um novo objetivo: ter 25% de diversidade de gênero no nível executivo da empresa até 2025. Em 2022 esse indicador é de 21%, avançando 3% frente ao ano anterior. Para tornar essa aspiração e compromissos uma realidade, a Companhia trabalhou por meio de ações estruturantes durante 2022. Foram realizados mais de oitos eventos oficiais ao longo do ano com objetivo de formação para todos empregados e empregadas da CBA. Também foram entregues, com o apoio de uma consultoria externa, grupos de afinidade e Comitê de Diversidade, a Agenda de diversidade 2030 onde foi identificado a aspiração, alavancas e programas. Todo esse trabalho tem objetivo de dar mais consistência e profissionalizar as tratativas em diversidade. O censo de diversidade também foi realizado pela primeira vez e proporcionou conhecimento do perfil das pessoas ajudando a direcionar e priorizar ações. A diversidade e a inclusão também foram incorporadas aos benefícios de saúde oferecidos aos empregados e empregadas da CBA em 2022 com o programa de parentalidade chamado "Ser Família", que inclui filhos e filhas adotivos e casais homoafetivos nos benefícios, além de ampliar a licença-paternidade para 30 dias. Foram realizadas também outras ações em prol da saúde dos profissionais em 2022, que incluem campanhas de saúde preventiva, emocional e auditiva, vacinação contra gripe, orientações sobre IST/AIDS e prevenção do câncer, além dos benefícios para aumentar a qualidade de vida, como adesão ao Gympass e atendimentos nutricionais. A gestão de carreira também é parte dos projetos da CBA na valorização de suas pessoas e engloba os processos de atração e recrutamento, integração de novos profissionais, gestão de performance e retenção. Durante o ano de 2022 a busca por novos profissionais esteve vinculada aos objetivos de diversidade da Empresa, priorizando candidatos e candidatas que demonstrem competências conectadas ao momento de transformação digital da Companhia e alinhamento com sua Estratégia ESG. Demais projetos estiveram em andamento no ano como o Programa Aprendiz, Programa de Estágio e Contratação de jovens formados pelo Senai de Pernambuco. Cursos e treinamentos e outras iniciativas também foram oferecidas para promover o desenvolvimento profissional. O Programa Potenciar, por exemplo, acelera os jovens talentos em um espaço de fomento à colaboração e à inovação. Ele inclui empresas investidas da Votorantim e conecta mais de 100 pessoas de diferentes Estados e países, que participam de semanas de formação.

### INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Em 2022, foram conduzidos diversos projetos e iniciativas de Desenvolvimento de Mercado e Inovação, buscando maiores margens para a CBA e seus parceiros, além de fomentar clientes e mercados. Foram criados 18 novos projetos, e o pipeline atual conta com 59 oportunidades, sendo 48% ligados ao setor de Transportes e Automotivo, 24% ao de Construção Civil, 12% ao de Embalagens e 16% a novos mercados. Com grande orgulho a CBA comunica que 35% dos projetos possuem atributos ESG, consolidando o pilar de sustentabilidade para todos os envolvidos no ecossistema de inovação, clientes, parceiros e stakeholders internos e internos. Um dos projetos importantes deste ano é o P&D em parceria com o Instituto Senai de Inovação em Eletroquímica para estudo da folha de alumínio série 1xxx para aplicação em baterias de íons-lítio, utilizadas em dispositivos eletrônicos como smartphones, notebooks e principalmente em veículos elétricos no segmento automotivo e de transportes. A folha de alumínio é um componente fundamental para o pleno desenvolvimento de baterias de íons-lítio, sendo utilizada como coletor de corrente no eletrodo positivo da bateria e com grande influência na capacidade e estabilidade a longo prazo. Para que haja um bom funcionamento, essa bateria deve ser produzida de forma minuciosa e com materiais de alta qualidade, como o alumínio. Com essa parceria, a CBA se destaca como pioneira no domínio da tecnologia por meio de um projeto inovador e é um importante passo para o desenvolvimento da cadeia de fornecimento local do segmento de baterias de íons-lítio. Pode-se citar também o avanço no desenvolvimento de liga específica para radiadores automotivos brasados, também divulgado nos MiBi (Made in Brasil Ilimitado), programa de cooperação em prol da indústria nacional. A Companhia avançou nos desafios técnicos de vazamento de nova liga, laminação de duas ligas distintas a fim de formar uma única chapa/folha, e foi validada na escala de protótipo a capacidade técnica de produção deste novo produto. Houve avanço junto a grandes brand owners, associações e clientes com fomento de reciclagem de embalagens multicamadas via tecnologia ReAl, alavancando novas oportunidades. Junto a Abic (associação brasileira da Indústria Cafeeira) em seu fórum bianual, foram divulgadas ao mercado de café as vantagens das embalagens de alumínio, e especialmente sua circularidade com o ReAl. Percebeu-se no mesmo ano aumento junto aos convertedores de embalagens para esta aplicação. Outro ponto de destaque foi a marca Primora, focada no mercado de construção civil, que no ano de seu lançamento teve aproximadamente 1000t de alumínio comercializado para aplicações em obras por todo o país.

### RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou serviços relacionados à auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, revisões das demonstrações contábeis consolidadas trimestrais da Companhia, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada. Honorários relacionados à auditoria referem-se a serviços como due diligence tradicionalmente realizados por um auditor externo em aquisições e consultoria sobre padrões e transações contábeis. Por fim, a CBA informa que a PwC, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços não relacionados à auditoria durante o exercício de 2022.

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., emitido em 09 de março de 2022, sobre as referidas demonstrações financeiras.

#### Contato RI

ri.cba.com.br
ri@cba.com.br

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

→★ continuação

## COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

### BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em milhares de reais

| Ativo | Nota | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | 552.839 | 1.280.956 | 849.082 | 1.449.345 |
| Aplicações financeiras | 10 | 270.544 | 280.485 | 339.846 | 337.350 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | 25.804 | 10.749 | 33.172 | 10.749 |
| Contas a receber de clientes | 11 | 467.734 | 605.096 | 496.305 | 698.249 |
| Estoques | 12 | 1.569.932 | 1.236.046 | 1.881.369 | 1.592.312 |
| Tributos a recuperar | 13 | 377.672 | 252.447 | 419.791 | 294.434 |
| Dividendos a receber | 14 | 22.804 | 15.415 | 12.536 | 664 |
| Outros ativos | | 198.817 | 63.026 | 238.175 | 71.880 |
| | | 3.486.146 | 3.744.220 | 4.270.276 | 4.454.983 |
| Ativo não circulante disponível para venda | 31 | 78.137 | | 78.137 | |
| | | 3.564.283 | 3.744.220 | 4.348.413 | 4.454.983 |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Aplicações financeiras | 10 | | 64 | | 64 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | 81.615 | 22.171 | 103.687 | 28.985 |
| Tributos a recuperar | 13 | 659.417 | 662.662 | 690.852 | 685.465 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 22 | 260.854 | 342.498 | 155.623 | 253.943 |
| Partes relacionadas | 14 | 48.599 | 47.274 | 60.648 | 57.323 |
| Depósitos judiciais | 23 | 16.169 | 15.157 | 17.703 | 16.656 |
| Outros ativos | | 44.296 | 43.988 | 49.918 | 69.768 |
| | | 1.110.950 | 1.133.814 | 1.078.431 | 1.112.204 |
| Investimentos | 16 | 1.553.205 | 1.383.455 | 360.592 | 204.972 |
| Imobilizado | 17 | 4.659.346 | 4.155.577 | 5.499.239 | 5.152.008 |
| Intangível | 18 | 744.091 | 784.471 | 956.784 | 997.923 |
| Direito de uso | 19 | 16.810 | 39.685 | 31.246 | 43.137 |
| | | 8.084.402 | 7.497.002 | 7.926.292 | 7.510.244 |
| Total do ativo | | 11.648.685 | 11.241.222 | 12.274.705 | 11.965.227 |

| Passivo e patrimônio líquido | Nota | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 20 | 107.593 | 38.285 | 107.593 | 69.383 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | 4.148 | 231.289 | 4.148 | 231.289 |
| Arrendamentos | 19 | 12.835 | 25.542 | 16.274 | 27.126 |
| Risco sacado a pagar | 21 | 203.627 | 557.750 | 210.491 | 558.017 |
| Fornecedores | | 861.782 | 558.300 | 1.008.669 | 655.626 |
| Salários e encargos sociais | | 151.342 | 145.131 | 170.926 | 162.243 |
| Tributos a recolher | | 17.696 | 32.832 | 33.962 | 78.275 |
| Adiantamento de clientes | | 25.713 | 38.981 | 31.183 | 47.663 |
| Dividendos a pagar | 14 | 206.044 | 57.199 | 227.116 | 142.191 |
| Uso do bem público - UBP | 24 | 47.800 | 66.477 | 55.582 | 74.314 |
| Contratos futuros de energia | 15 | 94.899 | 11.142 | 94.899 | 11.142 |
| Partes relacionadas | 14 | 984 | 350 | 984 | 350 |
| Provisões | 23 | 93.008 | 29.218 | 93.008 | 29.218 |
| Outros passivos | | 73.438 | 24.142 | 133.729 | 72.797 |
| | | 1.900.909 | 1.816.638 | 2.188.564 | 2.159.634 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 20 | 2.861.135 | 3.036.682 | 2.861.135 | 3.036.682 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | 28.552 | 99.840 | 28.552 | 109.600 |
| Arrendamentos | 19 | 4.205 | 15.569 | 15.545 | 17.563 |
| Partes relacionadas | 14 | 58.985 | 49.543 | 73.106 | 61.800 |
| Provisões | 23 | 708.039 | 784.579 | 710.731 | 790.729 |
| Uso do bem público - UBP | 24 | 907.227 | 868.914 | 974.502 | 943.800 |
| Contratos futuros de energia | 15 | 26.899 | 24.253 | 26.899 | 24.253 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 22 | | | 13.074 | 39.636 |
| Outros passivos | | 57.182 | 44.405 | 59.120 | 65.549 |
| | | 4.652.224 | 4.923.785 | 4.762.664 | 5.089.612 |
| Total do passivo | | 6.553.133 | 6.740.423 | 6.951.228 | 7.249.246 |
| Patrimônio líquido | 25 | | | | |
| Capital social | | 4.705.047 | 4.705.309 | 4.705.047 | 4.705.309 |
| Reserva de lucros | | 673.531 | 183.384 | 673.531 | 183.384 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (283.026) | (387.894) | (283.026) | (387.894) |
| Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores | | 5.095.552 | 4.500.799 | 5.095.552 | 4.500.799 |
| Participação dos acionistas não controladores | | | | 227.925 | 215.182 |
| Total do patrimônio líquido | | 5.095.552 | 4.500.799 | 5.323.477 | 4.715.981 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 11.648.685 | 11.241.222 | 12.274.705 | 11.965.227 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

| | | Atribuível aos acionistas controladores | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Capital social | | Reserva de lucros | | | | | | |
| | Nota | Capital social | Custos com emissão de ações | Legal | Retenção | Lucros (Prejuízos) acumulados | Ajustes de avaliação patrimonial | Total | Participação dos acionistas não controladores | Patrimônio líquido |
| **Em 1º de janeiro de 2021** | | 4.950.095 | | | | (985.901) | (400.795) | 3.563.399 | 176.734 | 3.740.133 |
| **Resultado abrangente do exercício** | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | 742.944 | | 742.944 | 94.783 | 837.727 |
| Outros componentes do resultado abrangente | | | | | | | 12.901 | 12.901 | | 12.901 |
| | | | | | | 742.944 | 12.901 | 755.845 | 94.783 | 850.628 |
| **Transações com acionistas** | | | | | | | | | | |
| Aumento de capital | | 521 | | | | | | 521 | | 521 |
| Cisão parcial com redução de capital | | (417.696) | | | | | | (417.696) | | (417.696) |
| Redução de capital para absorção de prejuízo | | (483.461) | | | | 483.461 | | | | |
| Aumento de capital - Oferta primária de ações | | 700.000 | | | | | | 700.000 | | 700.000 |
| Custo na emissão de ações | | | (44.150) | | | | | (44.150) | | (44.150) |
| Destinação do resultado do exercício | | | | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | | | | 12.025 | | (12.025) | | | | |
| Deliberação de dividendos | | | | | | (57.120) | | (57.120) | (56.335) | (113.455) |
| Retenção de lucros | | | | | 171.359 | (171.359) | | | | |
| | | (200.636) | (44.150) | 12.025 | 171.359 | 242.957 | | 181.555 | (56.335) | 125.220 |
| **Em 31 de dezembro de 2021** | | 4.749.459 | (44.150) | 12.025 | 171.359 | | (387.894) | 4.500.799 | 215.182 | 4.715.981 |
| **Em 1º de janeiro de 2022** | | 4.749.459 | (44.150) | 12.025 | 171.359 | | (387.894) | 4.500.799 | 215.182 | 4.715.981 |
| **Resultado abrangente do exercício** | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | 867.549 | | 867.549 | 89.697 | 957.246 |
| Outros componentes do resultado abrangente | | | | | | | 174.921 | 174.921 | | 174.921 |
| | | | | | | 867.549 | 174.921 | 1.042.470 | 89.697 | 1.132.167 |
| **Transações com acionistas** | | | | | | | | | | |
| Aquisição da Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. | | | | | | | (70.053) | (70.053) | (6.841) | (76.894) |
| Aumento de capital CBA Energia | 1.1 (n) | | | | | | | | 16.421 | 16.421 |
| Deliberação de dividendos | 1.1 (g) | | | | (171.359) | | | (171.359) | | (171.359) |
| Deliberação de dividendos CBA Energia | 1.1 (n) | | | | | | | | (67.535) | (67.535) |
| Custos na emissão de ações | | | (262) | | | | | (262) | | (262) |
| Destinação do resultado do exercício | | | | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | 25 (c) | | | 43.377 | | (43.377) | | | | |
| Deliberação de dividendos | 25 (b) | | | | | (206.043) | | (206.043) | (18.999) | (225.042) |
| Retenção de lucros | | | | | 618.129 | (618.129) | | | | |
| | | | (262) | 43.377 | 446.770 | (867.549) | (70.053) | (447.717) | (76.954) | (524.671) |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | | 4.749.459 | (44.412) | 55.402 | 618.129 | | (283.026) | 5.095.552 | 227.925 | 5.323.477 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
**Em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

#### 1. Considerações gerais

A Companhia Brasileira de Alumínio ("Companhia" ou "CBA") é controlada pela Votorantim S.A. ("VSA"), sediada na cidade de São Paulo, tendo como atividades preponderantes a exploração e o aproveitamento de jazidas de bauxita no território nacional, produzindo e/ou comercializando, no país e no exterior, bauxita, alumina, alumínio primário e transformados, possuindo ampla linha de produtos, como lingotes, tarugos, chapas, bobinas, folhas e extrudados. Além disso, possui unidades produtivas, detidas por meio de controladas. A CBA Itapissuma Ltda. ("CBA Itapissuma"), situada em Pernambuco, localizada na cidade de Itapissuma, com capacidade instalada de 56 mil toneladas anuais entre folhas e chapas de alumínio, contribui para a competitividade da indústria nacional frente aos produtos importados, complementando a linha de produtos laminados da CBA. Em 31 de janeiro de 2022, a operação de aquisição de 80% das quotas da Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. ("Alux"), localizada no estado de São Paulo foi concluída (Nota 1.1. (a)). Em 18 de novembro de 2022, foi celebrado o primeiro aditivo ao contrato de compra e venda de quotas, onde definiu a aquisição pela Companha dos 20% das quotas remanescentes (Nota 1.1. (b)). Alux é um dos principais fornecedores de alumínio secundário do país, focado na produção de alumínio a partir da reciclagem de sucata, com capacidade instalada de 46 mil toneladas por ano e está entre os maiores fornecedores de ligas secundárias de alumínio do Brasil. Esta operação também incentiva a economia circular e contribui para a produção de alumínio com menor pegada de carbono. A Companhia ainda conta com sua investida Metalex Ltda. ("Metalex"), localizada em Araçariguama, no estado de São Paulo, e é responsável pela reciclagem de sucata de alumínio para a produção de tarugos. A unidade possui capacidade produtiva de 90 mil toneladas por ano. A Companhia comercializa o excedente da geração de energia elétrica no mercado local. Até 31 de janeiro de 2022, a comercialização era realizada por intermédio da Auren Comercializadora de Energia Ltda. ("Auren Comercializadora") (anteriormente denominada Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.), empresa em que o Grupo Votorantim possui participação, a qual prestava serviços de intermediação de negócios e assessoria relacionados à comercialização de energia elétrica. A CBA possui usinas hidrelétricas próprias e participa em consórcios, o que a possibilita reduzir o custo da energia consumida durante o processo de produção de alumínio primário. Ao todo, são 21 usinas hidrelétricas localizadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, totalizando 1,4 *gigawatt* de capacidade instalada 100% renovável (contribuindo para a produção de alumínio de baixo carbono), já ajustada pela participação da Companhia nos ativos e com fator de capacidade médio de 53%. A Companhia também participa da construção de um parque eólico no Nordeste, com capacidade de 171,6 *megawatt*. A partir de fevereiro de 2022, a comercialização de energia foi internalizada. A bauxita processada pela Companhia é preponderantemente proveniente de três unidades próprias de mineração, localizadas em Goiás (Barro Alto) e Minas Gerais (Poços de Caldas e Miraí), e de pequena parte de um fornecedor também localizado no estado de Goiás (Barro Alto), com o qual a Companhia possui contrato de compra e venda com vigência até 2028. A Companhia também detém operações de níquel que se encontram paralisadas, e para as quais estão sendo avaliadas alternativas de novos negócios para viabilização da operação. Os ativos relacionados a esta operação encontram-se com *impairment* constituído para sua totalidade. Para os ativos relacionados a refinaria de São Miguel Paulista, foi realizada a reversão do *impairment* em junho de 2022, tendo em vista a conclusão das condições precedentes de venda realizada em julho de 2022 (Nota 1.1. (c)). **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Aquisição de 80% da Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.:** Em 3 de novembro de 2021, a Companhia firmou o contrato para aquisição de 80% do capital social da Alux, cujo preço de aquisição de R$133.246, estava sujeito a ajustes no fechamento conforme estabelecido no contrato de compra e venda. A conclusão da transação estava condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais, bem como obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a qual foi formalizada sem restrições, em 6 de janeiro de 2022. Em 31 de janeiro de 2022, a aquisição da participação da Alux foi concluída, após cumprimento de todas as condições precedentes. O resumo dos saldos da Alux, a valor contábil e a valor justo em 31 de janeiro de 2022 encontra-se abaixo, considerando a atualização da versão final do PPA "*Purchase Price Allocation*". A variação entre o valor contábil e o valor justo decorre dos ajustes resultantes da avaliação e identificação de ativos e passivos conforme IFRS3/CPC 15 (R1) - "Combinação de negócios".

| | Valor contábil | Ajustes | Valor justo |
|---|---|---|---|
| Caixa e equivalente de caixa | 15.647 | | 15.647 |
| Contas a receber de clientes | 38.515 | | 38.515 |
| Estoques | 27.523 | 824 | 28.347 |
| Outros créditos | 26.922 | (26.821) | 101 |
| Imobilizado - Terras e benfeitorias | 3.893 | 20.874 | 24.767 |
| Imobilizado - Máquinas e equipamentos | 2.759 | 9.672 | 12.431 |
| Imobilizado - Veículos | 83 | 478 | 561 |
| Intangível | 23 | | 23 |
| Intangível - Carteira de clientes | | 41.905 | 41.905 |
| Intangível - Claúsula de não competição | | 901 | 901 |
| Fornecedores | (32.967) | | (32.967) |
| Outros passivos assumidos | (7.985) | | (7.985) |
| Impostos diferidos sobre a combinação de negócios | | (16.263) | (16.263) |
| **Total do patrimônio líquido** | 74.413 | 31.570 | 105.983 |

**Metodologia utilizada para apurar o valor justo:** (i) Estoques: ajuste considerando o valor de mercado dos estoques; (ii) Carteiras de clientes e cláusula de não competição: o valor justo do intangível proveniente de relacionamento com clientes foi apurado, conforme laudo de especialista contratado, considerando o método do "MPEEM (*Multi Period Earning Excess Method*)"; (iii) Imobilizado: os critérios de avaliação adotados para determinar o valor de mercado desses bens consistiram em avaliação pela taxa de retorno, com valor de mercado estimado para o total do imobilizado; (iv) Impostos a recuperar: no contrato "Compra e Venda de Quotas", decorrente da aquisição dos 80% da Alux pela Companhia, estabelece que 100% dos créditos tributários futuros pagos à Alux com fato gerador do crédito anterior ao processo de aquisição são pertencentes aos acionistas vendedores. Em 31 de janeiro de 2022, o montante dos referidos créditos reconhecidos na Alux era de R$26.821. **Ágio apurado nas aquisições (*goodwill*):**

| | 31/1/2022 |
|---|---|
| Contraprestação transferida | 133.246 |
| Valor da parcela do patrimônio líquido da Companhia adquirida a valor justo (R$105.983 x 80%) (i) | 84.786 |
| **Ágio de expectativa de rentabilidade futura** | 48.460 |

(i) Atualização do montante referente à versão final do PPA "*Purchase Price Allocation*". Foi gerado ágio na aquisição considerando que a contraprestação transferida incluiu o montante pago pelo prêmio de controle. **Divulgação do preço de aquisição para fins de apresentação do fluxo de caixa consolidado:**

| | 31/1/2022 |
|---|---|
| Contraprestação paga | 128.246 |
| Contas a pagar | 5.000 |
| Total contraprestação transferida | 133.246 |

**(b) Aquisição da participação remanescente da Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.:** Em 18 de novembro de 2022, a Companhia celebrou o primeiro aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Quotas para aquisição de 20% do capital social remanescente da Alux, cujo preço de aquisição foi de R$98.000, pagos da seguinte forma: (i) R$49 milhões, equivalente à primeira parcela, paga em 30 de novembro de 2022; e (ii) R$49 milhões, equivalente à segunda parcela, paga em 31 de janeiro de 2023. O resumo com a variação entre o valor contábil e o valor justo decorre dos ajustes resultantes da avaliação, encontra-se abaixo.

| | 30/11/2022 |
|---|---|
| Valor justo da contrapartida paga | 98.000 |
| Valor justo da parcela adquirida do patrimônio liquido da Alux | 27.947 |
| **Diferença entre valor justo da contrapartida paga e parcela adquirida de não controladores** | 70.053 |

A diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações de não controladores e o valor justo da contrapartida paga foi reconhecida na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no patrimônio de acordo com o IFRS10/CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

**(c) Venda da refinaria de níquel de São Miguel Paulista:** Em julho de 2022, foram concluídas as condições precedentes para encerramento da transação de venda da refinaria de níquel de São Miguel Paulista, conforme acordo de compra realizado com a empresa Jervois Mining Limited. Para efetivação da venda, foi realizado em 1º de julho de 2022 o *drop down* (que consiste na conferência de capital de uma empresa para outra), de ativos e a cessão dos respectivos passivos para uma nova entidade jurídica, denominada Cristal Mineração e Metalurgia Ltda. ("Cristal"). A transferência dos ativos para a Cristal foi realizada parte com aumento de capital, no montante de R$141.911, e parte pela cessão de passivos, no montante de R$23.204, totalizando o acervo líquido transferido no montante de R$118.707, conforme abaixo:

| | 1/7/2022 |
|---|---|
| Transferência de ativos via aumento de capital | 141.911 |
| Cessão de passivos | (23.204) |
| **Total do acervo líquido transferido** | 118.707 |

O acervo líquido transferido para a Cristal foi composto por:

| | 1/7/2022 |
|---|---|
| Ativo circulante | |
| Caixa e equivalente de caixa (i) | 750 |
| Estoques (i) | 2 |
| Outros ativos (ii) | 17 |
| | 769 |
| Ativo não circulante | |
| Imobilizado e intangível (i) | 141.159 |
| Ativo de descomissionamento (ii) | 27.911 |
| | 169.070 |
| **Total do ativo** | 169.839 |
| Passivo circulante | |
| Fornecedores (ii) | (325) |
| Salários e encargos sociais (ii) | (471) |
| Provisões (ii) | (1.487) |
| Outros passivos (ii) | (1.614) |
| | (3.897) |
| Passivo não circulante | |
| Passivo de descomissionamento (ii) | (30.634) |
| Passivo ambiental (ii) | (16.601) |
| | (47.235) |
| **Total do passivo** | (51.132) |
| **Total do acervo líquido** | 118.707 |

(i) Transferência de ativos via aumento de capital; (ii) Cessão de passivos. O valor total nominal da transação de venda corresponde a R$125.000 recebidos como adiantamento em 7 de dezembro de 2020 de R$15.000, R$ 47.500 em 15 de julho de 2022 no fechamento do contrato e o saldo remanescente de R$62.500 será pago até 30 de junho de 2023. O valor justo, conforme apresentado acima totalizou o montante de R$118.707. Em decorrência da venda definitiva da refinaria de níquel de São Miguel Paulista, a Companhia registrou, em junho de 2022, a reversão do *impairment* dos ativos contabilizado em anos anteriores no montante de R$169.070. **(d) Impactos da invasão da Ucrânia pelo governo russo e das sanções impostas à Rússia e países aliados:** A Companhia está monitorando a situação atual na Ucrânia e as sanções aplicadas à Rússia e à Bielorrússia, e suas implicações para os negócios da CBA e de suas controladas como um todo, inclusive a possibilidade de expansão de conflito para outros países atualmente não envolvidos. Os possíveis reflexos do conflito incluem impacto na cadeia de suprimentos, que podem afetar produção, investimentos e preços dos produtos, além de fatores relacionados a inflação e taxas de juros. Até a data das demonstrações financeiras não identificamos impactos significativos nas operações da Companhia. No entanto, não é possível prever ou mensurar possíveis impactos futuros decorrentes do conflito nas operações da Companhia, que mantém o monitoramento permanente sobre os possíveis reflexos decorrentes da evolução da guerra. **(e) Oferta pública de ações:** Em 3 de abril de 2022, a Companhia publicou fato relevante sobre a realização de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias ("Oferta Restrita"), com esforços restritos, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade de sua acionista controladora VSA. Em 6 de abril de 2022, a Companhia publicou fato relevante sobre a precificação da Oferta Restrita. O preço por ação foi fixado pelo Conselho de Administração da VSA, no montante de R$19,00 (dezenove reais), totalizando a Oferta Restrita o montante de R$904.400, mediante a alienação de 47.600 (quarenta e sete milhões e seiscentas mil) ações. A operação reforça as iniciativas para aumento de liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado, consequentemente atingindo o requerimento mínimo de *free float* previsto no regulamento do Novo Mercado da B3, além de estar inserida no contexto da estratégia de diversificação de portfólio da controladora VSA. **(f) Contratação de linha de crédito rotativo (*Committed Credit Facility*):** Em 22 de setembro de 2021, a Companhia concluiu a obtenção de linha de crédito rotativo (*Committed Credit Facility*) no montante de US$100 milhões. Essa transação, substituiu a linha vigente da VSA de US$200 milhões, em que a Companhia era uma das partes. Nesta operação, a CBA deverá medir e reportar o indicador de emissões de gases de efeito estufa anuais até 2025, e caso as metas definidas sejam alcançadas, terá um benefício do custo. Em contrapartida, caso não sejam, terá um incremento em seu custo anual. Esta linha de crédito traz ainda mais transparência e demonstra o compromisso da Companhia em reduzir as emissões de gases de efeito estufa. A operação contou com o parecer da *Sustainalytics*, consultoria externa global especializada em pesquisa, classificações e dados de ESG para operações financeiras (*Second-Party Opinion*), que avaliou o indicador ambiental utilizado. Esta operação possui prazo de cinco anos e pode ser acessada a qualquer momento, sendo que até a presente data não houve a utilização deste crédito rotativo. **(g) Distribuição de dividendos complementares:** Em 29 de abril de 2022, a Companhia deliberou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária Ordinária, a distribuição de dividendos complementares no montante de R$114.881, pagos em maio de 2022, e em 30 de novembro de 2022 foi deliberado, por meio do Conselho de administração da Companhia, a distribuição de dividendos complementares no montante de R$56.478, pagos em dezembro de 2022, correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido ajustado de 2021, totalizando R$171.359 de dividendos complementares pagos em 2022. **(h) Aquisição de participações societárias na autoprodução eólica Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Anselmo") e Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Isidoro") com opções de recompra pela Auren Energia S.A. ("Auren Energia"):** Em 30 de agosto de 2021, a CBA e sua controlada CBA Itapissuma concluíram os processos de aquisição de 49% do capital social da Ventos de Santo Anselmo, pela CBA, e da Ventos de Santo Isidoro, pela CBA Itapissuma da Auren Energia. A finalidade da aquisição foi a exploração de parques eólicos para geração de energia elétrica renovável ("parques eólicos") já detentores das autorizações requeridas pelo poder concedente. Com a conclusão da operação, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Os Parques Eólicos integram o complexo Ventos do Piauí II e III, localizados entre os estados de Pernambuco e Piauí, com 171,6 megawatt de capacidade instalada, equivalentes a 74,4 megawatt médios de energia assegurada. Foi celebrado também, entre a CBA, CBA Itapissuma, Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro, acordos de fornecimento de energia por um período de 10 anos. O fornecimento de energia será destinado a CBA e sua controlada CBA Itapissuma, com início previsto para 2023. O preço total das aquisições das participações societárias foi de R$59.560, sendo R$47.112 de compra direta pela Companhia ("Ventos de Santo Anselmo"), e R$12.448 de compra realizada pela controlada CBA Itapissuma ("Ventos de Santo Isidoro") com parcelas anuais a serem pagas entre 2023 e 2027. Estes valores foram reconhecidos inicialmente a valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, classificados como saldos a pagar com partes relacionadas conforme Nota 14. Adicionalmente, as Companhias e a Auren Energia celebraram um acordo de acionistas que prevê opções de compra pela Auren Energia das participações acionárias detidas pela controladora na Ventos de Santo Anselmo e pela CBA Itapissuma na Ventos de Santo Isidoro ao término dos contratos do acordo de fornecimento de energia. Estas opções de compra das participações, são por preço já acordado entre as partes e podem ser exercidas de forma unilateral pela Auren Energia, geraram a contabilização destas opções de compra como instrumentos financeiros a custo amortizado. Os reflexos destas opções foram refletidos na Nota 14 (a). **(i) Emissão de créditos de carbono:** Em 30 de agosto de 2022, foi realizada a primeira emissão de 316.000 créditos de carbono realizada pela CBA, em parceria com a Reservas Votorantim. A Reservas Votorantim é uma empresa do portfólio da VSA especializada em gestão de territórios e soluções baseadas na natureza, para negócios tradicionais e da nova economia, e que realiza a gestão das áreas ambientais da CBA. A iniciativa foi viabilizada por meio do Legado Verdes do Cerrado, reserva privada de desenvolvimento sustentável, localizada em Niquelândia (GO) e de propriedade da Companhia, com 32 mil hectares. Os créditos de carbono emitidos foram auditados por empresa credenciada, e estão em processo de homologação na Verra, uma plataforma global que faz a custódia dos créditos. A empresa criou os Verified Carbon Standards (VCS), padrões que são tidos como referência atualmente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha 316.000 toneladas ainda a serem homologadas pelos adquirentes, referentes a créditos de carbono gerados nos exercícios de 2017 e 2021, para os quais a Companhia não efetuou nenhuma venda até 31 de dezembro de 2022. As receitas são reconhecidas apenas quando da efetivação da venda do crédito de carbono. **(j) Compromissos ESG - "*Environmental, Social and Governance*":** A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Companhia e suas controladas, avançando na jornada ESG, em linha com os compromissos de Sustentabilidade para 2030 baseados em sete pilares: integridade e transparência, segurança, saúde e bem-estar, inovação, diversidade e inclusão, redução de emissões de gases de efeito estufa, economia circular e valor compartilhado. As mudanças climáticas estão no centro da estratégia da Companhia, guiando as iniciativas de inovação e investimentos atuais e futuros. Adicionalmente, com objetivo de contribuir com a evolução do mercado voluntário de carbono, a Companhia se uniu a outras empresas de diferentes setores na "Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono". O objetivo deste grupo, coordenado pela McKinsey & Company, é estruturar ações chave para desenvolver o mercado voluntário de carbono no Brasil e contribuir com o mercado global de créditos de carbono de alta integridade. Entre as principais entregas previstas, é a proposta de ações práticas para mitigar as maiores barreiras a esse mercado, incluindo mecanismos de ativação da oferta e demanda de alta integridade e ações de governança. **(k) Aquisição de participação da Campos Novos Energia S.A. ("Enercan") pela controlada CBA Energia Participações S.A. ("CBA Energia"):** Em 8 de agosto de 2022, em razão da realização do leilão público de desestatização da acionista da Enercan, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-G ("Vendedora"), segundo o edital que precificou a sua participação no empreendimento de 6,51%, foi obrigada a realizar a venda de sua participação acionária, conforme acordo de acionistas, precificado pela vendedora pelo montante total de R$96.827. Em 6 de outubro de 2022, a CBA Energia notificou a Vendedora informando o exercício do seu direito de preferência, conforme previsto no acordo de acionistas, para comprar a sua parcela de direito das Ações Ofertadas, que aumenta sua participação em 1,6571%, por um montante de R$24.632. As condições precedentes e aprovação dos órgãos reguladores foram concluídas, e em 17 de novembro de 2022 as partes assinaram contrato de compra e venda da participação.

| | 30/11/2022 |
|---|---|
| Contraprestação transferida | 24.632 |
| Valor da parcela do patrimônio líquido da Companhia adquirida a valor justo (R$818.934 x 1,6571%) | 13.571 |
| **Ágio de expectativa de rentabilidade futura** | 11.061 |

Antes desta data, a CBA Energia e os demais acionistas detinham o controle conjunto da Enercan.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

| | Nota | Controladora 2022 | Controladora 2021 Reapresentado Nota 2.3 (a) | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 Reapresentado Nota 2.3 (a) |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 26 | 7.575.527 | 7.382.884 | 8.824.627 | 8.423.180 |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 27 | (6.198.602) | (6.171.956) | (7.175.365) | (6.799.472) |
| **Lucro bruto** | | 1.376.925 | 1.210.928 | 1.649.262 | 1.623.708 |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | | | | |
| Com vendas | 27 | (42.044) | (30.283) | (49.351) | (42.269) |
| Gerais e administrativas | 27 | (351.560) | (294.097) | (405.059) | (338.027) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 29 | (45.671) | 120.592 | (49.600) | 97.799 |
| | | (439.275) | (203.788) | (504.010) | (282.497) |
| **Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro** | | 937.650 | 1.007.140 | 1.145.252 | 1.341.211 |
| **Resultado de participações societárias** | | | | | |
| Equivalência patrimonial | 16 | 45.757 | 132.241 | (12.865) | 13.355 |
| | | 45.757 | 132.241 | (12.865) | 13.355 |
| **Resultado financeiro líquido** | 30 | | | | |
| Receitas financeiras | | 228.703 | 94.378 | 270.468 | 109.816 |
| Despesas financeiras | | (471.773) | (426.236) | (512.431) | (461.500) |
| Resultado dos instrumentos financeiros derivativos | | 162.419 | (67.344) | 194.805 | (70.289) |
| Variações cambiais, líquidas | | 50.196 | (74.468) | 45.097 | (74.554) |
| | | (30.455) | (473.670) | (2.061) | (496.527) |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | | 952.952 | 665.711 | 1.130.326 | 858.039 |
| **Imposto de renda e contribuição social** | 22 | | | | |
| Correntes | | (105.431) | | (198.906) | (68.000) |
| Diferidos | | 3.769 | 77.864 | 9.567 | 48.319 |
| **Lucro líquido das operações continuadas** | | 851.290 | 743.575 | 940.987 | 838.358 |
| **Operações descontinuadas** | | | | | |
| Lucro líquido (prejuízo) proveniente da operação descontinuada | 2.3 (a) | 16.259 | (631) | 16.259 | (631) |
| **Lucro líquido atribuível aos acionistas** | | 867.549 | 742.944 | 957.246 | 837.727 |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores | | 867.549 | 742.944 | 867.549 | 742.944 |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores | | | | 89.697 | 94.783 |
| **Lucro líquido do exercício** | | 867.549 | 742.944 | 957.246 | 837.727 |
| Quantidade média ponderada de ações, em milhares | | 595.833 | 887.440 | | |
| **Lucro básico e diluído por lote de mil ações** | 25 (e) | 1.456,03 | 837,18 | | |
| Das operações continuadas | | | | | |
| **Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais** | | 1.428,74 | 837,89 | | |
| Das operações descontinuadas | | | | | |
| **Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais** | | 27,29 | (0,71) | | |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro
**Em milhares de reais**

| | Nota | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | | 867.549 | 742.944 | 957.246 | 837.727 |
| **Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado** | | | | | |
| *Hedge accounting* operacional, líquido de efeitos tributários | 25 (d) | 174.033 | 11.632 | 174.033 | 11.632 |
| Participação nos outros resultados abrangentes das investidas | | 888 | 1.269 | 888 | 1.269 |
| | | 174.921 | 12.901 | 174.921 | 12.901 |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | | 1.042.470 | 755.845 | 1.132.167 | 850.628 |
| **Resultado abrangente atribuível aos acionistas** | | | | | |
| Controladores | | | | 1.042.470 | 755.845 |
| Não controladores | | | | 89.697 | 94.783 |
| | | | | 1.132.167 | 850.628 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro
**Em milhares de reais**

| | Nota | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | | |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | | **952.952** | **665.711** | **1.130.326** | **858.039** |
| Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| Juros, variações monetárias e cambiais | | 186.020 | 404.517 | 169.806 | 416.376 |
| Equivalência patrimonial | 16 (c) | (45.757) | (131.610) | 12.865 | (12.724) |
| Depreciação, amortização e exaustão | 27 | 454.023 | 426.008 | 539.511 | 496.045 |
| Contratos futuros de energia | 29 | 86.403 | (183.105) | 86.403 | (183.105) |
| Ganho na venda de imobilizado | 29 | | (29.000) | | (29.000) |
| Baixa na venda de ativos | | 5.169 | 532.733 | 6.667 | 533.889 |
| Valor justo de ativo disponível para venda | 29 | 47.522 | | 47.522 | |
| Reconhecimento de ganho por compra vantajosa na aquisição de investimentos | 29 | | (17.143) | | (17.143) |
| Reversão para desvalorização de ativos *(impairment)* | 29 | (226.006) | (603.945) | (226.007) | (603.945) |
| Provisão para desvalorização de tributos *(impairment)* | 29 | 15.444 | | 15.444 | |
| Instrumentos financeiros derivativos | | (23.598) | 909.386 | (55.984) | 912.332 |
| Repactuação do risco hidrológico | | | (188.047) | | (285.446) |
| Projeto Rondon | | | 111.955 | | 111.955 |
| Valor justo - Propriedade para investimento | | (7.960) | | (7.960) | |
| Constituição de provisões, líquidas | | 38.056 | 86.146 | 39.458 | 85.887 |
| | | 1.482.268 | 1.983.606 | 1.758.051 | 2.283.160 |
| **Decréscimo (acréscimo) em ativos** | | | | | |
| Aplicações financeiras | | 106.260 | 188.543 | 76.657 | 234.517 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | (222.946) | (796.573) | (222.946) | (796.573) |
| Contas a receber de clientes | | 64.748 | (196.397) | 111.900 | (219.590) |
| Estoques | | (318.686) | (402.801) | (248.074) | (523.959) |
| Tributos a recuperar | | 24.071 | 464.143 | 107.445 | 477.713 |
| Depósitos judiciais | | (18.412) | (4.620) | (18.429) | (5.232) |
| Demais créditos e outros ativos | | (6.652) | (32.134) | (110.286) | (16.190) |
| **Acréscimo (decréscimo) em passivos** | | | | | |
| Fornecedores | | 303.807 | 227.797 | 326.484 | 229.509 |
| Risco sacado a pagar | | (354.123) | (36.831) | (347.526) | (36.564) |
| Salários e encargos sociais | | 6.682 | (13.360) | 8.536 | (13.518) |
| Tributos a recolher | | (120.567) | 1.774 | (216.065) | (64.335) |
| Uso do bem público - UBP | | 24.237 | (7.034) | 24.357 | 25.132 |
| Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas | | (44.876) | (68.039) | (46.540) | (68.038) |
| Demais obrigações e outros passivos | | 61.940 | 12.759 | 56.171 | 20.401 |
| **Caixa proveniente das atividades operacionais** | | **987.751** | **1.320.833** | **1.259.735** | **1.526.433** |
| Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e uso do bem público - UBP | | (238.028) | (196.421) | (250.069) | (198.263) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (161.495) | (106.589) | (254.887) | (167.108) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | | **588.228** | **1.017.823** | **754.779** | **1.161.062** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | | |
| Aquisição de imobilizado e intangível | 17 e 18 | (896.145) | (457.986) | (952.426) | (523.577) |
| Aquisição de 80% Alux | 1.1 (a) | (128.246) | | (128.244) | |
| Aquisição remanescente 20% Alux | 1.1 (b) | (49.000) | | (49.000) | |
| Aquisição de participação de não controladores Enercan | 1.1 (k) | | | (24.632) | |
| Aquisição de investimento Santa Cruz | | | (2.500) | | (2.500) |
| Ajuste de preço de aquisição de investimento | | | 12.828 | | 12.828 |
| Aumento de capital em investidas | 16 (c) | (93.548) | (106.600) | | |
| Venda de investimento São Miguel Paulista | 1.1 (c) | 47.500 | | 47.500 | |
| Recebimento pela venda de imobilizado e intangível | | | (2.555) | | (5.918) |
| Dividendos recebidos | | | 35.633 | 46.528 | |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | | **(1.119.439)** | **(521.180)** | **(1.060.274)** | **(519.167)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | | |
| Recebimento por emissão de ações ordinárias - Oferta primária de ações | | | 700.000 | | 700.000 |
| Custo na emissão de ações | | (262) | (44.150) | (262) | (44.150) |
| Recebimento aumento capital CBA Energia | | | | 16.421 | |
| Captações de recursos | 20 | 534.971 | 308.928 | 534.971 | 308.928 |
| Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures | 20 | (481.328) | (324.301) | (511.535) | (354.741) |
| Redução de capital | | | (407.022) | | (407.022) |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 4.091 | 16.026 | 4.091 | 16.026 |
| Dividendos pagos | | (228.478) | | (324.090) | (11.391) |
| Liquidação de arrendamentos | 19 | (25.900) | (29.153) | (30.002) | (32.924) |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento** | | **(196.906)** | **220.328** | **(310.406)** | **174.726** |
| Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa | | (728.117) | 716.971 | (615.901) | 816.621 |
| Efeito no caixa de empresa excluída na consolidação | | | | (9) | |
| Efeito no caixa de empresa adquirida e incluída na consolidação | | | | 15.647 | 286 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | | **1.280.956** | **563.985** | **1.449.345** | **632.438** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício** | | **552.839** | **1.280.956** | **849.082** | **1.449.345** |
| **Transações que não afetaram caixa** | | | | | |
| Aumento de capital | | | 521 | | 521 |
| Imóveis envolvidos na redução de capital | | | 10.674 | | |
| Novos contratos de arrendamento | | | 53.254 | 14.660 | 58.854 |
| Contas pagar | 1.1 (a) | 5.000 | | 5.000 | |
| Aquisição remanescente 20% Alux | | (49.000) | | (49.000) | |
| Imóvel recebido como forma de quitação de dívida | 31 | (18.000) | | (18.000) | |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro
**Em milhares de reais**

| | Nota | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas** | | | | | |
| Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas) | | 8.850.189 | 8.755.276 | 10.527.940 | 10.162.963 |
| Outras receitas operacionais | | 48.319 | 77.670 | 45.902 | 56.657 |
| Provisão de créditos de liquidação duvidosa | 11 | (5.614) | 3.829 | (6.731) | 3.814 |
| | | 8.892.894 | 8.836.775 | 10.567.111 | 10.223.434 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | | | | |
| Matérias-primas e outros insumos de produção | | (4.265.141) | (4.539.496) | (4.995.598) | (5.103.361) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | | (1.269.994) | (1.523.026) | (1.378.969) | (1.576.632) |
| | | (5.535.135) | (6.062.522) | (6.374.567) | (6.679.993) |
| **Valor adicionado bruto** | | 3.357.759 | 2.774.253 | 4.192.544 | 3.543.441 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 17 e 18 | (454.023) | (426.008) | (539.511) | (496.045) |
| Reversão para desvalorização de ativos *(impairm*ent) | 29 | 226.006 | 603.945 | 226.007 | 603.945 |
| Repactuação do risco hidrológico | 27 | | 188.047 | | 285.446 |
| **Valor adicionado líquido produzido** | | 3.129.742 | 3.140.237 | 3.879.040 | 3.936.787 |
| **Transferências** | | | | | |
| Resultado de participações societárias | 16 | 45.757 | 131.610 | (12.865) | 12.724 |
| Receitas financeiras e variações cambiais ativas | | 1.027.726 | 552.677 | 1.137.281 | 587.398 |
| Tributos diferidos | 22 | 3.769 | 77.864 | 9.567 | 48.319 |
| | | 1.077.252 | 762.151 | 1.133.983 | 648.441 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | | 4.206.994 | 3.902.388 | 5.013.023 | 4.585.228 |
| **Distribuição do valor adicionado** | | | | | |
| Pessoal e encargos sociais | 28 | | | | |
| Remuneração direta | | 462.081 | 383.225 | 522.061 | 431.984 |
| Encargos sociais | | 238.252 | 186.635 | 270.451 | 214.154 |
| Benefícios | | 123.645 | 108.305 | 141.049 | 122.814 |
| | | 823.978 | 678.165 | 933.561 | 768.952 |
| **Impostos e contribuições** | | | | | |
| Federais | | 890.288 | 905.140 | 1.249.674 | 1.210.166 |
| Estaduais | | 510.227 | 486.998 | 675.773 | 620.032 |
| | | 1.400.515 | 1.392.138 | 1.925.447 | 1.830.198 |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | | | | | |
| Despesas financeiras e variações cambiais passivas | | 1.058.181 | 1.026.347 | 1.139.342 | 1.083.925 |
| Aluguéis e arrendamentos | 19 | 56.771 | 62.794 | 57.427 | 64.426 |
| | | 1.114.952 | 1.089.141 | 1.196.769 | 1.148.351 |
| **Remuneração de capitais próprios** | | | | | |
| Participação dos acionistas não controladores | | | | 89.697 | 94.783 |
| Lucro líquido do exercício | | 867.549 | 742.944 | 867.549 | 742.944 |
| | | 867.549 | 742.944 | 957.246 | 837.727 |
| **Valor adicionado distribuído** | | 4.206.994 | 3.902.388 | 5.013.023 | 4.585.228 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

→★ continuação

**COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

No entanto, em razão dessa saída, os acionistas remanescentes da Enercan exerceram sua opção de obter essas ações adicionais, o que levou um deles (parte não relacionada à CBA Energia) a adquirir o controle da Enercan, fazendo com que a CBA Energia e os demais acionistas perdessem o controle conjunto. A partir desta data, a CBA Energia deixou de reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas relacionados ao seu percentual de contribuição na Enercan e passou a reconhecer a entidade como coligada, pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que a CBA Energia ainda detém influência significativa na entidade. Na desconsolidação, o ágio da Enercan já existente no montante de R$30.501, foi reclassificado e está apresentado na rubrica de "Investimentos" (Nota 16 (c)). A tabela a seguir mostra os valores em cada linha do balanço que foram desconsolidados a partir de dezembro de 2022.

| **Ativo** | **30/11/2022** | **Passivo e patrimônio líquido** | **30/11/2022** |
|---|---|---|---|
| Circulante | | Circulante | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | Fornecedores | 6.083 |
| Aplicações financeiras | 49.567 | Salários e encargos sociais | 212 |
| Contas a receber de clientes | 54.828 | Tributos a recolher | 47.508 |
| Tributos a recuperar | 1.276 | Dividendos a pagar | 52.474 |
| Outros ativos | 1.131 | Uso do bem público - UBP | 1.203 |
| | | Outros passivos | 3.525 |
| | 106.811 | | 111.005 |
| Não circulante | | Não circulante | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7.921 | Provisões | 1.867 |
| Outros ativos | 1.551 | Uso do bem público - UBP | 9.849 |
| | 9.472 | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 27.950 |
| Investimentos | 241 | Outros passivos | 2.712 |
| Imobilizado | 175.316 | | 42.378 |
| Intangível | 56.297 | | |
| Direito de uso | 2 | Total do passivo | 153.383 |
| | | Patrimônio líquido | |
| | 241.328 | Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores | 194.756 |
| | | Total do patrimônio líquido | 194.756 |
| Total do ativo | 348.139 | Total do passivo e patrimônio líquido | 348.139 |

**(l) Operação descontinuada da Mineração Rio do Norte ("MRN"):** Em 27 de dezembro de 2022, a administração da Companhia decidiu pelo desinvestimento da sua participação na MRN. Com isso, o investimento foi reclassificado para a conta de ativo mantido para venda (Nota 31 (a)), e foi reconhecido um "*impairment*" no montante de R$47.522, fazendo com que o referido ativo fosse demonstrado pelo seu valor justo.

| | **30/11/2022** |
|---|---|
| Ativo mantido para venda | 99.699 |
| (–) Ajuste ao valor Justo | 47.522 |
| **Ativo líquido mantido para venda** | 52.177 |

O valor justo descrito acima foi calculado com base em transações similares no atual estágio em que a investida se encontra. **(m) Aquisição da L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. ("L.C.G") pela Companhia:** Em 1º de outubro de 2022, a Companhia assinou contrato de compra de 100% das quotas da L.C.G junto a VSA. Esta empresa de pequeno porte atua como *backoffice* de usinas de energia, e prestava serviço para a Companhia até 30 de setembro de 2022. O valor da aquisição foi realizado pelo valor de mercado, no montante de R$5.337, não gerando ágio, sendo pago integralmente durante o mês de outubro de 2022. Com a aquisição, a L.C.G passa a ser controlada pela CBA, e consolidada a partir de outubro de 2022. **(n) Aumento de capital e distribuição de dividendos intermediários da CBA Energia:** Em 29 de abril de 2022, a Companhia deliberou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária Ordinária, a distribuição de dividendos adicionais acerca da destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$98.232, sendo R$30.697 para a CBA e R$67.535 para Auren Energia. Em 31 de outubro de 2022, a CBA e Auren Energia aumentaram o capital da CBA Energia no montante total de R$24.631, sendo R$8.210 da CBA e R$16.421 da Auren Energia, mediante aportes em moeda corrente nacional. Na mesma data, a CBA Energia deliberou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$4.000, relativos a lucros intercalares apurados pela CBA Energia no balanço levantado em 30 de junho de 2022, os quais ainda não foram pagos.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

**2.1 Base de apresentação: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vigentes em 31 de dezembro de 2022, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerou o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, foram mensurados ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. As políticas contábeis das controladas, coligadas e *joint operation* são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 4. A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **(b) Aprovação das demonstrações financeiras:** O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 9 de março de 2023. **2.2 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 2.2 (c). **(a) Controladas:** Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e *joint operation*, são reconhecidos na demonstração do resultado. **(c) Principais empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas**

| **Principais empresas consolidadas** | **Percentual do capital votante 2022** | **2021** | **Localização da sede** | **Atividade principal** |
|---|---|---|---|---|
| **Controladas** | | | | |
| Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. | 100,00 | | São Paulo - Brasil | Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias |
| Campos Novos Energia S.A. | | 23,78 | Santa Catarina - Brasil | Geração de energia elétrica |
| CBA Energia Participações S.A. | 100,00 | 100,00 | São Paulo - Brasil | Participação em sociedades de geração de energia |
| CBA Itapissuma Ltda. | 100,00 | 100,00 | São Paulo - Brasil | Produção de laminados de alumínio |
| CBA Machadinho Geração de Energia Ltda. | 100,00 | 100,00 | São Paulo - Brasil | Participação em sociedades de geração de energia |
| L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. | 100,00 | | São Paulo - Brasil | Instalação e manutenção elétrica |
| Metalex Ltda. | 100,00 | 100,00 | São Paulo - Brasil | Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias |
| Santa Cruz Geração de Energia S.A. | 100,00 | 100,00 | São Paulo - Brasil | Geração de energia |
| **Fundos de aplicação financeira exclusivos** | | | | |
| Fundo de Investimentos Pentágono | | | | |
| CBA Multimercado - Crédito privado | 100,00 | 100,00 | Brasil | Gestão de recursos financeiros |

| **Principais empresas não consolidadas** | **Percentual do capital votante 2022** | **2021** | **Localização da sede** | **Atividade principal** |
|---|---|---|---|---|
| **Coligadas** | | | | |
| Alunorte - Alumina do Norte S.A. | 3,52 | 3,52 | Pará - Brasil | Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias |
| Baesa - Energética Barra Grande S.A. | 15,00 | 15,00 | Santa Catarina - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Campos Novos Energia S.A. | 25,44 | | Santa Catarina - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Mineração Rio do Norte S.A. (Nota 32 (a)) | 10,00 | 10,00 | Pará - Brasil | Extração de minério de alumínio |

**2.3 Reapresentação de cifras comparativas: (a) Ativo classificado como mantido para venda:** A Companhia iniciou um plano de venda do seu investimento da MRN, desta forma, apresenta nestas demonstrações financeiras seu resultado como operação descontinuada. De acordo com o "IFRS 5/CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada", as informações financeiras comparativas do exercício de 2021 estão reapresentadas para refletir esta operação, sendo o montante de R$631 ajustado com efeito de receita na rubrica de "Equivalência patrimonial" e despesa na rubrica de "Prejuízo proveniente das operações descontinuadas". **2.4 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional da Companhia é o Real ("R$"). **(b) Transações e saldos:** As operações em moedas estrangeiras são convertidas em reais. Para itens remensurados são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Variações cambiais, líquidas".

## 3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

**3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas:** Uma série de novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3.2 Nova norma emitida e emenda às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas: a) Alteração no CPC 32/IAS 12 "Tributos sobre o lucro" (aplicável para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023):** A mudança requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. A Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar sobre essas alterações e identificaram possíveis impactos em suas políticas contábeis. A Companhia e suas controladas estão coordenando uma avaliação de acordo com as regulamentações tributárias para concluir sobre possíveis impactos a partir de 1º de janeiro de 2023.

## 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas: (i) Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6.2); (ii) Contas a receber de clientes (Nota 11); (iii) Tributos a recuperar (Nota 13); (iv) Contratos futuros de energia (Nota 15); (v) Imobilizado e obrigações com descomissionamento de ativos (Nota 17); (vi) Intangível (Nota 18); (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 22).

## 5. Gestão de risco socioambiental

A Companhia e suas controladas atuam em diversas atividades e estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais no meio ambiente, que obrigam a remoção e limpeza, evitando a contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão. A Companhia e suas controladas realizam periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. **5.1 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** Tendo em vista a natureza das operações da Companhia, existe exposição inerente a riscos provenientes de mudanças climáticas. Adicionalmente, os ativos da Companhia, notadamente, os ativos imobilizados (Nota 17) e intangíveis (Nota 18), podem ser impactados por mudanças climáticas, principalmente em relação as suas respectivas recuperabilidades ("*impairment*"), às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir: **i. Riscos de transição:** Legais e políticos: precificação de carbono e taxas de fronteira sobre o alumínio; Tecnológicos: indisponibilidade de tecnologias para redução de emissões de gases de efeito estufa frente à crescente demanda por alumínio de baixo carbono; Mercado: oscilações nos preços do alumínio devido a efeitos provenientes de mudanças climáticas nos países produtores; Reputacionais: estigmatização do setor como carbono intensivo, apesar da baixa pegada de carbono da CBA. **ii. Riscos físicos:** Crônicos: estão relacionados principalmente à redução da precipitação, aumento dos períodos de seca e aumento de temperatura, podendo ocasionar redução da geração de energia por fonte hídrica e impactos na produção e conflito pelo uso da água. Agudos: referentes a eventos climáticos extremos, com potencial de causar desmoronamento do solo nas áreas de lavras, perdas de mudas utilizadas em plantio de áreas mineradas, sobrecarga de sistemas elétricos, e danos a estruturas físicas das operações.

## 6. Gestão de risco financeiro

**6.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda, preços de *commodities* e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez. Parte significativa dos produtos vendidos pela Companhia é *commodity* (alumínio), cujo preço têm referência nas cotações internacionais *London Metal Exchange* ("LME") e são denominados em dólares norte-americanos. Os custos, porém, são predominantemente denominados em reais, resultando no descasamento natural de moedas entre receitas e custos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem dívidas atreladas a indexadores e moedas distintas, que podem afetar seu fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas seguem as diretrizes definidas na Política Financeira aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento, onde estabelece que se deve monitorar cada fator de risco de mercado e pode-se contratar instrumentos derivativos visando atenuar os efeitos diversos destes riscos. De acordo com esta Política, os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção financeira e mitigação de riscos são: *swaps* convencionais, compra de opções de compra (*calls*), compra de opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros de moedas, juros ou *commodities* e contratos a termo de moedas, juros ou *commodities* (NDF - *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplam compras e vendas de opções simultaneamente somente são autorizadas quando não resultam em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos financeiros para fins especulativos. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** O Real (R$) é a moeda funcional da Companhia, e todos os esforços do processo de gestão de riscos de mercado têm como objetivo a proteção da volatilidade do fluxo de caixa nesta moeda, a redução da exposição cambial, a preservação da capacidade de pagamento de obrigações financeiras e a manutenção de níveis de liquidez e endividamento definidos pela Administração. Essa proteção é contratada acompanhando-se a exposição cambial líquida. Neste sentido, a Política Financeira destaca que é permitida a contratação de derivativos com o objetivo de diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, reduzir a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas da Companhia. Desta forma, para reduzir a exposição cambial oriunda predominantemente da receita futura atrelada a dólares norte-americanos, a Companhia utiliza instrumentos derivativos conforme aprovados em sua Política Financeira para (i) colocar seus contratos operacionais e dívidas em reais na mesma moeda de sua receita; ou (ii) converter suas receitas em dólares norte-americano para reais, obtendo, assim, uma exposição cambial a dólares norte-americanos menor (a exposição cambial é igual às receitas, caixa e aplicações e outras entradas em dólar norte-americano menos os custos, despesas e dívidas na mesma moeda). Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

| | | **Controladora** | | **Consolidado** | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos em moeda estrangeira** | **Nota** | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | 440.779 | 305.072 | 452.683 | 334.760 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | 107.419 | 32.920 | 136.859 | 39.734 |
| Contas a receber de clientes | 11 (b) | 133.406 | 174.785 | 150.828 | 197.138 |
| | | 681.604 | 512.777 | 740.370 | 571.632 |
| **Passivos em moeda estrangeira** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (i) | | 2.510.094 | 2.635.882 | 2.510.094 | 2.635.882 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | 32.700 | 331.129 | 32.700 | 340.889 |
| Risco sacado a pagar | | 26.693 | 397.445 | 26.693 | 397.445 |
| Fornecedores | | 148.949 | 72.405 | 149.738 | 80.786 |
| | | 2.718.436 | 3.436.861 | 2.719.225 | 3.455.002 |
| **Exposição líquida** | | **(2.036.832)** | **(2.924.084)** | **(1.978.855)** | **(2.883.370)** |

(i) Os custos de captação não são considerados nesta tabela. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Política Financeira estabelece diretrizes e normas para a proteção contra oscilações de taxas de juros que afetam o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas. Com base nas exposições projetadas (advindas de contratos operacionais ou de dívida) para os principais indexadores de taxa de juros (principalmente CDI e IPCA), a Tesouraria elabora propostas para contratação de *hedge*, quando aplicável, e as submete à aprovação da Diretoria ou do Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia. Tais propostas de *hedge* podem considerar a troca de indexadores em posição ativa de juros por indexadores ou taxas pré-fixadas em posição passiva de câmbio ou na própria moeda. **(iii) Risco do preço de *commodities*:** A Política Financeira estabelece diretrizes para a proteção contra oscilações de preços de *commodities*, tanto na receita quanto nos custos, que afetam os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas operacionais. As exposições a cada commodity consideram as projeções mensais de produção e vendas e o volume de compras de *commoditites*. **(b) Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros derivativos, *time deposits*, CDBs, operações compromissadas com lastro em debêntures e títulos públicos federais criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem definido em sua Política Financeira que é necessário considerar apenas emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) para operações *onshore* ou "BBB-" (em escala global) para operações *offshore*, ou equivalente. Adicionalmente, a Política Financeira define limites de alocação por contraparte levando em consideração a concentração e percentual do patrimônio líquido de cada entidade. Os ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, devem ser aprovados pelo Conselho de Administração. A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações via modelo de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato com cada contraparte. A utilização da metodologia segue diretrizes definidas na Política Financeira. **(c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa. A tabela a seguir apresenta os principais passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento (período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento). Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise quando seus vencimentos contratuais são essenciais para entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores não podem ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, arrendamentos e uso do bem público.

| | | | | | | **Controladora** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **Até 1 ano** | **Entre 1 e 3 anos** | **Entre 3 e 5 anos** | **Entre 5 e 10 anos** | **A partir de 10 anos** | **Total** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 265.409 | 1.198.937 | 1.421.116 | 897.562 | 25.951 | 3.808.975 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 4.148 | 7.643 | 7.292 | 11.046 | 2.571 | 32.700 |
| Arrendamentos | 24.514 | 4.037 | | | | 28.551 |
| Risco sacado a pagar | 203.627 | | | | | 203.627 |
| Fornecedores | 861.782 | | | | | 861.782 |
| Dividendos a pagar | 206.044 | | | | | 206.044 |
| Uso do bem público - UBP | 69.861 | 151.661 | 170.825 | 528.234 | 551.608 | 1.472.189 |
| Partes relacionadas | 984 | 58.985 | | | | 59.969 |
| | 1.636.369 | 1.421.263 | 1.599.233 | 1.436.842 | 580.130 | 6.673.837 |

| | | | | | | **Controladora** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **Até 1 ano** | **Entre 1 e 3 anos** | **Entre 3 e 5 anos** | **Entre 5 e 10 anos** | **A partir de 10 anos** | **Total** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 172.352 | 1.120.307 | 1.417.693 | 962.941 | 42.513 | 3.715.806 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 231.289 | 13.156 | 14.206 | 51.948 | 20.530 | 331.129 |
| Arrendamentos | 25.093 | 14.772 | 96 | | | 39.961 |
| Risco sacado a pagar | 557.750 | | | | | 557.750 |
| Fornecedores | 558.300 | | | | | 558.300 |
| Dividendos a pagar | 57.199 | | | | | 57.199 |
| Uso do bem público - UBP | 49.844 | 111.861 | 121.519 | 438.346 | 505.998 | 1.227.568 |
| Partes relacionadas | 350 | 49.543 | | | | 49.893 |
| | 1.652.177 | 1.309.639 | 1.553.514 | 1.453.235 | 569.041 | 6.537.606 |

| | | | | | | **Consolidado** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **Até 1 ano** | **Entre 1 e 3 anos** | **Entre 3 e 5 anos** | **Entre 5 e 10 anos** | **A partir de 10 anos** | **Total** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 265.409 | 1.198.937 | 1.421.116 | 897.562 | 25.951 | 3.808.975 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 4.148 | 7.643 | 7.292 | 11.046 | 2.571 | 32.700 |
| Arrendamentos | 26.299 | 8.070 | 4.562 | | | 38.931 |
| Risco sacado a pagar | 210.491 | | | | | 210.491 |
| Fornecedores | 1.008.669 | | | | | 1.008.669 |
| Dividendos a pagar | 227.116 | | | | | 227.116 |
| Uso do bem público - UBP | 77.644 | 167.226 | 186.390 | 559.363 | 556.624 | 1.547.247 |
| Partes relacionadas | 984 | 73.106 | | | | 74.090 |
| | 1.820.760 | 1.454.982 | 1.619.360 | 1.467.971 | 585.146 | 6.948.219 |

| | | | | | | **Consolidado** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **Até 1 ano** | **Entre 1 e 3 anos** | **Entre 3 e 5 anos** | **Entre 5 e 10 anos** | **A partir de 10 anos** | **Total** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 205.450 | 1.120.307 | 1.417.693 | 962.941 | 42.513 | 3.748.904 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 231.289 | 13.156 | 14.432 | 58.743 | 23.269 | 340.889 |
| Arrendamentos | 26.838 | 16.876 | 112 | | | 43.826 |
| Risco sacado a pagar | 558.017 | | | | | 558.017 |
| Fornecedores | 655.626 | | | | | 655.626 |
| Dividendos a pagar | 142.191 | | | | | 142.191 |
| Uso do bem público - UBP | 57.681 | 143.206 | 137.192 | 477.528 | 510.357 | 1.325.964 |
| Partes relacionadas | 350 | 61.800 | | | | 62.150 |
| | 1.877.442 | 1.355.345 | 1.569.429 | 1.499.212 | 576.139 | 6.877.567 |

**6.2 Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mantidos ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como instrumento de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: **(a) *Hedge* de fluxo de caixa:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos e designa como *hedge accounting* passivos não derivativos. **Programa de proteção do resultado operacional (hedge da receita/estratégico) -** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para efetuar a venda a termo de commodity em conjunto com a venda a termo de Dólar americano. Em junho de 2021, este hedge deixou de ser executado pela Companhia e os contratos vigentes se encerraram em maio de 2022. A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os valores acumulados no patrimônio líquido relacionadas a eventuais parcelas não efetivas são imediatamente reconhecidos no resultado do período. Ganhos ou perdas são levados ao resultado nos períodos em que se realizam as referidas vendas referenciadas em preço LME. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui saldos em aberto relacionados a esse programa. **Programa de proteção do prêmio da exportação -** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia contratou em 2020 e 2021 instrumentos financeiros derivativos para proteger parte do prêmio implementado nas vendas no mercado externo contra oscilações do câmbio. O hedge, nesse caso, foi realizado através da compra e venda de opções, montando-se a estrutura de *Zero Cost Collar ("*ZCC"). Através dessa estrutura obtém-se um intervalo de livre oscilação cambial para o prêmio negociado em dólares, com um limite máximo e um limite mínimo para o dólar. A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os valores acumulados no patrimônio líquido relacionadas a eventuais parcelas não efetivas são imediatamente reconhecidos no resultado do período. Ganhos ou perdas são levados ao resultado nos períodos em que se realizam as referidas vendas referenciadas em preço LME. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui saldos em aberto relacionados a esse programa. **Nota de Crédito à Exportação (NCE) dolarizada -** Visando a proteção do fluxo de caixa futuro gerado pelas receitas dolarizadas (dado que os preços são negociados com base nos preços da bolsa de Londres LME - em dólares por tonelada), a Companhia designou passivos financeiros não derivativos em moeda estrangeira em *hedge accounting*. A parcela efetiva da variação cambial das operações designadas e qualificadas como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os valores acumulados no patrimônio líquido relacionados a eventuais parcelas não efetivas são imediatamente reconhecidos no resultado do período. Ganhos ou perdas, bem como a amortização dos juros são levados ao resultado nos períodos em que se realizam as referidas vendas referenciadas em preço LME. **(b) Instrumentos derivativos não designados em *hedge accounting*:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial. Os instrumentos abaixo não foram designados como *hedge accounting*. **Instrumentos de proteção de dívida em Dólares -** instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de transformar as taxas flutuantes em IPCA (ou outro indexador) em reais para taxas fixas em dólares, casando parcialmente a moeda das despesas financeiras e amortização das dívidas com a da receita, reduzindo então a exposição cambial a dólares da companhia. A proteção é realizada por meio de *swaps*. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de "Resultado financeiro líquido". **Instrumentos de proteção de contratos operacionais -** instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de transformar as taxas flutuantes em IPCA (ou outro indexador) em Reais dos contratos operacionais da companhia para taxas fixas em Dólares, casando parcialmente a moeda dos contratos operacionais com a da receita, reduzindo então a exposição cambial a dólares da companhia. A proteção é realizada por meio de swaps. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do período na rubrica de "Resultado financeiro líquido". **(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado por meio de modelos consagrados de precificação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço patrimonial. Todas as operações de instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em mercados de balcão. **(d) Efeitos dos derivativos no balanço patrimonial, resultado financeiro e fluxo de caixa:** A seguir são apresentados os instrumentos financeiros derivativos e os objetos protegidos por eles:

| | | | | | | | | | **Controladora** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | **2022** | | | | |
| | | **Valor principal** | | **2021** | | | **Valor justo** | | **2022** |
| **Programas** | **Unidade** | **2022** | **2021** | **Total (líquido entre ativo e passivo)** | **Receita (despesa)** | **Resultado financeiro** | **Outros resultados abrangentes** | **Perda (ganho) realizada** | **Total (líquido entre ativo e passivo)** |
| **Instrumentos derivativos designados em *hedge accounting*** | | | | | | | | | |
| **Programa de proteção do resultado operacional *(hedge* estratégico)** | | | | | | | | | |
| Termo de alumínio | ton | | 57.200 | (217.452) | (190.209) | | 132.518 | 275.143 | |
| Termo de dólar americano | USD mil | | 119.641 | 2.852 | 51.388 | | (2.043) | (52.197) | |
| | | | | (214.600) | (138.821) | | 130.475 | 222.946 | |
| **Instrumentos derivativos não designados em *hedge accounting*** | | | | | | | | | |
| **Instrumentos de proteção de dívida em dólares** | | | | | | | | | |
| *Swa*ps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD | BRL mil | 128.937 | 141.948 | (67.969) | | 39.435 | | (4.091) | (32.625) |
| | | | | (67.969) | | 39.435 | – | (4.091) | (32.625) |
| **Instrumentos de proteção de contratos operacionais de energia** | | | | | | | | | |
| *Swa*ps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD | BRL mil | 651.235 | 651.235 | (15.640) | | 122.984 | | | 107.344 |
| | | | | (15.640) | – | 122.984 | – | – | 107.344 |
| | | | | (298.209) | (138.821) | 162.419 | 130.475 | 218.855 | 74.719 |
| Ativo circulante | | | | 10.749 | | | | | 25.804 |
| Ativo não circulante | | | | 22.171 | | | | | 81.615 |
| Passivo circulante | | | | (231.289) | | | | | (4.148) |
| Passivo não circulante | | | | (99.840) | | | | | (28.552) |
| | | | | (298.209) | | | | | 74.719 |

| | | | | | | | | | **Consolidado** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | **2022** | | | | |
| | | **Valor principal** | | **2021** | | | **Valor justo** | | **2022** |
| **Programas** | **Unidade** | **2022** | **2021** | **Total (líquido entre ativo e passivo)** | **Receita (despesa)** | **Resultado financeiro** | **Outros resultados abrangentes** | **Perda (ganho) realizada** | **Total (líquido entre ativo e passivo)** |
| **Instrumentos derivativos designados em *hedge accounting*** | | | | | | | | | |
| **Programa de proteção do resultado operacional *(hedge* estratégico)** | | | | | | | | | |
| Termo de alumínio | ton | | 57.200 | (217.452) | (190.209) | | 132.518 | 275.143 | |
| Termo de dólar americano | USD mil | | 119.641 | 2.852 | 51.388 | | (2.043) | (52.197) | |
| | | | | (214.600) | (138.821) | | 130.475 | 222.946 | |
| **Instrumentos derivativos não designados em *hedge accounting*** | | | | | | | | | |
| **Instrumentos de proteção de dívida em dólares** | | | | | | | | | |
| *Swa*ps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD | BRL mil | 128.937 | 141.948 | (67.969) | | 39.435 | | (4.091) | (32.625) |
| | | | | (67.969) | | 39.435 | | (4.091) | (32.625) |
| **Instrumentos de proteção de contratos operacionais de energia** | | | | | | | | | |
| *Swa*ps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD | BRL mil | 823.310 | 823.310 | (18.586) | | 155.370 | | | 136.784 |
| | | | | (18.586) | | 155.370 | | | 136.784 |
| | | | | (301.155) | (138.821) | 194.805 | 130.475 | 218.855 | 104.159 |
| Ativo circulante | | | | 10.749 | | | | | 33.172 |
| Ativo não circulante | | | | 28.985 | | | | | 103.687 |
| Passivo circulante | | | | (231.289) | | | | | (4.148) |
| Passivo não circulante | | | | (109.600) | | | | | (28.552) |
| | | | | (301.155) | | | | | 104.159 |

| | | | | | | | | | | | **Controladora** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | **Valor justo por vencimento** |
| **Programas** | **Unidade** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** | **2027** | **2028** | **2029** | **2030** | **2031** | **A partir de 2032** |
| **Instrumentos derivativos não designados em *hedge accounting*** | | | | | | | | | | | |
| **Instrumentos de proteção de dívida em dólares** | | | | | | | | | | | |
| *Swa*ps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD | BRL mil | (4.107) | (3.887) | (3.720) | (3.696) | (3.596) | (3.427) | (2.042) | (1.929) | (1.858) | (4.363) |
| | | (4.107) | (3.887) | (3.720) | (3.696) | (3.596) | (3.427) | (2.042) | (1.929) | (1.858) | (4.363) |
| **Instrumentos de proteção de contratos operacionais de energia** | | | | | | | | | | | |
| *Swa*ps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em USD | BRL mil | 25.763 | 15.395 | 13.430 | 11.528 | 9.897 | 8.466 | 7.275 | 6.129 | 5.211 | 4.250 |
| | | 25.763 | 15.395 | 13.430 | 11.528 | 9.897 | 8.466 | 7.275 | 6.129 | 5.211 | 4.250 |
| | | 21.656 | 11.508 | 9.710 | 7.832 | 6.301 | 5.039 | 5.233 | 4.200 | 3.353 | (113) |

| | | | | | | | | | | | **Consolidado** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | **Valor justo por vencimento** |
| **Programas** | **Unidade** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** | **2027** | **2028** | **2029** | **2030** | **2031** | **A partir de 2032** |
| **Instrumentos derivativos não designados em *hedge accounting*** | | | | | | | | | | | |
| **Instrumentos de proteção de dívida em dólares** | | | | | | | | | | | |
| *Swa*ps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD | BRL mil | (4.107) | (3.887) | (3.720) | (3.696) | (3.596) | (3.427) | (2.042) | (1.929) | (1.858) | (4.363) |
| | | (4.107) | (3.887) | (3.720) | (3.696) | (3.596) | (3.427) | (2.042) | (1.929) | (1.858) | (4.363) |
| **Instrumentos de proteção de contratos operacionais de energia** | | | | | | | | | | | |
| *Swa*ps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em USD | BRL mil | 33.131 | 19.602 | 17.092 | 14.666 | 12.583 | 10.755 | 9.233 | 7.767 | 6.591 | 5.364 |
| | | 33.131 | 19.602 | 17.092 | 14.666 | 12.583 | 10.755 | 9.233 | 7.767 | 6.591 | 5.364 |
| | | 29.024 | 15.715 | 13.372 | 10.970 | 8.987 | 7.328 | 7.191 | 5.838 | 4.733 | 1.001 |

IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo. USD Dólar americano.

**6.3 Estimativa do valor justo:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização: **Ativos financeiros -** considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. **Passivos financeiros -** estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi utilizado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, de acordo com as taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares. A Companhia divulga as mensurações do valor justo de acordo com a seguinte hierarquia de níveis: (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) (nível 2). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo foram classificados nos níveis 1 e 2 de hierarquia do valor justo, conforme demonstrado a seguir:

| | | | **Controladora** |
|---|---|---|---|
| | **Valor justo medido com base em** | | **2022** |
| | **Preços cotados em mercado ativo** | **Técnica de valoração suportada por preços** | |
| **Ativos** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Valor justo** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 371.980 | 180.859 | 552.839 |
| Aplicações financeiras | 270.501 | 43 | 270.544 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 107.419 | 107.419 |
| | 642.481 | 288.321 | 930.802 |
| **Passivos** | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 32.700 | 32.700 |
| Contratos futuros de energia | | 121.798 | 121.798 |
| | | 154.498 | 154.498 |

| | | | **Controladora** |
|---|---|---|---|
| | **Valor justo medido com base em** | | **2021** |
| | **Preços cotados em mercado ativo** | **Técnica de valoração suportada por preços** | |
| **Ativos** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Valor justo** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 422.842 | 858.114 | 1.280.956 |
| Aplicações financeiras | 221.590 | 58.959 | 280.549 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 32.920 | 32.920 |
| | 644.432 | 949.993 | 1.594.425 |
| **Passivos** | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 331.129 | 331.129 |
| Contratos futuros de energia | | 35.395 | 35.395 |
| | | 366.524 | 366.524 |

| | | | **Consolidado** |
|---|---|---|---|
| | **Valor justo medido com base em** | | **2022** |
| | **Preços cotados em mercado ativo** | **Técnica de valoração suportada por preços** | |
| **Ativos** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Valor justo** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 451.336 | 397.746 | 849.082 |
| Aplicações financeiras | 333.538 | 6.308 | 339.846 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 136.859 | 136.859 |
| | 784.874 | 540.913 | 1.325.787 |
| **Passivos** | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 32.700 | 32.700 |
| Contratos futuros de energia | | 121.798 | 121.798 |
| | | 154.498 | 154.498 |

| | | | **Consolidado** |
|---|---|---|---|
| | **Valor justo medido com base em** | | **2021** |
| | **Preços cotados em mercado ativo** | **Técnica de valoração suportada por preços** | |
| **Ativos** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Valor justo** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 527.348 | 921.997 | 1.449.345 |
| Aplicações financeiras | 221.588 | 115.826 | 337.414 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 39.734 | 39.734 |
| | 748.936 | 1.077.557 | 1.826.493 |
| **Passivos** | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 340.889 | 340.889 |
| Contratos futuros de energia | | 35.395 | 35.395 |
| | | 376.284 | 376.284 |

**6.4 Demonstrativo da análise de sensibilidade:** A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto, de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. Os principais fatores de risco são a exposição à flutuação do Dólar, CDI, IPCA, SOFR e preço de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia. Os cenários em 31 de dezembro de 2022 estão descritos abaixo: **Cenário I -** considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2022; **Cenário II -** considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2022.

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

continuação

**COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Em 31 de dezembro de 2022 -** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | | | | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | Impactos no resultado | | | |
| | | | | | | Cenários I & II | | | |
| **Fatores de Risco** | **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** | **Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)** | **Principal de instrumentos financeiros derivativos** | **Unidade** | **Contratos futuros de energia** | **-25%** | **-50%** | **25%** | **50%** |
| Câmbio | | | | | | | | | |
| USD | 440.779 | 2.510.094 | 780.172 | BRL mil | | 671.028 | 1.342.056 | (671.028) | (1.342.056) |
| Taxas de juros | | | | | | | | | |
| BRL - CDI | 322.801 | 231.444 | | BRL mil | | (3.118) | (6.235) | 3.118 | 6.235 |
| BRL - IPCA | 59.665 | 201.929 | 780.172 | BRL mil | | (23.736) | (44.084) | 27.206 | 57.996 |
| USD - SOFR | | 514.274 | | USD mil | | 6.127 | 12.255 | (6.127) | (12.255) |
| BRL - TR | | 36.226 | | BRL mil | | 148 | 295 | (148) | (295) |
| MtM de energia elétrica | | | | | | | | | |
| Valor justo | | | | BRL mil | 121.798 | (4.976) | (6.334) | 6.998 | 13.997 |

| | | | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | Impactos no resultado | | | |
| | | | | | | Cenários I & II | | | |
| **Fatores de Risco** | **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** | **Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)** | **Principal de instrumentos financeiros derivativos** | **Unidade** | **Contratos futuros de energia** | **-25%** | **-50%** | **25%** | **50%** |
| Câmbio | | | | | | | | | |
| USD | 452.683 | 2.510.094 | 952.247 | BRL mil | | 698.223 | 1.396.445 | (698.223) | (1.396.445) |
| Taxas de juros | | | | | | | | | |
| BRL - CDI | 642.799 | 231.444 | | BRL mil | | (14.038) | (28.075) | 14.038 | 28.075 |
| BRL - IPCA | 59.665 | 201.929 | 952.247 | BRL mil | | (32.653) | (61.264) | 36.830 | 78.006 |
| USD - SOFR | | 514.274 | | USD mil | | 6.127 | 12.255 | (6.127) | (12.255) |
| BRL - TR | | 36.226 | | BRL mil | | 148 | 295 | (148) | (295) |
| MtM de energia elétrica | | | | | | | | | |
| Valor justo | | | | BRL mil | 121.798 | (4.976) | (6.334) | 6.998 | 13.997 |

(i) Os saldos apresentados não conciliam com a nota explicativa pois para a análi se de sensibilidade não são considerados os custos de captação. BRL Moeda nacional Real. CDI Certificado de Depósito Interbancário. IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo. TR Taxa Referencial. USD Dólar americano. SOFR *Secured Overnight Financing Rate*.

**6.5 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de oferecer, de maneira consistente, retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice de alavancagem financeira, medido pela dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado dos últimos doze meses. A Companhia utiliza o EBITDA ajustado como indicador de seu desempenho operacional, apesar desta informação suplementar não ser definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade. O EBITDA ajustado é calculado a partir do lucro líquido mais/menos resultado financeiro, mais imposto de renda e contribuição social, mais depreciação, amortização e exaustão, menos o resultado nas participações societárias, mais dividendos recebidos de investidas e mais/menos itens não caixa excepcionais (itens não caixa considerados pela Administração como excepcionais, são excluídos da medição do EBITDA ajustado), de acordo com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012.

| | | Consolidado | |
|---|---|---|---|
| | **Nota** | **2022** | **2021** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 20 | 2.968.728 | 3.106.065 |
| Arrendamentos | 19 | 31.819 | 44.689 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | (849.082) | (1.449.345) |
| Aplicações financeiras | 10 | (339.846) | (337.414) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | (104.159) | 301.155 |
| **Dívida líquida - (A)** | | **1.707.460** | **1.665.150** |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **2022** | **2021** |
| Lucro líquido do exercício | 957.246 | 837.727 |
| Imposto de renda e contribuição social | 189.339 | 19.681 |
| Lucro líquido antes dos impostos | 1.146.585 | 857.408 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 539.511 | 496.045 |
| Resultado financeiro, líquido | 2.061 | 496.527 |
| **EBITDA** | **1.688.157** | **1.849.980** |
| Itens excepcionais | | |
| Equivalência patrimonial | 12.865 | (13.355) |
| Equivalência patrimonial - Operações descontinuadas | (16.259) | 631 |
| Contratos futuros de energia | 86.403 | (183.105) |
| Perda na venda de investimento | 18.493 | |
| Reconhecimento de ganho por compra vantajosa na aquisição de investimentos | | (17.143) |
| Reconhecimento ao valor justo dos ativos mantidos para venda | 47.522 | |
| Ganho na venda de imobilizado | | (29.000) |
| Provisão para desvalorização de tributos *(impairment)* | 15.444 | |
| Reversão para desvalorização de ativos *(impairment)* | (226.007) | (71.051) |
| **EBITDA ajustado (B)** | **1.626.618** | **1.536.957** |
| **Índice de alavancagem financeira - (A/B)** | **1,05** | **1,08** |

## 7. Instrumentos financeiros por categoria

**Política Contábil:** As compras e vendas normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado, onde os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no exercício em que ocorrem. **(a) Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual eles foram adquiridos e determina a classificação destes no seu reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias: **(i) Custo amortizado:** Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e para os quais os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(ii) Valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros que uma entidade administra com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda de tais ativos e ativos financeiros que não geram fluxos de caixa que sejam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é realizado de acordo com os fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros. As condições contratuais do ativo financeiro geram crescimento em datas específicas para os fluxos de caixa, representados por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

| | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|
| | | | | 2022 |
| | **Nota** | **Custo amortizado** | **Valor justo por meio de resultado** | **Total** |
| **Ativos** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | 9 | | 552.839 | 552.839 |
| Aplicações financeiras | 10 | | 270.544 | 270.544 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | | 107.419 | 107.419 |
| Contas a receber de clientes | 11 | 467.734 | | 467.734 |
| Dividendos a receber | 14 | 22.804 | | 22.804 |
| Partes relacionadas | 14 | 48.599 | | 48.599 |
| | | 539.137 | 930.802 | 1.469.939 |
| **Passivos** | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 20 | 2.968.728 | | 2.968.728 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | | 32.700 | 32.700 |
| Arrendamentos | 19 | 17.040 | | 17.040 |
| Risco sacado a pagar | 21 | 203.627 | | 203.627 |
| Fornecedores | | 861.782 | | 861.782 |
| Contratos futuros de energia | 15 | | 121.798 | 121.798 |
| Dividendos a pagar | 14 | 206.044 | | 206.044 |
| Partes relacionadas | 14 | 59.969 | | 59.969 |
| | | 4.317.190 | 154.498 | 4.471.688 |

| | | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 2021 |
| | **Nota** | **Custo amortizado** | **Valor justo por meio de resultado** | **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** | **Total** |
| **Ativos** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | 9 | | 1.280.956 | | 1.280.956 |
| Aplicações financeiras | 10 | | 280.549 | | 280.549 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | | 22.171 | 10.749 | 32.920 |
| Contas a receber de clientes | 11 | 605.096 | | | 605.096 |
| Dividendos a receber | 14 | 15.415 | | | 15.415 |
| Partes relacionadas | 14 | 47.274 | | | 47.274 |
| | | 667.785 | 1.583.676 | 10.749 | 2.262.210 |
| **Passivos** | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 20 | 3.074.967 | | | 3.074.967 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | | 105.781 | 225.348 | 331.129 |
| Arrendamentos | 19 | 41.111 | | | 41.111 |
| Risco sacado a pagar | 21 | 557.750 | | | 557.750 |
| Fornecedores | | 558.300 | | | 558.300 |
| Contratos futuros de energia | 15 | | 35.395 | | 35.395 |
| Dividendos a pagar | 14 | 57.199 | | | 57.199 |
| Partes relacionadas | 14 | 49.893 | | | 49.893 |
| | | 4.339.220 | 141.176 | 225.348 | 4.705.744 |

| | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| | | | | 2022 |
| | **Nota** | **Custo amortizado** | **Valor justo por meio de resultado** | **Total** |
| **Ativos** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | 9 | | 849.082 | 849.082 |
| Aplicações financeiras | 10 | | 339.846 | 339.846 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | | 136.859 | 136.859 |
| Contas a receber de clientes | 11 | 496.305 | | 496.305 |
| Partes relacionadas | 14 | 60.648 | | 60.648 |
| | | 556.953 | 1.325.787 | 1.882.740 |
| **Passivos** | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 20 | 2.968.728 | | 2.968.728 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | | 32.700 | 32.700 |
| Arrendamentos | 19 | 31.819 | | 31.819 |
| Risco sacado a pagar | 21 | 210.491 | | 210.491 |
| Fornecedores | | 1.008.669 | | 1.008.669 |
| Contratos futuros de energia | 15 | | 121.798 | 121.798 |
| Dividendos a pagar | 14 | 227.116 | | 227.116 |
| Partes relacionadas | 14 | 74.090 | | 74.090 |
| | | 4.520.913 | 154.498 | 4.675.411 |

| | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 2021 |
| | **Nota** | **Custo amortizado** | **Valor justo por meio de resultado** | **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** | **Total** |
| **Ativos** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | 9 | | 1.449.345 | | 1.449.345 |
| Aplicações financeiras | 10 | | 337.414 | | 337.414 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | | 28.985 | 10.749 | 39.734 |
| Contas a receber de clientes | 11 | 698.249 | | | 698.249 |
| Dividendos a receber | 14 | 664 | | | 664 |
| Partes relacionadas | 14 | 57.323 | | | 57.323 |
| | | 756.236 | 1.815.744 | 10.749 | 2.582.729 |
| **Passivos** | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 20 | 3.106.065 | | | 3.106.065 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.2 | | 115.541 | 225.348 | 340.889 |
| Arrendamentos | 19 | 44.689 | | | 44.689 |
| Risco sacado a pagar | 21 | 558.017 | | | 558.017 |
| Fornecedores | | 655.626 | | | 655.626 |
| Contratos futuros de energia | 15 | | 35.395 | | 35.395 |
| Dividendos a pagar | 14 | 142.191 | | | 142.191 |
| Partes relacionadas | 14 | 62.150 | | | 62.150 |
| | | 4.568.738 | 150.936 | 225.348 | 4.945.022 |

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

**7.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

## 8. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da *Standard & Poor's* e da *Fitch Ratings* e a classificação conforme estabelecido nas Políticas Financeiras.

| | Controladora | | | | | | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2022 | | | 2021 | | | 2022 | | | 2021 | | |
| | **Rating local** | **Rating global** | **Total** | **Rating local** | **Rating global** | **Total** | **Rating local** | **Rating global** | **Total** | **Rating local** | **Rating global** | **Total** |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | | | | | | | |
| AAA | 198.541 | | 198.541 | 1.066.992 | | 1.066.992 | 482.846 | | 482.846 | 1.205.471 | | 1.205.471 |
| AA+ | | | | 54.412 | | 54.412 | | | | 54.412 | | 54.412 |
| AA | 19 | | 19 | 153.722 | | 153.722 | 52 | | 52 | 153.942 | | 153.942 |
| AA- | | 79.190 | 79.190 | | | | 1 | 79.190 | 79.191 | | | |
| A+ | | 275.085 | 275.085 | 4 | 5.816 | 5.820 | | 286.988 | 286.988 | 4 | 35.504 | 35.508 |
| Sem *rating* | 4 | | 4 | 10 | | 10 | 5 | | 5 | 12 | | 12 |
| | 198.564 | 354.275 | 552.839 | 1.275.140 | 5.816 | 1.280.956 | 482.904 | 366.178 | 849.082 | 1.413.841 | 35.504 | 1.449.345 |
| Aplicações financeiras | | | | | | | | | | | | |
| AAA | 270.480 | | 270.480 | 280.480 | | 280.480 | 338.423 | | 338.423 | 321.918 | | 321.918 |
| AA | | | | 5 | | 5 | 1.359 | | 1.359 | 15.432 | | 15.432 |
| Sem *rating* | 64 | | 64 | 64 | | 64 | 64 | | 64 | 64 | | 64 |
| | 270.544 | | 270.544 | 280.549 | | 280.549 | 339.846 | | 339.846 | 337.414 | | 337.414 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | | | | | | | | | | | |
| AAA | 107.343 | | 107.343 | 31.824 | | 31.824 | 107.344 | | 107.344 | 31.824 | | 31.824 |
| AA | 76 | | 76 | 1.096 | | 1.096 | 29.515 | | 29.515 | 7.910 | | 7.910 |
| | 107.419 | | 107.419 | 32.920 | | 32.920 | 136.859 | | 136.859 | 39.734 | | 39.734 |
| | 576.527 | 354.275 | 930.802 | 1.588.609 | 5.816 | 1.594.425 | 959.609 | 366.178 | 1.325.787 | 1.790.989 | 35.504 | 1.826.493 |

## 9. Caixa e equivalentes de caixa

**Política contábil:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco baixo de mudança de valor.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| **Moeda nacional** | | | | |
| Caixa e bancos | 4.447 | 5.013 | 39.117 | 12.556 |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDBs | 77.562 | 858.114 | 294.441 | 921.997 |
| Operações compromissadas - Títulos públicos | 5.944 | 112.757 | 38.726 | 162.816 |
| Operações compromissadas - Títulos privados | 24.107 | | 24.105 | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFTs | | | | 17.216 |
| Quotas de Fundos de Investimentos | | | 10 | |
| | 112.060 | 975.884 | 396.399 | 1.114.585 |
| **Moeda estrangeira** | | | | |
| Caixa e bancos | 361.589 | 305.072 | 373.493 | 334.760 |
| *Time Deposits* | 79.190 | | 79.190 | |
| | 440.779 | 305.072 | 452.683 | 334.760 |
| | 552.839 | 1.280.956 | 849.082 | 1.449.345 |

O caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira compreendem as disponibilidades imediatas em contas correntes bancárias, as quais são remuneradas a taxa pré-fixada ou indexadas a taxas dos fundos da Reserva Federal dos Estados Unidos (*fed funds*). Em 31 de dezembro de 2022 os rendimentos médios dos CDBs e operações compromissadas foram de 102,52% a.a. e 95,66% a.a., respectivamente (31 de dezembro de 2021 - 102,73% a.a. e 101,67% a.a., respectivamente) da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e dos *time deposits* foram de 4,54%.

## 10. Aplicações financeiras

**Política contábil:** São classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Moeda nacional** | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDBs | 43 | 18.147 | 6.308 | 66.199 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFTs | 210.772 | 200.203 | 273.809 | 209.016 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTNs | 59.665 | | 59.665 | |
| Operações compromissadas - Títulos públicos | | 62.135 | | 62.135 |
| Outros | 64 | 64 | 64 | 64 |
| | 270.544 | 280.549 | 339.846 | 337.414 |
| Circulante | 270.544 | 280.485 | 339.846 | 337.350 |
| Não circulante | | 64 | | 64 |
| | 270.544 | 280.549 | 339.846 | 337.414 |

As aplicações na sua maioria compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras e são remuneradas entre 101,37% a.a. e 102,82% a.a. (31 de dezembro de 2021 - 103,64% e 105,21%) da variação do CDI.

## 11. Contas a receber de clientes

**Política contábil:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia aplicou a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 "Instrumentos financeiros" para calcular as perdas de crédito estimadas. A partir do perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica com base em seu risco. Para cada classe de risco, uma matriz de provisão foi desenvolvida considerando o histórico de contas não recebidas e intervalos de tempo do contas a receber e é aplicada na integralidade do contas a receber.

**(a) Composição:**

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Clientes nacionais | | 269.895 | 375.177 | 341.571 | 464.675 |
| Clientes estrangeiros | | 131.829 | 182.989 | 149.853 | 205.356 |
| Partes relacionadas | 14 | 95.281 | 70.587 | 40.563 | 57.169 |
| | | 497.005 | 628.753 | 531.987 | 727.200 |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | | (29.271) | (23.657) | (35.682) | (28.951) |
| | | 467.734 | 605.096 | 496.305 | 698.249 |

**(b) Composição por moedas:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Reais | 334.328 | 430.311 | 345.477 | 501.111 |
| Dólar Norte-americano | 133.406 | 174.785 | 150.828 | 197.138 |
| | 467.734 | 605.096 | 496.305 | 698.249 |

**(c) Movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa:** A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a perda estimada requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado montante de provisão a ser constituído.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Saldo no início do exercício | (23.657) | (27.486) | (28.951) | (32.765) |
| Provisões líquidas das reversões | (5.614) | 3.829 | (6.731) | 3.814 |
| Saldo no final do exercício | (29.271) | (23.657) | (35.682) | (28.951) |

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do exercício. Os valores debitados na conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

**(d) Vencimento:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| A vencer | 381.121 | 458.512 | 408.873 | 548.817 |
| Vencidos até 3 meses | 59.427 | 78.327 | 62.708 | 82.071 |
| Vencidos entre 3 a 6 meses | 1.064 | 7.864 | 2.886 | 7.965 |
| Vencidos há mais de 6 meses (i) | 55.393 | 84.050 | 57.520 | 88.347 |
| | 497.005 | 628.753 | 531.987 | 727.200 |

(i) Dentre o valor demonstrado na tabela, R$49.045 e R$55.045 referem-se ao saldo a receber de clientes que apresentam garantias reais (alienação fiduciária) junto à negociação dos títulos vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente.

## 12. Estoques

**Política contábil:** Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A Companhia, pelo menos uma vez ao ano, realiza o inventário físico das mercadorias constantes em seu estoque. Ajustes de inventário são registrados na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

**(a) Composição:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Produtos acabados | 256.026 | 371.572 | 348.749 | 472.590 |
| Produtos semi acabados | 851.990 | 574.539 | 937.963 | 693.636 |
| Materiais auxiliares e de consumo | 204.423 | 125.404 | 247.682 | 157.762 |
| Matérias-primas | 161.140 | 113.607 | 254.335 | 214.930 |
| Importações em andamento | 129.471 | 94.033 | 130.584 | 90.927 |
| Outros | | 5.211 | 376 | 13.425 |
| Estimativa de perdas (i) | (33.118) | (48.320) | (38.320) | (50.958) |
| | 1.569.932 | 1.236.046 | 1.881.369 | 1.592.312 |

Não há estoques dados como penhor em garantia de passivos. (i) A estimativa de perdas refere-se, substancialmente, aos materiais obsoletos e de baixo giro.

**(b) Movimentação da estimativa de perdas de estoques:**

| | | | | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 2022 | 2021 |
| | **Produtos acabados** | **Produtos semi acabados** | **Matérias-primas** | **Materiais auxiliares** | **Total** | **Total** |
| Saldo no início do exercício | (2.423) | (14.485) | (947) | (30.465) | (48.320) | (52.491) |
| Reversões (provisões) líquidas | (2.308) | (409) | 341 | 17.578 | 15.202 | 4.171 |
| Saldo no final do exercício | (4.731) | (14.894) | (606) | (12.887) | (33.118) | (48.320) |

| | | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 2022 | 2021 |
| | **Produtos acabados** | **Produtos semi acabados** | **Matérias-primas** | **Materiais auxiliares** | **Total** | **Total** |
| Saldo no início do exercício | (4.534) | (14.513) | (1.447) | (30.464) | (50.958) | (52.491) |
| Reversões (provisões) líquidas | (3.356) | (1.820) | 841 | 16.973 | 12.638 | 1.533 |
| Saldo no final do exercício | (7.890) | (16.333) | (606) | (13.491) | (38.320) | (50.958) |

## 13. Tributos a recuperar

**Política contábil:** Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal pela Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados. Os saldos de tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente pela Companhia. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia ou possível venda de parcela dos créditos. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

**(a) Composição:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 502.091 | 398.939 | 539.658 | 413.821 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL | 267.392 | 290.361 | 270.097 | 292.516 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 138.694 | 127.598 | 143.604 | 164.767 |
| Programa de Integração Social - PIS | 29.667 | 26.837 | 30.729 | 36.807 |
| Crédito previdenciário | 22.364 | 20.570 | 30.427 | 20.570 |
| ICMS sobre ativo imobilizado | 69.189 | 40.032 | 71.208 | 40.032 |
| Outros | 7.692 | 10.772 | 24.920 | 11.386 |
| | 1.037.089 | 915.109 | 1.110.643 | 979.899 |
| Circulante | 377.672 | 252.447 | 419.791 | 294.434 |
| Não circulante | 659.417 | 662.662 | 690.852 | 685.465 |
| | 1.037.089 | 915.109 | 1.110.643 | 979.899 |

## 14. Partes relacionadas

**Práticas contábeis:** As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (controladora, coligadas, *joint operation* e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

**(a) Balanço patrimonial:**

| | | | | | | | | | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Sociedade controladora** | **Sociedades controladas** | | | | | | | | | | **Sociedades ligadas** |
| | **VSA** | **Alux** | **CBA Energia** | **CBA Itapissuma** | **CBA Machadinho** | **Metalex** | **Enercan** | **Alunorte** | **Auren Comerc.** | **Auren Energia** | **Banco Votorantim** | **Outros** |
| **Contas a receber de clientes** | | | | | | | | | | | | |
| Faturamento entre empresas do grupo | | 3.573 | | 1.810 | | 49.331 | | 537 | 30.804 | | | |
| Outros | 1.970 | | | | | | | | | 147 | | 7.109 |
| **Dividendos a receber** | | 6.983 | 9.231 | | | | | | | | | 6.590 |
| **Ativo circulante e não circulante** | | | | | | | | | | | | |
| Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo (ii) | | | | | | | | | | 43.050 | | |
| Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii) | | | | | | | | | | | 75 | |
| Outros ativos | | | | | | | | | | | | 5.549 |
| **Fornecedores** | | | | | | | | | | | | |
| Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v) | 3.609 | | | | | | | | | | | |
| Faturamento de energia (i) | | | 8.329 | | 3.944 | | 25.214 | | 42.809 | | | |
| Faturamento das empresas do grupo | | | | 15 | | 1.212 | | 48.403 | | | | 9.058 |
| **Passivo circulante e não circulante** | | | | | | | | | | | | |
| Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo (ii) | | | | | | | | | | 53.380 | | |
| Adiantamento de clientes | | | | | | | | 538 | | 447 | | |
| Contratos futuros energia (i) | | | | | | | | | 121.798 | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (iii) | | | | | | | | | | | 32.700 | |
| Outros passivos | | | | | | | | | | | | 5.604 |
| **Dividendos a pagar** | 139.873 | | | | | | | | | | | |
| Acionistas não controladores | | | | | | | | | | | | 66.171 |
| **Total em 31 de dezembro de 2022** | **145.452** | **10.556** | **17.560** | **1.825** | **3.944** | **50.543** | **25.214** | **49.478** | **195.411** | **97.024** | **32.775** | **100.081** |

| | | | | | | | | | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Sociedade controladora** | **Sociedades controladas** | | | | | ***Joint operation*** | | | | | **Sociedades ligadas** |
| | **VSA** | **Alux** | **CBA Energia** | **CBA Itapissuma** | **CBA Machadinho** | **Metalex** | **Enercan** | **Alunorte** | **Auren Comerc.** | **Auren Energia** | **Banco Votorantim** | **Outros** |
| **Contas a receber de clientes** | | | | | | | | | | | | |
| Faturamento entre empresas do grupo | | | | 353 | 5.068 | 23.836 | | | 29.288 | | | |
| Outros | 3.689 | | | | | | | | | | | 8.353 |
| **Dividendos a receber** | | | 13.358 | | 1.393 | | | 664 | | | | |
| **Ativo circulante e não circulante** | | | | | | | | | | | | |
| Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo (ii) | | | | | | | | | | 36.372 | | |
| Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii) | | | | | | | | | | | 154.767 | |
| Outros ativos | | | | | | | | | | | | 10.902 |
| **Fornecedores** | | | | | | | | | | | | |
| Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v) | 4.912 | | | | | | | | | | | |
| Faturamento de energia (i) | | | 6.616 | 6 | 3.566 | | 41.123 | | 47.492 | | | 645 |
| Faturamento das empresas do grupo | | | | | | 1.249 | | | | | | |
| **Passivo circulante e não circulante** | | | | | | | | | | | | |
| Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo (ii) | | | | | | | | | | 46.331 | | |
| Adiantamento de clientes | | | | | | | | 347 | | | | 3 |
| Contratos futuros energia (i) | | | | | | | | | 35.395 | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (iii) | | | | | | | | | | | 68.430 | |
| Outros passivos | | | | | | | | | | | | 3.212 |
| **Dividendos a pagar** | 43.339 | | | | | | | | | | | |
| Acionistas não controladores | | | | | | | | | | | | 13.860 |
| **Outros resultados abrangentes** | | | | | | | | | | | 49.690 | |
| **Total em 31 de dezembro de 2021** | **51.940** | | **19.974** | **359** | **10.027** | **25.085** | **41.123** | **1.011** | **112.175** | **82.703** | **272.887** | **36.975** |

continua

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

continuação

## COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**Em 31 de dezembro de 2022** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Sociedade controladora | Consolidado Sociedades ligadas | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VSA | Enercan | Alunorte | Auren Comerc. | Auren Energia | Banco Votorantim | MRN | Outros |
| **Contas a receber de clientes** | | | | | | | | |
| Faturamento entre empresas do grupo | | | 537 | 30.811 | | | | |
| Outros | 1.970 | | | | 664 | | 39 | 6.542 |
| **Dividendos a receber** | | 5.946 | | | | | 6.590 | |
| **Ativo circulante e não circulante** | | | | | | | | |
| Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro (ii) | | | | | 55.101 | | | |
| Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii) | | | | | | 29.515 | | |
| Outros ativos | | | | | | | | 5.547 |
| **Fornecedores** | | | | | | | | |
| Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v) | 3.796 | | | | | | | |
| Faturamento de energia (i) | | 25.214 | | 42.809 | | | | |
| Faturamento das empresas do grupo | | | 48.403 | | | | | 8.739 |
| **Passivo circulante e não circulante** | | | | | | | | |
| Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro (ii) | | | | | 67.501 | | | |
| Adiantamento de clientes | | | 537 | | 447 | | | |
| Contratos futuros energia (i) | | | | 121.798 | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (iii) | | | | | | 32.700 | | |
| Outros passivos | | | | | | | | 5.605 |
| **Dividendos a pagar** | 139.873 | | | | 20.307 | | | |
| Acionistas não controladores | | | | | | | | 66.936 |
| **Total em 31 de dezembro de 2022** | **145.639** | **31.160** | **49.477** | **195.418** | **144.020** | **62.215** | **6.629** | **26.433** |

| | Sociedade controladora | *Joint operation* | Consolidado Sociedades ligadas | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VSA | Enercan | Alunorte | Auren Comerc. | Auren Energia | Banco Votorantim | MRN | Outros |
| **Contas a receber de clientes** | | | | | | | | |
| Faturamento entre empresas do grupo | | | | 34.362 | | | | |
| Outros | 3.689 | | | | | | | 19.118 |
| **Dividendos a receber** | | | 664 | | | | | |
| **Ativo circulante e não circulante** | | | | | | | | |
| Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro (ii) | | | | | 46.657 | | | |
| Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii) | | | | | | 177.009 | | |
| Outros ativos | | | | | | | | 10.666 |
| **Fornecedores** | | 41.123 | | | | | | |
| Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v) | 6.719 | | | | | | | |
| Faturamento de energia (i) | | | | 52.524 | | | | |
| Faturamento das empresas do grupo | | | | | | | | 644 |
| **Passivo circulante e não circulante** | | | | | | | | |
| Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro (ii) | | | | | 58.590 | | | |
| Adiantamento de clientes | | | 347 | | | | | 3 |
| Contratos futuros energia (i) | | | | 35.395 | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (iii) | | | | | | 78.190 | | |
| Outros passivos | | | | | | | | 3.210 |
| **Dividendos a pagar** | 43.339 | | | | 29.386 | | | 22.896 |
| Acionistas não controladores | | | | | | | | 46.570 |
| **Outros resultados abrangentes** | | | | | | 49.690 | | |
| **Total em 31 de dezembro de 2021** | **53.747** | **41.123** | **1.011** | **122.281** | **134.633** | **304.889** | | **103.107** |

**(b) Demonstração do resultado:**

| | Sociedade controladora | Sociedades controladas | | | | | Controladora Sociedades ligadas | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VSA | Alux | CBA Energia | CBA Itapissuma | CBA Machadinho | Metalex | Enercan | Alunorte | Auren Comerc. | Auren Energia | Banco Votorantim | L.C.G.S.P.E. | Nexa Resources | Outros |
| **Compras** | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v) | 36.194 | | | | | | | | | | | | | |
| Faturamento de energia (i) | | | 102.543 | | 46.785 | | 237.078 | | 462.584 | | | | | |
| Faturamento das empresas do grupo | | | | 17.663 | | 20.899 | | 425.326 | | | | 3.923 | 412 | 153 |
| **Vendas** | | | | | | | | | | | | | | |
| Saldos de faturamento de energia (i) | | | | | | | | | 275.253 | | | | | |
| Saldos de faturamento entre empresas | | 69.949 | | 7.639 | | 510.930 | | | | | | | 12.573 | 6.875 |
| **Receitas (despesas) financeiras** | | | | | | | | | | | | | | |
| Direitos do contrato de comercialização de energia elétrica no mercado livre (i) | | | | | | | | | | (160) | | | | |
| Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii) | | | | | | | | | | | 39.400 | | | |
| Outros | | | | | | | | | | | 469 | | | (2.100) |
| **Total em 31 de dezembro de 2022** | **36.194** | **69.949** | **102.543** | **25.302** | **46.785** | **531.829** | **237.078** | **425.326** | **737.837** | **(160)** | **39.869** | **3.923** | **12.985** | **4.928** |

| | Sociedade controladora | Sociedades controladas | | | | | *Joint operation* | Controladora Sociedades ligadas | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VSA | Alux | CBA Energia | CBA Itapissuma | CBA Machadinho | Metalex | Enercan | Alunorte | Auren Comerc. | Auren Energia | Banco Votorantim | L.C.G.S.P.E. | Nexa Resources | Outros |
| **Compras** | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v) | 26.944 | | | | | | | | | | | | | |
| Faturamento de energia (i) | | | 78.953 | | 41.935 | | 227.620 | | 643.139 | | | | | 22.114 |
| Faturamento das empresas do grupo | | | | 6.647 | | 8.195 | | 341.853 | | | | 4.277 | 676 | 51 |
| **Vendas** | | | | | | | | | | | | | | |
| Saldos de faturamento de energia (i) | | | | | | | | | 360.168 | | | | | |
| Saldos de faturamento entre empresas | | | | 7.691 | | 320.586 | | | | | | | 13.631 | 6.476 |
| **Receitas (despesas) financeiras** | | | | | | | | | | | | | | |
| Direitos do contrato de comercialização de energia elétrica no mercado livre (i) | | | | | | | | | | (9.959) | | | | |
| Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii) | | | | | | | | | | | (49.446) | | | |
| Outros | | | | | | | | | | | | | | 82 |
| **Total em 31 de dezembro de 2021** | **26.944** | | **78.953** | **14.338** | **41.935** | **328.781** | **227.620** | **341.853** | **1.003.307** | **(9.959)** | **(49.446)** | **4.277** | **14.307** | **28.723** |

| | Sociedade controladora | Consolidado Sociedades ligadas | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Compras** | VSA | Auren Comerc. | Auren Energia | Alunorte | Banco Votorantim | L.C.G.S.P.E. | Nexa Resources | Nexa Cajamarquilla | Outros |
| Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v) | 39.066 | | | | | | | | |
| Faturamento de energia (i) | | 507.114 | | | | | | | |
| Faturamento das empresas do grupo | | | | 425.326 | | 3.923 | 412 | | 99 |
| **Vendas** | | | | | | | | | |
| Saldos de faturamento de energia (i) | | 275.947 | 1.025 | | | | | | |
| Saldos de faturamento entre empresas | | | | | | | 12.573 | 6.875 | 203 |
| **Receitas (despesas) financeiras** | | | | | | | | | |
| Direitos do contrato de comercialização de energia elétrica no mercado livre (i) | | | (257) | | | | | | |
| Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos(iii) | | | | | 71.785 | | | | |
| Outros | | | | | 469 | | | | (2.100) |
| **Total em 31 de dezembro de 2022** | **39.066** | **783.061** | **768** | **425.326** | **72.254** | **3.923** | **12.985** | **6.875** | **(1.798)** |

| | Sociedade controladora | Consolidado Sociedades ligadas | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Compras** | VSA | Auren Comerc. | Auren Energia | Alunorte | Banco Votorantim | L.C.G.S.P.E. | Nexa Resources | Nexa Cajamarquilla | Outros |
| Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v) | 29.259 | | | | | | | | |
| Faturamento de energia (i) | | | | | | | | | |
| Faturamento das empresas do grupo | | 724.079 | | 341.853 | | 4.277 | 676 | | 51 |
| **Vendas** | | | | | | | | | |
| Saldos de faturamento de energia (i) | | 440.154 | | | | | | | |
| Saldos de faturamento entre empresas | | | | | | | 13.631 | 6.475 | 1 |
| **Receitas (despesas) financeiras** | | | | | | | | | |
| Direitos do contrato de comercialização de energia elétrica no mercado livre (i) | | | (11.932) | | | | | | |
| Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos(iii) | | | | | (58.595) | | | | |
| Outros | | | | | | | | | 82 |
| **Total em 31 de dezembro de 2021** | **29.259** | **1.164.233** | **(11.932)** | **341.853** | **(58.595)** | **4.277** | **14.307** | **6.475** | **134** |

(i) O saldo do passivo circulante e não circulante refere-se a direitos do contrato de comercialização de energia elétrica no mercado livre; (ii) Referem-se a contabilização das opções de compra pela Auren Energia da participação acionária detida pela CBA na Ventos de Santo Anselmo e pela CBA Itapissuma na Ventos de Santo Isidoro como instrumentos financeiros a custo amortizado, classificados como ativo e passivo não circulante (Nota 1.1 (h)); (iii) Referem-se a equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos contratados junto ao Banco Votorantim S.A.; (iv) Em 3 de fevereiro de 2022, a Auren Energia (anteriormente denominada VTRM) incorporou de forma reversa a sua então controladora em conjunto com a Votorantim Geração de Energia S.A., com efeito de extinção; (v) Referem-se a atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da controladora VSA, relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades beneficiam todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsadas à VSA com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia.

**(c) Dívidas da Companhia, garantidas por partes relacionadas**

| Modalidade | Garantidor | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| BNDES | VSA | 201.929 | 221.929 |
| Eurobonds - USD (Voto 24) (Nota 20(f)) | VSA | | 500.484 |
| | | 201.929 | 722.413 |

## 15. Contratos futuros de energia

**Política contábil:** A Companhia é autorizada a comercializar energia tanto no âmbito de mercado livre quanto no regulatório. Uma parte dessas transações assume a forma de contratos que foram celebrados e continuam a ser realizados com a finalidade de receber ou entregar a energia para uso próprio, respectivamente, de acordo com as demandas produtivas da mesma e, por isso, não atendem a definição de instrumento financeiro. Outra parte dessas transações se refere às vendas de excedente de energia, não empregados no processo produtivo, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que eles são liquidados em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O reconhecimento a valor justo e a realização destes instrumentos financeiros são registrados em "Outras despesas operacionais" (Nota 29). O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido no resultado do exercício. As operações realizadas pela empresa Auren Comercializadora de Energia Ltda. no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") resultaram em ganho com venda de excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo na data da transação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de compra e venda de energia da Companhia, totalizou receita no montante de R$26.683. Adicionalmente, a nova posição na data do balanço decorrente da marcação a mercado dos contratos vigentes de compra e venda, resultou em despesa no montante de R$113.086. Estes valores foram contabilizados como perda na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 29) e variam de acordo com o preço de energia no mercado.

| | Controladora e Consolidado 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Passivo** | | |
| Circulante | 94.899 | 11.142 |
| Não Circulante | 26.899 | 24.253 |
| | 121.798 | 35.395 |

| | Controladora e Consolidado 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Realização | 26.683 | 28.097 |
| Marcação a mercado dos contratos de energia | (113.086) | 155.008 |
| | (86.403) | 183.105 |

## 16. Investimentos

**Práticas contábeis:** Os investimentos da Companhia em coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses na operação em conjunto, são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas e *joint operation* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, o qual inclui os gastos com a transação. O investimento da Companhia em coligadas e *joint operation* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. A Companhia avalia anualmente a recuperabilidade do valor contábil do investimento de suas controladas. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia. A Companhia concluiu que para 31 de dezembro de 2022 não existe perda por desvalorização a ser reconhecida em seus investimentos, com exceção ao efeito da perda do investimento na MRN (Nota 1.1 (l)).

**(a) Composição:**

| | Controladora Informações em 31 de dezembro de 2022 | | | | Resultado de equivalência patrimonial | | Saldo | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Patrimônio líquido | Lucro líquido (prejuízo) do exercício | Percentual de participação total (%) | Percentual de participação votante (%) | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| **Investimentos avaliados por equivalência patrimonial** | | | | | | | | |
| **Controladas** | | | | | | | | |
| Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (i) | 105.047 | 40.844 | 100,00 | 100,00 | 30.776 | | 105.047 | |
| CBA Energia Participações S.A. (ii) | 333.009 | 116.368 | 33,33 | 100,00 | 33.511 | 43.083 | 105.083 | 102.695 |
| CBA Itapissuma Ltda. | 618.672 | 8.379 | 100,00 | 100,00 | 8.380 | 55.377 | 618.672 | 579.796 |
| CBA Machadinho Geração de Energia Ltda. | 138.849 | (2.507) | 100,00 | 100,00 | (2.507) | 9.000 | 138.850 | 145.536 |
| L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. | 6.582 | 1.245 | 100,00 | 100,00 | 1.245 | | 6.582 | |
| Metalex Ltda. | 161.894 | 12.677 | 100,00 | 100,00 | 12.676 | 27.746 | 161.894 | 99.217 |
| Santa Cruz Geração de Energia S.A. | 3.748 | (3.290) | 100,00 | 100,00 | (3.289) | 223 | 3.748 | 7.037 |
| **Coligadas** | | | | | | | | |
| Alunorte - Alumina do Norte S.A. (iii) (v) | 2.222.155 | (794.989) | 3,03 | 3,52 | (24.123) | 13.035 | 99.290 | 114.546 |
| Mineração Rio do Norte S.A. (Nota 31 (a)) | 996.989 | 162.587 | 10,00 | 10,00 | | | | 90.030 |
| **Investimentos avaliados ao custo** | | | | | | | | |
| Outros investimentos | | | | | | | 44 | 44 |
| **Mais-valia** | | | | | | | | |
| Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (i) | | | | | (2.668) | | 28.902 | |
| CBA Itapissuma Ltda. | | | | | (7.575) | (15.328) | 178.809 | 186.059 |
| Metalex Ltda. | | | | | (669) | (895) | 8.395 | 9.064 |
| **Ágios** | | | | | | | | |
| Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (i) | | | | | | | 48.459 | |
| Metalex Ltda. | | | | | | | 49.430 | 49.431 |
| | | | | | 45.757 | 132.241 | 1.553.205 | 1.383.455 |

| | Consolidado Informações em 31 de dezembro de 2022 | | | | Resultado de equivalência patrimonial | | Saldo | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Patrimônio líquido | Lucro líquido (prejuízo) do exercício | Percentual de participação total (%) | Percentual de participação votante (%) | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| **Investimentos avaliados por equivalência patrimonial** | | | | | | | | |
| **Coligadas** | | | | | | | | |
| Alunorte - Alumina do Norte S.A. (iii) (v) | 3.240.319 | (794.989) | 3,03 | 3,52 | (24.123) | 13.035 | 99.290 | 114.546 |
| Campos Novos Energia S.A. (iv) | 862.981 | 483.431 | 25,44 | 25,44 | 11.205 | | 219.531 | |
| Mineração Rio do Norte S.A. (iii) (Nota 31 (a)) | 996.989 | 162.587 | 10,00 | 10,00 | | | | 90.030 |
| Outros investimentos | | | | | 53 | 320 | 165 | 352 |
| **Investimentos avaliados ao custo** | | | | | | | | |
| Outros investimentos | | | | | | | 44 | 44 |
| **Ágios** | | | | | | | | |
| Campos Novos Energia S.A. (iv) | | | | | | | 41.562 | |
| | | | | | (12.865) | 13.355 | 360.592 | 204.972 |

(i) Aquisição da empresa Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (Nota 1.1 (b)); (ii) O investimento na CBA Energia de 33,33%, representa 100% das ações ordinárias, obtendo assim o controle desta investida; (iii) Refere-se a investida na qual a Companhia exerce influência significativa sobre as atividades por meio de acordos estabelecidos com acionistas; (iv) Aumento na participação da Enercan em 1,66% (Nota 1.1 (k)); (v) A Companhia desconsiderou para fins de cálculo do saldo de investimento o valor integralizado pela Hydro Aluminium Brasil Investment B.V. na Alunorte, em dezembro de 2022, no montante de R$1.050.000. Isso decorre pelo fato de outros acionistas minoritários, além da CBA, terem a opção de exercer seu direito de preferência para subscrição de novas ações até 28 de fevereiro de 2022, acompanhando, proporcionalmente a sua participação, bem como as garantias previstas em lei aos acionistas minoritários. Caso algum dos atuais acionistas não exerçam seu direito de preferência, esse direito poderá ser exercido pelos acionistas participantes do aumento de capital. Após a conclusão do aumento de capital, a Alunorte irá comunicar, através de notificação de alocação final, as participações acionárias resultantes, enviando os documentos pertinentes paras aos acionistas avaliarem e assinarem, e a partir deste momento haverá a mudança nas participações acionárias em decorrência do aumento de capital descrito. **(b) Informações sobre as empresas investidas:** Apresentamos a seguir, o resumo das informações financeiras das principais coligadas, controladas e controladas em conjunto nos exercícios findos em dezembro de 2022 e de 2021:

| 2022 | Percentual de participação total | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio líquido | Receita líquida | Custos e despesas operacionais | Resultado financeiro | Lucro líquido (prejuízo) do exercício |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Controladas** | | | | | | | | | | |
| Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. | 100,00 | 92.596 | 37.781 | 25.228 | 102 | 105.047 | 397.520 | (358.393) | 1.717 | 40.844 |
| CBA Energia Participações S.A. | 33,33 | 30.572 | 347.565 | 45.128 | | 333.009 | 81.837 | 31.961 | 2.570 | 116.368 |
| CBA Itapissuma Ltda. | 100,00 | 559.278 | 288.991 | 206.730 | 22.867 | 618.672 | 967.099 | (988.758) | 30.038 | 8.379 |
| CBA Machadinho Geração de Energia Ltda. | 100,00 | 22.145 | 119.739 | 3.035 | | 138.849 | 38.650 | (43.667) | 2.510 | (2.507) |
| L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. | 100,00 | 6.036 | 1.121 | 575 | | 6.582 | 2.145 | (1.178) | 278 | 1.245 |
| Metalex Ltda. | 100,00 | 147.679 | 96.291 | 79.114 | 2.962 | 161.894 | 577.428 | (565.406) | 655 | 12.677 |
| Santa Cruz Geração de Energia S.A. | 100,00 | 4.053 | 1.355 | 856 | 804 | 3.748 | 158 | (4.402) | 954 | (3.290) |
| **Coligadas** | | | | | | | | | | |
| Alunorte - Alumina do Norte S.A. | 3,03 | 812.231 | 11.570.929 | 3.764.075 | 6.396.930 | 2.222.155 | 11.248.435 | (11.999.804) | (43.620) | (794.989) |
| Campos Novos Energia S.A. | 25,44 | 317.077 | 1.012.547 | 279.816 | 186.827 | 862.981 | 1.080.877 | (595.392) | (2.054) | 483.431 |
| Mineração Rio do Norte S.A. | 10,00 | 591.992 | 3.295.390 | 837.114 | 2.053.279 | 996.989 | 1.892.735 | (1.645.305) | (84.843) | 162.587 |

| 2021 | Percentual de participação total | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio líquido | Receita líquida | Custos e despesas operacionais | Resultado financeiro | Lucro líquido (prejuízo) do exercício |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Controladas** | | | | | | | | | | |
| CBA Energia Participações S.A. | 33,33 | 106.540 | 284.794 | 73.457 | | 317.877 | 144.260 | (7.666) | 1.272 | 137.866 |
| CBA Itapissuma Ltda. | 100,00 | 501.147 | 263.511 | 144.445 | 40.417 | 579.796 | 847.760 | (785.610) | (6.773) | 55.377 |
| CBA Machadinho Geração de Energia Ltda. | 100,00 | 27.869 | 126.042 | 8.375 | | 145.536 | 43.768 | (35.586) | 818 | 9.000 |
| Metalex Ltda. | 100,00 | 105.555 | 68.955 | 73.178 | 2.115 | 99.217 | 486.730 | (456.460) | (2.523) | 27.747 |
| Santa Cruz Geração de Energia S.A. | 100,00 | 7.544 | 1.798 | 727 | 1.578 | 7.037 | 742 | (3.279) | 2.759 | 222 |
| **Coligadas** | | | | | | | | | | |
| Alunorte - Alumina do Norte S.A. | 3,03 | 2.899.785 | 8.209.677 | 3.385.466 | 3.949.084 | 3.774.912 | 10.898.856 | (9.890.818) | (578.449) | 429.589 |
| Mineração Rio do Norte S.A. | 10,00 | 621.775 | 2.876.631 | 921.228 | 1.676.874 | 900.304 | 1.554.587 | (1.368.357) | (192.537) | (6.307) |

**(c) Movimentação dos investimentos:**

| | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | 1.383.455 | 1.187.573 | 204.972 | 198.774 |
| Equivalência patrimonial | 45.757 | 132.241 | (12.865) | 13.355 |
| Equivalência patrimonial - operação descontinuada (iii) | 16.259 | | 16.259 | |
| Desconsolidação de ativos e passivos da Enercan (Nota 1.1 (k)) | | | 194.756 | |
| Aquisição de participação na Enercan (Nota 1.1 (k)) | | | 13.571 | |
| Ágio na compra de participação na Enercan (Nota 1.1 (k)) | | | 11.061 | |
| Reclasificação do ágio da Enercan - efeito da desconsolidação (Nota 1.1 (k)) | | | 30.501 | |
| Aquisição de 80% investimento Alux (Nota 1.1 (a)) | 133.246 | | | |
| Aquisição remanescente 20% investimento Alux (Nota 1.1 (b)) | 27.947 | | | |
| Aumento de capital em investidas (i) | 93.548 | 106.600 | | |
| Dividendos (deliberados) cancelados | (56.448) | (43.191) | (5.952) | 283 |
| *Hedge accounting* de investida (ii) | 8.228 | (5.746) | 8.228 | (4.904) |
| Aquisição de investimento Santa Cruz | | 6.815 | | |
| Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda (iii) | (99.699) | (631) | (99.699) | (631) |
| Outros | 912 | (206) | (240) | (1.905) |
| Saldo no final do exercício | 1.553.205 | 1.383.455 | 360.592 | 204.972 |

(i) Aumento de capital nas investidas CBA Itapissuma, Metalex Ltda., CBA Energia e L.C.G. (ii) Efeito reflexo do *hedge accounting* de investidas.

(iii) A Companhia optou por iniciar um plano de venda do seu investimento da MRN, desta forma, apresenta nestas demonstrações financeiras seu resultado como operação descontinuada. As informações financeiras comparativas do período de 2021 foram demonstradas para refletir esta operação (Nota 2.3 (a)).

## 17. Imobilizado

**Política contábil:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado. Com exceção dos terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso apropriado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para determinar o valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 29)" na demonstração do resultado. **17.1 *Impairment* de ativos não financeiros:** A Companhia e suas controladas revisam anualmente os ativos para identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa (UGC) excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo do ativo, menos seus custos de alienação (valor líquido de venda) e o seu valor em uso. O valor em uso é determinado pela projeção de fluxo de caixa operacional livre descontado a valor presente, utilizando taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais, com base nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração para os próximos cinco anos. Todas as projeções de mercado são balizadas por relatórios de associações de classe, consultorias econômicas e institutos de pesquisa e estatística dos respectivos países onde atuamos. O valor justo é obtido pela venda de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Caso haja novos indícios prospectivos de recuperação de saldo contábil dos ativos, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são novamente avaliados e podem ter sua provisão de *impairment* revertida na data do balanço. Quando houver perda identificada, esta é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. Durante o exercício de 2022, a Companhia e suas controladas, baseada em análises qualitativas, não identificaram indicativos de perda do valor recuperável durante os testes de *impairment*, exceto pelo *impairment* sobre ajuste do ARO acrescido ao imobilizado, referente a unidade de Niquelândia (Nota 1.1 (c)). **17.2 Obrigações com descomissionamento de ativos (*Asset Retirement Obligation* - "ARO"):** A Companhia e suas controladas apresentam obrigações de descomissionamento em decorrência da exploração de minas para extração de recursos naturais. As políticas contábeis referentes a contrapartida passiva do ARO estão divulgadas na Nota 23 (c). O custo com descomissionamento, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito minerário. O ativo é amortizado pelo método linear pelo prazo remanescente da vida útil da mina. A Companhia revisa anualmente a vida útil de suas minas e a estimativa do valor futuro necessário para a recuperação da área explorada. **17.3 Capitalização de juros CPC 20:** A determinação dos juros a serem capitalizados é feita considerando as contas de empréstimos (passivas) e as contas de despesas de juros (resultado). O montante de juros do mês é dividido pelo saldo médio dos empréstimos, resultando no percentual utilizado para distribuição dos juros do período para os projetos em andamento considerados na nota 18 (b). A distribuição dos juros somente é realizada para os projetos considerados como "qualificáveis" ao CPC 20. Segundo o item 7 do CPC 20 (R1), a aplicabilidade da capitalização dos custos de empréstimos se restringe aos seguintes ativos, os quais podem ser considerados qualificáveis: a) Estoques (ativos não manufaturados, ou produzidos ao longo de extenso período; ou estoques produzidos em escala diminuta em bases diferenciadas a um processo repetitivo); b) Plantas industriais para manufatura (Unidades/instalações de produção); c) Usinas de geração de energia; d) Ativos intangíveis; e) Propriedades para investimento.

**(a) Composição e movimentação:**

| | Terras, terrenos e benfeitorias | Edifícios e construções | Máquinas, equipamentos e instalações | Veículos | Móveis e utensílios | Obras em andamento | Obrigação para desmobilização de ativos | Outros | Controladora 2022 Total | Controladora 2021 Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | | | | | | | | | | |
| Custo | 139.043 | 2.508.810 | 6.107.158 | 112.618 | 29.256 | 468.077 | 217.626 | 312.151 | 9.894.739 | 9.591.230 |
| Depreciação acumulada | (4.597) | (1.033.058) | (4.195.277) | (98.617) | (23.546) | | (105.291) | (278.776) | (5.739.162) | (5.476.667) |
| Saldo líquido | 134.446 | 1.475.752 | 1.911.881 | 14.001 | 5.710 | 468.077 | 112.335 | 33.375 | 4.155.577 | 4.114.563 |
| Adições (v) | | | 26.390 | 6 | | 869.387 | | 318 | 896.101 | 457.986 |
| Baixas | (78) | (3.963) | (944) | (184) | | | | | (5.169) | (663.949) |
| Reversão (provisão) da desvalorização de ativos (*impairment*) | 156 | (1.458) | 23.968 | 83 | 7 | 745 | 33.393 | 42 | 56.936 | 603.945 |
| Adições por operações societárias | | | | | | | | | | 521 |
| Baixas por operações societárias (i) | | (39.398) | (101.761) | | | | (27.911) | | (169.070) | (10.674) |
| Reversão da desvalorização de ativos (*impairment*) (i) | | 39.398 | 101.761 | | | | 27.911 | | 169.070 | |
| Depreciação | | (52.853) | (312.792) | (3.862) | (1.211) | | (10.650) | (2.696) | (384.064) | (368.782) |
| Reavaliação de fluxo de caixa | | | | | | | (53.847) | | (53.847) | 26.840 |
| Transferências (iv) | 1.486 | 18.763 | 580.493 | 5.712 | 1.489 | (591.262) | | (22.869) | (6.188) | (4.873) |
| Saldo no final do exercício | 136.010 | 1.436.241 | 2.228.996 | 15.756 | 5.995 | 746.947 | 81.231 | 8.170 | 4.659.346 | 4.155.577 |
| Custo | 141.066 | 2.489.265 | 6.484.907 | 112.867 | 30.451 | 746.947 | 197.172 | 284.873 | 10.487.548 | 9.894.739 |
| Depreciação acumulada | (5.056) | (1.053.024) | (4.255.911) | (97.111) | (24.456) | | (115.941) | (276.703) | (5.828.202) | (5.739.162) |
| Saldo líquido no final do exercício | 136.010 | 1.436.241 | 2.228.996 | 15.756 | 5.995 | 746.947 | 81.231 | 8.170 | 4.659.346 | 4.155.577 |
| Taxas médias anuais de depreciação - % | | 3 | 5 | 19 | 4 | | 2 | | | |

continua

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

→★ continuação

**COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

| | | | | | | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | 2022 | 2021 |
| | Terras, terrenos e benfeitorias | Edifícios e construções | Máquinas, equipamentos e instalações | Veículos | Móveis e utensílios | Obras em andamento | Obrigação para desmobilização de ativos | Outros | Total | Total |
| Saldo no início do exercício | | | | | | | | | | |
| Custo | 153.859 | 3.075.535 | 7.129.536 | 117.805 | 38.071 | 546.289 | 217.626 | 312.151 | 11.590.871 | 11.219.984 |
| Depreciação acumulada | (8.123) | (1.298.288) | (4.614.787) | (102.368) | (31.230) | | (105.291) | (278.776) | (6.438.863) | (6.113.488) |
| Saldo líquido | 145.736 | 1.777.247 | 2.514.749 | 15.437 | 6.841 | 546.289 | 112.335 | 33.375 | 5.152.008 | 5.106.496 |
| Adições (v) | | | 27.730 | 6 | 81 | 924.290 | | 318 | 952.426 | 523.577 |
| Baixas | (78) | (4.003) | (1.347) | (185) | (2) | | | | (5.615) | (661.742) |
| Reversão (provisão) da desvalorização de ativos *(impairment)* | 156 | (1.458) | 24.011 | 83 | 7 | 745 | 33.393 | | 56.937 | 603.945 |
| Adições por operações societárias | | | | | | | | | | 521 |
| Baixas por operações societárias (i) | | (39.398) | (101.761) | | | | (27.911) | | (169.070) | (10.674) |
| Reversão da desvalorização de ativos *(impairment)* (i) | | 39.398 | 101.761 | | | | 27.911 | | 169.070 | |
| Depreciação | (279) | (70.286) | (355.045) | (4.506) | (1.614) | | (10.650) | (3.267) | (445.647) | (431.665) |
| Reavaliação de fluxo de caixa | | | | | | | (53.847) | | (53.847) | 26.840 |
| Controladas incluídas na consolidação (ii) | 3.764 | | 11.719 | 568 | 90 | | | 21.554 | 37.695 | |
| Controladas excluídas na consolidação (iii) | (1.009) | (117.382) | (51.943) | (42) | (43) | (4.375) | | (522) | (175.316) | |
| Transferências (iv) | 1.485 | 26.558 | 612.034 | 5.713 | 1.925 | (644.289) | | (22.828) | (19.402) | (5.290) |
| Saldo no final do exercício | 149.775 | 1.610.676 | 2.781.908 | 17.074 | 7.285 | 822.660 | 81.231 | 28.630 | 5.499.239 | 5.152.008 |
| Custo | 157.594 | 2.827.180 | 7.460.679 | 118.917 | 39.708 | 822.660 | 197.172 | 308.530 | 11.932.440 | 11.590.871 |
| Depreciação acumulada | (7.819) | (1.216.504) | (4.678.771) | (101.843) | (32.423) | | (115.941) | (279.900) | (6.433.201) | (6.438.863) |
| Saldo líquido no final do exercício | 149.775 | 1.610.676 | 2.781.908 | 17.074 | 7.285 | 822.660 | 81.231 | 28.630 | 5.499.239 | 5.152.008 |
| Taxas médias anuais de depreciação - % | | 3 | 5 | 19 | 4 | | 2 | | | |

(i) Refere-se ao *drop down* de ativos da unidade de São Miguel Paulista na empresa Cristal e posterior venda, ocorrida em julho de 2022, conforme Nota 1.1 (c). (ii) Refere-se à aquisição da empresa Alux, ocorrida em janeiro de 2022, e consolidada a partir dessa data, conforme Nota 1.1 (a). (iii) Refere-se à desconsolidação da Enercan, ocorrida em dezembro de 2022, conforme Nota 1.1 (k). (iv) As transferências incluem a reclassificação de "obras em andamento" do grupo de imobilizado para "*Softwares*" no grupo do intangível. (v) As adições de obras em andamento correspondem significativamente aos projetos de sala fornos no montante de R$199.791, de Fábrica Alumina no montante de R$182.744 e de Reforma de fornos no montante de R$88.935.

**(b) Obras em andamento:** O saldo é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das unidades industriais, sendo:

| | | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 2022 | | | 2021 |
| | Saldo bruto | Provisão para *impairment* | Saldo líquido | Saldo bruto | Provisão para *impairment* | Saldo líquido |
| Projetos Salas Fornos (i) | 199.791 | | 199.791 | 53.190 | | 53.190 |
| Projetos Fábrica Alumina (ii) | 204.012 | (16.710) | 187.302 | 112.966 | (12.596) | 100.370 |
| Reforma de Fornos | 87.027 | | 87.027 | 172.488 | | 172.488 |
| Expansão (Metalex) | 40.756 | | 40.756 | 40.356 | | 40.356 |
| Projetos de Transformação Plástica | 37.294 | | 37.294 | 25.240 | | 25.240 |
| Projetos Segurança, Saúde e Meio Ambiente | 25.051 | | 25.051 | 25.136 | | 25.136 |
| Projetos de Fundição | 22.457 | | 22.457 | 17.837 | | 17.837 |
| Projetos Itapissuma | 22.439 | | 22.439 | 32.503 | | 32.503 |
| Projetos Minerações | 19.262 | | 19.262 | 10.943 | | 10.943 |
| Projeto Rondon Bauxita | 13.940 | | 13.940 | 8.670 | | 8.670 |
| *Sustaining* (CBA + Metalex) | 13.414 | | 13.414 | 6.578 | | 6.578 |
| Revitalização e Adequação da Usina (iii) | 12.528 | | 12.528 | | | |
| Modernização industrial Usinas | 7.572 | | 7.572 | 4.834 | | 4.834 |
| Projeto Ferro Níquel | 165.817 | (165.817) | | 165.817 | (165.817) | |
| Forno de Calcinação | 10.044 | (10.044) | | 14.158 | (14.158) | |
| Projeto Tijuco Alto | 6.239 | (6.239) | | 6.239 | (6.239) | |
| Outros (iv) | 142.119 | (8.292) | 133.827 | 57.181 | (9.037) | 48.144 |
| | 1.029.762 | (207.102) | 822.660 | 754.136 | (207.847) | 546.289 |

(i) As principais movimentações são do Projeto Upgrade salas fornos e o Religamento das Salas 01 e 03; (ii) Refere-se substancialmente ao sub-projeto "Filtro Prensa". Este investimento consiste na mudança da tecnologia de disposição de resíduos a seco (*dry disposal*), resultando no aumento de segurança no sistema de disposição de resíduos e na ampliação da vida útil da barragem do Palmital; (iii) O saldo se deve substancialmente aos projetos de Revitalização UHE Jurupará e Revitalização de Itupararanga; (iv) Correspondem, principalmente aos Projetos de Gestão de Ativos Físicos (GAF), no montante de R$23.494, Gestão de Alta Tensão (GATR) no montante de R$14.082, Tecnologia da Informação, no montante de R$8.998, Projetos Níquel Legado, no montante de R$4.820, totalizando R$51.561. Os saldos acima estão apresentados líquidos da provisão para *impairment*, sendo que a Companhia avalia seus ativos sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Os projetos paralisados são avaliados constantemente e caso haja indicativo de *impairment*, a provisão é constituída. Os saldos remanescentes dos projetos que possuem provisão para *impairment* constituídas são relativos à estimativa da Companhia de retomar os projetos e/ou utilizar os ativos em outras linhas de produção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os encargos sobre empréstimos e financiamentos capitalizados nas obras em andamento foram no montante de R$7.257 (31 de dezembro de 2021 - R$5.645). A taxa de capitalização utilizada foi de 6,38% ao mês (31 de dezembro de 2021 - 4,80% ao mês).

## 18. Intangível

**18.1 *Software:*** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos de aquisição destes softwares e implementação para serem utilizados. Esses custos de aquisição e implementação são amortizados durante sua vida útil estimada de três a dez anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software*s identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo; (iii) O software pode ser vendido ou usado; (iv) Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros; (v) Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; (vi) O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. **18.2 Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável (*impairment*). Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment* ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados de acordo com o valor em uso, efetuados com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **18.3 Direitos sobre recursos naturais:** Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas e manutenção que aumentam o acesso ao minério são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na extração, considerando-se as vidas úteis estimadas das reservas. **18.4 Uso do bem público - UBP:** Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do bem público (UBP). O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

**(a) Composição e movimentação:**

| | | | | | | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2022 | 2021 |
| | Ágios | Direitos de exploração sobre recursos naturais | *Softwares* | Uso do bem público - UBP | Repactuação do risco hidrológico | Outros | Total | Total |
| Saldo no início do exercício | | | | | | | | |
| Custo | 79.722 | 192.763 | 48.136 | 494.070 | 188.047 | 9.359 | 1.012.097 | 621.382 |
| Amortização e exaustão acumulada | | (46.000) | (34.618) | (134.979) | (10.896) | (1.133) | (227.626) | (198.554) |
| Saldo líquido | 79.722 | 146.763 | 13.518 | 359.091 | 177.151 | 8.226 | 784.471 | 422.828 |
| Adições | | | 44 | | | | 44 | 385.841 |
| Amortização e exaustão | | (5.193) | (5.041) | (18.545) | (17.707) | (126) | (46.612) | (29.071) |
| Transferências (iii) | | 40 | 6.188 | | | (40) | 6.188 | 4.873 |
| Saldo no final do exercício | 79.722 | 141.610 | 14.709 | 340.546 | 159.444 | 8.060 | 744.091 | 784.471 |
| Custo | 79.722 | 192.803 | 53.934 | 494.070 | 188.046 | 9.319 | 1.017.894 | 1.012.097 |
| Amortização e exaustão acumulada | | (51.193) | (39.225) | (153.524) | (28.602) | (1.259) | (273.803) | (227.626) |
| Saldo líquido no final do exercício | 79.722 | 141.610 | 14.709 | 340.546 | 159.444 | 8.060 | 744.091 | 784.471 |
| Taxas médias anuais de amortização e exaustão - % | | 3 | 20 | 3 | 3 | | | |

| | | | | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2022 | 2021 |
| | Ágios | Direitos de exploração sobre recursos naturais | *Softwares* | Uso do bem público - UBP | Repactuação do risco hidrológico | Outros | Total | Total |
| Saldo no início do exercício | | | | | | | | |
| Custo | 166.265 | 192.763 | 83.868 | 526.706 | 285.446 | 39.854 | 1.294.902 | 800.141 |
| Amortização e exaustão acumulada | | (46.000) | (67.983) | (144.491) | (11.348) | (27.157) | (296.979) | (268.878) |
| Saldo líquido | 166.265 | 146.763 | 15.885 | 382.215 | 274.098 | 12.697 | 997.923 | 531.263 |
| Adições (i) | 48.458 | | 691 | | | | 49.149 | 493.931 |
| Baixas | | | (23) | | | (1.029) | (1.052) | |
| Amortização e exaustão | | (5.193) | (9.102) | (19.752) | (22.857) | (9.623) | (66.527) | (32.561) |
| Controladas incluídas na consolidação (ii) | | | 61 | | | 44.626 | 44.687 | |
| Controladas excluídas na consolidação (iii) | (30.501) | | (54) | (2.899) | (53.344) | | (86.798) | |
| Transferências (iv) | | 40 | 19.402 | | | (40) | 19.402 | 5.290 |
| Saldo no final do exercício | 184.222 | 141.610 | 26.860 | 359.564 | 197.897 | 46.631 | 956.784 | 997.923 |
| Custo | 184.222 | 192.803 | 103.062 | 522.276 | 228.790 | 80.766 | 1.311.919 | 1.294.901 |
| Amortização e exaustão acumulada | | (51.193) | (76.202) | (162.712) | (30.893) | (34.135) | (355.135) | (296.978) |
| Saldo líquido no final do exercício | 184.222 | 141.610 | 26.860 | 359.564 | 197.897 | 46.631 | 956.784 | 997.923 |
| Taxas médias anuais de amortização e exaustão - % | | 3 | 20 | 3 | 3 | | | |

(i) Refere-se à aquisição da empresa Alux, ocorrida em janeiro de 2022, e consolidada a partir dessa data, conforme Nota 1.1 (a). (ii) Efeito do reconhecimento de consolidação dos direitos sobre marcas e patentes da empresa Alux. (iii) Refere-se à desconsolidação da Enercan, ocorrida em dezembro de 2022, conforme Nota 1.1 (k). (iv) As transferências incluem a reclassificação do "Obras em andamento" do grupo de imobilizado para *"Softwares"* no grupo de Intangível.

**(b) Teste de ágio para verificação de *impairment:*** Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). A Companhia e suas controladas avaliam pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil dos ativos imobilizados e intangíveis de cada uma das suas UGCs. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia. A Administração da Companhia determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e nas suas expectativas de desenvolvimento do mercado. Os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto em termos reais e após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos relacionados a cada UGC. Os ágios são relativos aos seguintes investimentos realizados pela Companhia:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Metalex Ltda. | | | 49.430 | 49.430 |
| Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. | | | 48.458 | |
| Consórcio Empresarial Salto Pilão (i) | 35.587 | 35.587 | 35.587 | 35.587 |
| Rio Verdinho Energia S.A. (i) | 28.990 | 28.990 | 28.990 | 28.990 |
| Machadinho Energética S.A. (i) | 15.145 | 15.145 | 15.145 | 15.145 |
| Baesa-Energética Barra Grande S.A. | | | 6.612 | 6.612 |
| Campos Novos Energia S.A. (Nota 1.1 (k)) | | | | 30.501 |
| | 79.722 | 79.722 | 184.222 | 166.265 |

(i) Os ativos e passivos estão registrados nas devidas rubricas patrimoniais da Companhia. Essas premissas foram usadas para a análise da UGC da Companhia. O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de sete anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado. O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de sete anos. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo. A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de sete anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir as variações de preço futuros esperados para o alumínio, matéria prima chave. Outros custos operacionais são os custos fixos, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. Os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de sete anos. Não foram identificados indicativos de impairment em relação aos ágios testados.

## 19. Arrendamentos

**Política contábil:** A Companhia mantém controles para a identificação de contratos de arrendamento que permitam a avaliação da aplicabilidade da norma de arrendamentos mercantis para cada contrato firmado. Conforme permitido pela norma, são desconsiderados do escopo: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) contratos com valores inferiores a USD 5 mil (R$26). Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também são desconsiderados: (i) a parcela variável de pagamentos; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo. Para os arrendamentos considerados como fora de escopo, a contabilização ocorre mensalmente na competência da utilização do direito de uso do ativo arrendado, diretamente no resultado. Para os contratos considerados como escopo da norma de arrendamentos mercantis, a Companhia realiza o registro, na competência da assinatura do contrato, de um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido, despesa administrativa, comercial e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

**(a) Direito de uso**

| | | | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 2022 | 2021 |
| | Edifícios e construções | Veículos | Máquinas e equipamentos | Total | Total |
| Saldo no início do exercício | | | | | |
| Custo | 19.486 | 21.032 | 51.586 | 92.985 | 39.751 |
| Amortização acumulada | (7.421) | (12.590) | (32.408) | (53.300) | (25.854) |
| Saldo líquido | 12.065 | 8.442 | 19.178 | 39.685 | 13.897 |
| Novos contratos (i) | | | | | 53.254 |
| Baixas | | | | | (216) |
| Amortização | (4.410) | (6.092) | (12.845) | (23.347) | (28.155) |
| Renegociação de contratos | 472 | | | 472 | 905 |
| Saldo no final do exercício | 8.127 | 2.350 | 6.333 | 16.810 | 39.685 |
| Custo | 19.958 | 21.033 | 51.586 | 92.577 | 92.985 |
| Amortização acumulada | (11.831) | (18.683) | (45.253) | (75.767) | (53.300) |
| Saldo no final do exercício | 8.127 | 2.350 | 6.333 | 16.810 | 39.685 |
| Taxas médias anuais de amortização - % | 25 | 33 | 40 | | |

| | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 2022 | 2021 |
| | Edifícios e construções | Veículos | Máquinas e equipamentos | Total | Total |
| Saldo no início do exercício | | | | | |
| Custo | 19.980 | 21.317 | 63.421 | 104.718 | 44.884 |
| Amortização acumulada | (7.909) | (12.837) | (40.835) | (61.581) | (29.644) |
| Saldo líquido | 12.071 | 8.480 | 22.586 | 43.137 | 15.240 |
| Novos contratos (i) | 123 | 33 | 14.504 | 14.660 | 58.854 |
| Baixas | | | | | (216) |
| Amortização | (4.490) | (6.154) | (16.693) | (27.337) | (31.819) |
| Renegociação de contratos | 472 | | | 472 | 943 |
| Remensuração de principal | | | 314 | 314 | 135 |
| Saldo no final do exercício | 8.176 | 2.359 | 20.711 | 31.246 | 43.137 |
| Custo | 20.556 | 21.171 | 78.238 | 119.965 | 104.718 |
| Amortização acumulada | (12.380) | (18.812) | (57.527) | (88.719) | (61.581) |
| Saldo no final do exercício | 8.176 | 2.359 | 20.711 | 31.246 | 43.137 |
| Taxas médias anuais de amortização - % | 26 | 34 | 12 | | |

(i) Refere-se, principalmente, a renovação de contratos.

**(b) Arrendamentos passivos:**

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 2022 | 2021 |
| Saldo no início do exercício | 41.111 | 14.526 |
| Novos contratos | | 53.254 |
| Baixa | | (482) |
| Liquidação | (25.900) | (29.153) |
| Ajuste a valor presente | 1.829 | 2.966 |
| Saldo no final do exercício | 17.040 | 41.111 |
| Circulante | 12.835 | 25.542 |
| Não circulante | 4.205 | 15.569 |
| Saldo no final do exercício | 17.040 | 41.111 |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2022 | 2021 |
| Saldo no início do exercício | 44.689 | 15.915 |
| Novos contratos (i) | 14.660 | 58.854 |
| Baixa | (15) | (522) |
| Liquidação | (30.002) | (32.924) |
| Remensuração de principal | 314 | 135 |
| Ajuste a valor presente | 2.173 | 3.231 |
| Saldo no final do exercício | 31.819 | 44.689 |
| Circulante | 16.274 | 27.126 |
| Não circulante | 15.545 | 17.563 |
| Saldo no final do exercício | 31.819 | 44.689 |

(i) Refere-se, principalmente, a renovação de contratos.

**(c) Perfil:**

| | | | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | Total |
| Real | 8.707 | 5.661 | 2.563 | 109 | | 17.040 |

| | | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | Total |
| Real | 12.291 | 9.364 | 5.492 | 2.391 | 2.281 | 31.819 |

## 20. Empréstimos, financiamentos e debêntures

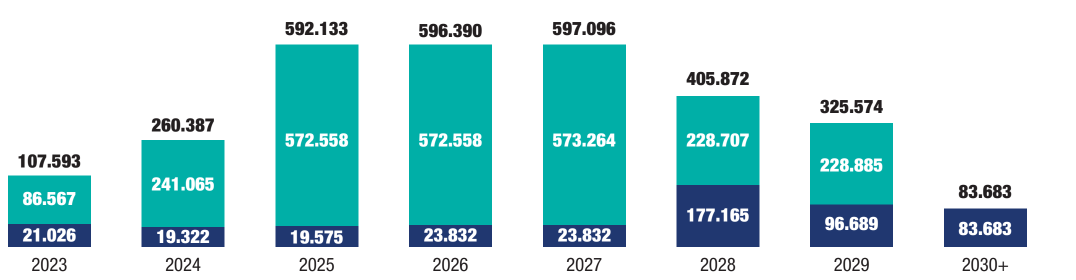
**Política contábil:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **(a) Composição e valor justo:**

| | | | | | | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Circulante | | Não circulante | | | Total | | Valor justo |
| Modalidade | Encargos anuais médios | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| **Moeda nacional** | | | | | | | | | |
| BNDES (i) | IPCA + 4,68% | 19.736 | 20.494 | 178.546 | 197.467 | 198.282 | 217.961 | 184.573 | 197.135 |
| Debêntures | CDI + 1,55% | 1.287 | 811 | 229.141 | 229.157 | 230.428 | 229.968 | 239.692 | 223.452 |
| FINEP | TR + 3,30% | 3 | | 35.813 | | 35.816 | | 24.698 | |
| Outros | Pré BRL 2,40% | | | 598 | 598 | 598 | 598 | 595 | 588 |
| | | 21.026 | 21.305 | 444.098 | 427.222 | 465.124 | 448.527 | 449.558 | 421.175 |
| **Moeda estrangeira** | | | | | | | | | |
| Nota de crédito à exportação | SOFR + 2,50% e Pré USD 4,71% | 79.037 | 16.582 | 2.070.548 | 2.110.687 | 2.149.585 | 2.127.269 | 1.794.905 | 1.772.359 |
| Pré pagamento de exportação | SOFR + 3,27% | 7.530 | | 346.489 | | 354.019 | | 392.209 | |
| Eurobonds - USD | Pré USD 4,75% | | 398 | | 498.773 | | 499.171 | | 525.598 |
| | | 86.567 | 16.980 | 2.417.037 | 2.609.460 | 2.503.604 | 2.626.440 | 2.187.114 | 2.297.957 |
| | | 107.593 | 38.285 | 2.861.135 | 3.036.682 | 2.968.728 | 3.074.967 | 2.636.672 | 2.719.132 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | | 29.931 | 21.277 | | | | | | |
| Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal) | | 77.662 | 17.008 | | | | | | |
| | | 107.593 | 38.285 | | | | | | |

| | | | | | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Circulante | | Não circulante | | | Total | | Valor justo |
| Modalidade | Encargos anuais médios | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| **Moeda nacional** | | | | | | | | | |
| BNDES (i) | IPCA + 4,68% | 19.736 | 20.494 | 178.546 | 197.467 | 198.282 | 217.961 | 184.573 | 197.135 |
| Debêntures | CDI + 1,55% | 1.287 | 31.909 | 229.141 | 229.157 | 230.428 | 261.066 | 239.692 | 254.371 |
| FINEP | TR + 3,30% | 3 | | 35.813 | | 35.816 | | 24.698 | |
| Outros | Pré BRL 2,40% | | | 598 | 598 | 598 | 598 | 595 | 588 |
| | | 21.026 | 52.403 | 444.098 | 427.222 | 465.124 | 479.625 | 449.558 | 452.094 |
| **Moeda estrangeira** | | | | | | | | | |
| Nota de crédito à exportação | SOFR + 2,50% e Pré USD 4,71% | 79.037 | 16.582 | 2.070.548 | 2.110.687 | 2.149.585 | 2.127.269 | 1.794.905 | 1.772.359 |
| Pré pagamento de exportação | SOFR + 3,27% | 7.530 | | 346.489 | | 354.019 | | 392.209 | |
| Eurobonds - USD | Pré USD 4,75% | | 398 | | 498.773 | | 499.171 | | 525.598 |
| | | 86.567 | 16.980 | 2.417.037 | 2.609.460 | 2.503.604 | 2.626.440 | 2.187.114 | 2.297.957 |
| | | 107.593 | 69.383 | 2.861.135 | 3.036.682 | 2.968.728 | 3.106.065 | 2.636.672 | 2.750.051 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | | 29.931 | 21.960 | | | | | | |
| Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal) | | 77.662 | 47.423 | | | | | | |
| | | 107.593 | 69.383 | | | | | | |

(i) 67% dos contratos de financiamento junto ao BNDES possuem *swaps* atrelados que convertem a taxa flutuante em IPCA em reais para taxa fixa em dólar. BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. FINEP Financiadora de Estudos e Projetos. BRL Moeda nacional Real. CDI Certificado de Depósito Interbancário. IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo. TR Taxa Referencial. USD Dólar americano. SOFR *Secured Overnight Financing Rate*.

**(b) Vencimento:** O perfil de vencimento de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2022 é:




O total em moeda estrangeira não reflete os *swaps* dos empréstimos com o BNDES.

**(c) Movimentação:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Saldo no início do exercício | 3.074.967 | 2.885.316 | 3.106.065 | 2.946.505 |
| Custos de captação, líquidas das amortizações | 1.823 | (855) | 1.850 | (822) |
| Liquidações (Nota 20 (g)) | (481.328) | (324.301) | (511.535) | (354.741) |
| Captações (Nota 20 (g)) | 534.971 | 308.928 | 534.971 | 308.928 |
| Variação cambial | (51.535) | 74.116 | (51.535) | 74.113 |
| Provisão de juros | 173.652 | 157.696 | 176.343 | 159.857 |
| Ajuste por meio de outros resultados abrangentes (i) | (120.744) | 134.632 | (120.744) | 134.632 |
| Juros pagos | (163.078) | (160.565) | (166.687) | (162.407) |
| Saldo no final do exercício | 2.968.728 | 3.074.967 | 2.968.728 | 3.106.065 |

(i) Corresponde principalmente à variação cambial do principal das Notas de Crédito à Exportação designadas como *hedge accounting*.

**(d) Composição por moeda:**

| | | | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Circulante | | Não circulante | | | Total |
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Real | 21.026 | 21.305 | 444.098 | 427.222 | 465.124 | 448.527 |
| Dólar norte-americano | 86.567 | 16.980 | 2.417.037 | 2.609.460 | 2.503.604 | 2.626.440 |
| | 107.593 | 38.285 | 2.861.135 | 3.036.682 | 2.968.728 | 3.074.967 |

| | | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Circulante | | Não circulante | | | Total |
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Real | 21.026 | 52.403 | 444.098 | 427.222 | 465.124 | 479.625 |
| Dólar norte-americano | 86.567 | 16.980 | 2.417.037 | 2.609.460 | 2.503.604 | 2.626.440 |
| | 107.593 | 69.383 | 2.861.135 | 3.036.682 | 2.968.728 | 3.106.065 |

**(e) Composição por indexador:**

| | | | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Circulante | | Não circulante | | | Total |
| **Moeda nacional** | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Taxa pré-fixada | | | 598 | 598 | 598 | 598 |
| CDI | 1.287 | 811 | 229.141 | 229.156 | 230.428 | 229.967 |
| TR | 3 | | 35.813 | | 35.816 | |
| IPCA (i) | 19.736 | 20.494 | 178.546 | 197.468 | 198.282 | 217.962 |
| | 21.026 | 21.305 | 444.098 | 427.222 | 465.124 | 448.527 |
| **Moeda estrangeira** | | | | | | |
| SOFR | 10.636 | | 503.020 | | 513.656 | |
| Taxa pré-fixada | 75.931 | 16.980 | 1.914.017 | 2.609.460 | 1.989.948 | 2.626.440 |
| | 86.567 | 16.980 | 2.417.037 | 2.609.460 | 2.503.604 | 2.626.440 |
| | 107.593 | 38.285 | 2.861.135 | 3.036.682 | 2.968.728 | 3.074.967 |

| | | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Circulante | | Não circulante | | | Total |
| **Moeda nacional** | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Taxa pré-fixada | | | 598 | 598 | 598 | 598 |
| CDI | 1.287 | 31.910 | 229.141 | 229.156 | 230.428 | 261.066 |
| TR | 3 | | 35.813 | | 35.816 | |
| IPCA (i) | 19.736 | 20.493 | 178.546 | 197.468 | 198.282 | 217.961 |
| | 21.026 | 52.403 | 444.098 | 427.222 | 465.124 | 479.625 |
| **Moeda estrangeira** | | | | | | |
| SOFR | 10.636 | | 503.020 | | 513.656 | |
| Taxa pré-fixada | 75.931 | 16.980 | 1.914.017 | 2.609.460 | 1.989.948 | 2.626.440 |
| | 86.567 | 16.980 | 2.417.037 | 2.609.460 | 2.503.604 | 2.626.440 |
| | 107.593 | 69.383 | 2.861.135 | 3.036.682 | 2.968.728 | 3.106.065 |

(i) 67% dos contratos de financiamento junto ao BNDES possuem *swaps* atrelados que convertem a taxa flutuante em IPCA em reais para taxa fixa em dólar.

**(f) Garantias:** Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$201.928 (31 de dezembro de 2021 - R$722.413) dos empréstimos e financiamentos eram garantidos por aval da VSA (Nota 14 (c)). Adicionalmente a Companhia é garantidora de dois empréstimos com vencimento final em setembro de 2026 entre a Rio Verde Energia S.A. e o BNDES, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2022 é de R$86.861 (31 dezembro de 2021 - R$109.185). A garantia citada limita-se a obrigação de cumprimento do contrato de compra e venda de energia firmado entre Auren Comercializadora e Rio Verde Energia S.A. **(g) Captações e amortizações:** Em 30 de agosto e em 2 de setembro de 2022, a Companhia firmou três contratos de empréstimos através de linhas de financiamento à exportação no montante agregado de US$96,5 milhões (equivalente a R$498 milhões). O custo médio das captações é de SOFR + 3,03% a.a. e está condicionado a metas anuais de redução na emissão de gases de efeito estufa na produção de alumínio primário, podendo resultar em um incremento ou decréscimo no custo a depender do atingimento ou não das metas estabelecidas. O prazo médio destas captações é de 5,6 anos, com vencimento final em agosto e setembro de 2027 e setembro de 2029. Em 26 de setembro de 2022, a Companhia efetuou o resgate da totalidade do saldo em aberto dos *bonds* no montante de US$78,519 milhões (equivalente a R$407,7 milhões), visando a redução da concentração de vencimentos em 2024. Nesta recompra houve o pagamento de um prêmio no montante de R$1,9 milhão, reconhecido no resultado, na linha de despesas financeiras. Em 14 de junho de 2022 a Companhia já havia efetuado a recompra no mercado secundário e o cancelamento parcial dos *bonds* no montante de US$11 milhões. Somando as duas operações, o montante de principal pago no período foi de R$462 milhões, além dos juros apurados e devidos no total de R$16,2 milhões. Estes *bonds* possuíam garantia da VSA. Em novembro de 2022, a Companhia firmou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para financiamento de projetos de inovação e pesquisa e desenvolvimento no montante de R$109 milhões e vencimento final em 2032. Em dezembro de 2022, ocorreu a primeira liberação referente a este empréstimo no montante de R$36 milhões. Em dezembro de 2022, a Companhia firmou dois contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento de projetos de modernização dos fornos na CBA e implantação de uma linha de beneficiamento de sucatas na Metalex no montante total agregado de R$611 milhões. O financiamento será através das linhas Finem Fundo Clima e Finem Meio Ambiente, com prazos totais de 12 e 20 anos e vencimento final em 2034 e 2042, respectivamente. A liberação dos recursos ocorrerá ao longo da execução dos projetos e não houve liberação até o momento. **(h) *Covenants* financeiros:** Os empréstimos vigentes junto ao BNDES obrigam a interveniente garantidora Votorantim S.A. a cumprir certos índices financeiros, como (i) dívida líquida sobre o EBITDA ajustado menor ou igual a 4,0; (ii) Patrimônio Líquido sobre ativo total igual ou superior a 0,3; e (iii) cobertura do serviço da dívida, calculado como posição de caixa somada ao EBITDA ajustado sobre juros somado à dívida de curto prazo, deve ser igual ou superior a 1,0. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todos os *covenants* financeiros foram atendidos conforme cláusulas preestabelecidas em contrato. **(i) Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo desse ativo, quando for provável que eles resultem em benefício econômico futuro para a entidade, e que tais custos possam ser mensurados de forma confiável. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## 21. Risco sacado a pagar

A Companhia possui convênio de risco sacado com instituições financeiras nos mercados interno e externo com objetivo de permitir que seus fornecedores possam antecipar seus recebíveis da CBA junto a estas instituições financeiras. Nessa operação, onde o fornecedor é o tomador de decisão os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das mercadorias e prestação de serviços para as instituições financeiras. Em troca, recebem esses recursos antecipadamente, descontados de um deságio cobrado no momento da cessão pela instituição financeira, que passa a ser credora da operação. Independentemente desses contratos entre fornecedores e bancos, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Companhia e o fornecedor. Conforme o acordo comercial, o fornecedor negocia com a Companhia a participação nos programas de Risco Sacado para que o banco antecipe sua fatura a qualquer momento até o prazo de vencimento das faturas. Atualmente a Companhia tem contratos com alguns fornecedores que participam dos programas de Risco Sacado em que, em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de pagamento comercial a vencer era de 40 dias. Aplicando os conceitos do IFRS 9, essa transação mantém sua essência como contas a pagar a fornecedores, e não endividamento bancário, uma vez que a Companhia não desreconheceu os passivos originais, e não foram substancialmente modificados na execução do contrato. A CBA entende que a apresentação separada dessas contas em Risco sacado a pagar é relevante para a compreensão da posição financeira da entidade e para oferecer maior transparência

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

→★ continuação

**COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

aos stakeholders. Os pagamentos são apresentados dentro do grupo de atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa da Companhia, de acordo com o IAS 7. As contas a pagar incluídas nesses contratos estão demonstradas conforme abaixo:

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Operações de risco sacado** | **Prazo máximo** | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Mercado interno | Até 245 dias | 176.934 | 160.305 | 183.798 | 160.572 |
| Mercado externo | Até 120 dias | 26.693 | 397.445 | 26.693 | 397.445 |
| | | 203.627 | 557.750 | 210.491 | 558.017 |

## 22. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

**Política contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem correntes e diferidos. São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - "Tributação sobre o lucro" um ativo diferido deve ser reconhecido sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais somente na extensão em que sua realização seja provável. Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente analisados, em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro estimado, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia e suas controladas utilizam a sistemática do lucro real e calcularam e registraram seu imposto e sua contribuição social com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e de diferenças temporárias referentes: (a) ao efeito da variação cambial apurada (sistemática de apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime de caixa - efeitos cambiais); (b) a ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros; (c) a provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização; e (d) a diferenças temporárias surgidas na aplicação dos CPCs. **(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL:** Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 952.952 | 665.711 | 1.130.326 | 858.039 |
| Alíquotas nominais | 34% | 34% | 34% | 34% |
| IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais | (324.004) | (226.342) | (384.311) | (291.733) |
| Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos | | | | |
| Equivalência patrimonial | 15.557 | 44.962 | (4.374) | 4.541 |
| Utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL | | 207.693 | (10.667) | 226.798 |
| Constituição de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL de anos anteriores | 132.742 | | 133.463 | |
| Adições temporárias sem constituição de diferido | | | 14.105 | (1.611) |
| Reversão de tributo diferido *(impairment)* | 32.477 | 89.054 | 32.477 | 89.054 |
| Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido | | | (4.408) | 2.798 |
| Juros não tributáveis (i) | 28.108 | | 28.108 | |
| Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas | 13.458 | (37.503) | 6.268 | (49.528) |
| IRPJ e CSLL apurados | (101.662) | 77.864 | (189.339) | (19.681) |
| Correntes | (105.431) | | (198.906) | (68.000) |
| Diferidos | 3.769 | 77.864 | 9.567 | 48.319 |
| IRPJ e CSLL no resultado | (101.662) | 77.864 | (189.339) | (19.681) |
| Taxa efetiva - % | 10,67 | 11,70 | 16,75 | 2,29 |

(i) Refere-se a SELIC aplicada sobre os indébitos tributários.

**(b) Composição dos saldos de impostos diferidos:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 308.753 | 225.000 | 308.753 | 225.000 |
| Créditos tributários sobre diferenças temporárias | | | | |
| Provisões *(impairment* e perdas diversas) | 137.820 | 174.094 | 137.820 | 174.187 |
| Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais | 134.014 | 107.692 | 135.079 | 115.523 |
| Diferimento de perdas em contratos de derivativos | 111.147 | 278.996 | 111.147 | 278.996 |
| Variação cambial - tributação pelo regime de caixa | | 95.904 | | 95.904 |
| Uso do bem público - UBP | 64.541 | 61.283 | 64.541 | 61.283 |
| Passivos ambientais | 41.664 | 49.209 | 41.664 | 49.209 |
| CPC 25 - Descomissionamento de ativos | 49.456 | 42.787 | 49.456 | 42.787 |
| Ajuste a valor justo venda de investimentos | 25.139 | 27.845 | 25.139 | 27.845 |
| Contratos futuros de energia | 41.411 | 12.034 | 41.411 | 12.034 |
| Provisão para perdas de estoques | 11.260 | 16.428 | 11.260 | 16.428 |
| Provisão de participação no resultado - PPR | 33.406 | 31.160 | 33.719 | 31.408 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 5.936 | 3.906 | 6.227 | 3.906 |
| Outros | 21.509 | 9.978 | 22.022 | 10.261 |
| Débitos tributários sobre diferenças temporárias | | | | |
| Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação) | (476.071) | (549.816) | (476.071) | (557.008) |
| Ganho por compra vantajosa na aquisição de investimentos | (130.252) | (130.252) | (130.252) | (130.252) |
| Mais valia de ativos por compra vantajosa na aquisição de investimentos | | | (107.003) | (96.341) |
| Repactuação dos risco hidrológico | (63.936) | (63.936) | (77.010) | (97.052) |
| CPC 20 - Juros capitalizados | (24.148) | (22.786) | (24.148) | (22.786) |
| Amortização de ágio | (7.392) | (7.392) | (7.392) | (7.392) |
| CPC 12 - Ajuste a valor presente | (3.619) | (6.087) | (3.619) | (6.087) |
| Variação cambial - tributação pelo regime de caixa | (4.705) | | (4.705) | |
| Outros | (15.079) | (13.549) | (15.489) | (13.546) |
| | 260.854 | 342.498 | 142.549 | 214.307 |
| Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica | 260.854 | 342.498 | 155.623 | 253.943 |
| Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica | | | (13.074) | (39.636) |

**(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferido no resultado do exercício e no resultado abrangente:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Saldo no início do exercício | 342.498 | 274.414 | 214.307 | 175.768 |
| Efeito no resultado | 3.769 | 77.864 | 9.567 | 48.319 |
| Efeito em outros componentes do resultado abrangente - *hedge accounting* | (85.414) | (9.780) | (85.414) | (9.780) |
| Mais valia na combinações de negócios (i) | | | (15.938) | |
| Efeito de controladas excluídas (ii) | | | 20.029 | |
| Saldo no final do exercício | 260.854 | 342.498 | 142.549 | 214.307 |

(i) Refere-se a saldos da empresa adquirida Alux do Brasil Indústria e Com. Ltda., conforme Nota 1.1.(a); (ii) Este saldo refere-se a desconsolidação da empresa Campos Novos Energia S.A. (Enercan), que ocorreu em novembro de 2022 (Nota 1.1 (k)).

## 23. Provisões

**Política contábil:** A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face a prováveis perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(a) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuírem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante. **(b) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais:** São reconhecidas quando: (i) há obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(c) Obrigação com descomissionamento de ativos:** A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de minas e barragens como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão, os custos envolvidos e as datas projetadas de exaustão de cada mina e barragem. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base nessas taxas de desconto acrescido da inflação do período de referência. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de juros para 2022 foi reavaliada entre 5,63% e 6,44%.

**(d) Composição e movimentação:**

| | | | | | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | **2022** | **2021** |
| | **Obrigação para** | | **Processos judiciais** | | | | |
| | **desmobilização de ativos** | **Tributárias** | **Trabalhistas** | **Cíveis** | **Ambientais** | **Total** | **Total** |
| Saldo no início do exercício | 526.870 | 193.074 | 72.628 | 20.138 | 1.087 | 813.797 | 758.783 |
| Adições | | 32.597 | 42.701 | 6.815 | 4.161 | 86.274 | 121.596 |
| Baixa por operações societárias | (32.122) | | | | | (32.122) | |
| Reversões | | (20.617) | (12.795) | (4.628) | (590) | (38.630) | (86.608) |
| Depósitos judiciais, líquidos das baixas | | (10.093) | (7.296) | (11) | | (17.400) | (3.734) |
| Liquidações | (27.690) | (2.530) | (14.422) | (203) | (31) | (44.876) | (68.038) |
| Atualização monetária, líquida das reversões | | 27.530 | 8.023 | 11.800 | (364) | 46.989 | 9.248 |
| Ajuste a valor presente | 40.570 | | | | | 40.570 | 38.212 |
| Reavaliação de fluxo de caixa | (53.555) | | | | | (53.555) | 44.338 |
| Saldo no final do exercício | 454.073 | 219.961 | 88.839 | 33.911 | 4.263 | 801.047 | 813.797 |
| Circulante | 1.006 | 15.140 | 43.140 | 33.625 | 97 | 93.008 | 29.218 |
| Não circulante | 453.067 | 204.821 | 45.699 | 286 | 4.166 | 708.039 | 784.579 |
| | 454.073 | 219.961 | 88.839 | 33.911 | 4.263 | 801.047 | 813.797 |

| | | | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | **2022** | **2021** |
| | **Obrigação para** | | **Processos judiciais** | | | | |
| | **desmobilização de ativos** | **Tributárias** | **Trabalhistas** | **Cíveis** | **Ambientais** | **Total** | **Total** |
| Saldo no início do exercício | 526.870 | 196.713 | 73.727 | 20.961 | 1.676 | 819.947 | 761.469 |
| Adições | | 32.851 | 43.537 | 6.815 | 4.161 | 87.364 | 123.960 |
| Efeitos de empresas incluídas na consolidação | | (1.900) | | | | (1.900) | |
| Baixa por operações societárias | (32.122) | | | | | (32.122) | 1.084 |
| Reversões | | (22.026) | (12.795) | (4.688) | (590) | (40.099) | (86.608) |
| Depósitos judiciais, líquidos das baixas | | (10.093) | (7.296) | (11) | | (17.400) | (3.734) |
| Liquidações | (27.690) | (2.530) | (15.999) | (290) | (31) | (46.540) | (68.038) |
| Atualização monetária, líquida das reversões | | 27.845 | 8.041 | 11.882 | (294) | 47.474 | 9.263 |
| Ajuste a valor presente | 40.570 | | | | | 40.570 | 38.212 |
| Reavaliação de fluxo de caixa | (53.555) | | | | | (53.555) | 44.339 |
| Saldo no final do exercício | 454.073 | 220.860 | 89.215 | 34.669 | 4.922 | 803.739 | 819.947 |
| Circulante | 1.006 | 15.140 | 43.140 | 33.625 | 97 | 93.008 | 29.218 |
| Não circulante | 453.067 | 205.720 | 46.075 | 1.044 | 4.825 | 710.731 | 790.729 |
| | 454.073 | 220.860 | 89.215 | 34.669 | 4.922 | 803.739 | 819.947 |

**(e) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e depósitos judiciais remanescentes:** A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, os classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente sendo divulgados nas notas explicativas e, os classificados como remotos, não são provisionados nem divulgados, exceto quando, em virtude da relevância do processo a Companhia considere sua divulgação justificada. Os montantes envolvidos nas contingências são estimados e atualizados periodicamente. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões e os correspondentes depósitos judiciais são apresentados a seguir:.

| | | | | Controladora 2022 | | | | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Depósitos judiciais** | **Montante provisionado** | **Total líquido** | **Depósitos judiciais remanescentes** | **Depósitos judiciais** | **Montante provisionado** | **Total líquido** | **Depósitos judiciais remanescentes** |
| Tributárias | (21.296) | 241.257 | 219.961 | 14.990 | (11.203) | 204.277 | 193.074 | 14.127 |
| Trabalhistas | (42.121) | 130.960 | 88.839 | | (34.825) | 107.453 | 72.628 | |
| Cíveis | (11) | 33.922 | 33.911 | 1.172 | | 20.138 | 20.138 | 1.023 |
| Ambientais | | 4.263 | 4.263 | 7 | | 1.087 | 1.087 | 7 |
| | (63.428) | 410.402 | 346.974 | 16.169 | (46.028) | 332.955 | 286.927 | 15.157 |

| | | | | Consolidado 2022 | | | | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Depósitos judiciais** | **Montante provisionado** | **Total líquido** | **Depósitos judiciais remanescentes** | **Depósitos judiciais** | **Montante provisionado** | **Total líquido** | **Depósitos judiciais remanescentes** |
| Tributárias | (21.296) | 242.156 | 220.860 | 15.097 | (11.203) | 207.916 | 196.713 | 14.226 |
| Trabalhistas | (42.121) | 131.336 | 89.215 | 741 | (34.825) | 108.552 | 73.727 | 811 |
| Cíveis | (11) | 34.680 | 34.669 | 1.198 | | 20.961 | 20.961 | 1.023 |
| Ambientais | | 4.922 | 4.922 | 667 | | 1.676 | 1.676 | 596 |
| | (63.428) | 413.094 | 349.666 | 17.703 | (46.028) | 339.105 | 293.077 | 16.656 |

**Comentários sobre as provisões com probabilidades de perda provável: (i) Provisões tributárias:** Os processos tributários com probabilidade de perda provável estão representados por discussões relacionadas a tributos federais, estaduais e municipais, sendo estas no âmbito judicial ou administrativo, tendo como principais casos provisionados discussões ligadas a IRPJ, IPTU, CFEM, entre outros. **(ii) Provisões trabalhistas:** Os processos trabalhistas com classificação de perda provável são aqueles movidos por ex-empregados, terceiros e sindicatos, cujos objetos consistem em sua maioria em pagamento de verbas rescisórias, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, horas *in itinere*, bem como pedidos de indenização por supostas doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, danos materiais e morais. Quando é provável o desembolso por parte da Companhia, estes processos são devidamente provisionados, seguindo a política de provisionamento elaborada pela Companhia. Tais processos estão em trâmite em sua grande maioria nos Tribunais Regionais do Trabalho de Minas Gerais, Goiás, Campinas e São Paulo. **(iii) Provisões cíveis:** A Companhia é parte em processos cíveis de natureza administrativa e jurisdicional. As referidas contingências são originárias de processos com distintas naturezas jurídicas, ressaltando-se ações de indenização por dano material e dano moral, ações de cobranças, execuções e pedidos administrativos. **(iv) Provisões ambientais:** A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. O contencioso ambiental, administrativo e judicial da Companhia refere-se, basicamente, a apuração de supostas infrações em desconformidade com legislação específica, seja através de procedimentos administrativos ou ações judiciais. **(f) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis:** A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para os quais não há provisão constituída.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Tributárias | 2.328.820 | 2.826.421 | 2.373.312 | 2.894.572 |
| Trabalhistas | 116.887 | 124.292 | 117.474 | 125.585 |
| Cíveis | 79.059 | 114.574 | 79.852 | 115.688 |
| Ambientais | 4.504 | 5.158 | 4.504 | 5.558 |
| | 2.529.270 | 3.070.445 | 2.575.142 | 3.141.403 |

**Comentários sobre passivos contingentes tributários com probabilidade de perda possível:** No quadro a seguir apresentamos a análise da relevância desses processos:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **2022** | **2021** |
| Processos de créditos de PIS e COFINS (i) | 766.576 | 709.218 |
| Glosa de Saldo Negativo de IRPJ (ii) | 71.918 | 342.089 |
| Glosa Plano Verão (iii) | 314.585 | 293.554 |
| ICMS sobre encargos de Energia Elétrica (iv) | 245.504 | 233.561 |
| Erro de Classificação Fiscal - Importação (v) | | 191.274 |
| Cobrança de ICMS em razão de divergências quanto a destinação dos bens (vi) | 91.597 | 86.388 |
| Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (vii) | 65.629 | 62.592 |
| Outros | 817.503 | 975.896 |
| | 2.373.312 | 2.894.572 |

**(i) Processos de créditos de PIS e COFINS:** A Companhia possui em trâmite Despachos Decisórios e Autos de infração, relativos às glosas de créditos de PIS e COFINS referentes aos itens aplicados no processo produtivo, que no entendimento da Receita Federal do Brasil, não gerariam direito ao crédito das referidas contribuições. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R$766.576. Atualmente, todos os processos aguardam decisão administrativa. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, diante dos precedentes e jurisprudência, a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(ii) Glosa de Saldo Negativo de IRPJ:** A Companhia recebeu despachos decisórios emitidos pela Receita Federal do Brasil nos quais são questionados os valores apurados à título de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL. O valor objeto de discussão nos processos em 31 de dezembro de 2022 totaliza o montante de R$71.918. É importante salientar que durante o ano de 2022, a Companhia obteve decisão administrativa favorável em 11 casos que perfazem o total de R$289.555, atualizados para dezembro de 2022, que além de reduzir drasticamente o valor que estava em discussão, permitiu que a Companhia utilizasse o crédito em questão. Por fim, com relação aos demais casos pendentes de julgamento, no entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, verifica-se que houve equívoco por parte da RFB quando da glosa dos créditos apresentados pela Companhia, razão pela qual a probabilidade de perda dos processos é considerada possível. **(iii) Glosa Plano Verão:** A Companhia recebeu despacho decisório emitido pela Receita Federal do Brasil, no qual é questionado o crédito utilizado para compensação relativo aos créditos decorrentes de ação judicial referente as discussões dos expurgos inflacionários do Plano Verão. Em razão do questionamento realizado pela Receita Federal do Brasil, a Companhia apresentou impugnação que aguarda julgamento de primeira instância administrativa. Em 31 de dezembro de 2022, o montante atualizado dessas autuações totaliza o montante de R$314.585. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, a autuação não merece prosperar, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(iv) ICMS sobre encargos de Energia Elétrica:** A Companhia possui discussões judiciais e administrativas no que se refere a incidência de ICMS sobre os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2022, o valor em controvérsia destas discussões totaliza o montante de R$245.504. Atualmente, os processos administrativos e judiciais estão aguardando decisão. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, a autuação é improcedente, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(v) Erro de classificação fiscal - Importação:** Em março de 2017, a Companhia foi autuada em razão de suposto erro na classificação fiscal na importação de insumo, acarretando a exigência de tributos (IPI, PIS, COFINS e II), cujo valor em dezembro de 2022 perfaz, o montante atualizado de R$208.563. Por entender indevida a autuação lavrada, a Companhia apresentou defesa que foi julgada de forma favorável em primeira instância administrativa. Em 19 de dezembro de 2022, em sessão de julgamento, o CARF negou provimento ao recurso de ofício e manteve por unanimidade a decisão da DRF que havia cancelado a autuação, tendo em vista laudo pericial favorável a Companhia efetuado por perito indicado pelo CARF. Em decorrência da disponibilização de decisão favorável aos interesses da Companhia e sendo a mesma de difícil reversão em recurso especial, o caso teve a sua classificação de perda alterada para remota. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes o processo deverá transitar em julgado no primeiro trimestre de 2023, sendo sua contingência baixada. **(vi) Cobrança de ICMS em razão de divergências quanto a destinação dos bens:** Em razão de glosa de créditos decorrentes da aquisição de bens em virtude de divergências quanto a destinação dos bens, a Companhia foi autuada por suposta falta de pagamento de ICMS. Em 31 de dezembro de 2022, o montante atualizado dessas autuações totaliza o montante de R$91.597. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, os critérios adotados com relação a destinação dos bens estão em conformidade com a legislação pertinente e a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(vii) Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM:** A Companhia recebeu autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM. Em 31 de dezembro de 2022, o montante atualizado em controvérsia dessas autuações totaliza o montante de R$65.629. Atualmente, os processos se encontram em fase administrativa e judicial. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, as autuações são improcedentes, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

## 24. Uso do bem público - UBP

**Política contábil:** O montante é originalmente reconhecido como passivo financeiro (obrigação) e como ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento). A Companhia possui ou participa de empresas que detêm contratos de concessão do setor de energia elétrica. Esses contratos preveem, em sua grande maioria, pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM a título de Uso do Bem Público (UBP). Os contratos apresentam prazo de duração média de 35 anos, e os valores a serem pagos estão demonstrados a seguir:

**Controladora**

| | | | | | | 2022 | | | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Usinas/Empresas** | **Data início da concessão** | **Data fim da concessão** | **Data início pagamento** | **Participação** | **Ativo intangível** | **Passivo** | **Participação** | **Ativo intangível** | **Passivo** |
| Salto Pilão | abr-02 | jan-42 | jan-10 | 60% | 146.804 | 681.205 | 60% | 156.986 | 695.143 |
| Salto do Rio Verdinho | dez-02 | dez-44 | out-10 | 100% | 5.890 | 30.823 | 100% | 6.246 | 30.662 |
| Itupararanga | fev-04 | fev-24 | jan-04 | 100% | 96 | 709 | 100% | 179 | 1.212 |
| Piraju | dez-98 | nov-38 | fev-03 | 100% | 700 | 7.601 | 100% | 763 | 7.794 |
| Ourinhos | jul-00 | nov-40 | set-05 | 100% | 879 | 6.545 | 100% | 949 | 6.610 |
| Fumaça | jun-96 | jun-46 | | 100% | 53.050 | 65.567 | 100% | 55.270 | 55.270 |
| França | jun-96 | jun-46 | | 100% | 40.521 | 49.578 | 100% | 42.217 | 42.217 |
| Porto Raso | jun-96 | jun-46 | | 100% | 25.566 | 31.212 | 100% | 26.636 | 26.636 |
| Serraria | jun-96 | jun-46 | | 100% | 17.655 | 21.554 | 100% | 18.394 | 18.394 |
| Barra | jun-96 | jun-46 | | 100% | 49.385 | 60.233 | 100% | 51.451 | 51.453 |
| | | | | | 340.546 | 955.027 | | 359.091 | 935.391 |
| Circulante | | | | | | 47.800 | | | 66.477 |
| Não circulante | | | | | 340.546 | 907.227 | | 359.091 | 868.914 |
| | | | | | 340.546 | 955.027 | | 359.091 | 935.391 |

**Consolidado**

| | | | | | | 2022 | | | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Usinas/Empresas** | **Data início da concessão** | **Data fim da concessão** | **Data início pagamento** | **Participação** | **Ativo intangível** | **Passivo** | **Participação** | **Ativo intangível** | **Passivo** |
| Salto Pilão | abr-02 | jan-42 | jan-10 | 60% | 146.804 | 681.204 | 60% | 156.986 | 695.143 |
| Salto do Rio Verdinho | dez-02 | dez-44 | out-10 | 100% | 5.890 | 30.823 | 100% | 6.246 | 30.662 |
| Itupararanga | fev-04 | fev-24 | jan-04 | 100% | 96 | 709 | 100% | 179 | 1.212 |
| Piraju | dez-98 | nov-38 | fev-03 | 100% | 700 | 7.601 | 100% | 763 | 7.794 |
| Ourinhos | jul-00 | nov-40 | set-05 | 100% | 879 | 6.545 | 100% | 949 | 6.610 |
| Fumaça | jun-96 | jun-46 | | 100% | 53.050 | 65.567 | 100% | 55.270 | 55.271 |
| França | jun-96 | jun-46 | | 100% | 40.521 | 49.578 | 100% | 42.217 | 42.217 |
| Porto Raso | jun-96 | jun-46 | | 100% | 25.566 | 31.212 | 100% | 26.636 | 26.636 |
| Serraria | jun-96 | jun-46 | | 100% | 17.655 | 21.554 | 100% | 18.394 | 18.394 |
| Barra | jun-96 | jun-46 | | 100% | 49.385 | 60.233 | 100% | 51.452 | 51.452 |
| Baesa - Energética Barra Grande | mai-01 | mai-36 | jun-07 | 15% | 19.018 | 75.058 | 15% | 20.060 | 72.165 |
| Enercan - Campos Novos Energia | mai-00 | mai-35 | jun-06 | | | | 24% | 3.063 | 10.558 |
| | | | | | 359.564 | 1.030.084 | | 382.215 | 1.018.114 |
| Circulante | | | | | | 55.582 | | | 74.314 |
| Não circulante | | | | | 359.564 | 974.502 | | 382.215 | 943.800 |
| | | | | | 359.564 | 1.030.084 | | 382.215 | 1.018.114 |

## 25. Patrimônio líquido

**(a) Capital social:** É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado é no montante de R$4.479.459, e composto por 595.833.333 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social está líquido dos gastos com oferta pública no montante de R$44.412 em 31 de dezembro 2022 (R$44.150 em 31 de dezembro 2021). A composição do capital social é apresentada a seguir:

| | 2022 | | 2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | | **Ordinárias** | | **Ordinárias** |
| | **Quantidade de ações** | **(%)** | **Quantidade de ações** | **(%)** |
| **Acionistas controladores** | | | | |
| Votorantim S.A. | 404.483.333 | 67,89% | 452.083.333 | 75,87% |
| Outros acionistas | 191.350.000 | 32,11% | 143.750.000 | 24,13% |
| | 595.833.333 | 100,00% | 595.833.333 | 100,00% |

**(b) Dividendos:** De acordo com o estatuto da Companhia, os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzida a importância destinada à reserva legal.

| | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 867.549 | 742.944 |
| Absorção de prejuízos acumulados | | (502.440) |
| Base de cálculo da reserva legal | 867.549 | 240.504 |
| Reserva legal - 5% | (43.377) | (12.025) |
| Base de cálculo dos dividendos | 824.172 | 228.479 |
| Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto | 206.043 | 57.120 |
| Quantidade média ponderada de ações, em milhares | 595.833 | 887.440 |
| Dividendos por lote de mil ações | 345,81 | 64,36 |

**(c) Reserva legal e retenção de lucros:** A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

**(d) Ajuste de avaliação patrimonial:**

| | **Atribuível aos acionistas controladores** |
|---|---|
| **Em 1º de janeiro de 2021** | (400.795) |
| *Hedge accounting* operacional | 21.412 |
| Tributos diferidos | (9.780) |
| Participação nos outros resultados abrangentes das investidas | 1.269 |
| Outros componentes do resultado abrangente | 12.901 |
| **Em 31 de dezembro de 2021** | (387.894) |
| **Em 1º de janeiro de 2022** | (387.894) |
| *Hedge accounting* operacional | 259.447 |
| Tributos diferidos | (85.414) |
| Participação nos outros resultados abrangentes das investidas | 888 |
| Outros componentes do resultado abrangente | 174.921 |
| Aquisição da Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. | (70.053) |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | (283.026) |

**(e) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro. Em 21 de junho de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a proposta de grupamento de ações da totalidade das ações existentes de emissão da Companhia, passando cada 2,31257955519536 ações ordinárias existentes a corresponder a 1 ação ordinária. Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41, as quantidades de ações apresentadas no cálculo do resultado por ação do período corrente e do período comparativo foram afetadas pelo referido grupamento. Não há qualquer efeito diluidor no fechamento do exercício.

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | **2022** | **2021** |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores | 867.549 | 742.944 |
| Quantidade média ponderada de ações, em milhares | 595.833 | 887.440 |
| Lucro básico e diluído por lote de mil ações | 1.456,03 | 837,18 |

## 26. Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados

**Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. Como as vendas da CBA estão sujeitas a diferentes modalidades de transporte, a receita pode ser reconhecida quando o produto for disponibilizado no porto de embarque, carregado no navio, no porto de descarga ou entregue no armazém do cliente, por exemplo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas. O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita no valor da contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. **Identificação de obrigações de desempenho e prazo de satisfação das obrigações de desempenho:** A Companhia apresenta duas obrigações de desempenho distintas incluídas em certos contratos de venda de alumínio, sendo i) a promessa de fornecer mercadorias a seus clientes, e ii) a promessa de fornecer serviços de frete para seus clientes. Promessa de fornecimento de mercadorias - esta obrigação de desempenho é satisfeita quando o controle de tais bens é transferido para o cliente final. Promessa de fornecimento de mercadorias e serviço de frete - esta obrigação de desempenho é satisfeita quando a compra da mercadoria e o serviço de frete são contratados pelo cliente e o produto é entregue no destino acordado. Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE. Para determinar se as obrigações de desempenho são satisfeitas em determinado momento, a Companhia considera: se possui direito presente ao pagamento do ativo; se o cliente tem o título legal do ativo; se a Companhia transfere a posse física do ativo; e se o cliente tem os riscos e recompensas significativos da propriedade do ativo. A Companhia considera os termos do contrato e suas práticas comerciais habituais para determinar o preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços prometidos a seus clientes. O preço da transação é alocado a cada obrigação de desempenho em base de preço de venda individual relativo. O reconhecimento de receita relacionado a essas vendas não foi afetado significativamente pelo IFRS 15. A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. Os preços dos produtos negociados pela Companhia possuem como referência a cotação da tonelada do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (LME). As eventuais flutuações dos preços dependem de vários fatores externos, como demanda e capacidade de produção mundial e estratégias mercadológicas adotadas pelos principais produtores.

**(a) Reconciliação das receitas:**

| | | | | | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Alumínio** | **Níquel** | **Energia** | **Eliminações** | **Consolidado** |
| Venda de alumínio primário | 3.968.725 | | | | 3.968.725 |
| Venda de alumínio transformado | 3.140.066 | | | | 3.140.066 |
| Reciclagem | 981.946 | | | | 981.946 |
| Outros produtos e serviços de alumínio | 1.232.497 | | | | 1.232.497 |
| Eliminações entre o segmento de alumínio | (627.080) | | | | (627.080) |
| Hedge estratégico | (138.816) | | | | (138.816) |
| Energia elétrica | | | 634.435 | (387.652) | 246.783 |
| Outros | | 20.506 | | | 20.506 |
| **Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados** | 8.557.338 | 20.506 | 634.435 | (387.652) | 8.824.627 |

| | | | | | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Alumínio** | **Níquel** | **Energia** | **Eliminações** | **Consolidado** |
| Venda de alumínio primário | 3.749.459 | | | | 3.749.459 |
| Venda de alumínio transformado | 2.958.966 | | | | 2.958.966 |
| Reciclagem | 509.077 | | | | 509.077 |
| Outros produtos e serviços de alumínio | 1.983.554 | | | | 1.983.554 |
| Eliminações entre o segmento de alumínio | (344.982) | | | | (344.982) |
| Hedge estratégico | (837.714) | | | | (837.714) |
| Energia elétrica | | | 727.406 | (348.496) | 378.910 |
| Outros | | 25.910 | | | 25.910 |
| **Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados** | 8.018.360 | 25.910 | 727.406 | (348.496) | 8.423.180 |

Para melhor entendimento do segmento de alumínio, a Companhia subdivide nos itens abaixo: (i) Primários: considera as famílias de produto da fase inicial de produção (lingote, alumínio líquido e produtos de valor agregado - tarugo, vergalhão e lingote liga). Todos esses produtos são fabricados na unidade de Alumínio; (ii) Transformados: considera os produtos da família de transformados (folhas, chapas e extrudados) e todos são de valor agregado. A Companhia produz todo o seu portfólio em um único site localizado em Alumínio-SP, e conta com uma segunda unidade de laminação, em Itapissuma-PE, além de dois centros de soluções e serviços; (iii) Reciclagem: considera as plantas das empresas investidas da Companhia Metalex e Alux, as atividades de *tolling* (serviço de conversão de sucata do cliente em produto acabado) praticadas na planta de Alumínio, vendas de sucata interna e externa e de borra de alumínio; (iv) Outros: considera atividades de *trading* de lingote, *trading* do *take* de alumina da Companhia na Alunorte, vendas de bauxita, alumina e beneficiamento. As vendas de alumina, hidrato e bauxita refletem o excedente da cadeia produtiva da Companhia, mais especificamente da unidade de Alumínio. Bauxita e alumina são matéria prima para produção de alumínio; (v) Eliminações: Considera as transações de compra e venda de alumínio entre as empresas deste segmento; (vi) Hedge estratégico: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para efetuar a venda a termo de *commodity* em conjunto com a venda a termo de Dólar americano. Em junho de 2021, este hedge deixou de ser executado pela Companhia e os contratos vigentes se encerraram em maio de 2022. **(b) Informações sobre áreas geográficas:** A abertura da receita líquida por destino é baseada na localização dos clientes. As receitas líquidas da Companhia classificadas por destinos e por moeda são demonstradas a seguir:

**(i) Receita líquida por país de destino:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Brasil | 6.352.780 | 5.873.287 | 7.484.080 | 6.812.109 |
| Estados Unidos | 593.718 | 414.899 | 609.863 | 419.049 |
| Islândia | 88.649 | 187.322 | 88.649 | 187.322 |
| Uruguai | 73.651 | 64.155 | 78.919 | 64.595 |
| Argentina | 1.768 | 4.315 | 62.330 | 44.525 |
| Suíça | 18.596 | 377.312 | 19.550 | 397.828 |
| México | 16.021 | 207.956 | 17.078 | 207.956 |
| Países Baixos | 7.360 | 80.263 | 7.360 | 80.263 |
| Outros | 422.984 | 173.375 | 456.798 | 209.533 |
| | 7.575.527 | 7.382.884 | 8.824.627 | 8.423.180 |

**(ii) Receita líquida por moeda:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| Real | 6.352.780 | 5.873.287 | 7.484.080 | 6.812.109 |
| Dólar norte-americano | 1.222.747 | 1.509.597 | 1.340.547 | 1.611.071 |
| | 7.575.527 | 7.382.884 | 8.824.627 | 8.423.180 |

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

→★ continuação

## COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**
**Em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

### 27. Abertura do resultado por natureza

| | Controladora 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (i) | Despesas com vendas | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Matérias-primas, insumos e materiais de consumo | 4.265.141 | 956 | 2.009 | 4.268.106 |
| Despesas com benefícios a empregados | 616.688 | 21.063 | 186.227 | 823.978 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 445.328 | 118 | 8.577 | 454.023 |
| Despesas de transporte | 240.235 | | 22 | 240.257 |
| Manutenção e conservação | 249.315 | 141 | 805 | 250.261 |
| Serviços na operação | 122.993 | | | 122.993 |
| Serviços de terceiros | 89.810 | 4.920 | 122.950 | 217.680 |
| Aluguéis e arrendamentos | 54.925 | 307 | 1.539 | 56.771 |
| Provisão de crédito de liquidação duvidosa | | 5.614 | | 5.614 |
| Outras despesas | 114.167 | 8.925 | 29.431 | 152.523 |
| | 6.198.602 | 42.044 | 351.560 | 6.592.206 |

| | Controladora 2021 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (i) | Despesas com vendas | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Matérias-primas, insumos e materiais de consumo | 4.539.496 | 954 | 1.328 | 4.541.778 |
| Despesas com benefícios a empregados | 526.975 | 20.653 | 130.537 | 678.165 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 413.542 | 405 | 12.061 | 426.008 |
| Despesas de transporte | 215.455 | | 16 | 215.471 |
| Manutenção e conservação | 241.494 | 86 | 52 | 241.632 |
| Serviços na operação | 35.684 | | | 35.684 |
| Serviços de terceiros | 77.850 | 4.597 | 117.039 | 199.486 |
| Aluguéis e arrendamentos | 57.541 | 76 | 5.177 | 62.794 |
| Repactuação de risco hidrológico | (188.047) | | | (188.047) |
| Reversão de crédito de liquidação duvidosa | | (3.829) | | (3.829) |
| Outras despesas | 251.966 | 7.341 | 27.887 | 287.194 |
| | 6.171.956 | 30.283 | 294.097 | 6.496.336 |

| | Consolidado 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (i) | Despesas com vendas | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Matérias-primas, insumos e materiais de consumo | 4.995.598 | 925 | 9.620 | 5.006.143 |
| Despesas com benefícios a empregados | 706.224 | 24.229 | 203.108 | 933.561 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 525.791 | 165 | 13.555 | 539.511 |
| Despesas de transporte | 240.294 | | 22 | 240.316 |
| Manutenção e conservação | 283.398 | 141 | 620 | 284.159 |
| Serviços na operação | 122.993 | | | 122.993 |
| Serviços de terceiros | 101.263 | 5.038 | 141.336 | 247.637 |
| Aluguéis e arrendamentos | 54.925 | 311 | 2.191 | 57.427 |
| Provisão de crédito de liquidação duvidosa | | 6.731 | | 6.731 |
| Outras despesas | 144.879 | 11.811 | 34.607 | 191.297 |
| | 7.175.365 | 49.351 | 405.059 | 7.629.775 |

| | Consolidado 2021 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (i) | Despesas com vendas | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Matérias-primas, insumos e materiais de consumo | 5.103.361 | 954 | 2.181 | 5.106.496 |
| Despesas com benefícios a empregados | 599.147 | 23.492 | 146.313 | 768.952 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 480.064 | 456 | 15.525 | 496.045 |
| Despesas de transporte | 215.525 | | 16 | 215.541 |
| Manutenção e conservação | 251.424 | 164 | 384 | 251.972 |
| Serviços na operação | 35.684 | | | 35.684 |
| Serviços de terceiros | 82.012 | 5.480 | 135.601 | 223.093 |
| Aluguéis e arrendamentos | 57.541 | 140 | 6.745 | 64.426 |
| Repactuação de risco hidrológico | (285.446) | | | (285.446) |
| Reversão de crédito de liquidação duvidosa | | (3.814) | | (3.814) |
| Outras despesas | 260.160 | 15.397 | 31.262 | 306.819 |
| | 6.799.472 | 42.269 | 338.027 | 7.179.768 |

(i) No saldo da controladora e consolidado de 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R$28.739 (31 de dezembro de 2021 - R$32.011) referente ao custo de ociosidade de produção das plantas de Niquelândia e São Miguel Paulista situadas nos municípios de Niquelândia no Estado de Goiás e São Paulo no Estado de São Paulo, respectivamente.

### 28. Despesas com benefícios a empregados

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Remuneração direta | 462.081 | 383.225 | 522.061 | 431.984 |
| Encargos sociais | 238.252 | 186.635 | 270.451 | 214.154 |
| Benefícios | 123.645 | 108.305 | 141.049 | 122.814 |
| | 823.978 | 678.165 | 933.561 | 768.952 |

**(a) Obrigações de aposentadoria:** A Companhia participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade contribuição definida. Um plano de contribuição definida é o plano de pensão segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva para pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar os funcionários. **(b) Participação dos empregados no resultado:** São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como "Benefício a empregados" na rubrica de remuneração direta. **(c) Plano de contribuição previdenciária definida:** A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados do Grupo Votorantim. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia. As contribuições a cargo da Companhia para a FUNSEJEM, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, somam R$6.271 e R$5.838, respectivamente. **(d) Remuneração dos administradores:** As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| **Remuneração de curto prazo** | 2022 | 2021 |
| Salário ou pró-labore | 12.118 | 8.515 |
| Benefícios direto ou indireto | 943 | 566 |
| Remuneração variável | 5.214 | 6.049 |
| | 18.275 | 15.130 |
| **Remuneração de longo prazo** | | |
| Incentivos de longo prazo | 14.137 | 3.555 |
| | 14.137 | 3.555 |
| | 32.412 | 18.685 |

A remuneração de curto prazo inclui: remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), benefícios diretos e indiretos (assistência médica, vale refeição, vale alimentação, seguro de vida e previdência privada) e remuneração variável de curto prazo (participação nos resultados e bônus).

### 29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Contratos futuros de energia (i) | (86.403) | 183.105 | (86.403) | 183.105 |
| Reversão para desvalorização de ativos (*impairment*) (Nota 17) | 226.006 | 603.945 | 226.007 | 603.945 |
| Receita com aluguéis e arrendamentos | 6.397 | 22.505 | 6.398 | 22.506 |
| Reversão estimada para obsolescência e baixo giro de estoques | 9.483 | 1.864 | 8.877 | 1.864 |
| Valor justo - Propriedade para investimento | 7.960 | | 7.960 | |
| Ganho (perda) na venda de imobilizado | (1.644) | 29.000 | (1.688) | 29.000 |
| Reconhecimento de ganho por compra vantajosa na aquisição de investimentos | | 17.143 | | 17.143 |
| Baixa na venda de ativos | | (532.733) | | (533.889) |
| Perda na venda de investimento | (18.493) | | (18.493) | |
| Ajuste ao valor justo de ativo disponível para venda | (47.522) | | (47.522) | |
| Constituição de provisões, líquidas | (56.701) | (48.624) | (56.073) | (49.248) |
| Gastos com projetos não capitalizados | (81.652) | (162.771) | (86.348) | (162.771) |
| Provisão para desvalorização de tributos *(impairment)* | (15.444) | | (15.444) | |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 12.342 | 7.158 | 13.129 | (13.856) |
| | (45.671) | 120.592 | (49.600) | 97.799 |

(i) Refere-se, ao reconhecimento da exposição futura, com base na projeção do balanço energético, maior que a realização do instrumento financeiro, conforme nota 15.

### 30. Resultado financeiro líquido

**Política contábil:** Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. A receita financeira decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é reconhecida conforme o prazo decorrido das operações, usando-se da taxa de juros efetiva.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| **Receitas financeiras** | | | | |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 97.005 | 40.486 | 129.406 | 48.026 |
| Juros sobre ativos financeiros | 89.814 | 1.342 | 94.735 | 1.569 |
| Atualização monetária sobre ativos | 17.644 | 10.226 | 17.644 | 10.586 |
| Reversão de atualização monetária de provisões | 16.325 | 23.811 | 16.325 | 23.811 |
| Juros sobre operações com partes relacionadas (Nota 14) | 7.625 | 8.804 | 9.390 | 10.976 |
| Outras receitas financeiras | 290 | 9.709 | 2.968 | 14.848 |
| | 228.703 | 94.378 | 270.468 | 109.816 |
| **Despesas financeiras** | | | | |
| Juros e atualização monetária UBP | (70.349) | (67.628) | (82.047) | (85.297) |
| Capitalização de juros sobre empréstimos - CPC 20 | 7.257 | (2.622) | 7.257 | (2.622) |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20) | (173.652) | (157.257) | (176.343) | (159.419) |
| Atualização monetária sobre provisões | (73.406) | (31.230) | (75.080) | (32.382) |
| Ajuste a valor presente - CPC 12 | (66.580) | (57.043) | (66.580) | (57.043) |
| Cessão de recebíveis | (52.697) | (25.432) | (62.505) | (27.996) |
| PIS e COFINS sobre resultado financeiro | (12.932) | (9.418) | (14.674) | (9.878) |
| Juros sobre operações com partes relacionadas (Nota 14) | (9.416) | (18.681) | (11.278) | (22.826) |
| Despesas de captação | (5.365) | (6.103) | (7.532) | (9.675) |
| IR sobre remessas de juros ao exterior | (5.189) | (16.092) | (5.447) | (16.564) |
| Outras despesas financeiras | (9.444) | (34.730) | (18.202) | (37.798) |
| | (471.773) | (426.236) | (512.431) | (461.500) |
| **Resultado dos instrumentos financeiros derivativos (Nota 6.2)** | 162.419 | (67.344) | 194.805 | (70.289) |
| **Variações cambiais, líquidas** | 50.196 | (74.468) | 45.097 | (74.554) |
| | (30.455) | (473.670) | (2.061) | (496.527) |

### 31. Ativo mantido para venda

**Política contábil:** São classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperado, principalmente por meio de venda e quando a venda for considerada altamente provável. O ativo ou o grupo de ativos a ser classificado como mantido para a venda deve ser mensurado no reconhecimento inicial pelo valor mais baixo entre o que seria seu valor contábil, caso não tivesse sido assim classificado, e o valor justo menos as despesas de venda. Se o ativo ou o grupo de ativos for adquirido como parte de combinação de negócios, ele deve ser mensurado pelo valor justo menos as despesas de venda. Quando se espera que a venda ocorra após um ano, a entidade deve mensurar as despesas de venda pelo valor presente. Qualquer aumento no valor presente das despesas de venda que resulte da passagem do tempo deve ser apresentado nos resultados como despesa financeira. A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para venda. Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas no ativo e no passivo. Os ativos mantidos para venda estão demonstrados a seguir:

| | 31/12/2022 |
|---|---|
| Ativo mantido para venda - Mineração Rio do Norte S.A. (Nota 1.1 (I)) | 52.177 |
| Imóvel destinado a venda | 25.960 |
| **Total ativo líquido mantido para venda** | 78.137 |

### 32. Informações por segmento

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: Alumínio, Energia e Níquel. **Alumínio:** Envolve as operações da cadeia produtiva do Alumínio, desde a mineração de bauxita até a produção de produtos primários e transformados. **Energia:** Compreende apenas a comercialização da energia excedente, que é vendida para o mercado. **Níquel:** Considera as Unidades do Níquel e Legado Verdes do Cerrado. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, utiliza o EBITDA ajustado como medida de desempenho. As informações apresentadas à alta Administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as políticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

| 2022 | Alumínio | Níquel | Energia | Eliminações (i) | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida dos produtos vendidos | 8.557.338 | 20.506 | 634.435 | (387.652) | 8.824.627 |
| Custos dos produtos vendidos | (6.756.543) | (54.952) | (751.522) | 387.652 | (7.175.365) |
| **Lucro (prejuízo) bruto** | 1.800.795 | (34.446) | (117.087) | | 1.649.262 |
| Com vendas | (49.349) | (2) | | | (49.351) |
| Gerais e administrativas | (374.028) | (15.046) | (15.985) | | (405.059) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | (100.775) | 149.535 | (98.360) | | (49.600) |
| **Lucro (prejuízo) operacional** | 1.276.643 | 100.041 | (231.432) | | 1.145.252 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 504.876 | 4.934 | 29.701 | | 539.511 |
| Outras adições (exclusões) e itens excepcionais | 33.387 | (177.935) | 86.403 | | (58.145) |
| Contratos futuros de energia | | | 86.403 | | 86.403 |
| Perda na venda de investimento | | 18.493 | | | 18.493 |
| Reconhecimento ao valor justo dos ativos mantidos para venda | 47.522 | | | | 47.522 |
| Provisão para desvalorização de tributo*s (impairment)* | 15.444 | | | | 15.444 |
| Reversão para desvalorização de ativo*s (impairment)* | (29.579) | (196.428) | | | (226.007) |
| **EBITDA ajustado** | **1.814.906** | **(72.960)** | **(115.328)** | | **1.626.618** |
| **Margem EBITDA** | **21,21%** | **-355,80%** | **-18,18%** | | **18,43%** |

| 2021 | Alumínio | Níquel | Energia | Eliminações (i) | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida dos produtos vendidos | 8.018.361 | 25.909 | 727.406 | (348.496) | 8.423.180 |
| Custos dos produtos vendidos | (6.586.536) | (51.472) | (509.960) | 348.496 | (6.799.472) |
| **Lucro (prejuízo) bruto** | 1.431.825 | (25.563) | 217.446 | | 1.623.708 |
| Com vendas | (39.769) | (2.500) | | | (42.269) |
| Gerais e administrativas | (307.960) | (22.124) | (7.943) | | (338.027) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | (142.502) | 85.815 | 154.486 | | 97.799 |
| **Lucro operacional** | 941.594 | 35.628 | 363.989 | | 1.341.211 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 462.429 | 3.149 | 30.467 | | 496.045 |
| Exclusões e itens excepcionais | (21.612) | (95.582) | (183.105) | | (300.299) |
| Contratos futuros de energia | | | (183.105) | | (183.105) |
| Reconhecimento de ganho por compra vantajosa na aquisição de investimentos | (17.143) | | | | (17.143) |
| Ganho na venda de imobilizado | | (29.000) | | | (29.000) |
| Provisão para desvalorização de ativos *(impairment)* | (4.469) | (66.582) | | | (71.051) |
| **EBITDA ajustado** | **1.382.411** | **(56.805)** | **211.351** | | **1.536.957** |
| **Margem EBITDA** | **17,24%** | **-219,25%** | **29,06%** | | **18,25%** |

(i) As eliminações apresentadas acima correspondem à energia gerada e consumida entre os segmentos reportáveis da Companhia.

### 33. Seguros

A Companhia e suas subsidiárias mantêm seguros de riscos patrimoniais, responsabilidade civil dentre outros, proporcionando proteção relacionada a possíveis perdas com interrupção na produção, danos a terceiros, patrimônio e responsabilidade civil dos executivos e diretores da companhia. Tais apólices possuem coberturas e limites considerados pela Administração da companhia como adequados ao porte e riscos inerentes a natureza de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratados através de seguradoras de primeira linha:

| Apólice | Tipo de cobertura | 2022 Importância segurada |
|---|---|---|
| Patrimonial | Danos materiais e lucros cessantes para o patrimônio | 850.000.000 |
| Responsabilidade Civil Geral | Danos causados à terceiros | 250.000.000 |
| *Directors & Officers* | Reclamações de terceiros à pessoas físicas da Companhia | 135.000.000 |
| Transportes Nacional | Danos materiais causados durante o transporte | 10.000.000 |
| Transportes Importação | Danos materiais causados durante o transporte | 52.100.000 |
| Transportes Exportação | Danos materiais causados durante o transporte | 52.100.000 |
| | | 1.349.200.000 |

As informações acima representam a consolidação, para fins de divulgação apenas, dos limites máximos de indenização para as principais apólices da Companhia.

### 34. Eventos subsequentes

**(a) Captação BNDES:** Em 7 de fevereiro de 2023 foram realizadas as primeiras liberações referentes aos contratos firmados em dezembro de 2022 junto ao BNDES (Nota 20 (g)). O valor agregado recebido pela Companhia e pela controlada Metalex totalizam R$179.012.

**DIRETORIA**

**Ricardo Rodrigues de Carvalho**
Diretor Presidente

**Luciano Francisco Alves -** Diretor Financeiro e de Relações Institucionais
**Fernando Varella Guimarães -** Diretor
**Renato Maia Lopes -** Diretor
**Daniel Marrocos Camposilvan -** Diretor
**Alexandre Vianna da Silva -** Diretor
**Roseli Maria de Souza Milagres -** Diretora
**Andressa Rissato Brolacci Lamana -** Diretora
**Albino Mercado Júnior -** Diretor

**CONTADORA**

**Andressa Regina Fabris**
CRC PR 059742/O-3

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
**Companhia Brasileira de Alumínio**

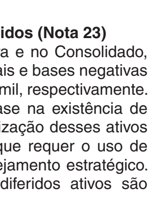
**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Brasileira de Alumínio ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Brasileira de Alumínio e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Alumínio e da Companhia Brasileira de Alumínio e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.




**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Porque é um PAA**

**Redução ao valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23)**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta registrado na Controladora e no Consolidado, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, nos valores de R$ 308.753 mil e de R$ 308.753 mil, respectivamente. Esses saldos de impostos diferidos ativos são registrados contabilmente com base na existência de probabilidade razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros para a realização desses ativos não circulantes. A Companhia efetua as projeções de lucros tributáveis futuros que requer o uso de estimativas e julgamento na determinação das principais premissas em seu planejamento estratégico. Caso aplicável, provisão para perdas ao valor recuperável desses impostos diferidos ativos são registrados contabilmente.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas e julgamentos utilizados pela administração na determinação do valor recuperável desses impostos diferidos ativos, e à complexidade inerente a esse processo, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria nesse exercício sendo examinado por nós.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Como resposta de auditoria, entre outros, efetuamos os seguintes procedimentos:

Obtivemos a análise de recuperabilidade dos tributos diferidos ativos preparada pela administração da Companhia e verificamos que as principais premissas guardam relação com o plano de negócios de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração.

Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas na área de finanças corporativas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio do alumínio na London Metal Exchange ("LME"), assim como projeções de câmbio. Efetuamos a comparação com os dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos tributos diferidos, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

**Redução ao valor recuperável de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") (Nota 13)**

Em 31 de dezembro de 2022, os tributos a recuperar divulgados na nota explicativa n° 13 às demonstrações financeiras, nos montantes de R$ 502.091 mil e R$ 539.658 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, são oriundos principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

A realização desses tributos está diretamente associada a efetividade do plano de escoamento de créditos da sociedade, os quais consistem principalmente em (i) geração de débitos a pagar no futuro que poderão ser compensados com os referidos tributos a recuperar; (ii) habilitação e venda de créditos de ICMS para empresas do próprio grupo ou terceiras; (iii) obtenção de regime especial tributário junto ao estado de São Paulo para a suspensão de ICMS nas operações de importações de determinados insumos, de modo a evitar futuro acúmulo.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos, complexidade do processo de mensuração das projeções de recuperabilidade dos tributos futuros, os quais se baseiam em estimativas e premissas cuja realização pode ser afetada por condições de mercado e cenários econômicos incertos, assim como, pela complexidade da legislação tributária brasileira, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

Avaliação da origem dos créditos, natureza dos insumos, seu registro e declaração para as autoridades fazendárias nos livros fiscais; Análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas para determinação do valor de créditos fiscais registrados; O entendimento da metodologia de avaliação e premissas para determinação do valor recuperável do saldo de ICMS; Avaliação e julgamento sobre as possibilidades de escoamento apresentadas pela administração e sua aplicabilidade; A avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Porque é um PAA**

**Instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* (Nota 6.2)**

A Companhia e suas controladas operam com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a volatilidade do preço das commodities, moedas, índices e taxas em seus fluxos de caixa.

Para atingir seus objetivos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros não derivativos e designa como instrumento de *hedge* na aplicação da política de contabilidade de proteção (*hedge accounting*), realizando periodicamente, testes de efetividade sobre as relações de *hedge* designadas.

A designação desses instrumentos financeiros como *hedge accounting,* assim como a mensuração de sua efetividade, requerem o cumprimento de certas obrigações formais, julgamentos em relação à proteção efetiva do risco de variação cambial e ao alinhamento dosa objetivos de proteção à sua estratégia de gestão de riscos do negócio.

Dada à complexidade envolvida na designação e periódica mensuração da efetividade das relações de contabilidade de proteção mantidas pela Companhia, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideram, entre outros:

Entendimento do processo e dos controles internos relacionados à contabilidade de proteção *hedge accouting.* Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia que suporta a designação dos instrumentos de proteção como *hedge accounting,* especificamente as designações contendo as descrições de todas as estratégias e metodologias utilizadas para mensuração de efetividade.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia envolvendo as transações de *hedge accounting*. Com base nas evidências obtidas, consideramos aceitáveis as designações mantidas como contabilidade de proteção (*hedge accounting*) no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 9 de março de 2023

pwc
**PricewaterhouseCoopers**
**Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP000160/O-5

**Carlos Eduardo Guaraná Mendonça**
Contador CRC 1SP196994/O-2


Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.



Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 668E-941C-9F67-1B58.

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/668E-941C-9F67-1B58 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código para verificação: 668E-941C-9F67-1B58

**Hash do Documento**

14E2E8D6703018B66D8FB0318B2A5A28FBD5BCBEA8260CDE2F3A3D6BA3FF3EF7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 10/03/2023 04:38 UTC-03:00
  **Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

ViaQuatro

# Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07

## Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos Acionistas:** Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados, elativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Neste exercício, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (“ViaQuatro”) ou (“Companhia”) ou (“Concessionária”) continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2 Apresentação:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., denominada ViaQuatro, com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação, manutenção e conservação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. **1.3 Destaques de 2022:** Em 2022, chegamos ao marco de 2 bilhões de passageiros transportados em doze anos de operação. A Four Trilhos Administração e Participações S.A., subsidiária integral, foi constituída em março e teve sua operação iniciada em outubro de 2022, com o objetivo de explorar as receitas comerciais da Companhia. Em 2022 a Companhia distribuiu R$ 71.999 mil reais entre dividendos a acionistas e juros sobre capital próprio. **2. Desempenho econômico-financeiro:**

| Em R$ mil | 2022 | 2021 | Var % |
|---|---|---|---|
| Receita operacional bruta (incluída a receita de construção) | 993.977 | 1.758.297 | -43.47 % |
| Receita operacional bruta (excluída a receita de construção) | 937.696 | 1.725.829 | -45.67 % |
| - Outras receitas | 937.696 | 1.725.829 | -45.67 % |
| Deduções da receita bruta | (2.568) | (5.611) | -54.23 % |
| Receita líquida (excluída a receita de construção) | 935.128 | 1.720.218 | -45.64 % |
| (+) Receita de construção | 56.281 | 32.468 | 73.34 % |
| Custos e despesas (a) | (398.319) | (309.229) | 28.81 % |
| - Depreciação e amortização | (89.198) | (78.968) | 12.95 % |
| - Serviços de terceiros | (43.600) | (51.720) | -15.70 % |
| - Custo com pessoal | (127.094) | (98.738) | 28.72 % |
| - Custo de construção | (56.281) | (32.468) | 73.34 % |
| - Outros custos e resultados operacionais | (82.146) | (47.335) | 73.54 % |
| EBIT ajustado | 593.090 | 1.443.457 | -58.91 % |
| Margem EBIT ajustada (b) | 0,6342 | 0,8391 | -24.42 % |
| (+) Resultado de equivalência patrimonial | 14.033 | - | 100.00 % |
| EBIT (c) | 607.123 | 1.443.457 | -57.94 % |
| Margem EBIT | 0,5982 | 0,8236 | -27.36 % |
| (+) Depreciação e amortização | 89.198 | 78.968 | 12.95 % |
| EBITDA (c) | 696.321 | 1.522.425 | -54.26 % |
| Margem EBITDA | 0,7024 | 0,8686 | -19.14 % |
| (+/-) Resultado de equivalência patrimonial | (14.033) | - | 100.00 % |
| EBITDA ajustado (d) | 682.288 | 1.522.425 | -55.18 % |
| Margem EBITDA ajustada (d) | 0,7296 | 0,885 | -17.56 % |
| Resultado financeiro líquido | (135.967) | (44.504) | 205.52 % |
| Resultado de equivalência patrimonial | 14.033 | - | 100.00 % |
| Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social | 471.156 | 1.398.953 | -66.32 % |
| Imposto de renda e contribuição social | (147.785) | (462.864) | -68.07 % |
| Lucro líquido | 323.371 | 936.089 | -65.46 % |
| Endividamento bruto (e) | 1.190.385 | 1.277.577 | -6.82 % |
| Investimentos (caixa) | 65.156 | 40.895 | 59.33 % |

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil , cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **Receita líquida:** O principal driver da queda comparativamente a 2021 foi o recebimento do reequilíbrio Fase I e compensação da fase II em março de 2021, referente a impactos financeiros ocasionados pelos atrasos da entrega de estações da Fase 1 pelo Poder Concedente. **Custos e despesas:** A Companhia apresentou em 2022 um cenário de expansão da sua estrutura com o início da operação da Estação Vila Sônia e da operação de ônibus de Taboão, trazendo impactos no aumento de seu quadro de colaboradores e de aumento de custos correlatos a seu maior escopo de operação. **Resultado financeiro líquido:** Deterioração em relação ao número de 2021, causado principalmente pela capitalização de empréstimos referentes as obras da Fase 2. Somente em 2021 essa linha gerou R$ 92 milhões de receitas financeiras para a Concessionária, enquanto em 2022 essa capitalização foi encerrada no momento do início da operação de Vila Sônia, portanto em abril de 2022. **Imposto de renda e contribuição social:** Redução da apuração de impostos decorrente do maior Resultado em 2021 por conta do recebimento do Reequilíbrio Fase 1. **Investimentos:** Variação decorrente do cronograma de investimentos da Fase II. **3. Estratégia e gestão: 3.1 Governança corporativa:** A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **3.2 Gestão de pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. A Companhia desenvolveu 34 novas Soluções de aprendizagem e aplicou 223 temas na totalidade, atingindo 1.324 colaboradores durante o ano de 2022. **4. Sustentabilidade:** A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do comitê de riscos e reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa. Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ri. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu relatório anual e de sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do relatório anual e de sustentabilidade acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1 Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade; • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável; • *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor; • Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa; e • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. **4.1 Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua. Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociclistas, passageiros, ciclistas e clientes de metrô somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e saúde. Somente em 2022, foram aplicados R$ 49 milhões em projetos sociais. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **4.2 Campanhas e exposições:** Em 2022 foram realizadas 142 exposições e 239 campanhas de engajamento, totalizando 381 ações, com apoio de parceiros, ONGs e instituições. Entre essas ações tivemos exposições fotográficas, apresentações musicais, teatrais e campanhas de saúde, realizadas por meio de incentivo direto da Concessionária. Destacamos abaixo algumas das exposições e ações realizadas em 2022: • Olhos que sorriem; • Dia mundial do combate ao câncer; • Projeto geração de renda; • Artista qutista; • Diversidade e orgulho LGBTQIAP+; • Teste do pezinho; • Abra a mente, tudo aqui é meio ambiente; • Só, você muda. juntos, a gente transforma!; • Educação financeira; e • Boa alimentação é saúde. Foram realizadas 164 campanhas de engajamento em parceria com instituições, órgãos ou empresas, beneficiando a população, entre as quais citamos: • Apresentação ballet; • Cadastro de jovem aprendiz; • Dia das mães; • Doação de sangue; • Projeto novo Rio Pinheiros; • Dia dos pais; • Dia das crianças; • Campanha do agasalho; • Programa clientes do amanhã; e • Natal solidário. **4.3 Prêmios e reconhecimentos:** O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2022, a Companhia recebeu reconhecimento como premiação abaixo: • **Prêmio maiores do transporte & Melhores do Transporte 2022:** A concessionária recebeu o prêmio de melhor operadora de transporte ferroviário de passageiros do Brasil nessa premiação que leva em consideração os resultados financeiros apurados no ano anterior entre as mais representativas empresas do setor de transporte e logística do país. • **Prêmio tecnologia & desenvolvimento metroferroviários:** Com o artigo técnico equilíbrio sustentável na regulação da operação de trens, na abertura da 28ª Semana de tecnologia metroferroviária. O tema trata de uma avaliação do consumo de energia elétrica de tração em uma linha metroviária, contribuindo para uma operação adequada e com controle do consumo de energia. Além do prêmio, o artigo também foi publicado na revista ferroviária edição Setembro e outubro 22. **5. Considerações finais: 5.1 Agradecimentos:** A ViaQuatro agradece a todos os nossos clientes, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios no ano de 2022. **5.2 Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3 Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **5.4 Cláusula compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

São Paulo, 9 de março de 2023.

A Administração

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

| | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | |
| **Circulante** | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 6 | 119.827 | 75.630 |
| Aplicações financeiras - conta reserva | 6 | 113.346 | 78.200 |
| Contas a receber com o Poder Concedente | 7 | 154.552 | 102.786 |
| Contas a receber das operações | 7 | 580 | 6.316 |
| Contas a receber - partes relacionadas | 10 | 8.411 | 1.183 |
| Tributos a recuperar | 8 | 2.179 | 7.460 |
| Adiantamento a fornecedores | | 3.793 | 5.125 |
| Estoques (materiais sobressalentes) | | 36.713 | 34.697 |
| Dividendos | | 3.333 | - |
| Despesas antecipadas | | 4.978 | 3.683 |
| Outros créditos | | 316 | 297 |
| Total do ativo circulante | | 448.028 | 315.377 |
| **Não circulante** | | | |
| **Realizável a longo prazo** | | | |
| Contas a receber com o Poder Concedente | 7 | 1.207.685 | 1.125.193 |
| Tributos a recuperar | 8 | 9.354 | 10.306 |
| Depósitos judiciais | | 152 | 242 |
| Estoques (materiais sobressalentes) | | 35.309 | 31.793 |
| | | 1.252.500 | 1.167.534 |
| **Investimentos** | 11 | 15.596 | - |
| **Imobilizado** | 12 | 23.177 | 23.549 |
| **Intangível** | 13 | 1.446.967 | 1.479.515 |
| **Infraestrutura em construção** | 13 | 54.222 | 43.507 |
| **Direito de uso de arrendamento** | 14a | 154 | - |
| Total do ativo não circulante | | 2.792.616 | 2.714.105 |
| Total do ativo | | 3.240.644 | 3.029.482 |

| | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Passivo** | | | |
| **Circulante** | | | |
| Debêntures | 15 | 248.297 | 164.884 |
| Fornecedores | 17 | 14.820 | 48.831 |
| Fornecedores - partes relacionadas | 10 | 6.097 | 2.045 |
| Impostos e contribuições a recolher | 16 | 34.684 | 2.478 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 17 | 26.640 | 21.310 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 10 | 245.155 | 236.312 |
| Passivo de contrato receitas acessórias | | 1.433 | 2.316 |
| Provisão IPTU | | 4.390 | 3.632 |
| Passivo de arrendamento | 14b | 46 | - |
| Outras contas a pagar | | 17.414 | 13.050 |
| Total do passivo circulante | | 598.976 | 494.858 |
| **Não circulante** | | | |
| Debêntures | 15 | 942.088 | 1.112.693 |
| Fornecedores | | 1 | 68 |
| Passivo de arrendamento | 14b | 110 | - |
| Impostos diferidos | 9b | 582.331 | 547.026 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 17 | 838 | 682 |
| Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários | 19 | 4.751 | 2.266 |
| Outras obrigações | | 28 | - |
| Total do passivo não circulante | | 1.530.147 | 1.662.735 |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 20a | 140.385 | 140.385 |
| Reserva de lucros | 20b | 140.385 | 34.951 |
| Dividendos adicionais propostos | 20d | 830.751 | 696.553 |
| | | 1.111.521 | 871.889 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 3.240.644 | 3.029.482 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

| | | Capital social | | Reserva de lucros | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Subscrito | A integralizar | Legal | Retenção de Lucros | Dividendos adicionais propostos | Lucros acumulados | Total |
| **Saldos em 1º de janeiro de 2021** | | 149.607 | (9.222) | 28.077 | 6.874 | - | | 175.336 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 936.089 | 936.089 |
| Destinações: | | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio (líquido) | | - | - | - | - | - | (31.870) | (31.870) |
| Juros sobre capital próprio (IRRF) | | - | - | - | - | - | (5.514) | (5.514) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | | - | - | - | - | - | (202.152) | (202.152) |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | - | 696.553 | (696.553) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | | 149.607 | (9.222) | 28.077 | 6.874 | 696.553 | - | 871.889 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 323.371 | 323.371 |
| Destinações: | | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio em 29 de março de 2022 (líquido) | 20f | - | - | - | - | - | (2.211) | (2.211) |
| Juros sobre capital próprio em 29 de março de 2022 (IRRF) | 20f | - | - | - | - | - | (382) | (382) |
| Juros sobre capital próprio em 29 de junho de 2022 (líquido) | 20f | - | - | - | - | - | (3.588) | (3.588) |
| Juros sobre capital próprio em 29 de junho de 2022 (IRRF) | 20f | - | - | - | - | - | (621) | (621) |
| Juros sobre capital próprio em 26 de setembro de 2022 (líquido) | 20f | - | - | - | - | - | (4.894) | (4.894) |
| Juros sobre capital próprio em 26 de setembro de 2022 (IRRF) | 20f | - | - | - | - | - | (847) | (847) |
| Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (líquido) | 20f | - | - | - | - | - | (6.053) | (6.053) |
| Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (IRRF) | 20f | - | - | - | - | - | (1.046) | (1.046) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 20d | - | - | - | - | - | (64.097) | (64.097) |
| Dividendos adicionais propostos | 20d | - | - | - | - | 134.198 | (134.198) | - |
| Reserva de retenção de lucros | 20c | - | - | - | 105.434 | - | (105.434) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | | 149.607 | (9.222) | 28.077 | 112.308 | 830.751 | - | 1.111.521 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos resultados dos exercícios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

| | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 21 | 991.409 | 1.752.686 |
| **Custos dos serviços prestados** | | | |
| Custo com pessoal | | (106.781) | (84.220) |
| Custo de construção | | (56.281) | (32.468) |
| Depreciação e amortização | 12, 13 e 14 | (84.779) | (74.763) |
| Serviços | | (32.996) | (33.450) |
| Materiais, equipamentos e veículos | | (15.993) | (12.220) |
| Energia elétrica | | (36.420) | (27.253) |
| Seguros | | (5.062) | (4.422) |
| Provisões de IPTU | | (4.390) | (3.632) |
| Outros | | (4.525) | 3.682 |
| | | (347.227) | (268.746) |
| **Lucro bruto** | | 644.182 | 1.483.940 |
| **Despesas operacionais** | | | |
| **Despesas gerais e administrativas** | | | |
| Despesas com pessoal | | (20.313) | (14.518) |
| Serviços | | (10.604) | (18.270) |
| Depreciação e amortização | 12, 13 e 14 | (4.419) | (4.205) |
| Materiais, equipamentos e veículos | | (1.159) | (840) |
| Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos | | (842) | (124) |
| Água, luz, telefone, internet e gás | | (640) | (421) |
| Contribuições a sindicatos e associações de classes | | (276) | (259) |
| (Provisão) reversão para perda esperada - contas a receber | | (103) | 62 |
| (Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários | | (2.485) | 512 |
| Indenizações trabalhistas | | (3.268) | (2.010) |
| Perdas com clientes | | (1.506) | (18) |
| Despesas, provisões e multas indedutíveis | | (1.280) | (823) |
| Outras despesas (receitas) operacionais | | (4.197) | 431 |
| | | (51.092) | (40.483) |
| **Resultado de equivalência patrimonial** | | 14.033 | - |
| **Resultado antes do resultado financeiro** | | 607.123 | 1.443.457 |
| **Resultado financeiro** | 22 | (135.967) | (44.504) |
| **Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social** | | 471.156 | 1.398.953 |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos | 9 | (147.785) | (462.864) |
| **Lucro líquido do exercício** | | 323.371 | 936.089 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | 323.371 | 936.089 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | 323.371 | 936.089 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Lucro líquido do exercício** | 323.371 | 936.089 |
| Ajustes por: | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 35.305 | 442.185 |
| Depreciação e amortização | 89.181 | 78.968 |
| Depreciação - Direito de uso em arrendamento | 17 | - |
| Baixa ativo imobilizado e intangível | 675 | 170 |
| Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber | 103 | (62) |
| Juros e variações monetárias com partes relacionadas | - | 153 |
| Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento | 6 | - |
| Rendimento de aplicação financeira | - | 4.627 |
| Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros | (3.250) | 2.844 |
| Juros e variação monetária sobre debêntures | 162.202 | 142.798 |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários | 5.099 | 1.581 |
| Atualização monetária para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários | 295 | 279 |
| Receita de remuneração do contas a receber com o Poder Concedente | (191.906) | (290.267) |
| Capitalização de custos de debêntures | (7.381) | (97.558) |
| Equivalência patrimonial | (14.033) | - |
| | 399.684 | 1.221.807 |
| **Variação nos ativos e passivos** | | |
| **(Aumento) redução dos ativos** | | |
| Contas a receber das operações | 5.633 | 15.136 |
| Contas a receber com o Poder Concedente | (139.730) | (1.066.837) |
| Contas a receber - partes relacionadas | (7.228) | (33) |
| Tributos a recuperar | 6.233 | 3.552 |
| Adiantamento a fornecedores | 1.332 | 669 |
| Estoques (materiais sobressalentes) | (5.532) | (3.837) |
| Recebimento de contas a receber com o Poder Concedente | 197.378 | 129.125 |
| Depósitos judiciais | 90 | - |
| Despesas antecipadas e outros | (1.314) | (452) |
| **Aumento (redução) dos passivos** | | |
| Fornecedores | (30.828) | (3.399) |
| Fornecedores - partes relacionadas | 4.052 | (1.518) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 5.486 | 7.806 |
| Impostos e contribuições a recolher | 106.304 | 15.405 |
| Pagamentos de imposto de renda e contribuição social | (76.995) | (19.176) |
| Pagamento de provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários | (2.909) | (2.372) |
| Passivo de contrato | (883) | (1.569) |
| Provisão de IPTU | 758 | - |
| Outras contas a pagar | 4.392 | (2.672) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | 465.923 | 291.635 |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | (5.747) | (4.244) |
| Adições ao ativo intangível | (59.409) | (36.651) |
| Aporte de capital em investidas e outros movimentos | (4.896) | - |
| Outros de ativo imobilizado e intangível | 4.886 | 323 |
| Aplicações financeiras líquidas de resgate | - | (4.627) |
| Aquisição de arrendamento | (171) | - |
| Aplicações na conta reserva líquidas de resgate | (35.146) | (78.200) |
| **Caixa líquido usado nas atividades de investimento** | (100.483) | (123.399) |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Debêntures | | |
| Pagamentos de principal | (130.449) | (109.243) |
| Pagamentos de juros | (118.945) | (73.652) |
| Mútuos | | |
| Captações | - | 10.800 |
| Pagamentos de principal e juros | - | (10.953) |
| Arrendamento | | |
| Captações | 171 | - |
| Pagamentos de principal | (21) | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprios pagos aos acionistas | (71.999) | - |
| **Caixa líquido usado nas atividades de financiamento** | (321.243) | (183.048) |
| **Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa** | 44.197 | (14.812) |
| **Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa** | | |
| No início do exercício | 75.630 | 90.442 |
| No final do exercício | 119.827 | 75.630 |
| | 44.197 | (14.812) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**1. Contexto operacional: a) Constituição e objeto:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (“Companhia”) ou (“Concessionária”), domiciliada a Rua Heitor dos Prazeres, n.º 320, Vila Sônia, São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 8,9 quilômetros na Fase I, totalizando 12,8 quilômetros na Fase II, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O prazo de vigência do contrato vai até 20 de junho de 2040, assegurando o prazo de operação de 30 anos, contados a partir do início da operação da Fase I, conforme previsto no contrato de concessão. A Concessionária poderá explorar receitas alternativas, complementares, acessórias, receita de contraprestação pecuniária e a receita tarifária. O contrato de concessão foi assinado com o Poder Concedente em 29 de novembro de 2006, ocorrendo o 1° aditamento em 30 de novembro de 2007, o 2° aditamento em 29 de maio de 2008, o 3° aditamento em 18 de junho de 2010, o 4° aditamento em 25 de março de 2011, o 5° aditamento em 26 de março de 2014 e o 6° e 7° aditamento em 23 de março de 2021. O plano original de operação contratual prevê: • **Fase I** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. A Fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da Fase II. O início das operações ocorreu conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo n.º 3, em 21 de junho de 2010. Atualmente, todas as estações já estão em funcionamento. • **Fase II** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota adicional de 15 trens e todas as suas estações previstas, sendo Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. Atualmente, além das estações da Fase I, também estão em operação as estações Fradique Coutinho, Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi e Vila Sônia. • **Fase III** - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão. **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 2 de março de 2010, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do contrato de fornecimento datado do dia 7 de agosto de 2008 de forma a contemplar o subfaseamento da Fase I em 3 fases distintas, conforme segue: (a) Subfase 1.1 - estações Faria Lima e Paulista; (b) Subfase 1.2 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã e Pinheiros; e (c) Subfase 1.3 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã, Pinheiros, República e Luz. Como consequência dos trabalhos adicionais a serem executados, tal memorando de entendimento previu um acréscimo no valor global do contrato de fornecimento de aproximadamente US$ 40 milhões, os quais foram pagos conforme cumprimentos das obrigações contratuais em 2022. • **5º Aditamento** ao contrato de concessão - assinado em 26 de março de 2014, o referido ato menciona as eventuais datas para disponibilização, pelo Poder Concedente da infraestrutura, para início da operação comercial com as 11 estações e frota de 29 trens, passa a ser 26 de março de 2018, estabelecendo ainda que a concessionária poderá por sua conta e risco antecipar parcialmente a entrada das estações referentes a Fase II. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 29 de julho 2016, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a mitigar os impactos adversos do atraso da entrega da Infraestrutura da Fase II sob responsabilidade Poder Concedente. Dessa forma, após uma intensa análise a melhor alternativa passou a ser a suspensão parcial e a desmobilização provisória de recursos e equipes. A suspensão parcial e temporária se inicia em 19 de janeiro de 2016 por um período de 12 meses, sendo possível sua prorrogação até 19 julho de 2017. Em 31 de março de 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., interrompeu a suspensão parcial, retomando em 30 de maio de 2017 as atividades do contrato de fabricação e fornecimento. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 28 de dezembro 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de compatibilizar o Contrato com as novas datas de inauguração das estações Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi pelo Poder Concedente. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 10 de outubro 2018, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de subfasear a entrega da estação Vila Sônia, e, também, promover a automatização da sinalização das linhas do Pátio. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 23 de outubro 2019, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes formalizam a paralisação parcial das atividades dos fornecedores em decorrência da postergação da entrega da estação Vila Sônia, sob responsabilidade do Poder Concedente. A suspensão tem duração prevista de 15 meses, e iniciou-se em julho/2019. Em 25 de Setembro de 2020 houve a interrupção da suspensão parcial, com retomada do Contrato ocorrendo em 25 de novembro de 2020. Em 23 de março de 2021, foram assinados os Termos Aditivos n.º 06 e 07 ao contrato de concessão da Companhia, para os seguintes objetos: O Termo Aditivo n.º 6 reequilibrou o atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU pelo montante de R$ 1.225.225 em 31 de dezembro de 2021 (data-base: março/2020), sendo que o valor será recebido através de adicional à tarifa de remuneração da Companhia, no prazo estimado de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2037. O Termo Aditivo n.º 7 reequilibrou o atraso na conclusão das entregas da Estação Morumbi (Fase II), o que ocorreu em outubro de 2018 e da Estação Vila Sônia, no montante de R$ 2.754 em 31 de dezembro de 2021. Além dos valores acima, o referido Termo Aditivo n.º 7 também estabeleceu o pagamento em dinheiro em até 20 dias contados da data de assinatura do referido aditivo, no montante de R$ 91.607, relativo à somatória dos valores já devidos pelo Poder Concedente a título de compensação de atraso da Fase II relacionados ao atraso nas Estações Morumbi e Vila Sônia. O referido valor foi recebido em 13 de abril de 2021. Os montantes atualizados para 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados na nota explicativa n.º 7. • Inauguração da estação Vila Sônia ocorreu em 17 de dezembro de 2021, funcionando inicialmente no formato de operação assistida, de segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 13h. No dia 10 de maio de 2022, o atendimento passou a ser integral, diariamente das 4h40 à 0h. Construída como um complexo de integração do transporte público, Vila Sônia é composta por uma estação de metrô subterrânea e um terminal de ônibus urbanos intermunicipais e municipais. A previsão é que diariamente cerca de 90 mil passageiros utilizem os 17 mil m² de área construída em 29 metros de profundidade da estação. A Four Trilhos Administração e Participações S.A., subsidiária integral, foi constituída em março de 2022 e teve sua operação iniciada em outubro de 2022, com o objetivo de explorar as receitas comerciais da Companhia. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **b) Outras informações relevantes:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente: **(i) Processo n.º 0107038-05.2006.8.26.0053 (antigo n.º 053.06.107038-4 - 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo):** Em 17 de março de 2006, foi proposta a Ação Popular em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional n.º 42325212, relativa à concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Companhia. Em 12 de março de 2013, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve o deferimento do pedido do Ministério Público de inclusão das pessoas físicas signatárias do contrato de concessão no polo passivo da ação. Contra essa decisão foram interpostos recursos aos tribunais superiores. Em 29 de agosto de 2016, foi publicada a decisão que negou a admissibilidade dos recursos. Em 19 de setembro de 2016, a Companhia interpôs agravo de instrumento ao STJ, que não foi conhecido, conforme decisão proferida em 2 de junho de 2020. Em 22 de junho de 2020, a Companhia interpôs agravo interno. Em 14 de março de 2022, foi proferida decisão que negou provimento ao agravo interno da Companhia, no qual se questionava a inclusão, no polo passivo, dos ex-diretores da CCR que assinaram o contrato de concessão. Em 13 de abril de 2022, referida decisão transitou em julgado e baixa definitiva dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. No momento, aguarda-se citação dos demais réus pessoas físicas. **(ii) Processo n.º 0117119-13.2006.8.26.0053 (antigo n.º 053.06.117119-0 - 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo):** Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô e outros, visando à anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional n.º 42325212, relativa à concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular n.º 053.06.107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida Ação Popular (item “i” acima). Os acionistas e a Administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 9 de março de 2023, foi aprovado pelo Conselho da Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3o - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

| | |
|---|---|
| 7 | Provisão para perda esperada |
| 9b | Impostos diferidos |
| 13 | Intangível e infraestrutura em construção |
| 19 | Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários |
| 23 | Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo |

**3. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente no exercício apresentado nas demonstrações financeiras. ***a) Investimentos:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em Controlada. • Controlada: A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. ***b) Moeda estrangeira:*** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. ***c) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***d) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

| | |
|---|---|
| **Ativos financeiros a VJR** | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. |
| **Ativos financeiros a custo amortizado** | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:*** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **g) Estoque:** Os estoques estão compostos na forma de materiais de manutenção a serem consumidos no processo de prestação de serviços, são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais e em condições de utilização. O custo dos estoques é baseado no princípio no custo médio ponderado. ***h) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas n.º 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***i) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “o”. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. ***j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired,* um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***k) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***l) Receitas*** **e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***m) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***n) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. ***o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 - R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. ***p) Arrendamento:*** O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “direito de uso de arrendamento” e passivos de arrendamento em “arrendamento” no balanço patrimonial. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um su-

continua

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3F29-C277-23AE-520C.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3F29-C277-23AE-520C.

continuação

## CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

barrendamento. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 14. ***q) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022: • **Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06) após 30 de junho de 2021:** A alteração estendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. • **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foi considerado tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022. • **Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15:** As alterações atualizaram o expediente da norma para que se refira à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura Conceitual de 1989, adiciona um requisito de que, para transações e outros eventos dentro do escopo do CPC 15, um adquirente aplique o CPC15 (em vez da Estrutura Conceitual) para identificar os passivos que assumiu em uma combinação de negócios; adiciona uma declaração explícita de que um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. ***r) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC23; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada *ou joint venture* - alterações ao CPC 36 e CPC 18; e • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto e junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) e do certificado de depósito interbancário (CDI) relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 18, e 23. As tarifas de metrô são atualizadas pela média ponderada, sendo 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices *(covenants)* previsto em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações seguinte sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

| | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 e 3 anos | Entre 3 e 4 anos | Acima de 4 anos |
|---|---|---|---|---|---|
| Debêntures (a) | 328.267 | 296.915 | 275.029 | 252.727 | 420.898 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 32.234 | - | - | - | 1 |
| Fornecedores - partes relacionadas | 6.097 | - | - | - | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 245.155 | - | - | - | - |

(a) Valores brutos dos custos de transação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 150.948 substancialmente composto por debêntures e dividendos e juros sobre capital próprio, detalhados nas notas explicativas n.º 15 e 23. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia e sua investida gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. **6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos | 24 | 4.303 |
| Aplicações financeiras | | |
| Fundos de investimentos e CDB | 119.803 | 71.327 |
| **Total - Caixa e equivalentes de caixa** | 119.827 | 75.630 |

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Aplicações financeiras | | |
| Conta reserva (a) | 113.346 | 78.200 |
| **Total - Circulante** | 113.346 | 78.200 |
| **Total - Aplicações financeiras** | 113.346 | 78.200 |

(a) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionada a debêntures (nota explicativa n.º 15). As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,75% do CDI, equivalente a 12,40% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (100,29% do CDI, equivalente a 4,41% ao ano, em média, 31 de dezembro de 2021). **7. Contas a receber: Contas a receber das operações**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Receitas acessórias (a) | 975 | 6.608 |
| | 975 | 6.608 |
| Provisão para perda esperada - contas a receber (b) | (395) | (292) |
| | 580 | 6.316 |

**Idade de vencimento dos títulos**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Crédito a vencer | 336 | 6.043 |
| Créditos vencidos até 60 dias | 15 | 257 |
| Créditos vencidos de 61 a 90 dias | 229 | 16 |
| Créditos vencidos de 91 a 180 dias | 240 | 7 |
| Créditos vencidos há mais de 180 dias | 155 | 285 |
| | 975 | 6.608 |

**(a)** Créditos de receitas acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstos no contrato de concessão, e **(b)** Reflete a perda esperada referente aos créditos a receber. **Contas a receber do Poder Concedente:**

| | 2021 | 2022 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo inicial | Adições | Remuneração | Recebimento | Baixa | Transferência | Saldo final |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Reequilíbrio (a) | 102.786 | 13.062 | - | (103.403) | (101) | 96.352 | 108.696 |
| Mitigação de demanda (b) | - | 139.831 | - | (93.975) | - | - | 45.856 |
| | 102.786 | 152.893 | - | (197.378) | (101) | 96.352 | 154.552 |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Reequilíbrio (a) | 1.125.193 | - | 178.844 | - | - | (96.352) | 1.207.685 |
| | 1.125.193 | - | 178.844 | - | - | (96.352) | 1.207.685 |
| **Total geral** | 1.227.979 | 152.893 | 178.844 | (197.378) | (101) | - | 1.362.237 |

(a) Referem-se aos reequilíbrios ao contrato de concessão da Companhia pelo atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU que será recebido através de adicional à tarifa de remuneração conforme Termo Aditivo n.º 6. O Termo Aditivo n.º 7 estabeleceu o reequilíbrio através de pagamento em dinheiro sobre o atraso na conclusão das entregas da Estação Morumbi (Fase II) e da Estação Vila Sônia e não há mais saldo; e (b) Refere-se ao saldo de receita de mitigação, o qual é recebido ao longo do trimestre subsequente. **Cronograma de recebimento - não circulante:**

| | 2022 |
|---|---|
| 2024 | 105.207 |
| 2025 | 108.880 |
| 2026 | 103.583 |
| 2027 | 99.150 |
| 2028 em diante | 790.865 |
| | 1.207.685 |

**8. Tributos a recuperar**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| IRPJ e CSLL | 335 | 6.756 |
| PIS | - | 11 |
| Cofins | - | 67 |
| IRRF | 1.834 | 616 |
| ISS | 10 | 10 |
| | 2.179 | 7.460 |
| **Não Circulante** | | |
| IRPJ e CSLL | 9.354 | 10.306 |
| | 9.354 | 10.306 |

O valor de crédito tributário de IRPJ e CSLL trata-se de retidos na fonte e antecipação. Os créditos classificados no longo prazo estão sob processo administrativo (Manifestação de inconformidade) e a Companhia aguarda o acórdão final para sua utilização.
**9. Imposto de renda e contribuição social: *a.* Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 471.156 | 1.398.953 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal | (160.193) | (475.644) |
| Efeito tributário das adições e exclusões permanentes | | |
| Equivalência patrimonial | 4.771 | - |
| Despesas indedutíveis | (1.008) | (444) |
| Juros sobre o capital próprio | 6.679 | 12.710 |
| Remuneração variável de dirigentes estatutários | (346) | 61 |
| Incentivo relativo ao imposto de renda | 2.344 | 447 |
| Outros ajustes tributários | (32) | 6 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | (147.785) | (462.864) |
| Impostos correntes | (112.480) | (20.679) |
| Impostos diferidos | (35.305) | (442.185) |
| | (147.785) | (462.864) |
| Alíquota efetiva do imposto | 31,37% | 33,09% |

***b.* Impostos diferidos:** O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

| | | 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | Reconhecido no resultado | Valor líquido | Ativo fiscal diferido | Passivo fiscal diferido |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas | 8.615 | (8.615) | - | - | - |
| Provisão para participação nos resultados (PLR) | 2.574 | 586 | 3.160 | 3.160 | - |
| Provisão para perda esperada - contas a receber | 101 | 36 | 137 | 137 | - |
| Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários | 770 | 845 | 1.615 | 1.615 | - |
| Variação cambial (b) | 4.577 | (4.576) | 1 | 1 | - |
| Receita remuneração de ativos financeiros | (416.577) | (30.992) | (447.569) | - | (447.569) |
| Provisão IPTU | 52 | (52) | - | - | - |
| Resultado de operações com derivativos | 21.960 | (1.172) | 20.788 | 20.788 | - |
| Provisão de fornecedores | 4.206 | 1.659 | 5.865 | 5.865 | - |
| Arrendamento | - | 1 | 1 | 1 | - |
| Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins | 15 | 4 | 19 | 19 | - |
| Capitalização de juros | (123.058) | 3.576 | (119.482) | - | (119.482) |
| Custo de transação de debêntures | (2.573) | 667 | (1.906) | - | (1.906) |
| Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (a) | (47.962) | 2.593 | (45.369) | - | (45.369) |
| Outros | 274 | 135 | 409 | 409 | - |
| Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação | (547.026) | (35.305) | (582.331) | 31.995 | (614.326) |
| Compensação de imposto | - | - | - | (31.995) | 31.995 |
| Imposto diferido líquido passivo | (547.026) | (35.305) | (582.331) | - | (582.331) |

| | | 2021 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | Reconhecido no resultado | Valor líquido | Ativo fiscal diferido | Passivo fiscal diferido |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas | 8.037 | 578 | 8.615 | 8.615 | - |
| Provisão para participação nos resultados (PLR) | 448 | 2.126 | 2.574 | 2.574 | - |
| Provisão para perda esperada - contas a receber | 121 | (20) | 101 | 101 | - |
| Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários | 945 | (175) | 770 | 770 | - |
| Variação cambial (b) | 4.561 | 16 | 4.577 | 4.577 | - |
| Provisão IPTU | 52 | - | 52 | 52 | - |
| Resultado de operações com derivativos | 23.048 | (1.088) | 21.960 | 21.960 | - |
| Provisão de fornecedores | 5.125 | (919) | 4.206 | 4.206 | - |
| Receita remuneração de ativos contratuais TA 06 | - | (416.577) | (416.577) | - | (416.577) |
| Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins | - | 15 | 15 | 15 | - |
| Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (a) | (50.554) | 2.592 | (47.962) | - | (47.962) |
| Capitalização de juros | (93.574) | (29.484) | (123.058) | - | (123.058) |
| Custo de transação de empréstimo | (3.291) | 718 | (2.573) | - | (2.573) |
| Outros | 241 | 33 | 274 | 274 | - |
| Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação | (104.841) | (442.185) | (547.026) | 43.144 | (590.170) |
| Compensação de imposto | - | - | - | (43.144) | 43.144 |
| Imposto diferido líquido passivo | (104.841) | (442.185) | (547.026) | - | (547.026) |

(a) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do art. n.º 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do regime tributário de transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil), em 2022 também era composto por custos de empréstimos capitalizados; e (b) As variações cambiais referem-se a conta a pagar de fornecedores estrangeiros relativamente a opção de tributação pelo regime de caixa, conforme artigo 152 da IN/RFB 1700/2017. **10. Partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

**Saldos**

| | 2022 | | | | 2021 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Controladoras | Controlada | Outras partes relacionadas | Total | Controladoras | Outras partes relacionadas | Total |
| **Ativo** | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | - | - | 119.803 | **119.803** | - | - | - |
| Bancos conta movimento | - | - | 7 | **7** | - | - | - |
| Contas a receber | 178 | 27 | 8.208 | **8.413** | 21 | 1.162 | **1.183** |
| Dividendos | - | 3.333 | - | **3.333** | - | - | - |
| **Passivo** | | | | | | | |
| Fornecedor e contas a pagar | 1.283 | 83 | 4.731 | **6.097** | 1.293 | 752 | **2.045** |
| Derivativos | - | - | 2.367 | **2.367** | - | - | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 245.155 | - | - | **245.155** | - | - | - |
| Outros débitos | - | - | 194 | **194** | - | - | - |

**Transações**

| | 2022 | | | | 2021 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Controladoras | Controlada | Outras partes relacionadas | Total | Controladoras | Outras partes relacionadas | Total |
| Despesas financeiras | - | - | 1 | **1** | - | - | - |
| Custos/despesas de serviços prestados - transmissão de dados | - | - | - | - | - | 1.674 | **1.674** |
| Repasse de custos e despesas de colaboradores | 70 | 21 | 8.639 | **8.730** | 31 | 3.305 | **3.336** |
| Repasse de custos e despesas - CCR GBS | 8.111 | - | - | **8.111** | - | - | - |
| Receitas de locação de espaços | - | - | 734 | **734** | - | 274 | **274** |
| Receitas de aplicações financeiras | - | - | 4.163 | **4.163** | - | - | - |
| Benefício da previdência privada de colaboradores | - | - | 232 | **232** | - | - | - |
| Receita de mútua cooperação | - | - | 56 | **56** | 127 | 26 | **153** |
| Custos/despesas - suporte e manutenção tecnologia engenharia | - | - | - | - | - | 5.077 | **5.077** |
| Custos/despesas - gestão administrativa | - | - | - | - | 4.567 | - | **4.567** |
| Imobilizado | - | - | - | - | - | 9 | **9** |
| Custos/despesas - seguros | - | - | 4 | **4** | - | - | - |
| Receitas de utilização de infraestrutura | - | - | 234 | **234** | - | - | - |

| **Despesas com profissionais chaves da administração** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Remuneração | | |
| Benefícios de curto prazo - remuneração fixa (a) | 2.055 | 1.420 |
| Outros benefícios: | | |
| Provisão de participação no resultado | | |
| Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte | 1.789 | 874 |
| Complemento (reversão) de PPR do ano anterior pago no ano | 1.416 | (51) |
| Previdência privada | 115 | 75 |
| Seguro de vida | 5 | 3 |
| | 5.380 | 2.321 |

| **Saldos a pagar aos profissionais chave da administração** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Remuneração dos administradores (a) | 2.070 | 3.374 |

a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 13 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R$ 1.500. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social. **11. Investimentos: a) Composição dos investimentos:**

| | Participação | Patrimônio líquido da investida | | Investimentos | | Resultado líquido do exercício (b) | | Resultado de equivalência patrimonial (b) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Four Trilhos (a) | 100% | 15.596 | - | 15.596 | - | 14.033 | - | 14.033 | - |
| **Total** | | 15.596 | - | 15.596 | - | 14.033 | - | 14.033 | - |

(a) Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 1 contexto operacional; e (b) Referente ao período de 14 de março de 2022 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2022. **b) Informações financeiras resumidas:**

| | 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Participação | Total do ativo | Total do passivo circulante e não circulante | Total das receitas brutas do exercício (a) | Lucro líquido do exercício (a) |
| Four Trilhos | 100% | 36.956 | 21.360 | 16.491 | 14.033 |

(a) Referente ao período de 14 de março de 2022 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2022.
**c) Movimentação do investimento:**

| | 31/12/2021 | 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo inicial | Resultado de equivalência patrimonial (a) | Aporte de capital | Dividendos | Saldo final |
| Four Trilhos | - | 14.033 | 4.896 | (3.333) | 15.596 |

(a) Referente ao período de 14 de março de 2022 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2022.
**12. Ativo imobilizado**

| | | 2021 | 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor de custo** | Taxa média anual de depreciação % | Saldo inicial | Adições | Baixas | Transferências (a) | Saldo final |
| Móveis e utensílios | | 7.679 | - | (384) | 702 | 7.997 |
| Máquinas e equipamentos | | 45.687 | - | (2.769) | 3.054 | 45.972 |
| Veículos | | 2.248 | - | (238) | 292 | 2.302 |
| Instalações e edificações | | 149 | - | (149) | - | - |
| Equipamentos operacionais | | 9.247 | - | (133) | - | 9.114 |
| Imobilizações em andamento | | 1.897 | 5.837 | (3) | (4.238) | 3.493 |
| **Total do custo** | | 66.907 | 5.837 | (3.676) | (190) | 68.878 |
| **Valor de depreciação** | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 10 | (4.310) | (584) | 343 | - | (4.551) |
| Máquinas e equipamentos | 15 | (27.613) | (5.003) | 2.514 | - | (30.102) |
| Veículos | 24 | (2.191) | (94) | 238 | - | (2.047) |
| Instalações e edificações | (b) | (149) | - | 149 | - | - |
| Equipamentos operacionais | 18 | (9.095) | (39) | 133 | - | (9.001) |
| **Total da depreciação** | | (43.358) | (5.720) | 3.377 | - | (45.701) |
| **Total geral** | | 23.549 | 117 | (299) | (190) | 23.177 |

| | | 2020 | 2021 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor de custo** | Taxa média anual de depreciação % | Saldo inicial | Adições | Baixas | Transferências (a) | Saldo final |
| Móveis e utensílios | | 6.224 | - | (14) | 1.469 | 7.679 |
| Máquinas e equipamentos | | 41.059 | - | (68) | 4.696 | 45.687 |
| Veículos | | 2.248 | - | - | - | 2.248 |
| Instalações e edificações | | 149 | - | - | - | 149 |
| Equipamentos operacionais | | 9.078 | - | - | 169 | 9.247 |
| Imobilizações em andamento | | 6.512 | 4.542 | (165) | (8.992) | 1.897 |
| **Total do custo** | | 65.270 | 4.542 | (247) | (2.658) | 66.907 |
| **Valor de depreciação** | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 10 | (3.766) | (553) | 9 | - | (4.310) |
| Máquinas e equipamentos | 15 | (22.776) | (4.905) | 68 | - | (27.613) |
| Veículos | 20 | (2.141) | (50) | - | - | (2.191) |
| Instalações e edificações | (b) | (149) | - | - | - | (149) |
| Equipamentos operacionais | 18 | (9.056) | (39) | - | - | (9.095) |
| **Total da depreciação** | | (37.888) | (5.547) | 77 | - | (43.358) |
| **Total geral** | | 27.382 | (1.005) | (170) | (2.658) | 23.549 |

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado, intangível e infraestrutura em construção; e (b) Ativos 100% depreciados. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R$ 80 em 2022 (R$ 298 em 2021). A taxa média de capitalização em 2022 foi de 9,69% a.a. (custo das debêntures divididos pelo saldo médio de debêntures) e 6,54% a.a. em 2021.
**13. Intangível e infraestrutura em construção**

| | | 2021 | 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor de custo** | Taxa média anual de amortização % | Saldo inicial | Adições | Baixas | Transferências (a) | Outros (e) | Saldo final |
| Direitos de exploração da infraestrutura concedida | | 1.881.278 | - | (511) | 54.354 | (6.703) | 1.928.418 |
| Direitos de uso de sistemas informatizados | | 28.956 | - | - | 1.934 | - | 30.890 |
| Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento | | 678 | 1.631 | - | (1.744) | - | 565 |
| **Total do custo** | | 1.910.912 | 1.631 | (511) | 54.544 | (6.703) | 1.959.873 |
| **Valor de amortização** | | | | | | | |
| Direitos de exploração da infraestrutura | (b) | (410.199) | (80.902) | 135 | - | 1.817 | (489.149) |
| Direitos de uso de sistemas informatizados | 20 | (21.198) | (2.559) | - | - | - | (23.757) |
| **Total da amortização** | | (431.397) | (83.461) | 135 | - | 1.817 | (512.906) |
| **Total do intangível** | | 1.479.515 | (81.830) | (376) | 54.544 | (4.886) | 1.446.967 |
| **Infraestrutura em construção** | | 43.507 | 65.069 (d) | - | (54.354) | - | 54.222 |

| | | 2020 | | 2021 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor de custo** | Taxa média anual de amortização % | Saldo inicial | Adições | Transferências (a) | Outros | Saldo final |
| Direitos de exploração da infraestrutura concedida | | 1.624.490 | - | 256.788 | - | 1.881.278 |
| Direitos de uso de sistemas informatizados | | 24.747 | - | 4.209 | - | 28.956 |
| Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento | | 1.421 | 870 | (1.613) | - | 678 |
| **Total do custo** | | 1.650.658 | 870 | 259.384 | - | 1.910.912 |
| **Valor de amortização** | | | | | | |
| Direitos de exploração da infraestrutura | (b) | (339.131) | (71.068) | - | - | (410.199) |
| Direitos de uso de sistemas informatizados | 20 | (18.845) | (2.353) | - | - | (21.198) |
| **Total da amortização** | | (357.976) | (73.421) | - | - | (431.397) |
| **Total do intangível** | | 1.292.682 | (72.551) | 259.384 | - | 1.479.515 |
| **Infraestrutura em construção** | | 167.515 | 133.041 (c) | (256.726) | (323) | 43.507 |

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado, intangível e infraestrutura em construção; (b) Amortização pela curva do benefício econômico; (c) Serviço de adesivação, equipamentos de telecomunicação *Wayside* e materiais sobressalentes pós obra da Estação Vila Sônia; (d) Do montante de R$ 65.069, o valor de R$ 50.028 é referente a adiantamento (serviços referentes a estação Vila Sônia); e (e) Aporte de capital através de transferências de bens para subsidiária Four Trilhos, no montante de R$ 4.886. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures no montante de R$ 7.301 em 2022 (R$ 97.260 em 2021). A taxa média de capitalização em 2021 foi de 9,69% a.a. (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) e 6,54% a.a. em 2021.
**14. Arrendamento: a. Direito de uso em arrendamento:**

| | 2021 | 2022 | | |
|---|---|---|---|---|
| | Saldo inicial | Adições | Depreciação | Saldo final |
| Veículos | - | 171 | (17) | 154 |
| | - | 171 | (17) | 154 |

**b. Passivo de arrendamento**

| | 2021 | 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo inicial | Adições | Reversão do ajuste a valor presente | Pagamentos | Transferências | Saldo final |
| Circulante | - | 46 | 6 | (21) | 15 | 46 |
| Não circulante | - | 125 | - | - | (15) | 110 |
| | - | 171 | 6 | (21) | - | 156 |

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 9,64% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido o montante de R$ 30 como despesa de aluguel, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo. **15. Debêntures:**

| Série | Taxas contratuais | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) | Custos de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar em 2022 | Vencimento final | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5ª Emissão - série 1 | CDI + 2,30% a.a. | 2,5373% (a) | 10.072 | 3.527 | Março de 2028 | 659.722 | 717.736 (b) (c) (d) |
| 5ª Emissão - série 2 | IPC-A + 7,0737% a.a. | 7,2943% (a) | 5.534 | 2.079 | Março de 2028 | 530.663 | 559.841 (b) (c) (d) |
| Total geral | | | | 5.606 | | 1.190.385 | 1.277.577 |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Debêntures | | | | | | 250.014 | 166.845 |
| Custos de transação | | | | | | (1.717) | (1.961) |
| | | | | | | 248.297 | 164.884 |
| **Não Circulante** | | | | | | | |
| Debêntures | | | | | | 945.977 | 1.118.300 |
| Custos de transação | | | | | | (3.889) | (5.607) |
| | | | | | | 942.088 | 1.112.693 |

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis apara fins de cálculo da TIR. **Garantias:** (b) Garantia real. (c) Alienação fiduciária. (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.
**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

| | 2022 |
|---|---|
| 2024 | 191.783 |
| 2025 | 191.783 |
| 2026 | 191.784 |
| 2027 | 191.784 |
| 2028 em diante | 178.843 |
| (-) Custo de transação | (3.889) |
| **Total** | 942.088 |

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Em 31 de dezembro de 2022 não houve quebra de *covenants* relacionados às debêntures. Conforme cláusula 5.3 do contrato de debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos mensais 1/6 em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante 6 meses e resgatados para pagamento dos juros semestrais, até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo aplicado totaliza R$ 113.346 (R$ 78.200 em 31 de dezembro de 2021).

| **16. Impostos e contribuições a recolher** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| IRPJ e CSLL (a) | 34.100 | 1.400 |
| ISS | 43 | 163 |
| Cofins | 91 | 338 |
| ICMS | 42 | 22 |
| PIS, Cofins e CSLL | 216 | 334 |
| PIS | 15 | 71 |
| IRRF | 28 | 47 |
| INSS retidos | 94 | 66 |
| Outros | 55 | 37 |
| | 34.684 | 2.478 |

(a) Em 2022 houve o aumento do IRPJ e do CSLL em decorrência do lucro fiscal do período.

| **17. Obrigações sociais e trabalhistas** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Salários e remunerações a pagar | 3.645 | 2.831 |
| Benefícios, gratificações e participações a pagar | 10.265 | 8.555 |
| Encargos sociais e previdenciários | 4.247 | 3.009 |
| Provisão para férias | 8.483 | 6.915 |
| | 26.640 | 21.310 |

| **Não circulante** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Gratificações e participações a pagar | 838 | 682 |
| | 838 | 682 |

| **18. Fornecedores** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a) | 363 | 33.635 |
| Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b) | 14.213 | 15.194 |
| Cauções e retenções contratuais | 244 | 2 |
| | 14.820 | 48.831 |

**(a)** A Companhia possui como principais fornecedores estrangeiros a Siemens AG, Siemens SAS, Sepsa e Hyundai Rotem Company para implantação do projeto, que prevê fornecimento dos sistemas de sinalização, de comando centralizado da via e pátio, de comunicação móvel e dos trens, incluindo sobressalentes e obrigatórios para os sistemas. **(b)** Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a melhorias, manutenção e conservação.
**19. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

| | 2021 | 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Não circulante** | Saldo inicial | Constituição | Pagamentos | Reversão | Atualização de bases processuais e monetária | Saldo final |
| Cíveis e administrativos | 17 | 1.908 | (31) | (17) | 91 | 1.968 |
| Trabalhistas e previdenciários | 2.249 | 3.720 | (2.878) | (512) | 204 | 2.783 |
| | 2.266 | 5.628 | (2.909) | (529) | 295 | 4.751 |

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Cíveis e administrativos | 89 | 2.224 |
| Trabalhistas e previdenciários | 2.866 | 1.036 |
| | 2.955 | 3.260 |

**20. Patrimônio líquido**: **a. Capital social:** O capital social da Companhia é de R$ 149.607, dos quais R$ 9.222 ainda não foram integralizados, composto por 74.803.571 ações ordinárias e 74.803.571 ações preferenciais e sem valor nominal.

| | 2022 | | | 2021 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Participação acionária | Quantidade de ações | Ações a integralizar | Participação acionária | Quantidade de ações | Ações a integralizar |
| CCR S.A. | 75,00% | 112.205.357 | 6.916.904 | 75,00% | 112.205.357 | 6.916.904 |
| Ruasinvest Participações S.A. | 15,00% | 22.441.071 | 1.383.381 | 15,00% | 22.441.071 | 1.383.381 |
| Mitsui & CO. LTD | 10,00% | 14.960.714 | 922.254 | 10,00% | 14.960.714 | 922.254 |
| | 100,00% | 149.607.142 | 9.222.539 | 100,00% | 149.607.142 | 9.222.539 |

**b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A partir de 2020, a reserva legal não foi constituída em função de ter atingido o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **d. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a lei das sociedades por ações (lei n.º 6.404/1976). Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

| | |
|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 323.371 |
| (-) Constituição de reserva legal | - |
| Lucro líquido ajustado | 323.371 |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado | 80.843 |
| Juros sobre capital próprio aprovado | (16.746) |
| Complemento dividendo mínimo obrigatório | (64.097) |

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia propôs os dividendos adicionais, que serão aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO) em 2023. **e. Juros sobre o capital próprio:** Em 29 de março de 2022, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração, o destaque de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021, (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas até 31 de março de 2022, exceto quanto ao resultado do próprio trimestre), no valor bruto de R$ 2.594, correspondentes a R$ 0,01733603404 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R$ 2.211, . Serão pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022, *"ad referendum"* da Assembleia Geral Ordinária que analisará as demonstrações financeiras deste exercício social. Em 29 de junho de 2022, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração, o destaque de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de março de 2022, (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas até 30 de junho de 2022, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R$ 4.208, correspondentes a R$ 0,02812871457 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R$ 3.588. Serão pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022, *"ad referendum"* da Assembleia Geral Ordinária que analisará as demonstrações financeiras deste exercício social. Em 26 de setembro de 2022, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração, o destaque de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 30 de junho de 2022, (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas até 30 de setembro de 2022, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R$ 5.741, correspondentes a R$ 0,03837499035 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R$ 4.894. Serão pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022, *"ad referendum"* da Assembleia Geral Ordinária que analisará as demonstrações financeiras deste exercício social. Em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração, o destaque de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 30 de setembro de 2022, (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas até 31 de dezembro de 2022, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R$ 7.100, correspondentes a R$ 0,04745620152 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R$ 6.053. Serão pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022, *"ad referendum"* da Assembleia Geral Ordinária que analisará as demonstrações financeiras deste exercício social.

| **21. Receitas operacionais** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receitas metroviárias | 560.369 | 325.562 |
| Receitas de construção (ICPC 01 R1) | 56.281 | 32.468 |
| Receitas acessórias | 44.622 | 42.889 |
| Receita metroviária - reequilíbrio (a) | 191.905 | 1.357.104 |
| Receita de partes relacionadas | 968 | 274 |
| Mitigação de risco de demanda projetada | 139.832 | - |
| **Receita bruta** | 993.977 | 1.758.297 |
| Impostos sobre receitas | (2.420) | (2.794) |
| Abatimentos | (148) | (2.817) |
| **Deduções das receitas brutas** | (2.568) | (5.611) |
| **Receita operacional líquida** | 991.409 | 1.752.686 |

(a) Refere-se a receita decorrente do reequilíbrio econômico-financeiro da Fase I. Para maiores detalhes vide na nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.

| **22. Resultado financeiro** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Despesas financeiras** | | |
| Variação monetária sobre debêntures | (29.450) | (54.838) |
| Juros sobre debêntures | (133.051) | (87.960) |
| Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros | (10.436) | (10.728) |
| Ajuste a valor presente - arrendamentos | (6) | - |
| Taxas, comissões e outras despesas financeiras | (2.466) | (1.802) |
| Capitalização de custos de debêntures | 7.381 | 97.558 |
| Juros e variações monetárias sobre obrigações | - | (153) |
| | (168.028) | (57.923) |
| **Receitas financeiras** | | |
| Variação monetária sobre debêntures | 299 | - |
| Rendimento sobre aplicações financeiras | 17.760 | 4.357 |
| Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros | 13.686 | 7.884 |
| Juros e outras receitas financeiras | 316 | 1.178 |
| | 32.061 | 13.419 |
| **Resultado financeiro líquido** | (135.967) | (44.504) |

**23. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora da Companhia (CCR S.A.) possui um Comitê de Estratégia, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. **Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

| | Nível | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Ativos** | | | |
| **Valor justo através do resultado** | | | |
| Caixa e bancos | Nível 2 | 24 | 4.303 |
| Aplicações financeiras | Nível 2 | 119.803 | 71.327 |
| Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva | Nível 2 | 113.346 | 78.200 |
| | | 233.173 | 153.830 |
| **Custo amortizado** | | | |
| Contas a receber das operações | | 580 | 6.316 |
| Contas a receber do Poder Concedente | | 1.362.237 | 1.227.979 |
| Contas a receber - partes relacionadas | | 8.411 | 1.183 |
| | | 1.371.228 | 1.235.478 |
| **Passivos** | | | |
| **Custo amortizado** | | | |
| Debêntures (a) | | (1.190.385) | (1.277.577) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | | (38.086) | (67.897) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | | (245.155) | (236.312) |
| Fornecedores - partes relacionadas | | (6.097) | (2.045) |
| | | (1.479.723) | (1.583.831) |
| | | 124.678 | (194.523) |

(a) Valores líquidos dos custos de transação. • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

| | 2022 | | 2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Debêntures (a) | 1.195.991 | 1.241.815 | 1.285.145 | 1.364.538 |

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de fornecedores estrangeiros sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

| | | | Consolidado - Efeito em R$ no resultado | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Operação | Risco | Exposição em moeda estrangeira [1] | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| Fornecimento de Equipamentos | Dólar | 363 | - | (91) | (182) |
| **Total do efeito de perda** | | | - | (91) | (182) |
| **Moeda em 31/12/2022:** | | Dólar [2] | 5,2171 | 6,521375 | 7,82565 |

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação. (2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 31/12/2022, divulgadas pelo Banco Central do Brasil. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de debênture com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

| | | Consolidado - Efeito em R$ no resultado | | |
|---|---|---|---|---|
| Risco | Exposição em R$ [4] [5] | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| IPC-A [3] | 532.742 | (38.895) | (39.527) | (39.958) |
| CDI [2] | 663.249 | (106.028) | (128.755) | (151.471) |
| **Efeito sobre debêntures** | | (144.923) | (168.282) | (191.429) |
| CDI [2] | 233.149 | 28.660 | 35.779 | 42.882 |
| **Efeito sobre as aplicações financeiras** | | 28.660 | 35.779 | 42.882 |
| Total do efeito de ganho/(perda) | | (116.263) | (132.503) | (148.547) |
| **As taxas de juros consideradas foram [1]:** | | | | |
| CDI [2] | | 13,6500% | 17,0600% | 20,4700% |
| IPC-A [3] | | 5,7900% | 7,2375% | 8,6850% |

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) a (5) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3; onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, consideramos o aumento da taxa CDI para calcular os cenários estresse; (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação; e (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPC-A). **24. Compromissos vinculados a contratos de concessão:** A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Compromisso de investimento | 7.154 | 96.289 |

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.
**25. Demonstração do fluxo de caixa: *a.*** A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. ***b.* Reconciliação das atividades de financiamento:**

| | Debêntures | Dividendos e juros sobre capital próprio | Arrendamento | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldo Inicial | (1.277.577) | (236.312) | - | (1.513.889) |
| **Variações dos fluxos de caixa de financiamento** | | | | |
| Captações (líquidas dos custos de transação) | - | - | (171) | (171) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos | - | 71.999 | - | 71.999 |
| Pagamento de principal e juros | 249.394 | - | 21 | 249.415 |
| **Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento** | 249.394 | 71.999 | (150) | 321.243 |
| **Outras variações** | | | | |
| Despesas com juros e variação monetária | (162.202) | - | (6) | (162.208) |
| Outras variações que não afetam o caixa | - | (80.842) | - | (80.842) |
| **Total das outras variações** | (162.202) | (80.842) | (6) | (243.050) |
| Saldo Final | (1.190.385) | (245.155) | (156) | (1.435.696) |

**Composição do Conselho de Administração**

Márcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho
Roberto Vollmer Labarthe - Membro Efetivo
Luciano José Porto Fernandes - Membro Efetivo
Sérgio Luiz Pereira de Macedo - Membro Efetivo
Gustavo Marques do Canto Lopes - Membro Efetivo
Mitsuhiko Okubo - Membro Efetivo

**Composição da Diretoria**

Francisco Pierrini - Diretor-Presidente
Maurício Dimitrov - Diretor

**Contadora**

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
**Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.**
São Paulo - SP
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja a Notas explicativas 3 (i), 3 (o) e 13 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R$ 65.069 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2023

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP014428/O-6

**Alyster Suusmann Pere**
Contador CRC 1SP-230426/O-9


Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.** A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

**A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3F29-C277-23AE-520C.



Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3F29-C277-23AE-520C.

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3F29-C277-23AE-520C ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código para verificação: 3F29-C277-23AE-520C

**Hash do Documento**

FF325F8BA0125B8254D66CDEF69F54C0720D61477C88BF5F4809003749A74C22

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/03/2023 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 10/03/2023 04:38 UTC-03:00
  **Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

ViaMobilidade

# Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF 29.938.085/0001-35

## Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos acionistas:** Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Neste exercício, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (“ViaMobilidade” ou “Companhia” ou “Concessionária”) continuou enfatizando a implementação do seu modelo de gestão operacional, focando em boas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, como sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no cliente, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2 Apresentação:** A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., denominada de ViaMobilidade, com sede em São Paulo, capital, tem como objeto a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linha 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Linha 5 - Lilás é uma linha de Metrô com extensão 20,1 km, 17 estações, 02 Pátios (Capão Redondo e Guido Caloi) e 04 Terminais integrados de ônibus (Capão Redondo, Campo Limpo, Giovanni Gronchi e Santo Amaro/Guido Caloi). A Linha 17 - Ouro é um monotrilho com extensão de 7,7 km, 08 estações elevadas e 01 Pátio (Águas-Espraiadas). **1.3 Contrato de Concessão:** O contrato de concessão foi assinado em 5 de abril de 2018 e tem duração inicial de 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos. A concessão foi desmembrada em 4 Fases, sendo: **Fase Pré-Operacional -** iniciou-se a partir da assinatura do Contrato (5 de abril de 2018) e teve duração de 120 dias, tendo em vista que a Linha 5 - Lilás já se encontrava em operação pelo Metrô de São Paulo. Esse período ocorreu para a transição operacional entre o Metrô e a Companhia. **Fase I -** Início da operação comercial da Linha 5 completa (exceto Estação Campo Belo) e dos Terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. A Fase I, portanto, iniciou-se em 4 de agosto de 2018 com a operação comercial do trecho entre Capão Redondo e Moema, juntamente com os terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. Em 31 de agosto de 2018 foi inaugurada a Estação AACD - Servidor e em 28 de setembro de 2018 foram inauguradas as estações Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin. **Fase II -** Iniciou-se em 8 de abril de 2019, com a inauguração da Estação Campo Belo, resultando na operação comercial plena da Linha 5. **Fase III** - Anteriormente estava prevista para novembro de 2019, conforme contrato de concessão, o início da operação comercial da Linha 17, contemplando todas as Estações entre Congonhas/Jardim Aeroporto - Morumbi/CPTM. As obras estão em andamento pelo Governo do estado, porém, sem previsão de término. Ainda nesse contrato, temos um investimento previsto que é a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro da Linha 5 - Lilás com a estação Santo Amaro da Linha 9 - Esmeralda da CPTM, visando compatibilizá-la com a demanda e com o atendimento de exigências técnico-operacionais e de segurança. Esta obra iniciou-se em 27 de janeiro de 2020 e atualmente encontra-se em andamento pela Companhia. Em 30 de março de 2021, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, em condições a serem acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **1.4 Destaques de 2022:** Em 2022 foram realizadas 108 exposições e 236 campanhas de engajamento, além de 3 campanhas que se repetiram mensalmente, totalizando 380 ações, com apoio de parceiros, ONGs e instituições. Entre essas ações tivemos exposições fotográficas, apresentações musicais, teatrais e campanhas de saúde, realizadas por meio de incentivo direto da concessionária. Em janeiro de 2022, foi inaugurado em parceria com aplicativo *Ifood*, um novo Ponto de Apoio a entregadores na saída da Estação Eucaliptos, o espaço foi pensado para ser um local acolhedor enquanto os entregadores aguardam os chamados, e em 2022 ele recebeu mais de 14 mil entregadores. A iniciativa foi destaque em grandes canais de comunicação. Em maio foi inaugurado uma unidade do Bazar Gerando Falcões, esse é um negócio de impacto social que dá acesso a bens de consumo para a população de baixa renda, todo o resultado das vendas é reinvestido em programas de transformação nas periferias e favelas em 2022. No dia 16 de setembro de 2022, a ViaMobilidade concluiu com sucesso a auditoria externa no modelo da ISO 9001 (Qualidade dos processos e operações do negócio) e 14001 (Qualidade ambiental).

**2. Desempenho Econômico-Financeiro**

| Em R$ Mil | 2022 | 2021 | Var % |
|---|---|---|---|
| Receita operacional bruta (incluída a Receita de construção) | 484.098 | 390.979 | 23,82% |
| Receita operacional bruta (excluída a Receita de construção) | 460.115 | 353.948 | 30,00% |
| - Outras receitas | 460.115 | 353.948 | 30,00% |
| Deduções da receita bruta | (9.202) | (7.113) | 29,37% |
| Receita líquida (excluída a Receita de construção) | 450.913 | 346.835 | 30,01% |
| (+) Receita de construção | 23.983 | 37.031 | -35,24% |
| Custos e despesas (a) | (343.188) | (311.435) | 10,20% |
| - Depreciação e amortização | (39.230) | (34.331) | 14,27% |
| - Serviços de terceiros | (62.559) | (61.695) | 1,40% |
| - Custo da outorga | (4.601) | (3.539) | 30,01% |
| - Custo com pessoal | (120.707) | (96.256) | 25,40% |
| - Custo de construção | (23.983) | (37.031) | -35,24% |
| - Outros custos e Resultados operacionais | (92.108) | (78.583) | 17,21% |
| EBIT ajustado | 131.708 | 72.431 | 81,84% |
| Margem EBIT ajustada (b) | 29,21% | 20,88% | 39,87% |
| (+) Resultado de equivalência patrimonial | 41.069 | 14.615 | 181,01% |
| EBIT (c) | 172.777 | 86.888 | 98,85% |
| Margem EBIT | 27,73% | 18,87% | 46,98% |
| (+) Depreciação e amortização | 39.230 | 34.331 | 14,27% |
| EBITDA (b) | 212.007 | 121.219 | 74,90% |
| Margem EBITDA | 0,4468 | 0,3158 | 41,48% |
| (+/-) Resultado de equivalência patrimonial | (41.069) | (14.615) | 181,01% |
| EBITDA ajustado | 170.938 | 106.762 | 60,11% |
| Margem EBITDA ajustada (d) | 37,91% | 30,78% | 23,16% |
| Resultado financeiro líquido | (85.075) | (40.089) | 112,22% |
| Resultado de equivalência patrimonial | 41.069 | 14.615 | 181,01% |
| Lucro antes do IR & CS | 87.702 | 46.957 | 86,77% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (13.246) | (9.804) | 35,11% |
| Lucro antes da participação dos minoritários | 74.456 | 37.153 | 100,40% |
| Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora | 74.456 | 37.153 | 100,40% |
| Endividamento bruto (e) | 597.391 | 692.877 | -13,78% |
| Investimentos (caixa) | 33.098 | 46.369 | -28,62% |

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12. (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **Receita Líquida:** O crescimento da receita líquida reflete o impacto da retomada da demanda transportada em 2022, pois, em 2021 teve forte impacto em função da pandemia do COVID-19 e da necessidade de isolamento social. O reajuste das tarifas é feito pela variação de 85% do IPC e de 15% do reajuste de energia em fevereiro de cada ano. Em 2022, o reajuste foi de 8,57%. **Custos e Despesas:** Com a retomada parcial da demanda a Companhia teve a necessidade de readequação do quadro de colaboradores, o que gerou aumento nos custos principalmente nos custos de pessoal. **Resultado Financeiro Líquido:** O resultado negativo reflete o crescimento substancial do CDI, indexador do *SWAP* (*Hedge*) atrelado ao financiamento vigente. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Maior apuração de impostos decorrente do crescimento dos resultados, impactados pela retomada da demanda e consequente crescimento da receita líquida. **Investimentos:** Principal investimento proposto para 2022 é a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro. **2.1 Dividendos Propostos:** Em 2022 a Companhia distribuiu um total de R$ 8.099 na forma de juros sobre capital próprio e R$ 731 dividendos adicionais propostos aos seus acionistas (R$ 3.813 em 2021). **3. Estratégia e Gestão: 3.1 Governança Corporativa:** A Companhia possui estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **3.2 Gestão de Pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. **4. Sustentabilidade:** A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa. Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ri. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1 Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade; • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável; • *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor; • *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa; e • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. **4.2 Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 é responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em http://www.institutoccr.com.br. **4.3 Prêmios e reconhecimentos:** Prêmio UITP - União Internacional de Transportes Públicos: Em 2022, o Grupo CCR S.A. recebeu o Prêmio UITP, da União Internacional de Transportes Públicos, na categoria Valores Institucionais. O case apresentado foi ‘Novo Propósito & Cultura - Viva Seu Caminho’, devido à série de iniciativas desenvolvidas na ViaMobilidade 5 e 17, e nas outras concessionárias do Grupo CCR, voltadas a saúde mental e qualificação de empreendedores de periferia. Uma importante conquista por uma mobilidade mais humana. **5. Considerações Finais: 5.1. Agradecimentos:** A Companhia agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios. **5.2. Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **5.3. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 9 de março de 2023.

A Administração

## Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

| Ativo | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 114.110 | 109.574 |
| Aplicações financeiras | 6 | 2.780 | - |
| Contas a receber das operações | 7 | - | 2.394 |
| Contas a receber - partes relacionadas | 9 | 30.875 | 8.001 |
| Contas a receber do Poder Concedente | 7 | 34.284 | 31.405 |
| Tributos a recuperar | | 2.973 | 2.286 |
| Despesas antecipadas | | 8.087 | 7.783 |
| Dividendos a receber | 9 | - | 3.596 |
| Adiantamento a fornecedores | | 2.002 | 299 |
| Estoques (materiais sobressalentes) | | 32.762 | 34.758 |
| Outros créditos | | 402 | 199 |
| Total do ativo circulante | | 228.275 | 200.295 |
| **Não circulante** | | | |
| **Realizável a longo prazo** | | | |
| Impostos diferidos | 8b | 11.838 | 5.669 |
| Depósitos judiciais | | 68 | 87 |
| Estoques (materiais sobressalentes) | | 30.773 | 17.854 |
| Tributos a recuperar | | - | 2.788 |
| Despesas antecipadas | | 33 | 51 |
| | | 42.712 | 26.449 |
| **Investimentos** | 10c | 22.492 | 24.828 |
| **Imobilizado** | 11 | 15.970 | 16.196 |
| **Intangível** | 12 | 631.010 | 591.065 |
| **Infraestrutura em construção** | 12 | 10.661 | 54.906 |
| Total do ativo não circulante | | 722.845 | 713.444 |
| Total do ativo | | 951.120 | 913.739 |

| Passivo | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Debêntures | 13 | 166.058 | 120.310 |
| Fornecedores | | 18.605 | 23.806 |
| Fornecedores - partes relacionadas | 9 | 7.234 | 1.122 |
| Impostos e contribuições a recolher | | 5.995 | 2.368 |
| Obrigações com o Poder Concedente | 20 | 1.493 | 1.333 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 14 | 21.075 | 16.975 |
| Provisão de energia elétrica e IPTU | | 28.925 | 19.845 |
| Contas a pagar - operações com derivativos | 19 | 28.827 | 13.696 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | | 26.835 | 9.152 |
| Outras contas a pagar | | 465 | 14 |
| Total do passivo circulante | | 305.512 | 208.621 |
| **Não circulante** | | | |
| Debêntures | 13 | 431.333 | 572.567 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 14 | 740 | 541 |
| Fornecedores | | - | 128 |
| Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários | 15 | 227 | 48 |
| Contas a pagar - operações com derivativos | 19 | 34.547 | 8.661 |
| Outras obrigações | | 30 | - |
| Total do passivo não circulante | | 466.877 | 581.945 |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 16a | 89.000 | 89.000 |
| Dividendos adicional proposto | 16d | 731 | - |
| Reserva de lucros | 16c | 89.000 | 34.173 |
| | | 178.731 | 123.173 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 951.120 | 913.739 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

| | | | Reserva de Lucros | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Capital social | Reserva legal | Retenção de lucros | Dividendos adicionais propostos | Lucros acumulados | Total |
| **Saldos em 1º de janeiro de 2021** | | 89.000 | 3.161 | 3.356 | 4.141 | - | 99.658 |
| Distribuição de dividendos em 30 de abril de 2021 | | - | - | - | (4.141) | - | (4.141) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 37.153 | 37.153 |
| Destinações: | | | | | | | - |
| Reserva Legal | | - | 1.858 | - | - | (1.858) | - |
| Juros sobre capital próprio em 20 de dezembro de 2021 (líquido) | | - | - | - | - | (3.813) | (3.813) |
| Juros sobre capital próprio em 20 de dezembro de 2021 (IRRF) | | - | - | - | - | (673) | (673) |
| Dividendo mínimo obrigatório | | - | - | - | - | (5.011) | (5.011) |
| Reserva de retenção de lucros | | - | - | 25.798 | - | (25.798) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | | 89.000 | 5.019 | 29.154 | - | - | 123.173 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 74.456 | 74.456 |
| Destinações: | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (líquido) | 16e | - | - | - | - | (6.884) | (6.884) |
| Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (IRRF) | 16e | - | - | - | - | (1.215) | (1.215) |
| Reserva legal | 16b | - | 3.722 | - | - | (3.722) | - |
| Dividendo mínimo obrigatório | 16d | - | - | - | - | (10.799) | (10.799) |
| Dividendos adicionais propostos | 16d | - | - | - | 731 | (731) | - |
| Reserva de retenção de lucros | 16c | - | - | 51.105 | - | (51.105) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | | 89.000 | 8.741 | 80.259 | 731 | - | 178.731 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

| | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 17 | 474.896 | 383.866 |
| **Custos dos serviços prestados** | | | |
| Custo de construção | | (23.983) | (37.031) |
| Serviços | | (50.308) | (48.416) |
| Custos com Poder Concedente | | (4.601) | (3.539) |
| Depreciação e amortização | 11 e 12 | (36.608) | (32.045) |
| Custo com pessoal | | (103.531) | (85.872) |
| Materiais, equipamentos e veículos | | (11.851) | (9.763) |
| Água, telefone e internet | | (2.638) | (1.918) |
| Energia elétrica | | (48.625) | (43.740) |
| IPTU | | (8.948) | (5.326) |
| Seguros | | (5.386) | (5.733) |
| Outros | | (6.686) | (8.027) |
| | | (303.165) | (281.410) |
| **Lucro bruto** | | 171.731 | 102.456 |
| **Despesas operacionais** | | | |
| **Despesas gerais e administrativas** | | | |
| Serviços | | (12.251) | (13.279) |
| Depreciação e amortização | 11 e 12 | (2.622) | (2.286) |
| Despesas com pessoal | | (17.176) | (10.384) |
| Materiais, equipamentos e veículos | | (852) | (600) |
| Gastos com viagens e estadias | | (185) | (30) |
| Contribuições a sindicatos e associações de classe | | (275) | (259) |
| Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos | | (890) | (137) |
| Despesas legais e judiciais | | (35) | (96) |
| Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários | 15.1 | (179) | 211 |
| Água, telefone e internet | | (1.005) | (896) |
| Impostos, taxas e despesas com cartório | | (308) | (85) |
| Outros | | (3.200) | (755) |
| | | (38.978) | (28.596) |
| Outros resultados operacionais | | (1.045) | (1.438) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10c | 41.069 | 14.615 |
| Outros resultados operacionais | | - | 9 |
| **Resultado antes do resultado financeiro** | | 172.777 | 87.046 |
| **Resultado financeiro** | 18 | (85.075) | (40.089) |
| **Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social** | | 87.702 | 46.957 |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos | 8a | (13.246) | (9.804) |
| **Lucro líquido do exercício** | | 74.456 | 37.153 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | 74.456 | 37.153 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | 74.456 | 37.153 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | 74.456 | 37.153 |
| Ajustes por: | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (6.169) | (4.029) |
| Depreciação e amortização | 39.230 | 34.331 |
| Baixa do ativo imobilizado | 25 | 23 |
| Equivalência patrimonial | (41.069) | (14.615) |
| Variação cambial fornecedores estrangeiros | 21 | (4) |
| Juros sobre debêntures | 63.581 | 66.459 |
| Juros e variação monetária com partes relacionadas | 7.524 | - |
| Resultado de operações com derivativos | 58.730 | 59.916 |
| Valor justo sobre debêntures *(fair value option)* | (32.217) | (85.798) |
| Provisão de energia elétrica, IPTU e outras | 9.080 | 8.526 |
| Atualização monetária para riscos trabalhistas e previdenciários | 10 | 4 |
| Constituição da provisão para riscos trabalhistas e previdenciários | 573 | 207 |
| Capitalização de custos de debêntures | (1.631) | (4.471) |
| Rendimento de aplicação financeira | (223) | 4.097 |
| | 171.921 | 101.799 |
| **Variação nos ativos e passivos** | | |
| **(Aumento) redução dos ativos** | | |
| Contas a receber | 2.394 | 39.337 |
| Contas a receber - partes relacionadas | (22.874) | (6.606) |
| Dividendos recebidos | 47.001 | 13.530 |
| Tributos a recuperar | 2.101 | 1.869 |
| Estoques | (10.923) | (15.957) |
| Adiantamento a fornecedores | (1.703) | (166) |
| Depósitos judiciais | 19 | (34) |
| Despesas antecipadas e outros créditos | (489) | (2.986) |
| Ativo financeiro | (138.899) | (156.507) |
| Recebimento ativo financeiro | 136.020 | 125.102 |
| **Aumento (redução) dos passivos** | | |
| Fornecedores | (5.350) | 4.660 |
| Fornecedores - partes relacionadas | (1.412) | (457) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 4.299 | 3.359 |
| Obrigações com poder concedente | 160 | 174 |
| Impostos e contribuições a recolher | 17.980 | 7.375 |
| Pagamentos de imposto de renda e contribuição social | (15.568) | (5.803) |
| Pagamento de riscos trabalhistas e previdenciários | (404) | (422) |
| Outras contas a pagar | 481 | 6 |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | 184.754 | 108.273 |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | (3.519) | (4.525) |
| Adição de ativo intangível | (29.579) | (39.648) |
| Aplicações financeiras líquidas de resgate | (2.557) | (4.097) |
| **Caixa líquido usado nas atividades de investimento** | (35.655) | (48.270) |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Liquidação de operações com derivativos | (17.713) | 35.389 |
| Debêntures | | |
| Pagamentos de principal | (61.600) | - |
| Pagamentos de juros | (65.250) | (66.458) |
| Juros sobre capital próprio pagos | - | (4.486) |
| **Caixa líquido usado nas atividades de financiamento** | (144.563) | (35.555) |
| **Aumento do caixa e equivalentes de caixa** | 4.536 | 24.448 |
| **Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa** | | |
| No início do exercício | 109.574 | 85.126 |
| No final do exercício | 114.110 | 109.574 |
| | 4.536 | 24.448 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**1. Contexto operacional:** A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (“ViaMobilidade” ou “Companhia” ou “Concessionária”), domiciliada na Estrada de Itapecerica, n.º 4157, Capão Redondo, São Paulo, Capital, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Companhia foi constituída em 7 de março de 2018 e assinou o contrato de Concessão em 5 de abril de 2018. A Five Trilhos - Administração e Participações S.A. (“Five Trilhos”), subsidiária integral da ViaMobilidade, foi constituída com o objetivo de explorar as receitas de publicidade, locação de espaço e utilização de infraestrutura da Companhia. A concessão tem prazo de 20 anos, contados a partir da data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial da Linha 5 - Lilás, que ocorreu em 4 de agosto de 2018. **Termo Aditivo nº 1:** Em 30 de março de 2021, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, em condições a serem acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. • **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **1.1. Outras informações relevantes: i. Nulidade da Concorrência Internacional n.º 002/2016 e do Contrato de Concessão n.º 003/2018 (Ação Popular n.º 1012890-622018.8.26.0053):** A Ação Popular foi ajuizada em 14 de março de 2018, inicialmente contra apenas o Estado de São Paulo, o Governador do Estado de São Paulo e o Secretário de Transportes Metropolitanos. Posteriormente, foi determinada a inclusão da controladora CCR S.A. no polo passivo do processo, o que ocorreu apenas em 12 de novembro de 2020. Existem outras ações populares conexas em tramitação, nas quais a controladora CCR S.A. ou a ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 não são Parte. Os autores populares pretendem ver declarado nulo o contrato de concessão n.º 003/2018 por conta (i) da suposta ausência de autorização legislativa para realização da concessão (ii) da suposta violação ao princípio da moralidade administrativa, pois “empresas sócias majoritárias da controladora CCR S.A.” estariam envolvidas em supostos atos de improbidade; e (iii) da suposta lesão ao patrimônio público decorrente da modelagem econômico-financeira escolhida para a concessão. A controladora CCR S.A. foi citada nos autos da Ação Popular apenas em 12 de novembro 2020, tendo apresentado a sua contestação em 14 de dezembro de 2020, na qual alega, preliminarmente, ser parte ilegítima para figurar no polo passivo. No mérito, demonstrou a base legal para a licitação e validade dos atos impugnados. Em 17 de dezembro de 2020, sobreveio decisão que concedeu vista dos autos aos autores populares, para que se manifestem sobre a contestação da controladora CCR S.A. Em 10 de março de 2021, os autores populares peticionaram para reiterar as razões expostas na petição inicial e para informar não ter interesse na produção de provas adicionais. Em 17 de agosto de 2022, foi publicado despacho determinando o sobrestamento da ação popular até que a ação popular conexa, movida por José Prado de Andrade alcance a fase de saneamento e/ou sentença. Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 9 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3p - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota**
8b Impostos diferidos
12 Amortização dos ativos intangíveis
15 Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários
19 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

**3. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Investimentos:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em controlada. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. ***b) Moeda estrangeira:*** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. ***c) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas metroviárias, são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***d) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Ativo financeiro a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *Hedge* de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação. *Hedge* de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica hedge de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:*** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. ***g) Estoque:*** Os estoques estão compostos na forma de materiais de manutenção a serem consumidos no processo de prestação de serviços, são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais e em condições de utilização. O custo dos estoques é baseado no princípio no custo médio ponderado. ***h) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***i) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “p”. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. ***j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, do projeto de infraestrutura detido aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio contratual. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***k) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***l) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***m) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***n) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de passageiros, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. ***o) Direito da concessão:*** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público pago ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa n.º 12). ***p) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. ***q) Contabilização de reequilíbrios econômicos:*** **Política contábil após 1º de janeiro de 2022:** A Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado, considerando que não existe nenhuma obrigação de performance associada. Sobre o valor contabilizado no resultado, constituiu-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. ***r) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022: • **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022. ***s) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC 23; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; e • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de *swap* de juros: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 13 e 19. As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

| | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 e 3 anos | Entre 3 e 4 anos | Acima de 4 anos |
|---|---|---|---|---|---|
| Debêntures (a) | 166.960 | 119.326 | 82.420 | 123.440 | 465.134 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 19.070 | - | - | - | |
| Fornecedores - partes relacionadas | 7.234 | - | - | - | |
| Contas a pagar - operações com derivativos | 28.827 | - | - | - | 34.547 |
| Dividendos a pagar | 26.835 | - | - | - | |
| Obrigações com o Poder Concedente | 1.493 | - | - | - | |

(a) Valores brutos dos custos de transação.

| **6. Caixa e equivalentes de caixa** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos | 1.927 | 4.383 |
| Aplicações financeiras | | |
| CDB | 112.183 | 105.191 |
| **Total - Caixa e equivalente de caixa** | 114.110 | 109.574 |
| **Circulante** | **2022** | **2021** |
| Aplicações financeiras | | |
| CDB | 2.780 | - |
| **Total - Aplicações financeiras** | 2.780 | - |

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,47% do CDI, equivalente a 12,74% a.a. (99,27% do CDI, equivalente a 4,36% a.a., em média, 31 de dezembro de 2021).

continua ►

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 469E-4913-F718-6322.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 469E-4913-F718-6322.

continuação

## CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

**7. Contas a receber: Contas a receber das operações**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Receitas tarifárias (a) | - | 2.394 |
| | - | 2.394 |

(a) Crédito a receber da SPTrans - São Paulo Transportes S.A. e da Companhia do Metropolitano de São Paulo, decorrentes de serviços prestados aos usuários.

**Contas a receber do Poder Concedente**

| | 2021 Saldo inicial | 2022 Adições | Recebimento | Saldo final |
|---|---|---|---|---|
| Mitigação de demanda (a) | 31.405 | 138.899 | (136.020) | 34.284 |
| **Total geral** | 31.405 | 138.899 | (136.020) | 34.284 |

(a) Refere-se a saldo de receita de mitigação de demanda, o qual é recebido ao longo do trimestre subsequente ao reconhecimento.

**8. Imposto de renda e contribuição social: *a.* Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 87.702 | 46.957 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal | (29.819) | (15.965) |
| Efeito tributário das adições e exclusões permanentes | | |
| Equivalência patrimonial | 13.964 | 4.969 |
| Despesas indedutíveis | (638) | (624) |
| Juros sobre capital próprio | 2.753 | 1.525 |
| Remuneração variável de dirigentes estatutários | (271) | (71) |
| Incentivos relativos ao imposto de renda (PAT e Prorrogação de licença maternidade) | 740 | 337 |
| Outros ajustes tributários | 25 | 25 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | (13.246) | (9.804) |
| Impostos correntes | (19.415) | (13.833) |
| Impostos diferidos | 6.169 | 4.029 |
| | (13.246) | (9.804) |
| Alíquota efetiva do imposto | 15,10% | 20,88% |

***b.* Impostos diferidos:** O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

| | 2021 | 2022 Reconhecido no resultado | Valor líquido | Ativo fiscal diferido | Passivo fiscal diferido |
|---|---|---|---|---|---|
| Provisão para participação nos resultados (PLR) | 1.670 | 629 | 2.299 | 2.299 | - |
| Provisão para perda esperada - contas a receber | - | 1 | 1 | 1 | - |
| Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários | 17 | 60 | 77 | 77 | - |
| Resultado de operações com derivativos | (336) | 2.992 | 2.656 | 2.656 | - |
| Despesas pré operacionais | 614 | (388) | 226 | 226 | - |
| Provisão de energia elétrica/IPTU | 6.747 | 3.088 | 9.835 | 9.835 | - |
| Capitalização de juros | (3.241) | (356) | (3.597) | - | (3.597) |
| Outros | 198 | 143 | 341 | 341 | - |
| Impostos ativos (passivos) antes da compensação | 5.669 | 6.169 | 11.838 | 15.435 | (3.597) |
| Compensação de imposto | - | - | - | (3.597) | 3.597 |
| Imposto líquido ativo (passivo) | 5.669 | 6.169 | 11.838 | 11.838 | - |

| | 2020 | 2021 Reconhecido no resultado | Valor líquido | Ativo fiscal diferido | Passivo fiscal diferido |
|---|---|---|---|---|---|
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas | 1.537 | (1.537) | - | - | - |
| Provisão para participação nos resultados (PLR) | 337 | 1.333 | 1.670 | 1.670 | - |
| Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários | 88 | (71) | 17 | 17 | - |
| Resultado de operações com derivativos | (3.569) | 3.233 | (336) | - | (336) |
| Despesas pré operacionais | 1.001 | (387) | 614 | 614 | - |
| Provisão para fornecedores | 3.849 | 2.898 | 6.747 | 6.747 | - |
| Custos dos empréstimos capitalizados | (1.815) | (1.426) | (3.241) | - | (3.241) |
| Outros | 212 | (14) | 198 | 198 | - |
| Impostos ativos (passivos) antes da compensação | 1.640 | 4.029 | 5.669 | 9.246 | (3.577) |
| Compensação de imposto | - | - | - | (3.577) | 3.577 |
| Imposto líquido ativo (passivo) | 1.640 | 4.029 | 5.669 | 5.669 | - |

**9. Partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

**Saldos**

| | 2022 Controladoras | Controlada | Outras partes relacionadas | Total | 2021 Controladoras | Outras partes relacionadas | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | | | - |
| Bancos conta movimento | - | - | 10 | 10 | - | - | - |
| Contas a receber | 62 | 5 | 30.808 | 30.875 | 19 | 7.982 | 8.001 |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | 3.596 |
| | | | | | | | - |
| **Passivo** | | | | | | | - |
| Fornecedor e contas a pagar | 1.247 | 16 | 5.971 | 7.234 | 344 | 778 | 1.122 |
| Derivativos | - | - | 7.811 | 7.811 | - | - | - |
| Dividendos | 26.872 | - | - | 26.872 | - | - | - |
| Debêntures | - | - | 652.955 | 652.955 | - | - | - |
| Outros débitos | - | - | 213 | 213 | - | - | - |

**Transações**

| | 2022 Controladoras e minoritários | Controlada | Outras partes relacionadas | Total | 2021 Controladoras e minoritários | Outras partes relacionadas | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custos/despesas de serviços prestados - transmissão de dados | - | - | - | - | - | 42 | 42 |
| Custos/despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia | - | - | - | - | - | 783 | 783 |
| Custos/despesas de serviços prestados - CCR GBS | 748 | - | - | 748 | - | - | - |
| Repasse de custos e despesas - CCR GBS | 7.332 | - | - | 7.332 | 3.114 | - | 3.114 |
| Repasse de custos e despesas de colaboradores | 369 | 16 | 5.385 | 5.770 | - | 3.914 | 3.914 |
| Benefício da previdência privada de colaboradores | - | - | 173 | 173 | - | - | - |
| Despesas financeiras | - | - | 3 | 3 | - | - | - |
| Despesas financeiras - derivativos | - | - | 7.338 | 7.338 | - | - | - |
| Receitas financeiras - derivativos | - | - | 12.755 | 12.755 | - | - | - |
| Receitas de mútua cooperação | - | - | 61 | 61 | - | - | - |
| Despesas de prestação de garantias em dívidas | 6.270 | - | 1.253 | 7.523 | - | - | - |
| Imobilizado | - | - | - | - | - | 36 | 36 |

**Despesas com profissionais chaves da administração**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Remuneração (a): | | |
| Benefícios de curto prazo - remuneração fixa | 1.147 | 967 |
| Outros benefícios: | | |
| Provisão para remuneração variável | | |
| Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte | 1.899 | 990 |
| Complemento de PPR do ano anterior pago no ano | 1.425 | 34 |
| Previdência privada | 72 | 73 |
| Seguro de vida | 2 | 2 |
| | 4.545 | 2.066 |

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Remuneração dos administradores (a) | 2.004 | 1.087 |

(a) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R$ 2300. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

**10. Investimentos: a) Composição dos investimentos**

| | Participação | Patrimônio líquido da investida 2022 | 2021 | Investimentos 2022 | 2021 | Resultado líquido do exercício 2022 | 2021 | Resultado de equivalência patrimonial 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Five Trilhos | 100% | 22.492 | 24.828 | 22.492 | 24.828 | 41.069 | 14.615 | 41.069 | 14.615 |
| **Total** | | 22.492 | 24.828 | 22.492 | 24.828 | 41.069 | 14.615 | 41.069 | 14.615 |

**b) Informações financeiras resumidas**

| | Participação | 2022 Total do ativo | Total do passivo circulante e não circulante | Total das receitas brutas do exercício | Lucro do exercício | 2021 Total do ativo | Total do passivo circulante e não circulante | Total das receitas brutas do exercício | Lucro do exercício |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Five Trilhos | 100% | 38.728 | 16.235 | 48.225 | 41.069 | 31.331 | 6.504 | 23.051 | 14.615 |

**c) Movimentação do investimento**

| | 2021 Saldo inicial | 2022 Resultado de equivalência patrimonial | Dividendos | Saldo final |
|---|---|---|---|---|
| Five Trilhos | 24.828 | 41.069 | (43.405) | 22.492 |

**11. Ativo imobilizado**

| | Taxa média anual de depreciação % | 2021 Saldo inicial | 2022 Adições | Baixa | Transferências (a) | Saldo final |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor de custo** | | | | | | |
| Móveis e utensílios | | 3.429 | - | - | 395 | 3.824 |
| Máquinas e equipamentos | | 13.096 | - | (33) | 5.295 | 18.358 |
| Veículos | | 2.770 | - | (15) | (577) | 2.178 |
| Imobilizações em andamento | | 3.439 | 3.599 | (2) | (5.974) | 1.062 |
| **Total do custo** | | 22.734 | 3.599 | (50) | (861) | 25.422 |
| **Valor de depreciação** | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 10% | (856) | (359) | - | - | (1.215) |
| Máquinas e equipamentos | 11% | (3.834) | (2.411) | 19 | - | (6.226) |
| Veículos | 23% | (1.848) | (570) | 11 | 396 | (2.011) |
| **Total da depreciação** | | (6.538) | (3.340) | 30 | 396 | (9.452) |
| **Total geral** | | 16.196 | 259 | (20) | (465) | 15.970 |

| | Taxa média anual de depreciação % | 2020 Saldo inicial | 2021 Adições | Baixa | Transferências (a) | Saldo final |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor de custo** | | | | | | |
| Móveis e utensílios | | 3.136 | - | - | 293 | 3.429 |
| Máquinas e equipamentos | | 11.667 | - | - | 1.429 | 13.096 |
| Veículos | | 2.814 | - | (44) | - | 2.770 |
| Imobilizações em andamento | | 1.852 | 4.654 | (11) | (3.056) | 3.439 |
| **Total do custo** | | 19.469 | 4.654 | (55) | (1.334) | 22.734 |
| **Valor de depreciação** | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 10% | (524) | (332) | - | - | (856) |
| Máquinas e equipamentos | 12% | (2.241) | (1.593) | - | - | (3.834) |
| Veículos | 23% | (1.212) | (668) | 32 | - | (1.848) |
| **Total da depreciação** | | (3.977) | (2.593) | 32 | - | (6.538) |
| **Total geral** | | 15.492 | 2.061 | (23) | (1.334) | 16.196 |

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R$ 80 em 31 de dezembro 2022 (R$ 129 em 31 de dezembro de 2021). A taxa média de capitalização em 2022 foi de 8,68% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) e 9,03% a.a. em 2021.

**12. Intangível e infraestrutura em construção**

| | Taxa média anual de amortização % | 2021 Saldo inicial | 2022 Adições | Baixa | Transferências (a) | Saldo final |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor de custo** | | | | | | |
| Direitos de exploração da infraestrutura | | 119.357 | - | (5) | 75.254 | 194.606 |
| Direitos de uso de sistemas informatizados | | 5.121 | - | - | 1.029 | 6.150 |
| Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento | | 654 | 699 | - | (746) | 607 |
| Direitos da concessão | | 554.268 | - | - | - | 554.268 |
| **Total do custo** | | 679.400 | 699 | (5) | 75.537 | 755.631 |
| **Valor de amortização** | | | | | | |
| Direitos de exploração da infraestrutura | (b) | (10.031) | (8.684) | - | (396) | (19.111) |
| Direitos de uso de sistemas informatizados | 20% | (1.715) | (1.129) | - | - | (2.844) |
| Direitos da concessão | (b) | (76.589) | (26.077) | - | - | (102.666) |
| **Total amortização** | | (88.335) | (35.890) | - | (396) | (124.621) |
| **Total intangível** | | 591.065 | (35.191) | (5) | 75.141 | 631.010 |
| **Infraestrutura em construção (c)** | | 54.906 | 30.431 | - | (74.676) | 10.661 |

| | Taxa média anual de amortização % | 2020 Saldo inicial | 2021 Adições | Transferências (a) | Saldo final |
|---|---|---|---|---|---|
| **Valor de custo** | | | | | |
| Direitos de exploração da infraestrutura | | 72.208 | - | 47.149 | 119.357 |
| Direitos de uso de sistemas informatizados | | 3.589 | - | 1.532 | 5.121 |
| Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento | | 1 | 653 | - | 654 |
| Direitos da concessão | | 554.268 | - | - | 554.268 |
| **Total do custo** | | 630.066 | 653 | 48.681 | 679.400 |
| **Valor de amortização** | | | | | |
| Direitos de exploração da infraestrutura | (b) | (4.932) | (5.099) | - | (10.031) |
| Direitos de uso de sistemas informatizados | 20% | (735) | (980) | - | (1.715) |
| Direitos da concessão | (b) | (50.930) | (25.659) | - | (76.589) |
| **Total amortização** | | (56.597) | (31.738) | - | (88.335) |
| **Total intangível** | | 573.469 | (31.085) | 48.681 | 591.065 |
| **Infraestrutura em construção (c)** | | 58.916 | 43.337 | (47.347) | 54.906 |

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível; (b) Amortização pela curva de benefício econômico; e (c) As principais infraestruturas em construção são as obras de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação de Santo Amaro. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures no montante de R$ 1.551 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 4.342 em 31 de dezembro de 2021). A taxa média de capitalização, em 2022 foi 8,68% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) e 9,03% a.a. em 2021.

**13. Debêntures**

| Série | Taxas contratuais | Vencimento final | 2022 | 2021 | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2ª Emissão - Série única (a) | 9,76% a.a. | Abril de 2030 | 597.391 | 692.877 | (b)(c)(d)(e) |
| Total geral | | | 597.391 | 692.877 | |
| **Circulante** | | | | | |
| Debêntures | | | 86.654 | 77.823 | |
| Valor justo | | | 79.404 | 42.487 | |
| | | | 166.058 | 120.310 | |
| **Não circulante** | | | | | |
| Debêntures | | | 566.300 | 638.400 | |
| Valor justo | | | (134.967) | (65.833) | |
| | | | 431.333 | 572.567 | |

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *fair value option*. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 19; **Garantias:** (b) Garantia real; (c) Alienação fiduciária; (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e (e) Aval/fiança corporativa da CCR S.A. e RuasInvest na proporção de sua participação acionária direta/indireta. **Cronograma de desembolsos (não circulante):**

| | 2022 |
|---|---|
| 2024 | 67.200 |
| 2025 | 35.700 |
| 2026 | 81.200 |
| 2027 | 79.100 |
| 2028 em diante | 303.100 |
| (-) Valor justo | (134.967) |
| | 431.333 |

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

**14. Obrigações sociais e trabalhistas**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Salários e remunerações a pagar | 3.467 | 2.883 |
| Benefícios a pagar e previdência privada | 7.518 | 5.693 |
| Encargos sociais e previdenciários | 3.249 | 2.969 |
| Provisão para férias | 6.841 | 5.430 |
| | 21.075 | 16.975 |
| **Não circulante** | | |
| Gratificações e participações a pagar | 740 | 541 |
| | 740 | 541 |

**15. Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias e cíveis. **15. 1 Processos com prognóstico de perda provável:** A Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

| Não circulante | 2021 Saldo inicial | 2022 Constituição | Reversão | Pagamentos | Atualização de bases processuais e monetária | Saldo final |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Cíveis e administrativos | - | 103 | - | (103) | - | - |
| Trabalhistas e previdenciários | 48 | 518 | (48) | (301) | 10 | 227 |
| | 48 | 621 | (48) | (404) | 10 | 227 |

**15. 2 Processos com prognóstico de perda possível:** A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Cíveis e administrativos | 6 | - |
| Trabalhistas e previdenciários | 270 | 117 |
| | 276 | 117 |

**16. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social da Companhia é de R$ 89.000, composto por 89.000.000 ações ordinárias. O capital da Companhia está assim distribuído:

| | 2022 Participação acionária | Quantidade de ações | 2021 Participação acionária | Quantidade de ações |
|---|---|---|---|---|
| CCR S.A. | 83,34% | 74.172.600 | 83,34% | 74.172.600 |
| Ruasinvest Participações S.A. | 16,66% | 14.827.400 | 16,66% | 14.827.400 |
| | 100,00% | 89.000.000 | 100,00% | 89.000.000 |

**b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção:** Em 30 de dezembro de 2022, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **d. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

| | 2022 |
|---|---|
| Lucro líquido de exercício | 74.456 |
| (-) Constituição de reserva legal | (3.722) |
| Lucro líquido ajustado | 70.734 |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado | 17.684 |
| Dividendo mínimo obrigatório aprovado | (10.799) |
| Juros sobre capiutal próprio pagos | (6.884) |

**e. Juros sobre capital próprio:** Em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 8.099, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R$ 6.884, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 1.215, a serem pagos quando oportuno.

**17. Receitas operacionais**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receitas metroviárias | 321.216 | 226.950 |
| Receita de mitigação de demanda | 138.899 | 126.998 |
| Receitas de construção (ICPC 01 R1) | 23.983 | 37.031 |
| **Receita bruta** | 484.098 | 390.979 |
| Impostos sobre receitas | (9.202) | (7.078) |
| Devoluções e abatimentos | - | (35) |
| **Deduções das receitas brutas** | (9.202) | (7.113) |
| **Receita operacional líquida** | 474.896 | 383.866 |

**18. Resultado financeiro**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Despesas financeiras** | | |
| Juros sobre debêntures | (63.581) | (66.459) |
| Perda com operações de derivativos | (106.821) | (218.506) |
| Juros e variações monetárias sobre obrigações | (7.524) | (7.868) |
| Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros | (25) | (53) |
| Taxa, comissões e outras despesas financeiras | (954) | (307) |
| Valor justo sobre debêntures (*fair value option*) | (33.009) | (65.829) |
| Capitalização de custos dos empréstimos | 1.631 | 4.471 |
| | (210.283) | (354.551) |
| **Receitas financeiras** | | |
| Ganho com operações de derivativos | 48.091 | 158.590 |
| Rendimento sobre aplicações financeiras | 11.733 | 3.892 |
| Valor justo sobre debêntures (*fair value option*) | 65.226 | 151.627 |
| Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros | 4 | 57 |
| Juros e outras receitas financeiras | 154 | 296 |
| | 125.208 | 314.462 |
| **Resultado financeiro líquido** | (85.075) | (40.089) |

**19. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora final CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir: **Instrumentos financeiros por categoria:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

| | Nível | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Ativos** | | | |
| **Valor justo através do resultado** | | | |
| Caixa e bancos | Nível 2 | 1.927 | 4.383 |
| Aplicações financeiras | Nível 2 | 114.963 | 105.191 |
| | | 116.890 | 109.574 |
| **Valor justo através do resultado abrangente** | | | |
| Contas a receber das operações | | - | 2.394 |
| Contas a receber - partes relacionadas | Nível 2 | 30.875 | 8.001 |
| Contas a receber com Poder Concedente | Nível 2 | 34.284 | 31.405 |
| Dividendos a receber | Nível 2 | - | 3.596 |
| | | 65.159 | 45.396 |
| **Passivos** | | | |
| **Valor justo através do resultado** | | | |
| Debêntures (a) | Nível 2 | (597.391) | (692.877) |
| Contas a pagar - operações com derivativos | Nível 2 | (63.374) | (22.357) |
| | | (660.765) | (715.234) |
| **Custo amortizado** | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | | (48.771) | (23.946) |
| Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas | | (7.234) | (1.122) |
| Dividendos a pagar | | (26.872) | (9.152) |
| Obrigações com o Poder Concedente | | (747) | (1.333) |
| | | (83.624) | (35.553) |
| | | (562.340) | (595.817) |

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

• **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option)*** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*fair value option*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* entre a taxa referencial informada pela ANBIMA e a curva obtida da B3 para cada indexador ou pela média dos *spreads* das debêntures classificadas por setor e trazidos a valor presente pela curva de taxa livre de risco (pré-DI). Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R$ 652.954 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 716.224 em 31 de dezembro de 2021):

| Série | Taxa contratual | Taxa contratual - Swap | Custo amortizado (a) |
|---|---|---|---|
| Debêntures - 2ª Emissão - Série única | 9,76% a.a. | CDI + 1,44% a.a. | 652.954 |

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa n.° 13. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2022, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de taxa de juros sobre a totalidade da 2ª emissão de debêntures. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia.

**Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção**

| | Data de vencimento | Valores de referência (Nocional) Moeda local 2022 | 2021 | Valores brutos contratados e liquidados Moeda local recebidos/(Pagos) 2022 | 2021 | Efeito acumulado Valores a receber/a pagar 2022 | 2021 | Resultado Ganho/(Perda) em resultado 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SWAP - riscos de juros** | 2030 | 700.000 | 700.000 | (17.712) | 35.389 | (63.374) | (22.357) | (58.730) | (59.916) |
| | | 700.000 | 700.000 | (17.712) | 35.389 | (63.374) | (22.357) | (58.730) | (59.916) |

**Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

| Risco | Exposição em R$ (3)(4) | Efeito em R$ no resultado: Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
|---|---|---|---|---|
| CDI (2) | 597.391 | (94.756) | (116.184) | (157.683) |
| **Efeito sobre debêntures** | | (94.756) | (116.184) | (157.683) |
| CDI (2) | 114.963 | 11.227 | 14.006 | 16.771 |
| **Efeito sobre as aplicações financeiras** | | 11.227 | 14.006 | 16.771 |
| Total do efeito de ganho/ (perda) | | (83.529) | (102.178) | (140.912) |
| **As taxas de juros consideradas foram (1):** | | | | |
| CDI (2) | | 13,6500% | 17,0600% | 20,4700% |

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, esta detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

**20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: *a. Compromissos com o Poder Concedente:* Outorga variável:** Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 1% sobre a receita operacional bruta. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 4.521 (R$ 7.117 em 31 de dezembro de 2021). ***b. Compromissos relativos às concessões:*** A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da concessionária:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Compromisso de investimento (a) (b) | 260.053 | 120.527 |

(a) Os valores representam 100% da concessionária.
(b) Referem-se a melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a ser realizado pela concessionária, sem considerar gatilhos adicionais. Os valores estão atualizados pelo IPC-Fipe, respectivamente, até a data da última atualização da tarifa. Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

| ***c. Obrigações com poder concedente*** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Outorga variável | 747 | 666 |
| Verba de fiscalização | 746 | 666 |
| | 1.493 | 1.333 |

**21. Demonstração dos fluxos de caixa: *a.*** A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. ***b.* Reconciliação das atividades de financiamento:**

| | Debêntures | Dividendos a pagar | Operações com derivativos | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldo inicial | (692.877) | (9.152) | (22.357) | (724.386) |
| **Variações dos fluxos de caixa de financiamento** | | | | |
| Pagamentos de principal e juros | 126.850 | - | - | 126.850 |
| Liquidação de operações com derivativos | - | - | 17.713 | 17.713 |
| **Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento** | 126.850 | - | 17.713 | 144.563 |
| **Outras variações** | | | | |
| Despesas com juros, variação monetária | (63.581) | - | - | (63.581) |
| Resultado das operações com derivativos e valor justo | 32.217 | - | (58.730) | (26.513) |
| Outras variações que não afetam caixa | - | (17.683) | - | (17.683) |
| **Total das outras variações** | (31.364) | (17.683) | (58.730) | (107.777) |
| Saldo final | (597.391) | (26.835) | (63.374) | (687.600) |

**Composição do Conselho de Administração**

| | |
|---|---|
| Márcio Magalhães Hannas | Presidente |
| Luciano José Porto Fernandes | Membro efetivo |
| Roberto Vollmer Labarthe | Membro efetivo |
| Gustavo Marques do Canto Lopes | Membro efetivo |
| Sérgio Luiz Pereira de Macedo | Membro efetivo |

**Composição da Diretoria**

| | |
|---|---|
| Francisco Pierrini | Diretor Presidente |
| Maurício Dimitrov | Diretor |

**Contadora**
Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da
**Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S. A.** - São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (Companhia) , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S. A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja as Notas 3 (i), 3 (p) e 12 das demonstrações financeiras.
**Principais assuntos de auditoria**: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R$ 30.431 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê- lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2023

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP014428/O-6

**Alyster Suusmann Pere**
Contador CRC 1SP230426/O-9

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 469E-4913-F718-6322.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 469E-4913-F718-6322.

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/469E-4913-F718-6322 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código para verificação: 469E-4913-F718-6322

**Hash do Documento**

4EEA88D3E69576F6E0485C42C85672B28358D8899262F64804E09EC4E67DCDDA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/03/2023 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 10/03/2023 04:39 UTC-03:00
  **Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Jornal O DIA SP

PUBLICAÇÕES LEGAIS - 13

Edição Digital Certificada * sexta-feira, 10 de março de 2023

## OPALUS A013.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 44.570.423/0001-12 - NIRE 35.300.58239-0

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021**

Aos 06/12/2021, as 10 horas, na rua Paes Leme, nº 215, sala 1410, na cidade de São Paulo/SP, reuniram-se os subscritores da totalidade do capital social da **Opalus A013.21 Participações S.A.**, conforme se constatou pelas assinaturas na lista de presença e no boletim de subscrição. **Mesa e Convocação:** Escolhido por unanimidade, assumiu a Presidência dos trabalhos a sra. **Graziela Marques Conde**, brasileira, solteira, advogada, RG nº 44.422.927-9 SSP/SP, e CPF/ME nº 231.345.468-17, com escritório profissional na cidade de São Paulo/SP, na rua Amaro Cavalheiro, nº 347, sala 1410, Pinheiros, CEP 05425-011 que convidou a mim, **Antonia Ivanete Paula Gurgel,** brasileira, solteira, contadora, RG nº 58.694.039-X, e CPF/MF nº 044.614.194-10, com endereço profissional na cidade de São Paulo/SP, na rua Amaro cavalheiro, nº 347, sala 1410, Pinheiros, CEP 05425-011, para secretaria. Dispensada a convocação previa consoante o disposto no §4º do art. 124 da Lei 6.404/76. **Pauta: (i)** Aprovar a constituição da **Opalus A013.21 Participações S.A**. ("companhia"); **(ii)** Aprovar o Capital Social Inicial; **(iii)** Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia; **(iv)** Eleger a Diretoria da Companhia; e **(v)** Deliberar acerca da remuneração dos Diretores da Companhia. **Deliberações**: Após exame e discussão, foi deliberada por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições **(i)** a Constituição da Companhia, declarando o senhor Presidente constituída a Companhia a partir deste momento; **(ii)** o Capital Social Inicial da Companhia no montante de R$500,00 em moeda corrente do pais, dividido em 500 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados R$50,00 neste ato, em moeda corrente nacional, sendo R$25,00 integralizados pela **Stigma Holdings Participaçoes Ltda.**, devidamente inscrita no CNPJ/ME nº 35.152.346/0001-90, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE nº 35235664773, com sede a rua Amaro Cavalheiro, 347, sala 1410 B, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011, neste ato representada por sua administradora, Graziela Marques Conde, acima qualificada, e R$25,00 integralizados por **Kappa Holdings Participaçoes Ltda.**, devidamente inscrita no CNPJ/ME nº 35.144.957/0001-96, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE nº 35235663955, com sede a rua Amaro Cavalheiro, 347, sala 1410 A, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011, neste ato representada por sua administradora, Graziela Marques Conde, já qualificada tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o Anexo II da Ata a que se refere a presente Assembleia de Constituição, de forma que os R$ 450,00 remanescentes do capital social serão integralizados no prazo de 24 meses a contar desta data; **(iii)** a aprovação do projeto do Instituto Social da Companhia, a reger-se segundo Estatuto Social cuja redação consolidada passa a constituir o anexo I da Ata a que se refere a presente Assembleia de Constituição; **(iv)** a eleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária, passando a Companhia a ter os seguintes Diretores, sem designação especifica: **(a) Antonia Ivanete Paula Gurgel,** brasileira, solteira, contadora, RG nº 58.694.039-X, e CPF/MF nº 044.614.194-10, com endereço profissional na cidade de São Paulo/SP, na rua Amaro cavalheiro, nº 347, sala 1410, Pinheiros, CEP 05425-011; e **(b) Graziela Marques Conde** brasileira, solteira, advogada, RG nº 44.422.927-9 SSP/SP, e CPF/ME nº 231.345.468-17, com escritório profissional na cidade de São Paulo/SP, na rua Amaro Cavalheiro, nº 347, sala 1410, Pinheiros, CEP 05425-011. Os diretores declaram estarem totalmente desimpedidos, nos termos do artigo 147 da lei Sociedade por Ações, para o exercício de suas funções, em especial sob as penas da lei que não estão impedidos por lei de exercerem a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé publica ou a propriedade; e **(v)** aceitar a renuncia dos diretores ao recebimento de remuneração da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a Assembleia pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 06/12/2021. **Jucesp** NIRE nº 35.300.582.390 em sessão de 13/12/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º** Opalus A013.21 Participações S.A. é uma sociedade anônima que rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe foram aplicáveis. **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na rua Paes Leme, 215, sala 1410, Caixa Postal CP/EP A013.21N, Pinheiros, CEP 05424-150, podendo abrir filiais, agencias ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como socia ou acionista, no país ou exterior ("holding"). **Artigo 4º** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital: Artigo 5º** O Capital Social é de R$500,00, representado por 500 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§1º** cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§2º** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§3º** Mediante aprovação de acionistas representado a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as proporias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliena-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no 04 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **§1º** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidara, dentre os diretores ou acionista presentes, o secretario dos trabalhos. **§2º** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando o voto em branco. **Capítulo IV - Da Administração: Artigo 7º** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta de 02 a 05 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pelas Assembleia geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos diretores eleitos. **§1º** Os diretores ficam dispensados de prestar calção e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo 8º** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretos, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 9º** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representa-la perante terceiros, em juízo ou fora dele e perante qualquer autoridade publica e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exerce os poderes normais de gerencia, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de credito; emitir e endossar cheque; abrir, operar, encerrar contas bancarias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte bens moveis ou imóveis. **Artigo 10** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a pratica de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 12 meses, exceto em relação ás procurações "*ad judicia*", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§Único** Dependerão de aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11** Compete á Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 12** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 03 e, no máximo 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **§Único** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 01 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI - Disposições Gerais: Artigo 13** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31/12 de cada ano. Quando do encerramento no exercício social, a Companhia preparara um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Artigo 14** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinas em lei. **Artigo 15** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 16** A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 2%. Os acionistas poderão, no entanto, deliberar de forma unanime, em Assembleia Geral pela distribuição de um percentual maior. **Artigo 17** A Companhia entrara em liquidação nos casos previstos me lei ou por deliberação da Assembleia Geral com o quórum de acionistas representando a maioria do Capital Social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegera os liquidamente e fixara a sua remuneração. **Artigo 18** Qualquer ação entro os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste Estatuto Social, será proposta no foro Comarca de São Paulo/SP. Advogada - Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição - OAB/SP: 336.776.

## Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A.

CNPJ/MF nº 47.504.861/0001-70 - NIRE 35.300.598.440

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 09 de Março de 2023**

**1. Data, Horário e Local:** Aos 09 (nove) dias de março de 2023, às 11h, na sede da **Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A.,** na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3144, Sala 308, Jardim Paulistano, CEP 01451-000 ("Companhia"). **2. Presença:** Presente a acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia ("Acionista"), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Alan Carvalho Pousa e secretariados pelo Sr. Tony Chi Yuan Wang. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: **5.1. Da Rerratificação: (i)** a rerratificação do Boletim de Subscrição nº 01/12 ("BS nº 01"), do Boletim de Subscrição nº 03/12 ("BS nº 03"), do Boletim de Subscrição nº 04/12 ("BS nº 04"), Boletim de Subscrição nº 05/12 ("BS nº 05") e do Boletim de Subscrição nº 06/12 ("BS nº 06") da Companhia, emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de outubro de 2022 (os "Boletins de Subscrição"), de modo a incluir, em cada um dos Boletins de Subscrição, o item "Forma de Integralização" ("Forma de Integralização"); e **(ii)** a rerratificação da redação prevista no item "Data de Integralização" ("Data de Integralização") dos Boletins de Subscrição; **5.2. Das Aprovações: (i)** a avocação para deliberar, na presente Assembleia Geral Extraordinária, qualquer matéria de interesse social de competência privativa do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** a realização, pela Companhia, da sua 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real, para distribuição pública pelo rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, no montante total de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Notas Comerciais Escriturais" e "Emissão", respectivamente), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("Oferta"), em conformidade com a Lei 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada ("Lei nº 14.195"), a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, de acordo com os termos e condições descritos abaixo, bem como no *"Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático de Distribuição, Destinada a Investidores Profissionais, da Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A."*, a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emitente e ofertante das Notas Comerciais Escriturais, e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares de Notas Comerciais Escriturais ("Termo de Emissão", "Agente Fiduciário" e "Titulares de Notas Comerciais Escriturais", respectivamente); **(iii)** a constituição e a outorga da Garantia (conforme definida abaixo), pela Companhia, em favor dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, representados pelo Agente Fiduciário, por meio do *"Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças"*, a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A. ("Banco Depositário" e "Contrato de Garantia", respectivamente); **(iv)** a autorização à Companhia, aos seus Diretores e/ou representantes para **(a)** negociar os termos e as condições da Emissão e da Oferta, bem como da Garantia; **(b)** adotar todas e quaisquer medidas e celebrar, diretamente ou por meio de procuradores, todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, bem como à constituição e à outorga da Garantia, incluindo, sem limitação, a formalização do Termo de Emissão, do *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, pelo Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real, da 1ª (Primeira) Emissão da Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A."*, a ser celebrado entre a Companhia e a instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de coordenador líder da Oferta ("Coordenador Líder" e "Contrato de Distribuição", respectivamente), do Contrato de Garantia, a contratação do Coordenador Líder e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta, tais como o Agente de Liquidação (conforme definido abaixo), o Escriturador (conforme definido abaixo), a B3 - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), o Agente Fiduciário, os assessores legais, dentre outros; e **(c)** celebrar quaisquer outros instrumentos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos e a outorga de procurações, em caráter irrevogável e irretratável, em nome da Companhia, com vigência até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas (conforme definidas abaixo) ("Procurações"); e **(v)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos Diretores da Companhia e/ou por seus procuradores e representantes necessários para a consecução das matérias constantes desta Ordem do Dia. **6. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária e após o exame e a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, o Acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, por: **6.1. Da Rerratificação: (i)** rerratificar os Boletins de Subscrição, de modo a incluir, em cada um dos Boletins de Subscrição, o item Forma de Integralização, nos termos das versões constantes do **Anexo I**, **Anexo II**, **Anexo III**, **Anexo IV** e **Anexo V** à presente ata, passando a Forma de Integralização dos Boletins de Subscrição, uma vez rerratificados, a vigorar com a seguinte redação: *"Integralização, pelo Subscritor, em moeda corrente nacional, por meio de depósito ou transferência de fundos imediatamente disponíveis, em conta vinculada de titularidade da Companhia, no caso de Data de Integralização prevista no cenário **(i)** abaixo, e, no caso de Data de Integralização prevista no cenário **(ii)** abaixo, em conta de titularidade da Companhia a ser indicada pela Companhia."* **(ii)** rerratificar a redação prevista na Data de Integralização dos Boletins de Subscrição, nos termos das versões constantes do **Anexo I**, **Anexo II**, **Anexo III**, **Anexo IV** e **Anexo V** à presente ata, passando a Data de Integralização dos Boletins de Subscrição, uma vez rerratificada, a vigorar com a seguinte redação: *"O Subscritor deverá integralizar o Valor a Ser Integralizado nº [01/03/04/05/06]/12 em moeda corrente nacional: (i) enquanto não ocorrer a quitação integral das obrigações decorrentes da 1ª (primeira) emissão das notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real, no valor total de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Notas Comerciais Escriturais"), nos termos do "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático de Distribuição, Destinada a Investidores Profissionais, da Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A." ("Termo de Emissão"): (i.a) em até 20 (vinte) dias úteis após a data de decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais; ou (i.b) em até 20 (vinte) dias úteis após a data de vencimento final das Notas Comerciais Escriturais, sem que as respectivas obrigações tenham sido integralmente quitadas; ou (ii) após a quitação integral das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos do Termo de Emissão: (ii.a) até 21 de outubro de 2025; ou (ii.b) em até 20 (vinte) dias úteis após o envio de notificação pela Companhia, o que ocorrer primeiro ("Data da Integralização")."* **6.2. Das Aprovações: (i)** avocar a deliberação, na presente Assembleia Geral Extraordinária, de qualquer matéria de interesse social de competência privativa do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** aprovar a realização, pela Companhia, da Emissão e da Oferta, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, com as seguintes características e condições principais: **(a) Número da Emissão:** A Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia. **(b) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário"). **(c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). **(d) Quantidade de Notas Comerciais Escriturais Emitidas:** Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Notas Comerciais Escriturais. **(e) Séries:** A Emissão será realizada em série única. **(f) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será aquela prevista no Termo de Emissão ("Data de Emissão"). **(g) Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto no Termo de Emissão, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vencimento de 731 (setecentos e trinta e um) dias corridos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data prevista no Termo de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definida abaixo) da totalidade das Notas Comerciais Escriturais ou de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e nos termos do Termo de Emissão. **(h) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Notas Comerciais Escriturais:** As Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais Escriturais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Notas Comerciais Escriturais, e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais Escriturais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Titular de Notas Comerciais Escriturais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais Escriturais. **(i) Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Notas Comerciais Escriturais serão objeto de distribuição pública, pelo rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais Escriturais, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição, e de acordo com os procedimentos operacionais da B3. **(j) Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio das Notas Comerciais Escriturais serão utilizados para a gestão ordinária dos negócios da Companhia. **(k) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo), calculados *pro rata temporis* a partir da primeira data de integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Nota Comercial Escritural venha ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização até a data de sua efetiva integralização. **(l) Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais:** O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. **(m) Juros Remuneratórios das Notas Comerciais Escriturais:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *"over extra-grupo"*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 2,80% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Juros Remuneratórios"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, desde a primeira data de integralização ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até **(i)** a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Notas Comerciais Escriturais em questão (exclusive), ou **(ii)** a data de pagamento em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido no Termo de Emissão) ou **(iii)** a data de resgate antecipado total decorrente de eventual Oferta de Resgate Antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais ou de eventual Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro (exclusive). O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a fórmula prevista no Termo de Emissão. **(n) Garantia Real:** Em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e o cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia, em relação às Notas Comerciais Escriturais, previstas no Termo de Emissão, incluindo o pagamento do Valor Total da Emissão, na Data de Vencimento, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo) aplicáveis, aos honorários do Agente Fiduciário, quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Companhia, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e pelos Titulares de Notas Comerciais Escriturais em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais e do Agente Fiduciário e prerrogativas decorrentes do Termo de Emissão e à constituição, formalização, execução e/ou excussão da Garantia, incluindo, mas não se limitando, aos honorários de sucumbência arbitrados em juízo e despesas advocatícias e/ou, quando houver, verbas indenizatórias devidas pela Companhia ("Obrigações Garantidas"), a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, cede fiduciariamente, em favor dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, os seguintes direitos creditórios e demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, por meio do Contrato de Garantia ("Garantia"): **(1)** todos os direitos e créditos, atuais e/ou futuros, principais e acessórios, de titularidade da Companhia decorrentes dos Boletins de Subscrição Onerados (conforme definidos no Contrato de Garantia) ("Direitos Creditórios Boletins de Subscrição Onerados"); e **(2)** todos os direitos creditórios, atuais e/ou futuros, principais e acessórios, de titularidade da Emitente, decorrentes da Conta Vinculada Aumento de Capital (conforme definida no Contrato de Garantia), mantida junto ao banco depositário ("Banco Depositário") e movimentável exclusivamente pelo Banco Depositário, na qual serão realizados, de forma exclusiva, os pagamentos necessários para integralização do capital social da Companhia, nos termos dos Boletins de Subscrição Onerados, bem como todos e quaisquer outros valores e recursos que venham a ser depositados na Conta Vinculada Aumento de Capital, independentemente da origem (referidos, em conjunto com os Direitos Creditórios Boletins de Subscrição Onerados, os "Direitos Fiduciariamente Cedidos"); **(o) Pagamento dos Juros Remuneratórios das Notas Comerciais Escriturais:** Sem prejuízo do pagamento em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, de Oferta de Resgate Antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos previstos no Termo de Emissão, os Juros Remuneratórios serão pagos na Data de Vencimento. **(p) Amortização do Principal:** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos no Termo de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais será amortizado em uma única parcela na Data de Vencimento. **(q) Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá realizar o resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, após 15 (quinze) meses a contar da Data de Emissão, ou seja, a partir de 10 de junho de 2024 (inclusive), observados os termos e condições estabelecidos no Termo de Emissão, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais e, desde que cumulativamente: **(1)** a Companhia com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo, comunique os Titulares de Notas Comerciais Escriturais acerca do Resgate Antecipado Facultativo, por meio de publicação de aviso aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, no Jornal de Publicação (conforme definido no Termo de Emissão) ou notificação, por escrito, com cópia ao Agente Fiduciário ("Comunicação de Resgate Antecipado"); **(2)** a Companhia com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo, comunique a B3, o Agente de Liquidação e o Escriturador acerca do Resgate Antecipado Facultativo; e **(3)** o Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais Escriturais seja realizado pelo respectivo Valor Nominal Unitário acrescido **(i)** dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, **(ii)** de encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, e **(iii)** sem qualquer incidência de prêmio ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo" e "Resgate Antecipado Facultativo", respectivamente). **(r) Resgate Antecipado Facultativo Parcial:** As Notas Comerciais Escriturais não poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo parcial. **(s) Resgate Antecipado Obrigatório:** As Notas Comerciais Escriturais não serão objeto de resgate antecipado obrigatório. **(t) Oferta de Resgate Antecipado Total:** A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total das Notas Comerciais Escriturais, sendo vedada a oferta de resgate antecipado parcial ("Oferta de Resgate Antecipado"), devendo ser endereçada a todos os Titulares de Notas Comerciais Escriturais, sem distinção, assegurada a igualdade de condições para aceitar ou não a Oferta de Resgate Antecipado das Notas Comerciais Escriturais de que forem titulares, observado que o resgate antecipado somente poderá ser realizado pela Companhia caso seja verificada a adesão de Titulares de Notas Comerciais Escriturais representando a totalidade das Notas Comerciais Escriturais, de acordo com os termos e condições previstos no Termo de Emissão. **(u) Amortização Extraordinária:** As Notas Comerciais Escriturais não serão objeto de amortização extraordinária. **(v) Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Notas Comerciais Escriturais, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Titular de Notas Comerciais Escriturais vendedor por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. A Companhia deverá fazer constar das demonstrações financeiras da Companhia referidas aquisições. As Notas Comerciais Escriturais, adquiridas pela Companhia, poderão, a critério da Companhia, **(a)** serem canceladas; **(b)** permanecerem em tesouraria; ou **(c)** serem, novamente, colocadas no mercado. As Notas Comerciais Escriturais, adquiridas pela Companhia, para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios aplicável às demais Notas Comerciais Escriturais. **(w) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e do disposto na Cláusula 6 do Termo de Emissão, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Companhia, aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, nos termos do Termo de Emissão, adicionalmente ao pagamento dos Juros Remuneratórios, que continuarão sendo calculados *pro rata temporis,* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** multa moratória e não compensatória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios"). **(x) Vencimento Antecipado:** As Notas Comerciais Escriturais poderão ser antecipadamente vencidas na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, previstos no Termo de Emissão, observados os termos e as condições definidos no Termo de Emissão, bem como nos demais documentos relativos à Emissão. **(y) Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Notas Comerciais Escriturais e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos do Termo de Emissão e dos demais documentos da Emissão, serão realizados **(i)** pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, aos Juros Remuneratórios e aos Encargos Moratórios, com relação às Notas Comerciais Escriturais que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou **(ii)** pela Companhia, com relação às Notas Comerciais Escriturais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso. **(z) Repactuação Programada:** As Notas Comerciais Escriturais não serão objeto de repactuação programada. **(aa) Agente de Liquidação e Escriturador:** O agente de liquidação da Emissão ("Agente de Liquidação") e o escriturador das Notas Comerciais Escriturais ("Escriturador") é a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.,** instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.610.500/0001-88. **(bb) Demais características:** As demais características e condições da Emissão e das Notas Comerciais Escriturais serão aquelas especificadas no Termo de Emissão. **(iii)** aprovar a constituição e a outorga, pela Companhia, da Garantia, em favor dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, representados pelo Agente Fiduciário, por meio do Contrato de Garantia; **(iv)** autorizar a Companhia, os seus Diretores e/ou representantes a **(a)** negociar os termos e as condições da Emissão e da Oferta, bem como da Garantia; **(b)** adotar todas e quaisquer medidas e celebrar, diretamente ou por meio de procuradores, todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, bem como à constituição e à outorga da Garantia, incluindo, sem limitação, a formalização do Termo de Emissão, do Contrato de Distribuição, do Contrato de Garantia, a contratação do Coordenador Líder e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta, tais como o Agente de Liquidação, o Escriturador, a B3, o Agente Fiduciário, os assessores legais, dentre outros; e **(c)** celebrar quaisquer outros instrumentos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos e a outorga das Procurações; e **(v)** ratificar todos e quaisquer atos já praticados pelos Diretores da Companhia e/ou por seus procuradores e representantes necessários para a consecução das matérias aqui deliberadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e a presente ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Presidente: Sr. Alan Carvalho Pousa; Secretário: Sr. Tony Chi Yuan Wang; Acionista: Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. *Certifico que esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.* São Paulo, 09 de março de 2023. Mesa: Alan Carvalho Pousa **- Presidente;** Tony Chi Yuan Wang **- Secretário.** Acionista: **Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia -** (p. Pátria Investimentos Ltda.); Felipe Andrade Pinto; Márcia Maria Ferraresi.

## Omni - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ/ME Nº 07.867.733/0001-77 - NIRE 35.3.0032884-1

**Assembleia Geral Extraordinária de 10/03/2023.**

**Instalação:** 10/03/2023, às 09 horas, na sede social: Av. São Gabriel, 555, 6º andar, conj. 611, São Paulo/SP, CEP 01435-001. **Presença:** Os acionistas representando a totalidade das ações da Companhia. **Convocação**: Dispensada. **Mesa**: Érico Sodré Quirino Ferreira, Presidente e José Tadeu da Silva, Secretário**. Deliberações:** Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia em R$ 9.482.159,50, passando de R$ 11.482.159,50 para R$ 2.000.000,00 por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da sociedade.

## Sarfaty Securitizadora S/A

CNPJ/MF: 24.765.839/0001-89

**Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 05/12/2022**

Aos 05/12/2022, às 10h, na sede com a presença de todos os acionistas. Assumiu a Presidência desta assembleia, Alberto Elie Sarfaty, que convidou a mim, Debora Previatti de Pardo Soares, para secretariar esta assembleia, o qual aceitei. **Deliberações: 1.** Deliberar e aprovar o remanejamento das debêntures da 1ª e 2ª séries da 4ª emissão privada de debêntures; **2.** Aprovar os termos do 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Privada de Debêntures Simples. **Encerramento:** Nada mais. **JUCESP.** Certifico o registro sob o nº 86.092/23-6 em 01/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## Sarfaty Securitizadora S/A

CNPJ/MF: 24.765.839/0001-89

**Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 20/01/2023**

Aos 20/01/2023, às 10h, na sede com a presença de todos os acionistas. Assumiu a Presidência desta assembleia, Alberto Elie Sarfaty, que convidou a mim, Debora Previatti de Pardo Soares, para secretariar esta assembleia, o qual aceitei. **Deliberações: 1.** Deliberar e aprovar a proposta da Diretoria da Sociedade que tem por objeto a realização de uma emissão privada de 100.000 debêntures simples no montante total de R$ 100.000.000,00 em 4 séries; **2.** Aprovar a fixação das características das debêntures a serem emitidas; **3.** Autorizar a Diretoria a celebrar a respectiva Escritura de Emissão Privada de Debêntures. **Encerramento:** Nada mais. **JUCESP.** Certifico o registro sob o nº 85.077/23-9 em 28/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## J. PILON S.A AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ: 47.254.396/0001-67 - NIRE: 35.3.0010525.7

**Edital de Convocação - Assembléia Geral Ordinária**

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 31/03/2023, às 15:00 horas, no endereço da sua sede social, localizada na Fazenda Santa Maria, no Bairro São Francisco, município de Cerquilho, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **I) Ordinária:** a) Apreciação e Aprovação do Relatório de Administração, Balanço Geral, Dem. de Resultados ref. ao exercício encerrado em 31/12/2022; b) Destinação do resultado do exercício; c) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2023 a abril/2024; d) Eleição dos membros do conselho de administração, e, e) Outros Assuntos do interesse social. Comunicamos que se encontram a disposição no endereço acima, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2022. Cerquilho, 06/03/2023. **José Pilon** - Presidente do Conselho de Administração.

## OROTOUR ORGANIZAÇÃO E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS S.A.

CNPJ (ME) nº 48.969.059/0001-19 - NIRE nº 35300000471

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31/01/2023**

**I – DATA, HORA E LOCAL:** Realizada às 14h00 do dia 31/01/2023, na sede da sociedade, localizada à Rua Prefeito Tonico de Barros, nº 405 – Sala 01 – Centro – Botucatu – SP - CEP. 18600-110. **II – CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da lei 6404/76, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no "livro de presença de Acionistas" da Companhia. **III – COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo sr. Paulo José Loureiro Canepa, nacionalidade brasileira, cpf nº: 996.931.358-49, RG nº: 34303054, residente à rodovia Gastão Dal Farra, km 4, Démetria, Botucatu - SP, cep nº 18603-970, e secretariados pela sra. Maria Thereza Torres Loureiro Canepa, de nacionalidade brasileira, inscrita no CPF nº 086.985.918-84, portadora da cédula de identidade RG nº 18299507/SSPSP. **IV – ORDEM DO DIA:** Deliberação sobre a dissolução, liquidação e extinção da Companhia. **V – DELIBERAÇÕES: 5.1.** Considerando que a Companhia está sem atividade desde o mês de maio de 2020, e que até a presente data os administradores procederam à liquidação da Companhia, rescisão de contratos e pagamento dos passivos, após exames e discussões da ordem do dia, os Acionistas, por unanimidade de votos, decidem aprovar a dissolução, liquidação e extinção da Companhia por não mais interessar aos Acionistas a sua continuidade. **5.2.** Fica nomeado como liquidante o sr. Nelson Adalberto Canepa, de nacionalidade brasileira, inscrito no CPF nº 006.056.468-72, portador da cédula de identidade RG nº 13605446/SSP-SP, residente e domiciliado à Rua Maracaibo nº 233 – São Paulo – SP – CEP 05601-010 que declara expressamente não estar incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer atividade mercantil e empresarial, e que tão pouco foi condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso à cargos públicos, nem por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou à propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação. O liquidante ficará responsável (i) realizar o registro do presente ato perante a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO; e (ii) proceder com os atos necessários para cancelamento e baixa de todas as inscrições da Companhia perante os órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais aplicáveis. **5.3**. Aprovam ainda a acionista que os livros e documentos da Companhia deverão permanecer em poder do sr. Nelson Adalberto Canepa, acima qualificado, que se compromete a mantê-los, fiel e diligentemente, sob sua guarda pelo período determinado nas normas aplicáveis, após o que, os livros e documentos sociais poderão ser destruídos, ou mantidos em sua guarda. **5.4**. Não existe qualquer passivo da Companhia e o ativo remanescente será distribuído à acionista de acordo com sua participação, conforme balanço patrimonial de encerramento levantado nesta data. **5.5**. Em virtude do aprovado acima, e apresentadas as contas pelo liquidante referente ao processo de liquidação da Companhia, os acionistas aprovam a prestação de contas feita pelo liquidante e declaram encerrada a liquidação da Companhia, ficando por conseguinte, a Companhia declarada pela totalidade de seus acionistas definitivamente dissolvida, liquidada e extinta. **5.6.** A responsabilidade por qualquer eventual e superveniente ativo e/ou passivo da Companhia ficará a cargo da ex-acionista, proporcionalmente à sua participação. **VI – ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o sr. Presidente encerrou os trabalhos da presente assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que tendo sido lida por todos e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. ***Confere com a original lavrada em livro próprio.*** Botucatu, 31 de janeiro de 2023. **Mesa:** Paulo José Loureiro Canepa - Presidente e Maria Thereza T. L. Canepa - Secretário. **Liquidante:** Nelson Adalberto Canepa. **Acionista: MARINAC PARTICIPAÇÕES S.A.,** CNPJ: 10.140.120/0001-48 por Nelson Adalberto Canepa, Paulo José Loureiro Canepa, Luiz Fernando Loureiro Canepa e Maria Cristina Loureiro Canepa Tosi. JUCESP nº 88.249/23-2 em 01.03.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

**Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.1 do termo de securitização da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em segunda convocação, aos 17 de março de 2023, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Autorizar ou não, que o Índice de Cobertura da Cessão Fiduciária seja fixado no montante mínimo de 100% (cento por cento) do valor da próxima PMT devida pela Devedora à Emissora, exclusivamente, quando for composto pelo Cash Collateral, ou de no mínimo 120% (cento e vinte por cento) do valor da próxima PMT devida, quando for composto por Direitos Creditórios Cedidos, sendo certo, que os valores deverão permanecer devidamente depositados na Conta Vinculada, até a data do efetivo pagamento da próxima PMT; (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes ao aperfeiçoamento, efetivação, formalização e implementação do item acima, se aprovado. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 09 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

## Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME Nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

**Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 29 de abril de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos **29 de março de 2023, às 11h00min,** de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) conceder ou não, *waiver* para o descumprimento do Índice Financeiro da Emitente, em relação a "Dívida Líquida"/"Tonelada de Cana Moída", referente à apuração que será realizada com base nas medições elaboradas exclusivamente pela Emitente e informadas a Emissora, referente ao exercício a ser encerrado em março de 2023, conforme solicitado pela própria Emitente através do envio de solicitação de *waiver*, recebida por esta Emissora em 02 de março de 2023, onde restou elucidado que na safra de 2021 e 2022, o setor sucroalcooleiro sofreu dificuldades diante de eventos de seca histórica, geadas e incêndios, que prejudicaram o desempenho das usinas (os detalhes do comunicado enviado poderão ser consultados na instrução de voto ou na AEI); (ii) caso aprovado o item (i) acima, aprovar que o índice financeiro a ser observado para a Dívida Líquida/Tonelada de Cana Moída, deverá equivaler aos importes entre <= R$ 120,00 e R$122,00, mantendo-se os demais *covenants* inalterados, nos termos da cláusula 7.2, item (xxxii); e (iii) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes ao aperfeiçoamento, efetivação, formalização e implementação dos itens acima, se aprovados. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 09 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

**A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 47E8-8368-2D06-A714.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 47E8-8368-2D06-A714.

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/47E8-8368-2D06-A714 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código para verificação: 47E8-8368-2D06-A714

**Hash do Documento**

80097DD8AC45EB33A0E2E21C9B52750727504B08C9955C48DA2CA4572EEAC50A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 10/03/2023 04:40 UTC-03:00
  **Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

# Avanço S.A. Indústria e Comércio de Máquinas

CNPJ: 43.297.852/0001-03

## Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em reais)

### Balanços Patrimoniais

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Ativo/Circulante** | **59.778.559,05** | **54.307.249,64** |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 19.413.636,14 | 16.220.390,32 |
| Contas a receber | 13.899.287,45 | 12.230.582,53 |
| Estoques | 22.874.907,44 | 22.210.439,05 |
| Impostos a recuperar | 2.200.302,16 | 2.661.466,95 |
| Créditos diversos | 1.305.896,98 | 861.711,45 |
| Despesas Antecipadas | 84.528,88 | 122.659,34 |
| **Não circulante** | **4.409.029,03** | **4.098.741,46** |
| Realizável a longo prazo | 106.419,84 | 106.419,84 |
| Investimentos | 135,13 | 135,13 |
| Imobilizado líquido | 4.205.263,93 | 3.894.788,23 |
| Intangível líquido | 97.210,13 | 97.398,26 |
| **Total do ativo** | **64.187.588,08** | **58.405.991,10** |
| **Passivo e patrimônio líquido/Circulante** | **12.504.316,95** | **14.241.949,37** |
| Empréstimos | 1.102.213,96 | 505.803,26 |
| Fornecedores Nacionais | 2.436.848,55 | 4.121.967,75 |
| Fornecedores Exterior | 2.072.122,34 | 2.479.117,30 |
| Obrigações trabalhistas | 814.450,53 | 825.769,30 |
| Obrigações tributárias | 651.200,26 | 330.821,11 |
| Contas a pagar | 14.277,84 | 35.353,81 |
| Adiantamento de Clientes | 1.956.765,44 | 3.519.055,85 |
| Outros Débitos Empréstimos Mercadorias | 580.951,33 | – |
| Outros Creditos | 100.718,45 | 100.718,45 |
| Dividendos Propostos | 2.774.768,25 | 2.323.342,54 |
| **Não circulante** | **2.725.451,17** | **4.114.688,27** |
| Empréstimos | 2.725.451,17 | 626.188,27 |
| Mútuo Sócio | – | 3.488.500,00 |
| **Patrimônio líquido** | **48.957.819,96** | **40.049.353,46** |
| Capital social | 25.000.000,00 | 25.000.000,00 |
| Reserva legal | 1.464.718,27 | 880.556,53 |
| Reserva de Lucros | 22.493.101,69 | 14.168.796,93 |
| **Total do passivo** | **64.187.588,08** | **58.405.991,10** |

### Demonstrações do Resultado

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receita bruta de vendas e serviços | 59.010.582,27 | 76.152.373,53 |
| (-) Impostos e devoluções | (5.884.912,58) | (12.226.613,68) |
| **(=) Receita de vendas líquida** | **53.125.669,69** | **63.925.759,85** |
| (-) Custo das mercadorias vendidas | (38.149.712,39) | (45.773.897,31) |
| **(=) Lucro bruto** | **14.975.957,30** | **18.151.862,54** |
| (+/-) Despesas e receitas operacionais | | |
| Despesas administrativas | (838.104,39) | (1.135.190,33) |
| Despesas comerciais | (2.986.875,87) | (2.955.744,81) |
| Despesas tributárias | (201.218,41) | (216.989,05) |
| Outras Receitas Operacionais | 1.483.140,33 | 2.612,43 |
| | **(2.543.058,34)** | **(4.305.311,76)** |
| **(=) Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras** | **12.432.898,96** | **13.846.550,78** |
| Receitas Financeiras | 1.799.318,25 | 1.581.820,69 |
| Despesas Financeiras | (348.035,41) | (1.513.259,89) |
| | **1.451.282,84** | **68.560,80** |
| **(=) Lucro antes do IR e da CS** | **13.884.181,80** | **13.915.111,58** |
| Imposto de renda | (1.456.279,82) | (3.032.335,74) |
| Contribuição social | (744.667,23) | (1.100.280,87) |
| | **(2.200.947,05)** | **(4.132.616,61)** |
| **(=) Lucro líquido do exercício** | **11.683.234,75** | **9.782.494,97** |

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

| | Capital social integralizado | Reserva Legal | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2020** | **25.000.000,00** | **391.431,78** | **7.198.769,25** | **32.590.201,03** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | 9.782.494,97 | 9.782.494,97 |
| Constituição de Reserva legal | – | 489.124,75 | (489.124,75) | – |
| Dividendos Propostos | – | – | (2.323.342,54) | (2.323.342,54) |
| **Saldo em 31/12/2021** | **25.000.000,00** | **880.556,53** | **14.168.796,93** | **40.049.353,46** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | 11.683.234,75 | 11.683.234,75 |
| Constituição de Reserva legal | – | 584.161,74 | (584.161,74) | – |
| Dividendos Propostos | – | – | (2.774.768,25) | (2.774.768,25) |
| **Saldo em 31/12/2022** | **25.000.000,00** | **1.464.718,27** | **22.493.101,69** | **48.957.819,96** |

### Demonstrações do Valor Adicional

| *Descrição* | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| A - Geração do Valor Adicionado | | |
| ***1 - Receitas*** | **60.390.874,43** | **76.309.173,53** |
| 1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui tributos) => | 58.923.287,21 | 76.152.373,53 |
| 1.2 - Outras receitas => | 1.411.684,17 | 156.800,00 |
| 1.3 - Despesas/Receita relativas à ativos próprios => | 55.903,05 | – |
| ***2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui Tributos)*** | **39.749.330,77** | **56.426.484,55** |
| 2.1 - Custo das mercadorias, produtos e serviços vendidos => | 34.662.959,38 | 49.605.643,94 |
| 2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e etc => | 1.721.935,47 | 3.039.806,20 |
| 2.4 - Outros => | 3.364.435,92 | 3.781.034,41 |
| ***3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)*** | **20.641.543,66** | **19.882.688,98** |
| ***4 - Retenções*** | **578.164,95** | **584.478,33** |
| 4.1 - Depreciação, amortização e exaustão => | 578.164,95 | 584.478,33 |
| ***5 - Valor Adicionado Líquido (3 - 4)*** | **20.063.378,71** | **19.298.210,65** |
| ***6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência*** | **1.799.277,44** | **1.581.820,69** |
| 6.2 - Receitas financeiras (juros, aluguéis etc.) => | 1.129.027,09 | 514.535,58 |
| 6.3 - Outros => | 670.250,35 | 1.067.285,11 |
| ***7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)*** | **21.862.656,15** | **20.880.031,34** |
| ***8 - Distribuição do Valor Adicionado (7 = 8)*** | **21.862.656,17** | **20.880.031,29** |
| **8 - Distribuição do Valor Adicionado** | **21.862.656,17** | **20.880.031,29** |
| ***8.1 - Pessoal =>*** | **7.600.052,01** | **5.690.220,39** |
| 8.1.1 - Remuneração direta => | 6.191.932,64 | 4.372.900,10 |
| 8.1.2 - Benefícios => | 1.008.223,86 | 939.049,71 |
| 8.1.3 - FGTS => | 399.895,51 | 378.270,58 |
| ***8.2 - Impostos, taxas e contribuições =>*** | **2.137.340,51** | **3.427.258,93** |
| 8.2.1 - Federais => | 1.549.986,13 | 3.022.057,92 |
| 8.2.2 - Estaduais => | 397.499,50 | 222.960,86 |
| 8.2.3 - Municipais => | 189.854,88 | 182.240,15 |
| ***8.3 - Remuneração do capital de terceiros =>*** | **638.769,09** | **1.980.057,00** |
| 8.3.1 - Juros => | 131.138,39 | 868.615,13 |
| 8.3.2 - Aluguéis => | 507.630,70 | 505.546,11 |
| 8.3.3 - Outras => | – | 605.895,76 |
| ***8.4 - Remuneração de capitais próprios=>*** | **11.486.494,56** | **9.782.494,97** |
| 8.4.3 - Lucro retidos / Prejuízo do exercício => | 11.486.494,56 | 9.782.494,97 |
| 8.4.4 - Outras => | | |

### Demonstrações do Fluxo de Caixa

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido** | **11.683.234,75** | **9.782.494,97** |
| **(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional** | | |
| (+) Juros sobre Contrato de Mútuos | 92.500,00 | 292.500,00 |
| (+) Depreciação e amortização | 578.164,95 | 584.478,33 |
| **Lucro Líquido Ajustado** | **12.353.899,70** | **10.659.473,30** |
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| (Aumento) no contas a receber | (1.668.704,91) | (471.600,25) |
| (Aumento) nos estoques | (664.468,39) | (2.358.033,92) |
| Redução / (Aumento) Impostos a Recuperar | 461.164,79 | (14.995,92) |
| (Aumento) nos demais créditos | (444.185,53) | 312.571,05 |
| Redução / (Aumento) nas despesas antecipadas | 38.130,46 | (12.962,21) |
| (Redução) nas obrigações trabalhistas | (11.318,77) | 282.481,65 |
| Aumento nas obrigações tributárias | 320.379,15 | 122.237,51 |
| (Redução)/ Aumento nos fornecedores | (2.092.114,16) | 377.905,12 |
| (Redução) nos adiantamento de clientes | (1.562.290,41) | (7.668.602,68) |
| Aumento de Empréstimos de Mercadorias | 580.951,33 | – |
| ( Redução) / Redução nos demais passivos | (21.075,97) | (272.239,20) |
| **Total da Variação de Ativos e Passivos** | **(5.063.532,41)** | **(9.703.238,85)** |
| **(=) Caixa líquido das atividades operacionais** | **7.290.367,29** | **956.234,45** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Baixa de Ativo fixo - Custo Líquido Baixa | 21.677,65 | – |
| (-) Aquisições de bens do imobilizado | (910.130,18) | (1.147.432,10) |
| **(=) Caixa líquido das atividades de investimentos** | **(888.452,53)** | **(1.147.432,10)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | |
| (Redução) de Empréstimos e financiamentos | (504.326,40) | (818.684,69) |
| (Reducão) Mútuo dos Acionistas | (381.000,00) | (360.000,00) |
| Pagamento de Dividendos | (2.323.342,54) | (656.470,87) |
| **(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos** | **(3.208.668,94)** | **(1.835.155,56)** |
| **(=) Aumento líquido de caixa** | **3.193.245,82** | **(2.026.353,21)** |
| Caixa no início do período | 16.220.390,32 | 18.246.743,53 |
| Caixa no final do período | 19.413.636,14 | 16.220.390,32 |
| **(=) Aumento líquido de caixa** | **3.193.245,82** | **(2.026.353,21)** |

### Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

**01 - Contexto Operacional:** A empresa tem como objetivo social a industrialização, comércio, a importação e exportação de teares circulares para o ramo têxtil, bem como, revenda de partes e peças, e assistência técnica pertinente aos seus produtos. **02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis da sociedade empresária foram elaboradas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária e das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/2009. **03 – Estimativas de Julgamento:** A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso e certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento e premissas por parte da Administração que afetam a aplicação de políticas contábeis. Sendo assim, os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e são reconhecidas no exercício que revisadas. Ativos e Passivos sujeitos a estimativas e, as premissas incluem valores residuais o ativo imobilizado, provisões para redução os valores recuperáveis e contas a receber, provisão para contingências e mensuração e ativos financeiros. **04 – Principais Práticas Contábeis Adotadas: a) Caixa e Equivalente de Caixa:** Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, registradas nas contas que representam o saldo em contas correntes em instituições financeiras, que são utilizados pela Entidade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Estoque:** Avaliados pelo custo médio de produção ou preço médio de aquisição; **c) Direitos e Obrigações -** Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis até os 12 meses subseqüentes à data das demonstrações contábeis são considerados como circulantes. **d) Apuração dos Tributos:** A sociedade apura os tributos sobre o lucro através da opção **Lucro Real,** sendo que no exercício apresentou lucro fiscal. **e) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição. **Depreciações:** Foram calculadas pelo método linear às taxas que correspondam aos benefícios econômicos futuros, considerando a vida útil-econômica dos bens. **f) Intangível:** Registrado ao custo de aquisição. **Amortização:** Foram calculadas pelo método linear às taxas que permitam o aproveitamento do benefício econômico, levando em conta o prazo para perduração destes benefícios. **g) Demais Ativos Circulantes e não Circulantes:** Estão demonstrados pelo valor líquido de realização. **h) Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos pelo seu valor contratual no recebimento dos recursos, líquidos dos custos com a transação, e posteriormente acrescidos de juros e encargos proporcionais ao período incorrido em base pró - rata dia. **i) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. **05 – Capital Social:** Totalmente integralizado representado por 25.000.000 ações ordinárias nominativas no valor de R$ 1,00 cada. **06 – Reserva Legal e Dividendos:** Constituímos reserva legal e realizamos provisão de dividendos a pagar em conformidade com estatuto da Companhia.

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

**Monica Giovanna Battaglio Zanatta -** Diretora Geral

**Rosangela França de Lima Cernada** - CRC CT 1SP 156.440/O-0

# Palalua-GSI Holding Participações S.A.

CNPJ nº 35.184.838/0001-67

### BALANÇO PATRIMONIAL

| **Ativo** | **31/12/2021** |
|---|---|
| **Circulante** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | – |
| Contas a receber de clientes | – |
| Estoques | – |
| Impostos e contribuições a recuperar | – |
| Adiantamentos a fornecedores e outros ativos | 10.000,00 |
| **Total do ativo circulante** | **10.000,00** |
| **Não circulante** | |
| Investimentos | 18.032.978,30 |
| Imobilizado | 8.895,59 |
| **Total do ativo não circulante** | **18.041.873,89** |
| **Total do ativo** | **18.051.873,89** |

| **Passivo** | **31/12/2021** |
|---|---|
| **Circulante** | |
| Fornecedores | 2.848,60 |
| Impostos e contribuições e recolher | 28,40 |
| Salários e encargos sociais | – |
| Adiantamento de clientes | – |
| Partes Relacionadas | 5.676.102,14 |
| **Total do passivo circulante** | **5.678.979,14** |
| **Não circulante** | |
| Impostos e contribuições e recolher LP | – |
| **Total do passivo não circulante** | – |
| **Patrimônio líquido** | |
| Capital social | 10.612.243,00 |
| Adiantamento para aumento futuro capital | – |
| Lucros acumulados | (277.080,70) |
| Resultado do período | 2.037.732,45 |
| **Total do patrimônio líquido** | **12.372.894,75** |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | **18.051.873,89** |

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

| **DRE** | **31/12/2021** |
|---|---|
| Receita líquida | – |
| Custo dos serviços prestados | – |
| **Lucro bruto** | – |
| Despesas administrativas | (126.653) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 2.162.914 |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 3.718 |
| **Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro** | **2.039.979** |
| Despesas financeiras, líquida | (2.247) |
| **Lucro (prejuízo) antes do IR/CS** | **(2.247)** |
| Imposto de renda e contribuição social | – |
| **Lucro (prejuízo) líquido do exercício** | **2.037.732** |

### DIRETORIA

**Antonio Luiz Junqueira de Almeida** - Diretor

**Roberto Sobreira de Oliveira** - Contador CRC: 1SP195.425/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A4EA-6209-CEBE-E5A3.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A4EA-6209-CEBE-E5A3.

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A4EA-6209-CEBE-E5A3 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código para verificação: A4EA-6209-CEBE-E5A3

**Hash do Documento**

202BE96C0E0F85E99078F9B1933B79C5348B9AF98D035BA7BBC709921D73A0CB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 10/03/2023 04:40 UTC-03:00
  **Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00